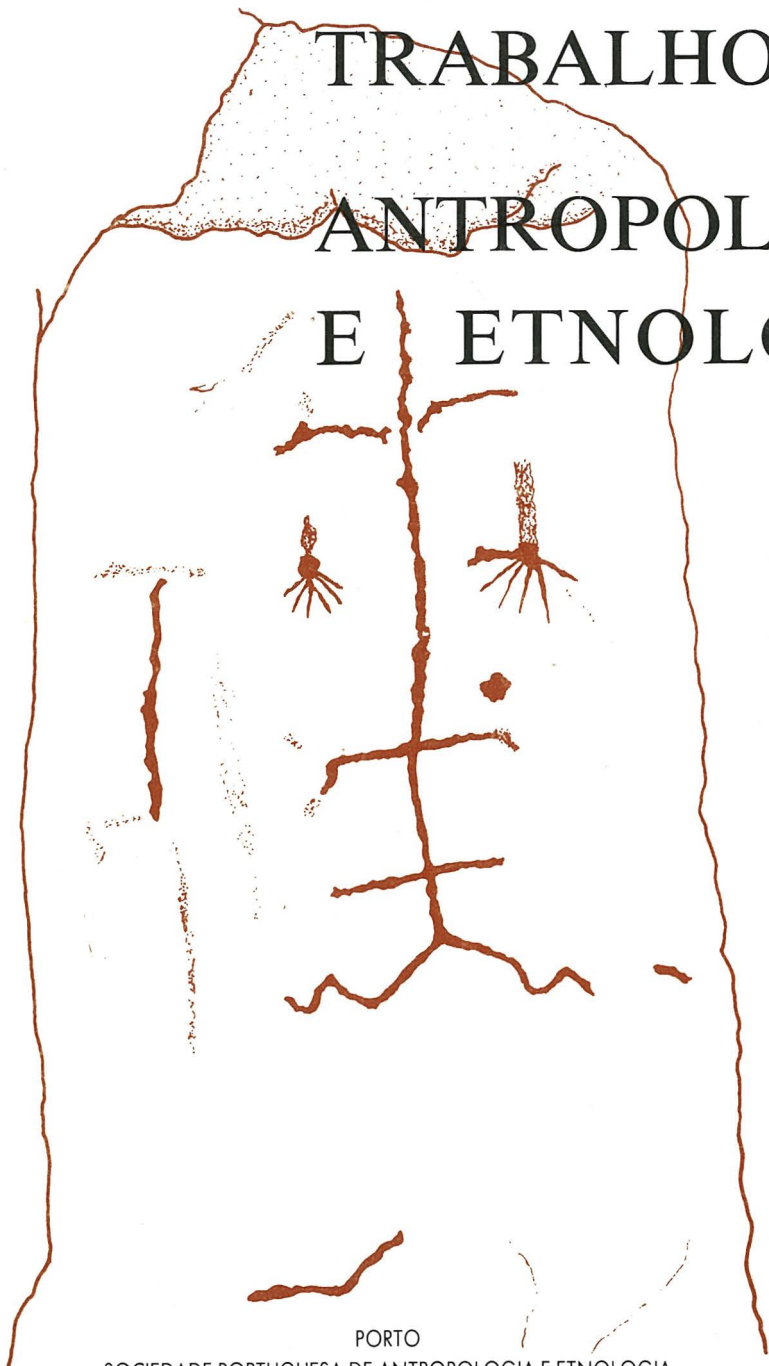


Rev. MNC

# TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA



PORTO  
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA  
1988



**SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA**

Fundada em 1918. Instituição colectiva de utilidade pública (D.R. n.º 89, 2.ª série, de 16/4/1987). Inscrita na Conservatória do Registo C. do Porto sob o n.º 49. Contribuinte n.º 501663614.

**Sede:** Faculdade de Ciências do Porto  
Praça Gomes Teixeira  
4000 Porto (Portugal)

**Órgãos sociais**

**Mesa da Assembleia Geral:** *Presidente* — Vítor Manuel de Oliveira Jorge;  
*Secretários* — Manuel Ferreira Coelho; Orlando de Castro Ferreira de Sousa.

**Direcção:** *Presidente* — Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge;  
*Vice-Presidente* — Domingos de Jesus da Cruz; *Secretária* — Crisanda Tavares Urbano Unsworth; *Tesoureiro* — António Alberto Huet de Bacelar Gonçalves; *Vogais* — Maria Manuela dos Reis Martins; Augusto Ernesto dos Santos Silva; Raquel Maria de Rosa Vilaça.

**Conselho Fiscal:** *Presidente* — José João Mateus Rigaud de Sousa; *Secretários* — Mário Armando Nogueira Pereira de Brito; João Pedro Paiva Gomes da Cunha Ribeiro.

- INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA -  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Rua do Campo Alegre, 1055  
4100 P O R T O

## Trabalhos de Antropologia e Etnologia

**Capa:** Gravura praticada num dos esteios da anta da Eireira (Afife). Levantamento de Eduardo J. Lopes da Silva.



TRABALHOS DE  
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. XXVIII (Fasc. 1 - 2)

# Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular

(PORTO – BAIÃO, 22 a 24 de Setembro de 1988)

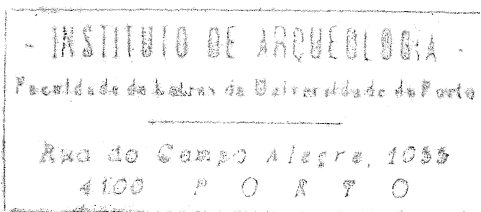
## ACTAS

Vol. I

PRÉ-HISTÓRIA

30. JUN. 1989

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)



PORTO  
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

1 9 8 8

## TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da  
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia  
(Registada na D.-G. da Comunicação Social sob o nº 112408)  
Ano 70º vol. XXVIII fasc. 1-2 1988

*Coordenação deste volume*  
Vítor Oliveira Jorge

*Comissão Organizadora do Colóquio*  
Vítor Oliveira Jorge (Presidente); António Huet Gonçalves (S.P.A.E.); Joel Alves Cerqueira Cleto (G.E.A.P.); Suzana Faro da Costa (G.E.A.P.)

*O Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular foi uma realização conjunta da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.*

*Edição e Propriedade*  
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia  
Faculdade de Ciências do Porto  
Praça Gomes Teixeira  
4000 Porto (Portugal).

*Composição, Impressão e Acabamento*  
Litografia A.C., de Pedro Jorge Tavares Candeias  
R. Conselheiro Lobato, 179 — 4700 Braga. Telefone 7 29 67  
Maio de 1989.

*Tiragem:* 1.000 exs.

*Preço de Capa:* 1.600\$00

Distribuição gratuita aos membros da S.P.A.E.

Depósito Legal nº 27405/89

ISSN: 0304 – 243 X

*Apoios concedidos ao Colóquio (organização e Actas)*  
Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica; Instituto Nacional de Investigação Científica; Câmara Municipal de Baião; Fundação Calouste Gulbenkian; Governo Civil do Porto; Reitoria da Universidade do Porto; Banco Português do Atlântico; Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis; Fundação Engº António de Almeida; Instituto de Botânica da Univ. do Porto; Serviços Sociais da Univ. do Porto; Caves Ramos Pinto; Cafés Delta; Liv. Leitura.

*Agradece-se à pintora Manuela Bacelar a concepção do cartaz do Colóquio, e ao Dr. Lino Augusto Tavares Dias a visita guiada à estação do Freixo.*

*A realização deste Colóquio não teria sido possível sem a participação, no Secretariado, de cerca de uma dezena de jovens, colaboradores do G.E.A.P. e da S.P.A.E.*

Solicita-se permuta — Nous souhaitons établir l'échange — Exchange wanted — Tauchverkehr erwünscht — Sollicitiamo intercambio.

*Comemoração dos*

*70 Anos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*  
*e dos*

*10 Anos do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira*

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <i>Programa Geral do Colóquio</i> .....   | 9   |
| <i>Programa do dia 22 de Setembro de 1988</i> .....   | 10  |
| <i>Saudação</i> .....   | 13  |
| <i>O Megalitismo do Norte de Portugal</i> , por Domingos J. da Cruz .....   | 15  |
| <i>Debate</i> .....   | 51  |
| <i>Megalitismo de Galicia</i> , por Ramón Fábregas Valcarce .....   | 57  |
| <i>Debate</i> .....   | 79  |
| <i>Reflexões sobre a Pré-História Recente do Norte de Portugal</i> ,<br>por Susana Oliveira Jorge .....   | 85  |
| <i>Debate</i> .....   | 113 |
| <i>A Mamoá de Afife: breve síntese de 3 campanhas de escavação</i> ,<br>por Eduardo Jorge Lopes da Silva .....  | 127 |
| <i>A Mamoá 4 da Aliviada, Escariz–Arouca</i> , por Fernando Augusto P. Silva .....  | 137 |
| <i>Mamoas y Rozas: panorámica general sobre la distribución de los tumulos<br/>megalíticos gallegos</i> , por Filipe Criado Boado .....   | 151 |
| <i>Debate</i> .....   | 161 |
| <i>El ocre en el megalitismo de Galicia</i> , por J. M. Vázquez Varela .....  | 171 |
| <i>O Povoado da Lavra</i> (resumo), por Maria de Jesus Sanches .....  | 173 |
| <i>Aportación a la cronología campaniforme del Noroeste</i> , por Montserrat<br>García-Lastra Merino .....  | 175 |
| <i>Portecelo, un yacimiento de la Edad del Bronce</i> , por Juan António Cano Pan &<br>José Manuel Vázquez Varela .....   | 181 |
| <i>Debate</i> .....   | 189 |
| <i>Aspectos do ambiente quaternário no Noroeste de Portugal</i> , por Suzanne Daveau ..   | 193 |
| <i>A Fraga d'Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira) — Arte rupestre e<br/>ocupação pré-histórica</i> , por Vítor Oliveira Jorge, António Martinho Baptista &<br>Maria de Jesus Sanches .....   | 201 |
| <i>Nuevos planteamientos metodológicos para el estudio de los petroglifos galaicos</i> ,<br>por Maria Elena Jiménez López .....   | 235 |
| <i>Proyecto Bocelo-Furelos: arqueología del paisaje y prospección intensiva en<br/>Galicia</i> , por Felipe Criado Boado, Andrés Bonilla Rodríguez, Dolores Cerqueiro<br>Landin, Mati González Méndez, Fidel Méndez Fernández & Rafael<br>Penedo Romero ..... | 241 |
| <i>A escavação da Mamoá do Outeiro no Contexto do Campo Arqueológico<br/>da Serra da Aboboreira</i> , por Suzana Faro, Joel Cleto e António Lourenço Carneiro.  | 251 |
| <i>Debate</i> .....   | 275 |



## PROGRAMA GERAL DO COLÓQUIO

### *21 de Setembro de 1988*

15 – 19 h. Abertura do Secretariado aos participantes, para entrega de documentação

*Reitoria da Universidade do Porto*

### *22 de Setembro de 1988*

8,30 h. Abertura do Secretariado, para entrega de documentação

9 – 11 h. Apresentação de conferências sobre MEGALITISMO

11 – 13 h. Apresentação de conferências sobre IDADE DO BRONZE

15 – 17 h. Apresentação de comunicações sobre MEGALITISMO

Intervalo

17,30 – 19,30 h. Apresentação de comunicações sobre IDADE DO BRONZE

21,30 – 23 h. Apresentação de comunicações sobre TEMAS VÁRIOS

*Auditório da Reitoria da Universidade do Porto*

### *23 de Setembro de 1988*

8,30 h. Abertura do Secretariado para entrega de documentação

9 – 11 h. Apresentação de conferências sobre ARQUEOLOGIA CASTREJA

11 – 13 h. Apresentação de conferências sobre ARQUEOLOGIA MEDIEVAL

15 – 17 h. Apresentação de comunicações sobre ARQUEOLOGIA CASTREJA

Intervalo

17,30 – 19,30 h. Apresentação de comunicações sobre ARQUEOLOGIA MEDIEVAL

21,30 – 23 h. Apresentação de comunicações sobre TEMAS VÁRIOS

*Auditório da Reitoria da Universidade do Porto*

### *24 de Setembro de 1988*

9 h. Partida do Porto para Baião. Visita de estudo a uma exposição (Museu de Baião) e ao Castro do Cruito (Gove).

13,30 h. Almoço oferecido pela Câmara Municipal de Baião.

16 h. Sessão de encerramento do Colóquio:

Alocução do Presidente da Comissão Organizadora;

Alocução do Representante do Senhor Presidente do Instituto Português do Património Cultural;

Alocução do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Baião.

18 h. Visita de estudo à Área Arqueológica do Freixo (Marco de Canaveses) e regresso ao Porto.

## PROGRAMA DO DIA 22 DE SETEMBRO DE 1988

### CONFERÊNCIAS

- I. 9 h. — Conferência sobre MEGALITISMO DO NORTE DE PORTUGAL, pelo Dr. Domingos Cruz, assistente da Faculdade de Letras de Coimbra.
- 9,30 h. — Debate sobre a conferência anterior.
- II. 10 h. — Conferência sobre MEGALITISMO DA GALIZA, pelo Dr. Ramón Fábregas Valcarce, assistente da Fac. de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela.
- 10,30 h. — Debate sobre a conferência anterior.
- III. 11 h. — Conferência sobre IDADE DO BRONZE DO NORTE DE PORTUGAL, pela Doutora Susana Oliveira Jorge, professora da Faculdade de Letras do Porto.
- 11,30 h. — Debate sobre a conferência anterior.
- IV. 12 h. — Conferência sobre a IDADE DO BRONZE NA GALIZA, pelo Dr. Carlos Sierra Rodriguez, director do Museu Nacional das Peregrinacions (Santiago de Compostela).
- 12,30 h. — Debate sobre a conferência anterior.

### COMUNICAÇÕES

1. 15 h. — Domingos de Jesus da Cruz, «Trabalhos arqueológicos na área SO da Serra da Aboboreira».
2. 15,15 h. — Domingos de Jesus da Cruz, «Escavação da Mamoa 1 da Chã de Carvalhal (Serra da Aboboreira — Baião)».
3. 15,30 h. — Eduardo Jorge Lopes da Silva, «A Mamoa de AFife: breve síntese de 3 campanhas de escavação».
4. 15,45 h. — Fernando Augusto Pereira da Silva, «A Mamoa 4 de Alagoas. Escariz — Arouca».
5. 16 h. — Antón R. Casal, «Problemas e perspectivas do estudo do megalitismo galego: por um novo proxecto interdisciplinar»
6. 16,15 h. — Filipe Criado Boado, «La distribución de túmulos megalíticos en Galicia».
- 16,30 h. — Debate sobre as comunicações apresentadas.
- 17 h. — *Intervalo*
7. 17,30 h. — J.M. Vázquez Varela, «El ocre en el megalitismo de Galicia».
8. 17,45 h. — Maria de Jesus Sanches, «A estação arqueológica da Lavra — Serra da Aboboreira».
9. 18 h. — Montserrat García-Lastra Merino, «Aproximación cronológica de la cerámica campaniforme en Galicia»
10. 18,15 h. — J.M. Vázquez Varela e J.A. Cano Pan, «Una nueva perspectiva sobre

la Edad del Bronce en el NO de la Peninsula Ibérica».

11. 18,30 h. — Marisa Ruiz-Galvez, «Análisis metalográficos y espectrográficos de piezas del Noroeste y su interpretación».
12. 18,45 h. — J.M. Vázquez Varela e J.A. Cano Pan, «Portecelo, un yacimiento de la Edad del Bronce».
- 19 h. — Debate sobre as comunicações apresentadas.

## COMUNICAÇÕES

13. 21,30 h. — Suzanne Daveau, «Aspectos do ambiente quaternário no Noroeste de Portugal».
14. 21,45 h. — Vítor Oliveira Jorge, Susana Oliveira Jorge, Eduardo Jorge Lopes da Silva, António Martinho Baptista, Maria de Jesus Sanches, Ana Leite da Cunha e Margarida Santos Silva, «A Fraga d'Aia (Paredes da Beira — S. João da Pesqueira) — arte rupestre e ocupação pré-histórica».
15. 22 h. — Maria Helena Jiménez López, «Nuevos planteamientos metodológicos para el estudio de los petroglifos galaicos»
16. 22,15 h. — Júlio Fernández Pintos, «Análise das representações de armas na arte rupestre galega».
17. 22,30 h. — Andrés Bonilla Rodriguez, Dolores Cerqueiro Landin, Filipe Criado Boado, Mati González Méndez, Fidel Méndez Fernández e Rafael Penedo Romero, «Proyecto Bocelo-Furelos: arqueología del paisaje y prospección intensiva en Galicia».
18. 22,45 h. — Maria de la Salette da Ponte, «Que áreas de produção e de distribuição das fíbulas de tipo transmontano e do tipo Meseta no nosso país?»
- 23 h. — Debate sobre as comunicações apresentadas.

*Nota:* As diferenças entre este programa e o conteúdo do presente volume resultam de circunstâncias exteriores à vontade dos organizadores do Colóquio. Referimo-nos nomeadamente à não publicação de conferências ou comunicações anunciadas e não apresentadas, ou cujos textos não nos foram remetidos, apesar das dilatações dos prazos inicialmente previstos. Uma comunicação apresentada extra-programa é publicada no fim deste volume.

V.O. J.

## SAUDAÇÃO

*Caros Colegas,*

*O pretexto de mais este Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular é a comemoração dos 70 anos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e dos 10 anos do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira. O motivo fundamental que presidiu à sua organização é o de proporcionar um encontro entre todos aqueles que se dedicam à Arqueologia do Noroeste, que permita a apresentação de novos dados e o debate de perspectivas.*

*Procurámos eliminar a retórica e as palavras redundantes. O nosso fim é o de realizar uma reunião científica, um encontro de trabalho. É ele que nos une, que nos congrega aqui, são os seus resultados que ficarão para o futuro, não só sob a forma de publicações, mas também de sugestões e ideias que decerto serão expostas.*

*A própria visita do último dia, a Baião, será não só um passeio, mas fundamentalmente um modo de mostrar in loco um pouco do que se tem feito no domínio da Arqueologia daquela região. Ao mesmo tempo, procuraremos aí resumir, sob forma de uma intervenção final problematizante, as grandes linhas de força resultantes das conferências e das comunicações apresentadas durante os primeiros dois dias no Porto.*

*Portugal e Espanha — e nomeadamente o Norte do nosso país e a vizinha Galiza — necessitam de incrementar fortemente os seus laços de cooperação neste domínio. Intercâmbio de estudantes, de professores, realização de trabalhos comuns, tanto no campo como no gabinete ou laboratório. Que este Colóquio dê um decisivo impulso para a concretização desses objectivos, são os nossos votos.*

*Sejam bem-vindos.*

*Pel' A Comissão Organizadora,  
Vítor Oliveira Jorge*

# O MEGALITISMO DO NORTE DE PORTUGAL

por

Domingos J. da Cruz \*

«... ao longe, do outro lado do agigantado sulco do rio Douro, os volumosos montes de Baião e da Aboboreira». — Sant'Anna Dionísio, *Alto Douro Ignoto*, Porto, Lello & Irmão, 1973, p. 81.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Questões preliminares

As *mamoas*, *mamoinhas*, *medorras* ou *casinhas dos mouros*, constituem um elemento característico da paisagem do Norte de Portugal.

Estes montículos artificiais, tão bem conhecidos das populações, são, contudo, estruturalmente muito diversos. Podem ou não conter no seu interior construções megalíticas, serem construídos em pedra e terra, ou apenas em pedra, apresentarem-se pouco ou muito monumentalizados, diferentemente implantados no terreno, etc.

Neste texto será utilizada a expressão *monumento megalítico* no seu sentido mais lato, compreendendo ora as construções dolménicas e cistóides, ora os túmulos sem estrutura interior, mas também os monumentos pouco destacados no terreno, construídos apenas em pedra («*cairns*»). Poderão traduzir uma prática inumatória, colectiva ou individual, ou apenas relacionar-se com manifestações de ordem ritual.

Estes diferentes tipos de monumentos surgem na paisagem sob a forma de um *tumulus* (mamoá), que poderá cobrir, total ou parcialmente, a construção central. Correspondem, por outro lado, a um longo período cronológico que se estende desde o Neolítico médio até à Idade do Bronze, altura em que o ritual funerário terá sofrido profundas alterações, abandonando-se a tradição de sepultuar sob *tumulus*.

De igual modo a expressão *núcleo megalítico* implica apenas a proximidade espacial dos monumentos, não tendo, portanto, o significado da contemporaneidade ou

---

\* Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

da semelhança, arquitectónica ou outra; o *conjunto megalítico* compreende vários núcleos de monumentos, implantados numa região geograficamente individualizável. Assume o significado de «necrópole», se entendida como espaço sepulcral cuja utilização se processou, continuamente ou não, ao longo de um período de tempo bastante vasto<sup>1</sup>.

O âmbito deste trabalho é o *Norte de Portugal*, em sentido restrito, correspondendo às regiões situadas a norte do rio Douro.

## 1.2. História da investigação

As construções megalíticas suscitaram, desde sempre, a curiosidade e o interesse dos eruditos<sup>2</sup>. Mas será no último quartel do século XIX e princípios do nosso século que o fenómeno megalítico começará a ser melhor conhecido, com a exploração de numerosas antas e mamoaas, levada a cabo por pessoas de diferentes formações mas, algumas, manifestando já preocupações de ordem científica<sup>3</sup>.

Este interesse mais generalizado pelas «coisas» arqueológicas regista-se um pouco por toda a parte e anda associado à fundação de «Sociedades Científicas», Museus, revistas, mais ou menos especializadas, etc<sup>4</sup>.

Deste período são de destacar os trabalhos pioneiros de Francisco Martins Sarmento (litoral minhoto), José Fortes (Montalegre), Félix Alves Pereira (Arcos de Valdevez), Sousa Maia (Maia), Raphael Rodrigues, José Brenha e Henrique Botelho

<sup>1</sup> Nesta mesma acepção utilizámos, em trabalho anterior, as expressões «núcleo» e «conjunto megalítico». Cf. D.J. Cruz, Contribuição para o levantamento cartográfico do Conjunto megalítico da Serra da Aboboreira (concelhos de Amarante e Baião), *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, I, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1980, pp. 23-40.

<sup>2</sup> Entre outros são de referir os trabalhos de Jerónimo Contador de Argote (*Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, 3 vols., Lisboa, 1732-1744; *De Antiquitatibus Conventus Bracaragustani*, 2ª ed., Lisboa, 1738), as notas de viagem de Manuel Severim de Faria (inícios do séc. XVII) e de Frei Lourenço de Vale (1784), a dissertação de Martinho de Mendonça de Pina, apresentada à Academia Real da História Portuguesa (1733), os trabalhos de António Carvalho da Costa (*Corografia Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, 1706-1712) e de F.A. Pereira da Costa (*Noções sobre o Estado Pré-histórico da Terra e do Homem seguidas da Descrição de alguns Dolmens ou Antas de Portugal*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1868), etc.

<sup>3</sup> Estas manifestações de rigor, presentes nos trabalhos de alguns investigadores portugueses, não são alheias à divulgação em Portugal de obras importantes, como as de Boucher de Perthes, *Antiquités celtiques et antédiluviennes*, 3 vols., Paris, 1847-1860, de G. e A. Mortillet, *Le Préhistorique. Origine et antiquité de l'Homme*, Paris, 1883, e de E. de Cartailhac, *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, Paris, 1886, dois anos mais tarde vertida para português (resumo) por Ricardo Severo, com alguns acrescentos e considerações críticas, numa versão intitulada *Paleoethnologia Portuguesa* (Porto, 1888), da actividade, a partir de 1855, da «Comissão Geológica de Portugal», e da realização, em Lisboa, da 9ª sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas.

<sup>4</sup> Destaca-se a fundação, em 1882, da Sociedade Martins Sarmento, que dois anos mais tarde inicia a publicação da *Revista de Guimarães*, do Museu Ethnographico Português (1893) e da revista *O Arqueólogo Português* (1895), da Sociedade Carlos Ribeiro (1888) e da *Revista de Ciências Naturais e Sociais* (1890), das *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal* (1886), da revista *Portugalia* (1898), etc.

(Trás-os-Montes ocidental), José Tavares (Bragança), e outros; em época um pouco posterior, A. Mendes Corrêa e J. R. dos Santos Júnior são os autores de importantes descobertas no domínio da arte megalítica<sup>5</sup>.

Estes primeiros estudos, algo amadorísticos mas cobrindo vastas áreas do Norte de Portugal, conjugados com um trabalho de campo mais sistemático e critérios científicos mais exigentes, permitirão, nos anos 30 e 40, a elaboração das primeiras sínteses. Destaca-se o trabalho de Georg Leisner<sup>6</sup>, seguido do de F. Lopez Cuevillas<sup>7</sup> e, mais tarde, abarcando uma mais vasta área geográfica, o trabalho, de inventário e de síntese, de Georg e Vera Leisner, ainda hoje fundamental para o estudo do fenómeno megalítico da Península Ibérica<sup>8</sup>.

O estudo do megalitismo, imbuído de uma visão, metodológica e teórica, actualizada, e um entendimento globalizante do monumento megalítico, é desenvolvido, nos anos 80, na Serra da Aboboreira, por V. Oliveira Jorge<sup>9</sup>, o iniciador no Norte de Portugal de uma renovação da investigação pré-histórica que, certamente, marcará, neste final de século, a investigação neste domínio.

## 2. DISTRIBUIÇÃO E SITUAÇÃO

Os monumentos megalíticos distribuem-se, na região considerada, desde o litoral até ao interior transmontano<sup>10</sup>. Tanto quanto os dados disponíveis nos permitem adiantar, parece registar-se uma maior concentração no litoral interior, onde se destacam os significativos conjuntos de Castro Laboreiro (Melgaço), Gião (Arcos de Valdevez), Monte Mozinho (Penafiel), da Serra dos Campelos (Lousada) e da Serra da

---

<sup>5</sup> Vide A. Mendes Corrêa, Nouveaux documents sur l'art préhistorique au Portugal, *Revue Anthropologique*, 38.º année, 1928, pp. 169-171; *idem*, As pinturas do dólmen do Padrão (Vandoma), *O Arqueólogo Português*, 28, Lisboa, 1929, pp. 128-136; J.R. dos Santos Júnior, *Pinturas megalíticas no concelho de Carrizada de Ansiães*, Instituto de Antropologia da Univ. do Porto, 1930; *idem*, *Arte Rupestre, Congresso do Mundo Português*, I, Lisboa, 1940, pp. 329-376.

<sup>6</sup> G.K. Leisner, *Verbreitung und Typologie der galizisch-nordportugiesischen Megalithgräber*, Marburg, 1938 (Reprint Lisboa, 1977).

<sup>7</sup> F. Lopez Cuevillas, La cultura megalítica del Noroeste Peninsular, *Bol. Museo Arq. Prov. de Orense*, IV, 1948, pp. 41-57; *idem*, La época megalítica en el Noroeste de la Península, *Caesaraugusta*, 13-14, 1959, pp. 21-77.

<sup>8</sup> G. e V. Leisner, *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Erster Teil: Der Süden*, Römisch-Germanische Forschungen, Band 17, Berlin, 1943; *idem*, *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel, Der Westen*, Madrider Forschungen, Band 1 (1-2), Lieferung, Berlin, 1956-1959; V. Leisner, *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*, Madrider Forschungen, Band 1 (3), Lieferung, Berlin, 1965.

<sup>9</sup> V.O. Jorge, *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols., Porto, 1982 (ed. policopiada).

<sup>10</sup> Os dados relativos ao levantamento cartográfico dos monumentos megalíticos do Norte de Portugal são escassos e muito precários. Com raras excepções, não foi desenvolvido nesta região, nos tempos mais recentes, um trabalho criterioso e sistemático de prospecção, pelo que pouco mais se conhece, neste domínio, que o legado pelas investigações antigas. A prospecção implica o calcorrear de vastas áreas e uma observação atenta e experimentada do terreno. cremos que, se tal for feito, algumas surpresas surgirão.

Aboboreira (Baião / Amarante / Marco de Canaveses) (Fig. 1).

No litoral minhoto, além do importante e monumental Dólmen da Barrosa, destacam-se os monumentos intervencionados por F. Martins Sarmiento, no vale do rio Âncora. Estes monumentos das planícies litorais, muitas vezes confundindo-se com as próprias formações dunares, são, apesar de tudo, mal conhecidos, quer no que concerne à arquitectura e espólio, mas também quanto ao seu número e tipo de implantação<sup>11</sup>.

Na província de Trás-os-Montes destacam-se os monumentos da Serra do Alvão e da Serra da Padrela (V<sup>a</sup> Pouca de Aguiar / Ribeira de Pena / Vila Real), da Chã de Alijó e de Monte Cardo (Alijó), da Serra da Azinheira (Sabrosa) e de Sales (Montalegre). São mais escassos na área oriental, onde nos surgem isolados ou em pequenos núcleos, como os de Carrazeda de Ansiães (Zedes e Vilarinho da Castanheira), Bragança (Donai) e Mogadouro (Sanhoane, Vilar de Rei, Pena Mosqueira, etc.)<sup>12</sup>.

Situam-se, de um modo geral, nas superfícies aplanadas das serras interiores, em chãs sem grandes acidentes geográficos, por vezes no coruto dos pequenos outeiros, por vezes bem destacados na paisagem, maioritariamente em pequenos núcleos.

Esta diferente dispersão dos monumentos, quiçá relacionável com diferentes tipos arquitectónicos, traduzirão, talvez, vias de penetração, influências e momentos cronológicos diversos, cuja problemática seria de averiguar com um trabalho de campo sistemático, de escavação, mas também de prospecção.

### 3. MORFOLOGIA DOS MONUMENTOS

#### 3.1. O *Tumulus*

A mamoa é a forma mais generalizada do monumento megalítico do Norte de Portugal; trata-se de uma construção feita em terra, protegida superficialmente por uma «couraça» de pedras, que ora se apresenta disposta segundo uma única camada, com as pedras mais ou menos imbricadas (Mamoa 1 de «Outeiro de Ante», Mamoa do «Alto

<sup>11</sup> Cfr. F. Martins Sarmiento, *Dispersos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933. Recentemente o Dr. E. J. Lopes da Silva iniciou um programa de investigação, no âmbito do megalitismo, que inclui o litoral minhoto.

<sup>12</sup> A província de Trás-os-Montes tem sido alvo, nos últimos anos, de trabalhos de prospecção e de escavação, realizados pelos Drs. A. Huet Bacelar Gonçalves (concelho de Sabrosa) e Maria de Jesus Sanches (Planalto Mirandês, que compreende os concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso, e parte do concelho de Freixo de Espada à Cinta). Sobre estes trabalhos veja-se o resumo da comunicação apresentada por A. Huet Bacelar Gonçalves à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, em 20 de Junho de 1986, publicado na revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 26 (1-4), 1986, p. 276 e, de M. J. Sanches, os artigos A Mamoa 3 de Pena Mosqueira, Sanhoane (Mogadouro), *Arqueologia*, 15, Porto, 1987, pp. 94-115; A Mamoa do Barreiro — um *tumulus* do Leste de Trás-os-Montes, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 27, Porto, 1987 (no prelo). Nós próprios realizámos também trabalhos de prospecção na região, nomeadamente nos concelhos de V<sup>a</sup> Pouca de Aguiar e Vila Real (Serras do Alvão e da Padrela), Peso da Régua e Carrazeda de Ansiães. Vd., A necrópole megalítica da Serra do Alvão, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25 (2-4), Porto, 1985, pp. 296-406.



do Loureiro», Serra da Aboboreira, Baião), ora bastante espessada, através da sobreposição de várias camadas de pedra (Mamoas 1 de «Chã de Carvalho», Serra da Aboboreira, Baião)<sup>13</sup>.

Estes *tumuli*, que normalmente envolvem a estrutura megalítica (dólmen de corredor, pequeno dólmen, ou cista), apresentam planta de contorno circular ou ovalar e variam entre 6-8 m e 30-35 metros de diâmetro, mostrando-se, por vezes, bastante destacados no terreno, o que permite a sua detecção de longa distância (Mamoas do «Alto do Loureiro»; Mamoas do «Alto do Catorino», Serra do Alvão, V<sup>a</sup> Pouca de Aguiar), ou, outras, reduzem-se a um pequeníssimo relevo de poucos centímetros de altura, confundindo-se com os acidentes topográficos (Mamoas 4 de «Out<sup>o</sup> de Gregos», Mamoas de «Trás-dos-Tapados», Serra da Aboboreira, Baião-Marco de Canaveses).

Situam-se nas regiões planálticas, em terreno chão, e nas planícies do litoral, umas vezes aproveitando os pequenos relevos naturais não rochosos, em posição preponderante (Mamoas 1 e 2 de «Lagoa», Serra da Padrela, V<sup>a</sup> Pouca de Aguiar; Mamoas do «Alto do Loureiro»), ora em posições secundárias; por vezes, nas encostas de fraco declive e, raramente, nos interflúvios.

A mamoa teria a função fundamental de dar consistência à estrutura dolménica existente no seu interior, funcionando, em múltiplos aspectos, como solução construtiva. Só assim se compreende que estes sepulcros tenham resistido as desgastes provocado pelo tempo e chegado até nós (Fig. 2).

Mas nem sempre as grandes mamoas contêm no seu interior grandes câmaras megalíticas (Mamoas 1 de «Chã de Carvalho»). Não são de excluir outras funções, paralelas ou não àquelas. De facto, o esforço desenvolvido na construção destes montículos só é compreensível, por vezes, no âmbito da monumentalização do túmulo, certamente relacionável com a estrutura social, mental e económica da comunidade.

<sup>13</sup> Ao longo deste texto serão várias vezes mencionados, a título de exemplo, alguns monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira, cujas referências bibliográficas se indicam: *Mamoas 1 de «Outeiro de Ante»*: V.O. Jorge, Escavação da Mamoa 1 de Outeiro de Ante, Serra da Aboboreira — Baião, *Setúbal Arqueológica*, VI-VII, 1980-1981, pp. 85-111. *Mamoas 1 de «Outeiro de Gregos»*: V.O. Jorge, Escavação da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira — Baião), *Portugália*, nova série, I, Porto, 1980, pp. 9-28. *Mamoas 4 de «Outeiro de Gregos»*: D.J. Cruz e M.J. Sanches, Escavação da Mamoa 4 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira — Baião), *Arqueologia*, 11, Porto, 1985, pp. 26-39. *Mamoas de «Trás-dos-Tapados»*: D.J. Cruz, *op. cit.* (vd. nota 1), p. 38 (monumento nº 19). *Mamoas 1 da «Abogalheira»*: A.M.C. Leite da Cunha e E.J. Lopes da Silva, Escavação da Mamoa 1 da Abogalheira (Serra da Aboboreira — concelho de Amarante), «Trabalhos do G.I.A.N.», nº 1, Porto, 1982. *Anta de «Chã de Parada»*: V.O. Jorge e A.M.S. Bettencourt, Sondagens arqueológicas na Mamoa 1 de Chã de Parada (Baião, 1987), *Arqueologia*, 17, Porto, 1988, pp. 73-118. *Mamoas de «Mina do Simão»*: V.O. Jorge, Escavação da Mamoa da Mina do Simão (Serra da Aboboreira — Amarante), *Arqueologia*, 9, Porto, 1984, pp. 3-21. Os monumentos do «Alto do Loureiro», 1 e 2 de «Chã de Carvalho», escavados pelo autor, encontram-se inéditos; sobre a Mamoa 1 de «Chã de Carvalho» foi publicada uma notícia preliminar: Escavação da Mamoa 1 da Chã de Carvalho — Serra da Aboboreira, *Arqueologia*, 7, Porto, 1983, pp. 74-75. Para os monumentos da Serra do Alvão e da Serra da Padrela veja-se a bibliografia citada no nosso trabalho mencionado na nota 12. Os dólmenes de corredor (Zedes, Vilarinho da Castanheira, Alijó, Lamoso, Madorras 1, Barrosa) são devidamente referenciados em capítulo adiante, dedicado à arte megalítica. A cista megalítica de S. Bento das Peras (Vizela), foi publicada por M.F. Coelho F.S. e Sousa, O Monte de S. Bento das Pedras — Vizela (primeiros dados arqueológicos), *Arqueologia*, 13, Porto, 1986, pp. 188-193.

Em algumas situações o *tumulus* é ainda valorizado com a implantação, na sua parte média, de um círculo lítico, constituído por blocos ou lajes de média e grande dimensão e, por vezes, de granito de tipo diferente do utilizado na cobertura superficial das terras que o constituem (Mamoia 1 de «Chã de Carvalhal»; Mamoia 1 de «Outeiro de Gregos»; Mamoia 1 da «Abogalheira», Serra da Aboboreira, Amarante). Também este elemento terá um carácter ornamental e/ou simbólico.

Há, assim, uma grande variedade de soluções na construção da mamoa, intimamente ligada ao tipo e dimensão da estrutura funerária existente no seu interior, a factores de ordem geográfica (características do terreno, maior ou menor declive da superfície de implantação do megálito, etc.) e geológica (disponibilidade de matéria-prima) e, sobretudo, ao momento cronológico-cultural.

De facto, a amostragem é reduzida (monumentos estudados), mas patenteia uma realidade diversa, conquanto os monumentos surjam aos olhos do investigador sob formas muito semelhantes.

### 3.2. O sepulcro

Ao nível da câmara funerária assinala-se também uma grande diversidade. Predominam as câmaras simples, de planta poligonal ou rectangular, fechadas ou com abertura lateral, por vezes marcada com dois esteios em forma de pilar.

O espaço sepulcral é limitado e assume a forma mais generalizada do pequeno dólmen, ou de cista megalítica (S. Bento das Peras, Serra da Penha, Vizela) diferindo esta daquele pela disposição dos esteios, justapostos topo a topo e fincados no solo segundo o lado maior, conferindo-lhe o aspecto de «caixa», de paredes baixas, de planta rectangular ou sub-rectangular.

Em muito menor número temos ainda os grandes dólmenes: de planta poligonal, tendencialmente circular (Dólmen de Zedes, Carrazeda de Ansiães; Anta da «Fonte Coberta», Alijó), e alargada, como é o caso da Anta de «Chã de Parada» (Serra da Aboboreira, Baião) e do Dólmen de Lamoso (Paços de Ferreira).

O acesso ao espaço sepulcral é feito por um corredor, curto, bem diferenciado da câmara, quer em alçado, quer em planta («Pala da Moura», Carrazeda de Ansiães; Anta de «Chã de Parada», Baião; Dólmen de Lamoso, Paços de Ferreira), formado por dois ou mais esteios de cada lado, dispostos paralelamente, ou por um esteio e um pilar terminal, como no já referido monumento de «Pala da Moura».

Outros monumentos, como o dólmen de Zedes (Carrazeda de Ansiães) e a Anta da «Fonte Coberta» (Alijó) apresentam apenas a definição da entrada da câmara através da colocação de duas lajes, baixas, assentes no solo segundo o lado maior, à entrada. Esta solução, mais simbólica que construtiva, que também se encontra em alguns dólmenes, poucos, da Beira Alta<sup>14</sup>, coloca, contudo, algumas questões ligadas à sua

<sup>14</sup> Nomeadamente nos monumentos de «Pedra de Arca do Espírito Santo» (Serra do Caramulo), «Anta de Pêro Moço» (Guarda) e nos dólmenes 1 e 2 de «Chã de Lameiras» (Penedono).

funcionalidade e articulação com a mamoa, se considerarmos que estes monumentos seriam cobertos, total ou parcialmente, por uma mamoa de terra, cujos vestígios, nestes dois dólmenes, ainda são visíveis<sup>15</sup> (Fig. 3).

Num grupo distinto integram-se alguns outros monumentos em que a câmara não se diferencia do corredor, i.e., este vai-se alargando, gradualmente, no sentido da câmara. Não é, contudo, perfeitamente claro, devido ao estado da conservação dos monumentos, se esta indiferenciação, que hoje é observável em planta, existia originalmente também ao nível da altura dos esteios (Dólmen da Barrosa, Âncora).

A cabeceira destes dólmenes é formada por uma grande laje, sobre a qual se apoiam todos os outros esteios, por sobreposição sucessiva. É excepção o dólmen da «Pala da Moura» (Vilarinho da Castanheira, Carrazeda de Ansiães), cuja cabeceira se reparte por dois esteios, um dos quais em forma de pilar, justapostos. Esta solução parece ser também a verificada no Dólmen de Lamoso (Paços de Ferreira)<sup>16</sup>, com um esteio central, largo, e provavelmente dois esteios mais estreitos, ladeando aquele, aproximando-se, neste aspecto, de alguns dólmenes da Beira Alta<sup>17</sup>.

Os esteios que constituem as câmaras funerárias, simples e de corredor, normalmente de granito, são colocados directamente sobre o solo original, ou encaixados em buracos abertos para esse efeito; não raro se utilizam blocos e lajes como calços. Exteriormente apresentam um contraforte, quer na câmara como no corredor, de envergadura variável mas proporcional às dimensões do monumento, que lhes é adossado.

As câmaras funerárias são, por vezes, lajeadas, como refere o P.<sup>o</sup> José Brenha relativamente ao monumento nº 8 do núcleo de «Chã de Arcas» (Serra do Alvão, V.<sup>a</sup> Pouca de Aguiar)<sup>18</sup>, ou como foi detectado na Mamoa do «Alto do Loureiro» e na Mamoa da «Mina do Simão» (Serra da Aboboreira, Amarante).

A entrada do corredor seria fechada com uma pequena laje, delgada, colocada transversalmente, à qual se associava, por vezes, uma estrutura complexa de pedras, já

<sup>15</sup>Cfr. J.R. dos Santos Júnior, *Pinturas megalíticas* (op. cit. na nota 5); J.M. Cotelto Neiva, O dólmen da Fonte Coberta (na Chã de Alijó), *Boletim da Associação de Filosofia Natural I* (5), Lisboa, 1938, pp. 61-82. A existência deste tipo de «entrada» em monumentos do Norte de Portugal e da região Centro, com um carácter, aparentemente, simbólico, coloca a possibilidade de este tipo de monumentos não terem sido totalmente envolvidos quer pelo contraforte, como pelas terras do *tumulus*; talvez, nestes casos, a área fronteira à entrada do dólmen permanecesse livre, formando um «átrio» de acesso. Mas, de facto, não existem dados suficientes (obtidos a partir de escavações) que nos permitam averiguar o verdadeiro significado e funcionalidade destas lajes, largas e muito baixas, colocadas à entrada dos grandes dólmenes.

<sup>16</sup>De facto pensamos que este monumento, que apresenta uma câmara larga (2,80x2,30 m) e corredor curto (± 3 m) teria originalmente uma câmara de 10 esteios. Os trabalhos realizados por A. A. Tavares permitiram a detecção, apenas, de 9 esteios, mas a planta publicada permite considerar a hipótese da falta de um esteio, em forma de pilar, ladeando a laje de cabeceira. Vd. A.A. Tavares, Revisão de escavações incompletas (Orca do Seixinho e Dólmen de Lamoso), *Lucerna*, V, Porto, 1966, pp. 420-424.

<sup>17</sup>Na Beira Alta, esta solução encontra-se, por exemplo, na «Casa da Orca» (Cunha Baixa, Mangualde), «Lapa do Repilau» (Couto de Cima, Viseu), «Casa da Moura» (Carvalhal da Louça, Seia), «Orca de Cortiçô de Algodres» (Fornos de Algodres).

<sup>18</sup>Cfr. J. Brenha, Dólmenes ou antas no concelho de Villa Pouca d'Aguiar, *Portugália*, I, Porto, 1898, p. 696.

no exterior do corredor (Mamoia 1 de «Madorras», Sabrosa; Anta de «Chã de Parada», Baião), mas que poderá estar relacionada com o momento final de utilização do sepulcro<sup>19</sup>.

Por último, e concluindo a análise dos elementos pétreos deste tipo de monumentos, será de referir que o dólmen é coberto por uma única laje, de grandes dimensões, para cuja colocação concorria não só o «engenho» e a «arte» dos construtores, como técnicas de construção apuradas, nas quais se deve incluir a própria mamoa, funcionando como rampa para a sua deslocação. O corredor é igualmente coberto por lajes, mais pequenas, e os pequenos dólmens possuiriam também uma tampa, amovível, sendo fechado.

### 3.3. Outras estruturas, tumulares e/ou rituais

Sob a forma exterior de mamoa existem ainda estruturas construídas em pedra (pequeno «cairn», seg. V.O. Jorge), como é o caso da Mamoa 5 de «Outeiro de Gregos» (Serra da Aboboreira, Baião), monumento que não continha qualquer construção megalítica, e da Mamoa 4 de «Meninas do Crasto» (Serra da Aboboreira, Baião), também um «cairn», delimitado exteriormente por grandes lajes fincadas, que possuiria, na sua área central, uma estrutura que não foi possível determinar<sup>20</sup>.

É ainda o caso da Mamoa 2 de «Chã de Santinhos» (Serra da Aboboreira, Marco de Canaveses), um *tumulus* «clássico», em terra e recoberto superficialmente por uma camada de pedras, que apresentava, na sua área central, uma fossa escavada no saibro, cujo espaço era dividido por um esteio colocado transversalmente<sup>21</sup>.

Os «cairns» são construções tardias, situáveis na 1ª metade do II milénio a.C., enquanto que a fossa sob *tumulus* parece ser contemporânea dos dólmens simples. Decerto relacionar-se-ão com práticas funerárias, ou apenas rituais (como poderá ser o caso da fossa existente sob a Mamoa 2 de «Chã de Santinhos»), diversas das da tumulação em dólmens simples<sup>22</sup>.

<sup>19</sup> Cfr. V.O. Jorge e A.M.S. Bettencourt (vd. nota 13). Em recentes trabalhos, realizados na «Lapa do Repilau» (Couto de Cima, Viseu), foi também assinalada a existência de uma laje, de granito, pouco espessa, que impedia o acesso ao espaço sepulcral, embora não se tenha registado, como nos referidos monumentos do Norte de Portugal, a estrutura de pedras fronteira ao corredor.

<sup>20</sup> V.O. Jorge, A Mamoa 5 de Outeiro de Gregos, um «tumulus» não megalítico da Serra da Aboboreira, *Arqueologia*, 6, Porto, 1982, pp. 32-39; *idem*, Escavação das Mamoas 2 e 4 de Meninas do Crasto, Serra da Aboboreira, Baião, *Arqueologia*, 7, Porto, 1983, pp. 23-39.

<sup>21</sup> V.O. Jorge, Les tumulus de Chã de Santinhos (Ensemble mégalithique de Serra da Aboboreira, Nord du Portugal), *Arqueologia*, 12, Porto, 1985, pp. 96-128.

<sup>22</sup> É difícil definir a funcionalidade deste tipo de monumento (caso único em todo o Norte de Portugal) que é, em princípio, contemporâneo do dólmen, de câmara poligonal fechada, que se situa a escassos 26 metros. Se, por um lado, se pode formular a possibilidade de um certo polimorfismo arquitectónico, por outro, poder-se-á colocar a hipótese da existência de outras estruturas relacionadas com o ritual funerário. Os monumentos megalíticos deste período (3500-3000 anos a.C.) são tidos por túmulos colectivos mas, na verdade, o espaço útil de cada câmara funerária é muito reduzido. Tratar-se-á de uma inumação primária ou

São também de considerar, neste contexto, os indícios e vestígios que apontam para a existência de construções anexas aos túmulos. Algumas mamoaas têm revelado, nas proximidades da câmara funerária, buracos abertos no saibro, bastante regulares (Mamoia 4 de «Outeiro de Gregos»), vestígios de construções integradas no próprio monumento (Mamoia 1 de «Outeiro de Gregos»), ou implantadas na sua proximidade (Mamoia 2 de «Outeiro de Gregos»)<sup>23</sup>.

A informação disponível, em alguns casos muito fragmentária, é de difícil interpretação, mas estes indícios poderão, talvez, relacionar-se com construções, feitas em materiais perecíveis — que existiriam sobre os próprios dólmenes, anexas aos monumentos, prolongando-os para o exterior, ou implantadas periféricamente — de cariz ritual, ou/e religioso<sup>24</sup>.

#### 1.4. Os menires

Os monumentos megalíticos de tipo menir, cujo significado e cronologia são difíceis de determinar, são raros no Norte de Portugal, situação que, aliás, também se regista na região Centro, com um pequeno número de monumentos inventariado<sup>25</sup>, em contraste com o Sul do país<sup>26</sup>.

Na área considerada neste texto são de assinalar o *Marco de Luzim* (Peroselo, Penafiel), monólito de granito, de secção subpentagonal, com cerca de 2,50 m de altura,

---

secundária (deposição apenas de alguns ossos)? A elevada acidez dos solos desta região, infelizmente, não permitiu a conservação dos documentos que nos ajudariam a responder a esta questão. Será que a fossa sob *tumulus* de «Chã de Santinhos», cuja estratigrafia indica uma certa sucessão de camadas (vd. V.O. Jorge, *op. cit.* na nota 21, pp. 115-116) está relacionada com a fase inicial do ritual, sendo depositados no dólmen apenas alguns ossos, funcionando, neste caso, como ossuário? São interrogações para as quais não temos ainda resposta; neste contexto será aqui de recordar que, na Chã de «Outeiro de Gregos», nas proximidades de 2 dólmenes simples, de câmara provavelmente fechada, foi também localizada e escavada uma fossa, sem *tumulus*, cuja funcionalidade e relação com aqueles monumentos não foi possível definir perfeitamente. É certo que esta fossa poderá relacionar-se com um possível *habitat* mas também aqui podemos formular a hipótese de uma ligação com os monumentos funerários que se situam nas proximidades. Sobre esta fossa da Chã de «Outeiro de Gregos» veja-se, V.O. Jorge, Nótula sobre a fossa aberta no saibro de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira, Baião), *Arqueologia*, 1, Porto, 1980, pp. 19-24.

<sup>23</sup> Cfr. D.J. Cruz e M.J. Sanches, *op. cit.* (vd. nota 13); V.O. Jorge, Escavação da Mamoia 1 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira — Baião), *Portugália*, nova série, I, Porto, 1980, pp. 9-28; *idem*, Sobre uma estrutura situada na periferia da Mamoia 2 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira, Baião), *Arqueologia*, 2, Porto, 1980, pp. 19-24.

<sup>24</sup> Estes indícios alertam-nos para a necessidade de a escavação não se circunscrever apenas ao monumento propriamente dito mas a toda a área envolvente.

<sup>25</sup> Vide A. Girão, *Antiguidades pré-históricas de Lafões*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

<sup>26</sup> Vide H. L. Pina, Novos monumentos megalíticos do distrito de Évora, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, I, Coimbra, 1971, pp. 151-162; J.P. Pires Gonçalves, Menhires de Monsaraz, *Arqueologia e História*, 9ª série, II, Lisboa, 1970, pp. 151-176; J.P. Monteiro, M.V. Gomes, Menires do Algarve, *Actas del XV Congreso Nacional de Arqueologia*, Zaragoza, 1979, pp. 355-374.

disposto no terreno em posição vertical<sup>27</sup>, e o *Menir de S. Paio de Antas* (Antas, Esposende), bloco granítico, de secção subelíptica, medindo, aproximadamente, 1,70 m de altura, implantado no terreno com uma ligeira inclinação para Sul<sup>28</sup>. Ambos se situam na proximidade de mamoaos.

Outros dois monumentos, recentemente estudados — de mais difícil atribuição cronológico-cultural, porque sem contextos arqueológicos evidentes — são de referenciar: o monólito de *S. Bartolomeu do Mar* (S. Bartolomeu do Mar, Esposende) e a «*Estátua-menir*» da Bouça (Bouça, Mirandela) (Fig. 4).

O primeiro situa-se num terraço de praia de 15-25 m de altitude, a cerca de 750 m de distância da linha de costa, e tem 2,10 m de altura e secção subtriangular, apresentando-se seccionado na parte superior<sup>29</sup>; o segundo, também de granito, com 2,45 m de altura e secção, na sua parte média, plano-convexa, tem configuração fálica<sup>30</sup>.

O menir de S. Bartolomeu do Mar surge, no meio de campos agriculturados, isolado; apresenta, como atributos mais notáveis, insculpidas na suas «faces», dois conjuntos de covinhas, e outras, mais dispersas, num total de dezanove<sup>31</sup>.

Já a «*Estátua-menir*» da Bouça foi recolhida fora do seu contexto original, nas proximidades de Mirandela; o seu aspecto fálico, lembrando alguns exemplares do Sul de Portugal, é indicador da reutilização de um antigo menir<sup>32</sup>.

Outras pedras fincadas, uma ou outra vez classificadas como menires, como o de Turrinheiras (Cabeceiras de Basto) e o Penedo Longo (Amarante), não são mais que formações naturais, embora curiosas<sup>33</sup>.

#### 4. A ARTE MEGALÍTICA

Numa região em que o megalitismo tem uma expressão significativa, não são numerosos os monumentos com pinturas e/ou gravuras.

<sup>27</sup> J.R. dos Santos Júnior e J.M. Aguiar, O menir de Luzim (Penafiel), *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, I, 1940, pp. 209-217; F. Lanhas e D. de Pinho Brandão, Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico, *Revista de Etnografia*, IV (2), Porto, 1965, pp. 275-323.

<sup>28</sup> C.A. Brochado de Almeida, *O menir de S. Paio de Antas (Esposende)*, Antas-Esposende, Associação Recreativa e Cultural de Antas, 1979; V.O. Jorge, Menhirs du Portugal, in *L'Architecture mégalithique*, Vannes, Société Polymathique du Morbihan, 1977, pp. 99-124.

<sup>29</sup> V.O. Jorge, A.M. Baptista e A.H. Bacelar Gonçalves, Menir de S. Bartolomeu do Mar (Esposende), *Boletim Cultural de Esposende*, 9-10, Esposende, 1986, pp. 12-20.

<sup>30</sup> Sobre a descoberta deste monumento veja-se o resumo da comunicação de F. de Sande Lemos e A.M. Baptista apresentada à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, em sessão científica de 12 de Junho de 1985, publicado na revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25 (2-4), Porto, 1985, p. 442. O seu estudo foi realizado por Maria de Jesus Sanches e Vítor Oliveira Jorge. Vd., destes autores, A «*Estátua-menir*» da Bouça (Mirandela), *Arqueologia*, 16, Porto, 1987, pp. 78-82.

<sup>31</sup> É ainda referido pelos autores do trabalho de levantamento (V.O. Jorge, *et alii*, *op. cit.*), o carácter antropomórfico do monólito mas que, na verdade, não nos parece muito evidente.

<sup>32</sup> M.J. Sanches e V.O. Jorge, *op. cit.*

<sup>33</sup> C. Teixeira, Notas sobre algumas construções megalíticas minhotas, *Revista de Guimarães*, 58 (1-2), Guimarães, 1948, p. 111; V.O. Jorge, *op. cit.* (vd. nota 9), p. 444.

Estas manifestações assinalam-se, principalmente, nos dólmenes de corredor. Os seus vestígios são hoje muito ténues, pelo que é difícil, senão mesmo impossível, face ao estado actual de acelerada degradação em que se encontram, um reestudo dos levantamentos antigos, realizados, muitas vezes, segundo critérios e métodos bem díspares dos actuais<sup>34</sup>.

Pinturas e gravuras, por vezes associadas no mesmo megalito, mas cuja contemporaneidade é difícil de estabelecer, foram referenciados nos seguintes monumentos:

### Distrito do Porto

#### *Dólmen do Padrão* (Baltar, Paredes)

Dólmen de câmara poligonal e corredor curto.

Este monumento foi visitado, em 1926, por A. Mendes Corrêa, tendo então recolhido seis fragmentos de esteios, decorados com linhas onduladas e uma figura antropomórfica, motivos pintados a vermelho e a preto<sup>35</sup>.

Numa segunda visita, realizada nos finais da década de 30, este investigador descobriu novos fragmentos, também pintados a vermelho e a preto, decorados com motivos semelhantes aos dos esteios anteriores, destacando-se as «linhas sinuosas, alguns sinais pontuados, e especialmente uma figura astral»<sup>36</sup>.

No Museu do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto encontram-se depositadas duas pedras, de proveniência desconhecida, cujas figurações se identificam com os motivos descritos por A. Mendes Corrêa<sup>37</sup>.

É muito provável que estes dois esteios pintados provenham do Dólmen do

<sup>34</sup> Em rigor, o investigador deste domínio está hoje limitado aos levantamentos realizados por V. Leisner (*op. cit.* na nota 8) e de E. Shee Twohig, *The Megalithic Art of Western Europe*, Oxford, Clarendon Press, 1981.

<sup>35</sup> O Dólmen do Padrão foi estudado por A. Mendes Corrêa, que dele publica a planta e os fragmentos de esteios pintados que então recolheu. Cfr. A. Mendes Corrêa, *op. cit.* (nota 5). E. Shee, no seu trabalho sobre a arte megalítica da Europa Ocidental, reestuda as figurações dos esteios identificados por aquele investigador com as letras C, D, E e F, precisando alguns pormenores. Cfr. E. Shee Twohig, *The Megalithic Art of Western Europe*, Oxford, Clarendon Press, 1981, fig. 29.

<sup>36</sup> Comunicação apresentada por A. Mendes Corrêa à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, em sessão científica de 22 de Dezembro de 1938, intitulada «Novas pinturas do dólmen de Baltar», cujo resumo, exarado em acta, se transcreve:

«... O Prof. Mendes Corrêa fez a sua comunicação (...) expondo que no dólmen de Baltar, em que já havia registado em 1926 uma série curiosa de pinturas pré-históricas, foi possível encontrar agora uma nova série de pinturas em fragmentos de esteios, que uma lamentável extracção de pedra no dólmen veio revolver no interior do *tumulus*. Nas pinturas já publicadas pelo conferente, há anos, havia linhas onduladas, uma representação esquemática de figura humana, etc. Eram a vermelho e a negro. As pinturas agora descobertas são também nas mesmas cores, e compreendem numerosas linhas sinuosas, alguns sinais pontuados, e especialmente uma figura astral ou solar...» — «Livro de Actas», nº 2, fl. 79.

<sup>37</sup> Estes dois fragmentos de esteios foram publicados por E. Shee Twohig, *op. cit.*, p. 159 e fig. 69. Esta investigadora intui que a sua proveniência seja o Norte de Portugal ou a Beira Alta.

Padrão, recolhidos por Mendes Corrêa quando da sua segunda deslocação a Baltar. De facto, a descrição que este investigador delas fez na sessão científica da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, permite a identificação de alguns motivos, nomeadamente os «sinais pontuados», a «figura solar» e as «linhas sinuosas»<sup>38</sup>. Não há, contudo, referência aos dois antropomorfos identificados por E. Shee, mas tal dever-se-á, talvez, às características destas duas figuras, que surgem ao observador, numa primeira análise, como manchas vermelhas envolvidas por pontos negros<sup>39</sup>, bem diferentes do antropomorfo identificado num dos fragmentos do primeiro conjunto recolhido por Mendes Corrêa, em 1926 — de pernas arqueadas e braços estendidos — mais facilmente identificável com uma figuração humana.

O facto de no mesmo monumento existirem antropomorfos executados segundo estilos diferentes não é, por outro lado, de estranhar. Tal situação assinala-se, por exemplo, na «Orca dos Juncais» (Queiriga, V<sup>a</sup> Nova de Paiva), no 2<sup>o</sup> esteio da câmara (cena de caça) e no 3<sup>o</sup> esteio do corredor, ambos do lado sul<sup>40</sup>.

Creemos que estes dois fragmentos provêm, de facto, do Dólmen do Padrão, embora com as necessárias reservas que uma investigação mais exhaustiva, quer técnica como documental esclarecerá, tanto mais que Mendes Corrêa procedeu a registos fotográficos e por desenho deste 2<sup>o</sup> grupo de fragmentos<sup>41</sup>, documentos que certamente será possível localizar no espólio daquele investigador, existente na Faculdade de Ciências do Porto<sup>42</sup>.

## Descrição:

### *Esteio 1* (Fig. 5)

Dimensões: 148x65–77x13 cm; fragmentado na parte superior e no lado esquerdo.

Decoração organizada em «painel», dividido em duas áreas por uma linha

<sup>38</sup> Vide nota 36.

<sup>39</sup> Os pontos pintados a preto terão sido interpretados por A. Mendes Corrêa, independentemente da figuração a vermelho, como «sinais pontuados». E. Shee (*op. cit.*) identifica-os com a representação dos pés, mãos e da cabeça de dois antropomorfos, cada um dos quais possuindo dois pontos, pintados a preto, sob os braços. A figuração humana bicromática (a vermelho e a preto) é comum noutros monumentos, nomeadamente da Beira Alta (*v.g.* Antelas).

<sup>40</sup> Aliás, os antropomorfos do 3<sup>o</sup> esteio do corredor da «Orca dos Juncais» (lado sul), cujo fragmento se encontra depositado no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, são semelhantes ao identificado por Mendes Corrêa no Dólmen do Padrão. O mesmo se poderá dizer relativamente aos antropomorfos da Anta 4 de Lubagueira (Couto de Cima, Viseu). Cfr. E. Shee Twohig, *op. cit.*, figs. 39 e 45).

<sup>41</sup> Na comunicação de A. Mendes Corrêa à S.P.A.E. (vd. nota 36), refere-se que «... o conferente, depois de apresentar várias projecções de fotografia e desenhos, conclue por fazer algumas considerações sobre a cronologia e interpretação presumíveis dos sinais referidos». — «Livro de Actas», nº 2, fl. 79 v.

<sup>42</sup> Dada a importância destes dois fragmentos pensamos retomar, em tempo próximo, o seu estudo mais exhaustivo.



horizontal, ondulada, a vermelho; tanto a área inferior (uma espécie de «rodapé» ocupando cerca de 1/4 da superfície total desta face do esteio), como a superior, são envolvidas, perifericamente, formando «moldura», por uma linha ondulada, a vermelho, interrompida no rebordo superior (fragmentado), mas de que ainda restam vestígios; no lado esquerdo e na área superior, paralela à linha periférica, dispõe-se uma 2ª linha, que se interrompe na linha horizontal definidora do «rodapé»; desta, para a área inferior, partem duas outras, também onduladas e a vermelho, que se ligam à linha basal.

A área central e superior do esteio é ocupada por duas possíveis figurações humanas, com os braços estendidos, cujo corpo é pintado a vermelho, e a cabeça, mãos, e pés, a preto; debaixo de cada braço, um ponto negro<sup>43</sup>.

Estes dois antropomorfos são encimados por uma figura circular radiada, a vermelho, numa representação de grande simbolismo.

#### *Esteio 2 (Fig. 6)*

Dimensões: 113x56x38 cm; fragmentado pela parte média, na base e no lado esquerdo.

Fragmento de esteio apresentando uma organização decorativa semelhante à do esteio 1<sup>44</sup>. Duas linhas paralelas, uma ondulada e outra recta, dividem a área inferior («rodapé») da área superior; destas duas linhas horizontais partiriam, perpendicularmente, seis linhas onduladas, dispostas paralelamente, duas a duas, de que restam alguns vestígios; o lado direito do fragmento é preenchido, perifericamente, por 3 linhas onduladas, em «moldura», prolongando-se as duas mais exteriores pela área inferior; a terceira interrompe-se na linha horizontal definidora da área basal.

A área central do esteio é preenchida por uma figuração subtriangular, definida por uma linha ondulada (lado maior) e três linhas descontínuas, paralelas, intercaladas por 3 linhas de pontos (lados menores); uma figura, também subtriangular, partindo da linha inicial (lado maior) insere-se no espaço central desta composição.

Os motivos descritos são pintados a vermelho, com excepção das linhas de pontos, que são a preto.

#### *Dólmen de S<sup>ª</sup> Marta (Portela, Penafiel)*

Dólmen de câmara e corredor indiferenciados<sup>45</sup>.

<sup>43</sup> E. Shee Twohig, *op. cit.*, p. 159.

<sup>44</sup> Orientamos este fragmento de esteio diferentemente de E. Shee. De facto julgamos haver indícios suficientes que nos permitem pensar que se trata de um esteio seccionado pela sua parte média e fragmentado na base e no lado esquerdo. O espaço a pintar terá, assim, sido planeado semelhantemente ao do esteio anterior pelo que a descrição que dele fazemos não é coincidente com a daquela investigadora.

<sup>45</sup> Cfr. V.O. Jorge, Três dólmenes do distrito do Porto, *Arqueologia*, 8, Porto, 1983, pp. 103-109.

Neste monumento são assinalados por J.R. dos Santos Júnior «restos de pinturas», a vermelho, na «face interna dos esteios»<sup>46</sup>.

*Dólmen de Lamoso* (Lamoso, Paços de Ferreira)

Dólmen de câmara poligonal e corredor curto<sup>47</sup>.

Uma figura subtriangular, gravada na parte superior da laje de cabeceira, é referenciada por E. Shee<sup>48</sup>.

*Anta de Chã de Parada* (Ovil, Baião)

Dólmen de câmara poligonal larga e corredor curto<sup>49</sup>.

Neste monumento foram identificadas gravuras e vestígios de pinturas por Rui de Serpa Pinto<sup>50</sup>, mais tarde publicadas por J.R. dos Santos Júnior<sup>51</sup> e E. Shee<sup>52</sup>.

A laje de cabeceira apresentava vestígios de pinturas e 4 figurações de um motivo interpretado por E. Shee como representando um «objecto», semelhantes às do dólmen de Dombate, Espinaredo II e de Baiñas (La Coruña, Galiza)<sup>53</sup> e, em dois esteios da câmara, do lado norte, uma «face» oculada e uma figura raiada.

<sup>46</sup> Comunicação apresentada por J.R. dos Santos Júnior à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, em sessão científica de 21 de Julho de 1937, intitulada «Explorações pré-históricas no concelho de Penafiel», na qual se refere «... às visitas que em 1933 fez ao Castro de Croca e ao dólmen de Portela ou de St.ª Marta, tendo verificado que, neste último, as faces internas dos esteios da câmara apresentam vestígios de pinturas a vermelho, embora em mau estado de conservação» — «Livro de Actas», nº 2, fl. 71 v. Vide, do mesmo autor, *Arte Rupestre, Congresso do Mundo Português*, I, Lisboa, 1940, p. 346.

<sup>47</sup> A.A. Tavares, *op. cit.*, pp. 420-424.

<sup>48</sup> Cfr. E. Shee Twohig, *op. cit.*, pp. 146-147 e fig. 28. Relativamente a esta figura gravada esta investigadora manifesta algumas dúvidas quanto à sua antiguidade, embora considere que o motivo pode perfeitamente integrar-se na temática da arte megalítica peninsular, ainda que sem paralelos exactos.

<sup>49</sup> Cfr. G.K. Leisner, *op. cit.*, (vd. nota 6); V.O. Jorge e A.M.S. Bettencourt, *op. cit.*

<sup>50</sup> Descoberta comunicada à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, em sessão científica de 24 de Fevereiro de 1933, cujo resumo se transcreve:

«O Sr. Dr. Rui de Serpa Pinto fez a sua comunicação sobre as gravuras que descobriu num dólmen de Baião. A Casa dos Mouros é uma das antas mais perfeitas do Norte de Portugal, comparável à conhecida «Lapa dos Moiros» de Barrosa, Âncora. Situada na freguesia de S. João de Ovil, Baião, pertence a uma necrópole que do planalto da Chã de Parada se estende pela Serra da Aboboreira, tendo sido mencionada por J.A. Vieira e J. de Pinho. O interesse do monumento consiste em apresentar no seu interior pinturas e gravuras pré-históricas inéditas, relativamente raras e representando ídolos estilizados e figuras indeterminadas» — «Livro de Actas», nº 2, fl. 33.

Vide, também, Rui de Serpa Pinto, *As gravuras da Casa dos Moiros — Baião*. (Inéditos de Rui Serpa Pinto), *Arqueologia*, 9, Porto, pp. 125-127.

<sup>51</sup> *Op. cit.*, vd. nota 46.

<sup>52</sup> *Op. cit.*, vd. nota 35, pp. 147-148, fig. 30.

<sup>53</sup> Cfr. C. Perez Bustamente e S. Parga Pondal, *Notas de arqueologia préhistórica galaica. Los dolmens de Dombate e de la Gándara (Coruña)*, *Bol. de la Biblioteca Menendez y Pelayo, Santander*, n.º 6 e 7, 1924-1925, pp. 360-372 e 115-142; R. Sobrino Lourenzo-Ruza, *Megalíticos de Monte Corzan, Zephy-*

*Mamoa 3 de Chã de Parada* (Ovil, Baião)

Dólmen de câmara poligonal de oito (?) esteios, fechada (?)<sup>54</sup>. O monumento está implantado sobre uma pequena elevação natural, apresentando-se em posição dominante relativamente aos restantes monumentos situados nesta chã.

Rui de Serpa Pinto é o primeiro investigador que assinala neste monumento «restos de pinturas a vermelho, muito danificadas pelos líquenes»<sup>55</sup>. Após os trabalhos de escavação, que decorreram em 1982 e 1983, V.O. Jorge referencia, de novo, a existência de pinturas<sup>56</sup>, cujo levantamento e publicação será feito por Orlando de Sousa que identifica, num dos esteios, além de uma mancha informe, a vermelho, «cinco círculos, dois dos quais concêntricos», na mesma cor, e outras manchas, a preto<sup>57</sup>.

*Dólmen dos Arcos* (S. Pedro Fins, Maia)

Monumento destruído, cuja estrutura interna se desconhece.

Segundo J.R. dos Santos Júnior apresentava «vestígios de pinturas a vermelho, nuns pedaços de esteios»<sup>58</sup>.

## Distrito de Viana do Castelo

*Dólmen da Barrosa* (Âncora, Caminha)

Dólmen de câmara e corredor indiferenciados<sup>59</sup>.

Dois esteios, provavelmente do corredor, gravados com linhas onduladas e figuras em «U»; um terceiro esteio, gravado nas duas faces com os mesmos motivos, encontrava-se inserto entre o último esteio do corredor e o primeiro da câmara (lado norte)<sup>60</sup>.

---

rus, 6, 1953, pp. 177-186; E. Shee e M.C. Garcia Martinez, Três tumbas megalíticas decoradas en Galicia, *Trabajos de Prehistoria*, 30, 1973, pp. 335-348; E. Shee Twohig, *op. cit.*, pp. 29, 143-145, fig. 15, 16, 22 e 23.

<sup>54</sup> F. A. Pereira da Silva, Escavação da mamoa 3 de Chã de Parada — Serra da Aboboreira, Concelho de Baião, 1982-1983, *Arqueologia*, 11, Porto, 1985, pp. 39-50.

<sup>55</sup> Vide *op. cit.* (nota 50), p. 125.

<sup>56</sup> V.O. Jorge, Descoberta de pinturas megalíticas na Serra da Aboboreira, *Jornal Repórter do Marão*, nº 21, de 20 de Julho de 1985.

<sup>57</sup> Orlando de Sousa, As pinturas rupestres da Mamoa 3 de Chã de Parada — Baião, *Arqueologia*, 17, Porto, 1988, pp. 119-120.

<sup>58</sup> *Op. cit.* (vd. nota 5), Arte rupestre..., p. 346.

<sup>59</sup> J. de Castro Nunes, Escavações do dólmen da Barrosa (Âncora) — I, *Revista de Guimarães*, 61, 1951, pp. 196-204; *id.*, *ibidem*, II, 65, 1955, pp. 154-159.

<sup>60</sup> E. Shee Twohig, *op. cit.*, p. 146, fig. 27. Estes três fragmentos de esteios encontram-se depositados na Museu do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto.

**Dólmen 1 de Chã de Cabanas** (Britelo, Ponte da Barca)

Dólmen de corredor.

Vestígios de pinturas e gravuras em vários esteios<sup>61</sup>.**Distrito de Vila Real****Dólmen da Fonte Coberta** (Chã, Alijó)Dólmen de câmara poligonal com «vestíbulo»<sup>62</sup>.Vestígios de pinturas no 3º esteio da câmara e gravuras (sulcos e covinhas), em dois outros esteios; a laje de cobertura (face exterior) apresenta também 4 covinhas<sup>63</sup>.**Mamoia 1 de Madorras** (Sabrosa, Vila Real)

Dólmen de câmara poligonal e corredor curto.

Vestígios de pinturas, na laje de cabeceira, e gravuras, em alguns esteios da câmara<sup>64</sup>.**Distrito de Bragança****Dólmen da «Pala da Moura»** (Vilarinho da Castanheira, Carrazeda de Ansiães)Dólmen de câmara poligonal e corredor curto<sup>65</sup>.

Vestígios de pinturas, a vermelho, na parte superior da laje de cabeceira,

---

<sup>61</sup> Vide resumo da comunicação apresentada pelos Drs. F. de Sande Lemos e A.M. Baptista à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, em sessão de 12 de Julho de 1985, intitulada «Descobertas recentes no âmbito do megalitismo do Norte de Portugal», publicado na revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25 (1-4), Porto, 1985, p. 472.

<sup>62</sup> J.M. Coteló Neiva, O dólmen da Fonte Coberta (na Chã de Alijó), *Boletim da Associação de Filosofia Natural*, I (5), Lisboa, 1938, pp. 61-82.

<sup>63</sup> E. Shee Twohig, *op. cit.*, p. 117.

<sup>64</sup> A Mamoia 1 de Madorras (Serra da Azinheira, Sabrosa), encontra-se em escavação, desde 1983, pelo Dr. A. Huet de Bacelar Gonçalves, e é hoje um dos mais importantes monumentos megalíticos do Norte de Portugal. Na última campanha de trabalhos arqueológicos (1988), foram detectadas gravuras e pinturas nos esteios da câmara, além de outros importantes achados que aquele investigador revelou ao Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular (Set. de 1988) e de que se dá notícia neste volume de Actas. Agradecemos a este investigador a permissão concedida para a divulgação desta última descoberta, posterior à realização daquele Colóquio.

<sup>65</sup> Vd. planta publicada por V.O. Jorge, O Megalitismo do Norte de Portugal, in *Actas da 1ª Mesa-Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*, «Trabalhos do G.E.A.P.», nº 3, Porto, 1979, pp. 83-101.

assinaladas por J. R. dos Santos Júnior e interpretadas por E. Shee como a representação de uma pele esticada de animal, ou de uma figura antropomórfica<sup>66</sup>.

*Dólmen de Zedes* (Zedes, Carrazeda de Ansiães)  
Dólmen de câmara poligonal e «vestíbulo»<sup>67</sup>.

Vestígios de pinturas e gravuras, nomeadamente no 2º esteio, decorado com linhas onduladas encimadas por um «báculo», e na laje de cabeceira (face externa), covinhas e sulcos<sup>68</sup>.

Três outros monumentos, entretanto destruídos e de que nunca se chegaram a executar levantamentos, são por vezes mencionados neste âmbito: uma mamoa, em Esposende, com 4 esteios «debuxados com vários caracteres e figuras»<sup>69</sup>, uma outra mamoa, em S. Julião do Freixo (Ponte de Lima), com pinturas<sup>70</sup>, e a anta do Folão (Póvoa de Varzim), com uma gravura<sup>71</sup>. De referir, ainda, que num dos dólmenes de Frieiro (Vila Pouca de Aguiar), escavado pelos padres José Brenha e Raphael Rodrigues nos finais do século passado<sup>72</sup>, foi recolhida uma laje, medindo 1,10x0,84-0,55 m, insculturada com covinhas<sup>73</sup>, e que teria sido utilizada como pavimento da câmara funerária.

Este motivo, as covinhas, decora também 3 dos menires do Norte de Portugal: o Marco de Luzim, o menir de S. Bartolomeu do Mar e a «Estátua-menir» da Bouça; neste último monumento, de carácter fálico, os sulcos foram utilizados para definir a glande e, provavelmente em época posterior, uma figuração sub-rectangular existente no seu tronco<sup>74</sup>.

Os principais motivos desta arte são as linhas onduladas (Padrão, Barrosa, Zedes), os antropomorfos e uma figura circular radiada (Padrão), círculos concêntricos (Mamoa 2 de Chã de Parada), um motivo de difícil interpretação mas identificado com a representação de um «objecto», uma «face» oculada e uma figura raiada (Anta de Chã de Parada), uma mancha, interpretada como representando uma pele de animal esticada («Pala da Moura»), um possível báculo (Zedes), etc.

Nas pinturas predomina a cor vermelha.

Mas, na verdade, como acentua A. Leroi-Gourhan na sua vasta obra, os motivos

<sup>66</sup> J.R. dos Santos Júnior, *op. cit.* (nota 5); E. Shee Twohig, *op. cit.*, pp. 148-149, fig. 33.

<sup>67</sup> J.R. dos Santos Júnior, *op. cit.*, (vd. nota 5).

<sup>68</sup> E. Shee Twohig, *op. cit.*, p. 148, fig. 32.

<sup>69</sup> Jerónimo Contador de Argote, *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, I, Lisboa, 1732, p. 151.

<sup>70</sup> C.A. Brocado de Almeida, *op. cit.*, (vd. nota 28), p. 13 (nota infrapaginal 38).

<sup>71</sup> F.A. Martins Sarmiento, Aditamento à notícia arqueológica sobre o Monte da Cidade, de R. Severo e A. Cardoso, *Revista de Guimarães*, III, 1886, p. 142; J. Leite de Vasconcelos, Extractos da correspondência de F. Martins Sarmiento (1881-1883), *O Arqueólogo Português*, VI, Lisboa, 1901, p. 47.

<sup>72</sup> R. Rodrigues, Dólmenes ou antas de Villa Pouca de Aguiar, *O Archeologo Português*, I, Lisboa, 1895, p. 349.

<sup>73</sup> J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, I, 2ª ed., Lisboa, 1987, pp. 358-359.

da arte pré-histórica devem ser vistos no seu espaço, não tendo sentido a sua individualização<sup>75</sup>; também, no domínio da arte megalítica, V.O. Jorge chamou a atenção para a «organização decorativa em painéis»<sup>76</sup>, bem evidente no Dólmen de Antelas (Oliveira de Frades, Viseu), no Dólmen da Fonte Coberta (La Coruña, Galiza) e, como cremos, no Dólmen do Padrão (Baltar, Porto).

Esta organização do espaço a decorar (câmara, ou câmara e corredor) e de cada ortostato (este é também dividido em várias áreas bem definidas), parecem indicar um prévio planeamento e uma ordenação interna dos diversos «quadros», que permitam uma «leitura» inteligível do conjunto.

O paralelismo, estilístico, técnico e temático, que é possível estabelecer entre os motivos e associações, apontam, por outro lado, para uma estreita relação, neste momento cronológico-cultural, entre as regiões da Beira Alta, do Norte de Portugal e da Galiza.

Esta arte funerária, expressa particularmente nos grandes dólmenes, traduz também um acentuado enriquecimento do espaço sepulcral propriamente dito, que é paralelo à monumentalização exterior, e que terá, certamente, explicação na complexificação do ritual funerário e comportamentos religiosos<sup>77</sup> e das relações sociais e económicas destas comunidades.

## 5. PROBLEMAS CRONOLÓGICOS

O espólio disponível, considerando o grande número de monumentos existentes no Norte de Portugal, é reduzido e estatisticamente pouco significativo<sup>78</sup>. O facto destes materiais, na sua maior parte, provirem de escavações antigas, e os monumentos terem chegado até nós profundamente remexidos, aliado à sua reutilização, dificultam o estabelecimento de uma cronologia relativa.

Não existem, também, datações de Carbono 14, exceptuando o conjunto de determinações radiocarbónicas, já numeroso, do «Conjunto Megalítico da Serra da Aboboreira». Contudo, face a um fenómeno tão diverso e de tão longa duração, não é aconselhável a generalização da cronologia dos monumentos da Serra da Aboboreira para toda a região do Norte de Portugal, geograficamente diversa. O megalitismo nesta região poderá, de facto, traduzir, ao nível peninsular, contactos e caminhos díspares,

<sup>75</sup> M.J. Sanches e V.O. Jorge, *op. cit.* (vd. nota 30).

<sup>76</sup> Veja-se deste autor, entre outros trabalhos, *Préhistoire de l'art occidental*, Paris, Hazenod, 1965; *Réflexions de méthode sur l'art paléolithique*, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 63 (1), 1966, pp. 35-45; *Considérations sur l'organisation spatiale des figures animales dans l'art pariétal paléolithique*, in *Actas del Simposium internacional de arte rupestre, Santander Simposium*, Santander, 1972, pp. 281-308.

<sup>77</sup> V.O. Jorge, *op. cit.*, (vd. nota 9), p. 837.

<sup>78</sup> Neste sentido talvez se possa falar, com L'Helgouach, em «templos funerários». Cfr. J. L'Helgouach, *Les sépultures mégalithiques en Armorique (dolmens à couloirs et allées couvertes)*, Rennes, 1965, p. 307.

<sup>79</sup> O espólio dos monumentos megalíticos do Norte de Portugal não é tratado neste texto. Salvo alguns, importantes, achados recentes, que na maior parte dos casos permanecem inéditos, não há muito a acrescentar ao que, nos últimos anos, tem sido expandido por diversos investigadores. Falta, por outro lado, um estudo exaustivo dos espólios depositados em diversos museus, muitos deles inéditos, particularmente

ainda não perfeitamente definidos.

### 5.1. Questões metodológicas

Relativamente às datações obtidas pelo processo de Carbono 14 há também que ter presente um conjunto de factores limitativos que obrigam, metodologicamente, à sua utilização criteriosa. Uns são inerentes ao próprio processo de datação<sup>79</sup>, outros ligam-se à especificidade das estações, às condições de recolha das amostras e à leitura estratigráfica.

No primeiro grupo serão de incluir as dificuldades que presidem à comparação de datações (data convencional + desvio padrão) — que são valores estimados — provenientes de laboratórios diferentes. De facto, estes valores são obtidos por processos complexos e diferente tecnologia, e os resultados obtidos manifestam uma certa variação de laboratório para laboratório. Estas variações são medíveis, por testagem, mas encontram-se determinadas para um pequeno número de laboratórios<sup>80</sup>.

A situação ideal seria a comparação de datas obtidas por processos, tecnologia e graus de precisão semelhantes, ou seja, realizadas no mesmo laboratório<sup>81</sup>, ou, na sua impossibilidade, a aplicação de testes estatísticos adequados a cada situação<sup>82</sup>.

---

no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. Contudo, os trabalhos mais recentes, realizados na Serra da Aboboreira, no litoral minhoto e na província de Trás-os-Montes, têm proporcionado espólios significativos que permitem extrapolações, cronológicas e culturais, no contexto peninsular. Destacamos os materiais campaniformes, cerâmicos e metálicos, das mamoas 1 de «Chã de Carvalhal», de «Monte Maninho» e da Anta de «Chã de Parada» (na Serra da Aboboreira), da Mamoa 1 de Vale de Juros (na Serra do Castelo, Baião), da Mamoa de Chafé (Viana do Castelo), as 5 pontas de seta, de base triangular, com aletas ou o seu esboço, da Anta de «Chã de Parada» e os cerca de 20 micrólitos das mamoas de «Alto do Loureiro» e de «Igrejinhas» e, sobretudo, os fragmentos cerâmicos, com decoração de tipo «Bouquique», da Anta de «Chã de Parada» e da Mamoa 2 de «Furnas» (Serra da Aboboreira). Além da bibliografia citada ao longo deste texto, veja-se ainda, A.L. Carneiro, J. Cleto, M. Moreira, S. Faro, Novas mamoas no concelho de Baião, *Arqueologia*, 15, Porto, 1987, pp. 158-160; J. Cleto e S. Faro, Escavação da Mamoa de Igrejinhas (Marco de Canaveses — Serra da Aboboreira), *Arqueologia*, 17, Porto, 1988, pp. 44-57; E.J. Lopes da Silva, Escavação da Mamoa de Chafé — Viana do Castelo (Notícia preliminar), *Arqueologia*, 13, Porto, 1986, pp. 207-208.

<sup>79</sup> Sobre as dificuldades e limitações do processo de datação pelo Carbono 14 veja-se, entre outros, Ulrich Leute, *Archaeometry. An Introduction to Physical Methods in Archaeology and the History of Art*, Weinheim, VCH Verlagsgesellschaft, 1987 e, sobretudo, H. A. Polach, Radiocarbon dating as a research tool in archaeology: hopes and limitations, in *Scientific methods of research in the study of ancient Chinese and Southeast Asian metal artefacts: a symposium*, Melbourne, National Gallery of Victoria, 1976, pp. 255-298.

<sup>80</sup> Cfr. J.M. Peixoto Cabral e A. Monge Soares, Datação pelo radiocarbono. II — Sobre a estimação do verdadeiro valor das datas convencionais de radiocarbono e a comparação de duas datas, *Arqueologia*, 10, Porto, 1984, pp. 89-99; J. Klein, J.C. Lermann, P.E. Damon, E.K. Ralph, «Calibration» des dates «radiocarbones», *Revue d'Archéométrie* (suppl.), Rennes, 1983, pp. 3-46.

<sup>81</sup> Cfr. G.K. Ward e S.R. Wilson, Procedures for comparing and combining radiocarbon age determinations: a critique, *Archaeometry*, 20 (1), Oxford, 1978, pp. 19-31.

<sup>82</sup> Nomeadamente para as datas diferentes obtidas a partir da mesma amostra e para as datas, presumivelmente do mesmo contexto cultural mas obtidas com amostras diferentes. Cfr. Ward & Wilson, *op. cit.*, (vd. nota anterior) e, dos mesmos autores, Evaluation and clustering of radiocarbon age determinations: procedures and paradigms, *Archaeometry*, 2 (1), Oxford, 1981, pp. 19-39.

É também importante realçar o facto de nem sempre os arqueólogos valorizarem suficientemente o desvio padrão de cada determinação radiocarbónica, e este relativiza, por vezes com grande amplitude (consoante os graus de probabilidade), os limites inferior e superior de uma data convencional<sup>83</sup>.

A conversão das datas de Carbono 14 para o calendário solar traduz-se numa acumulação de erros: uns, inerentes ao próprio método de datação, outros, ligados à determinação das curvas dendrocronológicas<sup>84</sup>.

O processo de recolha das amostras e a definição do seu contexto arqueológico é complexo e várias situações, no que concerne aos monumentos megalíticos, deverão ser consideradas e suficientemente valorizadas:

- a) amostras provenientes das terras que constituem o *tumulus* do monumento;
- b) amostras recolhidas no «solo» antigo enterrado;
- c) amostras recolhidas nos sedimentos do espaço sepulcral e do corredor de acesso;
- d) amostras recolhidas nas estruturas arqueológicas existentes no *tumulus* ou no «solo» antigo enterrado.

Relativamente às datações obtidas com carvões recolhidos nas terras do *tumulus*, a experiência da Serra da Aboboreira tem-nos mostrado que são de difícil utilização<sup>85</sup>, e só um conjunto significativo, partindo do princípio que as terras do *tumulus* se encontram *in situ*, nos permitirá valorizar o subconjunto das mais recentes, indicador, provável, do momento *post quem* da construção do monumento. Esta situação não é de estranhar, se considerarmos o carácter heterogéneo das terras que compõem esta parte do monumento megalítico<sup>86</sup>.

As amostras recolhidas no «solo» antigo enterrado, subjacente ao monumento, obrigam também a uma cuidada utilização, mas as suas limitações são de ordem diferente.

Estes «solos», que ficaram soterrados com a construção do megálito, apresentam-se, normalmente, em posição subsuperficial<sup>87</sup>. O horizonte A de um solo não é,

<sup>83</sup> Neste sentido, a definição de cronologias muito curtas com base apenas nas datações radiocarbónicas, apresenta-se problemática e de validade muito discutível.

<sup>84</sup> Sobre os problemas específicos da fixação das curvas dendrocronológicas e calibração das datas convencionais veja-se, entre outros, C. Renfrew e R.M. Clark, Problems of the radiocarbon calendar and its calibration, *Archaeometry*, 16 (1), Oxford, 1974, pp. 5-16.

<sup>85</sup> Apenas como exemplo, referimos as 4 datações da mamoa 3 de «Outeiro de Ante» (Serra da Aboboreira, Baião), realizadas no mesmo laboratório com amostras provenientes das terras do *tumulus* do monumento, que forneceram os seguintes valores: Gif-4857:5780 ±80 anos BP, Gif-4858:5540 ±90 anos BP, Gif. 4856:4800 ±80 anos BP, Gif-4859:4090 ±120 anos BP.

<sup>86</sup> O *tumulus* destes monumentos é constituído por terras de origem diversificada, recolhidas na periferia do monumento; umas são mais superficiais, e incluirão carvões mais recentes, outras, mais profundas e, naturalmente, conterão carvões que datarão contextos anteriores à construção do monumento, porventura não arqueológicos.

<sup>87</sup> Cfr. R. Pinto Ricardo e M.A.V. Madeira, Informação pedológica acerca da Mamoa do «Monte da Olheira» (Serra da Aboboreira — Baião), *Arqueologia*, 13, Porto, 1986, pp. 140-143.



nestes «paleossolos», claramente distinguível, ou porque as terras que o constituíam fossem pouco significativas, ou, então, porque estas, mais escuras, porque mais húmidas, ter-se-ão misturado e diluído nas terras da mamoa, sendo tal situação arqueologicamente difícil de determinar e, assim, poderá o arqueólogo recolher amostras não do limite superior do «solo», mas de um nível mais profundo, em princípio cronologicamente correspondente a um momento anterior ao da construção do monumento, ou então, das terras do *tumulus*, cuja valorização apresenta grandes dificuldades.

Neste contexto é ainda de considerar a possibilidade de estes «solos» terem sofrido uma «decapitação» do seu horizonte superficial, como parecem indicar as últimas análises realizadas no âmbito da Pedologia, provocada pelos construtores tendo em vista a preparação do sítio para a erecção do monumento<sup>88</sup>. Por outro lado, a deslocação de grandes esteios, muitas vezes pesando 3 ou 4 toneladas, certamente que provocava remeximentos nas terras do solo original.

Mais seguras são as datações obtidas com carvões do «solo» antigo quando este se apresenta perfeitamente separado das terras do *tumulus*, seja por uma camada de saibro, acidentalmente ali colocada quando da sua construção, com a abertura dos buracos de assentamento dos esteios da câmara funerária, seja com a regularização do piso da câmara<sup>89</sup>. A desflorestação do sítio, através de queimada, é também um bom indicador do limite superior do «solo» antigo existente sob as terras da mamoa<sup>90</sup>.

Há ainda indícios de alguns destes monumentos terem sido construídos sobre locais de habitação, que poderão ser historicamente contemporâneos dos monumentos, ou muito anteriores. É o caso, por exemplo, das mamoas de «Monte da Olheira», cujo «solo» antigo, bem como as terras do *tumulus*, revelaram um teor elevado de fósforo «assimilável»<sup>91</sup>, da Mamoa 1 de «Outeiro de Ante», onde se regista uma situação semelhante<sup>92</sup>, justificável, talvez, pela utilização destes sítios como *habitats*, da Mamoa das «Furnas»<sup>93</sup>, e da Mamoa da «Lavra»<sup>94</sup>, etc., que forneceram materiais nas terras da mamoa e do «paleossolo», provavelmente relacionados com a utilização anterior dos sítios.

Neste contexto, é por vezes difícil definir com clareza se as lareiras estruturadas que se encontram ao nível do «solo» soterrado são, ou não, muito anteriores à

<sup>88</sup> Cfr. R. Pinto Ricardo e M.A.V. Madeira, Considerações de índole pedológica acerca da Mamoa 1 de Outeiro de Ante (Serra da Aboboreira — Baião), *Arqueologia*, 17, Porto, 1988, pp. 179-189.

<sup>89</sup> São vários os monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira que apresentam este nível de saibro. Referimos, como exemplo, a Mamoa de «Monte da Olheira» e a Mamoa 1 de «Outeiro de Ante».

<sup>90</sup> A realização de queimadas, que se traduz, arqueologicamente, na presença de uma camada pouco espessa de terra carbonosa, assinala-se, entre outros, nas mamoas de «Mina do Simão» e 4 de «Chã de Parada» (vd. bibliografia citada na nota 13 e, V.O. Jorge e M.M. Moreira, Escavação da Mamoa 4 de Chã de Parada (Baião, 1987), *Arqueologia*, 16, Porto, 1987, pp. 40-50.

<sup>91</sup> Vide R. Pinto Ricardo e M.A.V. Madeira, *op. cit.* na nota 87.

<sup>92</sup> Vide, *op. cit.* na nota 88.

<sup>93</sup> Cfr. V.O. Jorge, As Mamoas de Fumas (Serra da Aboboreira), *Arqueologia*, 16, Porto, 1987, pp. 19-39.

<sup>94</sup> Monumento escavado pelo autor, no Verão de 1987 (rel. não publicado). As terras do «paleossolo» forneceram material cerâmico que aponta para uma utilização anterior do sítio.

construção do monumento.

Outros factores, não menos importantes, deverão ser considerados na utilização das datas radiocarbónicas: a migração dos elementos lenhosos, particularmente quando se trata de datações obtidas por espectrometria de massa, o transporte destes materiais, provocados por agentes exteriores (eólicos, pluviais, etc.), o revolvimento das terras do «solo» antigo provocado pelos construtores, os remeximentos de origem antrópica, antigos e recentes, e de origem animal, as infiltrações de raízes<sup>95</sup>, a homogeneidade das amostras<sup>96</sup>, etc.

Os carvões recolhidos na câmara funerária ligam-se a outro tipo de limitações, próprias da generalidade das estações arqueológicas: remeximentos contemporâneos do período de utilização do monumento (que pode, por vezes, ser muito longo), reutilizações tardias (por vezes bastante distanciadas do primeiro momento de utilização), violações recentes, etc. A definição de cada uma destas situações nem sempre se afigura tarefa fácil.

## 5.2. O Conjunto Megalítico da Serra da Aboboreira

As escavações realizadas, nestes últimos dez anos, nos monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira, permitem-nos definir, para este espaço sepulcral concreto, 5 tipos de monumentos:

- a) o dólmen simples, de câmara poligonal fechada, provido de *tumulus* em terra, recoberto superficialmente por uma «couraça» pétreia, com um espaço sepulcral muito limitado; a câmara funerária apresenta-se contrafortada e a mamoa, cujo diâmetro varia entre 8 e 15 metros, poderá inserir, na sua parte média, um círculo lítico, de carácter simbólico (Mina do Simão, Monte da Olheira, Meninas 2, Chã de Parada 4, Chã de Santinhos 1, etc.);

<sup>95</sup> As infiltrações de raízes são, muitas vezes, consideradas para justificar as «anomalias» de algumas datações radiocarbónicas, mas nem sempre com grande objectividade. Na verdade, as amostras de carvão potencialmente mais expostas a este tipo de contaminação (pequena possança de terras), são bastante antigas (v.g. Mamoa 2 de «Outeiro de Ante», Mamoa de «Monte da Olheira», Mamoa de «Monte Maninho», etc.) e outras, mais profundas, forneceram valores que apontam para momentos bem mais recentes (v.g. Mamoa 3 de «Outeiro de Ante»). De assinalar, relativamente a este último monumento, que uma das amostras que, laboratorialmente, apresentava maior percentagem de radículas, forneceu uma datação de 5780 ±80 anos BP. Cfr. V.O. Jorge, Escavação da Mamoa 3 de Outeiro de Ante (Serra da Aboboreira, Concelho de Baião), in *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, I, Guimarães, 1980, pp. 41-69 (Apêndice II, de G. Delibrias e V.O. Jorge, pp. 63-64); A. Monge Soares e J. M. Peixoto Cabral, Datas convencionais de radiocarbono para estações arqueológicas portuguesas e a sua calibração: revisão crítica, *O Arqueólogo Português*, 4<sup>a</sup> série, 2, Lisboa, 1984, pp. 167-213.

<sup>96</sup> A utilização de pequenos carvões dispersos nos sedimentos revela-se incorrecta face à problemática que temos vindo a expor, particularmente se esse facto não é perfeitamente assinalado. De facto as datações radiocarbónicas não valem por si (nem pela quantidade) mas pelo contexto arqueológico em que se inserem.

- b) o dólmen simples, de câmara poligonal alongada, aberta, com *tumulus* envolvente, em terra e pedras ( $\pm 20$  metros) e contraforte de grande envergadura; este tipo de monumento é bem representado pela Mamoa 1 de «Outeiro de Ante», que se implanta, imponentemente, sobre pequena elevação natural;
- c) o dólmen de câmara poligonal larga e de corredor curto, com *tumulus* em terra, protegido superficialmente por uma «couraça» de pedras; os esteios, da câmara e do corredor, apresentam-se sustentados por um possante contraforte; alguns esteios da câmara, nomeadamente a laje de cabeceira, apresenta vestígios de pinturas e gravuras (Dólmen de «Chã de Parada»);
- d) a cista megalítica, de planta poligonal ou sub-rectangular, com *tumulus* construído apenas em pedra (sob a forma de lajeado), ou em terra, recoberto superficialmente com pedras (várias camadas), apresentando, na sua parte média, um círculo lítico simbólico (Mamoa 1 de «Outeiro de Gregos», Mamoa 1 de «Chã de Carvalhal»);
- e) mamoa construída apenas em pedra («cairn»), por vezes delimitada exteriormente por um círculo lítico de pedras fincadas, sem estrutura sepulcral definida (Mamoa 5 de «Outeiro de Gregos»), ou não conhecida (Mamoa 4 de «Meninas do Crasto»);
- f) mamoa, em terra e pedras, estas dispostas superficialmente, com fossa central, cuja funcionalidade não se encontra perfeitamente definida (sepulcral? ritual?) («Chã de Santinhos»).

Estes vários tipos de monumentos poderão apresentar algumas variantes, no que respeita às dimensões, da câmara funerária e da mamoa, situação topográfica, monumentalidade, etc.

As datações de Carbono 14 disponíveis para os monumentos megalíticos desta região (Quadro I), ponderados os múltiplos condicionalismos<sup>97</sup>, já referidos, que devem presidir à valorização de cada determinação radiocarbónica, tornam possível a definição de 3 fases de utilização da «necrópole» da Serra da Aboboreira (Figs. 7, 8 e 9):

- I — finais do V milénio e princípios do IV milénio AC (3500 – 3000 a.C.), momento em que foram erigidos os dólmens simples com câmara poligonal fechada, com ortostatos contrafortados exteriormente e mamoa

---

<sup>97</sup> Não nos é possível, neste texto, discutir pormenorizadamente o conjunto de datações dos monumentos da Serra da Aboboreira. A selecção das datas utilizadas nos diagramas, que serviram de base ao faseamento que a seguir se expõe, teve em consideração os vários condicionalismos expostos. Sobre estas questões veja-se também, S.O. Jorge, Datas de Carbono 14 para a Pré-história Recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas, *Arqueologia*, 12, Porto, 1985, pp. 154-183, e A. Monge Soares e J.M. Peixoto Cabral, Datas convencionais portuguesas e a sua calibração: revisão crítica, *O Arq. Port.*, 4<sup>a</sup> série, 2, Lisboa, 1984, pp. 167-213. No que concerne à «calibração» das datas, efectuada com base no trabalho de Pearson *et alii*, 1986, deve-se ter em consideração o carácter de «alta precisão» das medições que serviu de base àquele trabalho, sendo problemática a sua aplicação a determinações radiocarbónicas com graus de precisão muito diferentes.

em terra, protegida superficialmente por uma «couraça» pétreo, podendo, ou não, apresentar um círculo lítico na sua área mediana. Nesta fase incluímos as mamoas de «Mina do Simão», «Monte da Olheira», «Meninas do Crasto» 2, «Furnas» 1 e 2, «Chã de Parada» 4, «Chã de Santinhos» 1 e 2 (fossa sob tumulus) e, com menos segurança, as mamoas 2 e 3 de «Outeiro de Gregos» e a Mamoa 3 de «Meninas do Crasto», além de outros monumentos com as mesmas características e espólio considerado «arcaizante», mas não datados pelo processo de Carbono 14, como p.e., a Mamoa do «Alto do Loureiro»;

II — 2ª metade do IV milénio AC (finais da 1ª metade do III milénio a.C.)  
Corresponde à construção do único dólmen de corredor da Serra da Aboboreira; tecnicamente obedece às mesmas regras construtivas dos monumentos da fase anterior (mamoas envolvendo a câmara e o corredor e contraforte adossado aos esteios), com câmara poligonal alargada (utilizando-se a terminologia de V. Leisner) e corredor de acesso curto, terminando na parte média da mamoa;

III — 2ª metade do III milénio e 1ª metade do II milénio AC, ou seja, aproximadamente, finais do III milénio até aos princípios do 3º quartel do II milénio a.C. (2200 – 1300 a.C.). Este terceiro momento é representado por monumentos de tipo megalítico que traduzem uma certa diversificação das soluções construtivas e, certamente, do ritual funerário. Estruturas mamiformes, construídas em pedra («cairns»), baixas, situadas na periferia das chãs, com câmaras funerárias de tipo cistóide (Mamoas 1 de «Outeiro de Gregos»), sem estrutura funerária (Mamoas 5 de Outeiro de Gregos), ou de tipo não definido (Mamoas 4 de «Meninas do Crasto»). Neste conjunto de monumentos será integrável, na sua fase inicial, a Mamoa 1 de «Chã de Carvalhal», que forneceu espólio tardio (campaniforme) e apresenta uma mamoa com couraça espessa e círculo lítico, contendo na sua parte central uma pequena câmara funerária de planta sub-rectangular, e as reutilizações de alguns monumentos, como é o caso da Anta de «Chã de Parada», da Mamoa de «Monte Maninho» e da Mamoa 2 de «Outeiro de Ante», que também forneceram espólio campaniforme.

Dois monumentos muito importantes, implantados em posição de destaque na área central das chãs em que se situam, que manifestam uma valorização do espaço sepulcral, através de um maior dimensionamento da câmara funerária (Mamoas 1 de «Outeiro de Ante» e Mamoa 3 de «Chã de Parada») e ornamentação dos esteios com pinturas (Mamoas 3 de «Chã de Parada»), que é paralela à monumentalização exterior, com a construção de grandes *tumuli*, localizados proeminentemente sobre pequenas elevações naturais, não se encontram, infelizmente, datados pelo processo de

QUADRO I — Datações radiocarbônicas dos monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira<sup>98</sup>

| N.º de Ordem | Monumento              | Laboratório | Datação BP | Conversão a.C. | Calibração (A.C)                 |           |           | Arquitectura   | Proveniência (Estratigrafia)                                       | Ref. Bibliográficas |
|--------------|------------------------|-------------|------------|----------------|----------------------------------|-----------|-----------|--|--|---------------------|
|              |                        |             |            |                | (Klein et alii, 1982) 2 $\sigma$ |           |           |  |  |                     |
|              |                        |             |            |                | (Pearson et alii, 1986)          |           |           |  |  |                     |
| 1 $\sigma$   |                        |             |            |                |                                  |           |           |  |  |                     |
|              |                        |             | 1 $\sigma$ | 2 $\sigma$     |                                  |           |           |  |  |                     |
| 1            | Outº de Ante 2         | GAK-10937   | 5920±130   | 3970±130       | 5220-4455                        | 4940-4686 | 5210-4500 | dólmen simples   | terras do <i>tumulus</i> (?)                                       | 1                   |
| 2            | Outº de Ante 3         | GIF-4857    | 5780±80    | 3830±80        | 4960-4430                        | 4777-4534 | 4893-4460 | dólmen simples   | terras do <i>tumulus</i>   | 2                   |
| 3            | <i>Idem</i>            | GIF-4858    | 5540±90    | 3590±90        | 4555-3990                        | 4468-4340 | 4654-4230 |  |  |                     |
| 4            | <i>Idem</i>            | GIF-4856    | 4800±80    | 2850±80        | 3860-3360                        | 3694-3387 | 3779-3370 |  |  |                     |
| 5            | <i>Idem</i>            | GIF-4859    | 4090±120   | 2140±120       | 2920-2400                        | 2883-2480 | 2920-2330 |  |  |                     |
| 6            | Outº de Gregos 1       | CSIC-772    | 3620±50    | 1670±50        | 2185-1780                        | 2115-1920 | 2140-1880 | cista poligonal c/ anel lítico e estrutura periférica          | terra vegetal, sob uma laje horizontal da estrutura periférica     | inédita             |
| 7            | <i>Idem</i>            | CSIC-771    | 3360±50    | 1410±50        | 1870-1550                        | 1737-1613 | 1856-1520 |  |  |                     |
| 8            | Outº de Gregos 2       | KN-2768     | 5500±70    | 3550±70        | 4530-3995                        | 4455-4335 | 4490-4169 | dólmen simples   | terras do <i>tumulus</i>   | 3                   |
| 9            | <i>Idem</i>            | CSIC-774    | 5030±70    | 3080±70        | 3940-3660                        | 3958-3710 | 3990-3690 |  | «solo» antigo enterrado (topo)                                     | inédita             |
| 10           | <i>Idem</i>            | CSIC-547    | 4950±50    | 3000±50        | 3825-3640                        | 3786-3696 | 3937-3640 |  | «solo» antigo enterrado  |                     |
| 11           | Outº de Gregos 3       | KN-2766     | 5230±75    | 3280±75        | 4330-3860                        | 4222-3985 | 4220-3821 | dólmen simples   | terras do <i>tumulus</i>   | 3                   |
| 12           | <i>Idem</i>            | KN-2765     | 5200±65    | 3250±65        | 4300-3795                        | 4212-3975 | 4229-3819 |  | terras do <i>tumulus</i>   |                     |
| 13           | <i>Idem</i>            | KN-2767     | 2510±65    | 560±65         | 800- 420                         | 796- 525  | 810- 400  |  | câmara (contexto de revolvim.)                                     |                     |
| 14           | Outº de Gregos 5       | CSIC-659    | 4780±60    | 2530±60        | 3780-3370                        | 3644-3387 | 3700-3370 | «cairn» sem estrutura megalítica                               | terras sob o «cairn»; 3 amostras recolhidas a dif. prof. (nível 3) | 4                   |
| 15           | <i>Idem</i>            | CSIC-773    | 3250±60    | 1300±60        | 1705-1400                        | 1615-1450 | 1680-1420 |  | base das terras do <i>tumulus</i>                                  | inédita             |
| 16           | Abogalheira 1          | KN-2955     | 4590±85    | 2640±85        | 3645-3030                        | 3498-3135 | 3617-3040 | dólmen simples com círculo lítico                              | câmara (revolvimento)  | 5                   |
|              | <i>Idem</i>            | KN-2954     | ?          |                |                                  |           |           |  |  |                     |
| 17           | Mina do Simão          | CSIC-717    | 5130±90    | 3180±90        | 4135-3670                        | 4034-3814 | 4224-3707 | dólmen simples   | «solo» antigo enterrado (topo)                                     | 6                   |
| 18           | <i>Idem</i>            | CSIC-716    | 5050±70    | 3100±70        | 4075-3665                        | 3970-3781 | 4000-3700 |  | sedimentos da câmara (base)  |                     |
| 19           | <i>Idem</i>            | CSIC-715    | 5010±70    | 3060±70        | 3925-3655                        | 3948-3705 | 3990-3650 |  | sedimentos da câmara (base)  |                     |
| 20           | Monte da Olheira       | UGRA-287    | 5630±90    | 3680±90        | 4710-4155                        | 4654-4362 | 4720-4340 | dólmen simples   | estrutura de combustão   | 7                   |
| 21           | <i>Idem</i>            | GrN-15331   | 5400±40    | 3450±40        | 4420-3915                        | 4339-4169 | 4350-4151 |  | estrutura de combustão   |                     |
| 22           | <i>Idem</i>            | GrN-15330   | 5195±25    | 3245±25        | 4135-3795                        | 4034-3990 | 4040-3976 |  | «solo» antigo enterrado (topo)                                     |                     |
| 23           | Meninas do Crasto 2    | CSIC-656    | 5260±50    | 3310±50        | 4350-3870                        | 4224-4000 | 4240-3980 | dólmen simples com círculo lítico                              | «solo» antigo enterrado  | 8                   |
| 24           | <i>Idem</i>            | CSIC-657    | 5260±50    | 3310±50        | 4350-3870                        | 4224-4000 | 4240-3980 |  | <i>idem</i>  |                     |
| 25           | <i>Idem</i>            | CSIC-658    | 5260±50    | 3310±50        | 4350-3870                        | 4224-4000 | 4240-3980 |  | <i>idem</i>  |                     |
| 26           | Meninas do Crasto 3    | CSIC-776    | 4960±70    | 3010±70        | 3895-3645                        | 3905-3694 | 3960-3630 | dólmen simples   | «solo» antigo enterrado (topo)                                     | inédita             |
| 27           | Meninas do Crasto 4    | GAK-10943   | 4220±140   | 2270±140       | 3350-2420                        | 3018-2611 | 3308-2470 | «cairn» definido exteriormente por um anel lítico de contenção | «solo» antigo enterrado  | 8 e 9               |
| 28           | <i>Idem</i>            | CSIC-661    | 3830±50    | 1880±50        | 2535-2135                        | 2454-2201 | 2460-2140 |  | <i>idem</i>  |                     |
| 29           | <i>Idem</i>            | CSIC-660    | 3800±50    | 1850±50        | 2525-2105                        | 2335-2144 | 2460-2046 |  | <i>idem</i>  |                     |
| 30           | Furnas 1               | CSIC-777    | 5250±70    | 3300±70        | 4340-3865                        | 4226-3993 | 4302-3827 | dól. simp.(?) c/ anel lítico                                   | terras da base do monumento  | inédita             |
| 31           | Furnas 2               | CSIC-775    | 5270±70    | 3320±70        | 4355-3870                        | 4231-3998 | 4332-3970 | dólmen simples   | «solo» antigo enterrado (topo)                                     | inédita             |
| 32           | Chã de Parada 1        | ICEN-173    | 4610±45    | 2660±45        | 3635-3155                        | 3492-3345 | 3507-3139 | dólmen de corredor curto com «estrutura de fecho»              | «solo» antigo enterrado  | 10                  |
| 33           | <i>Idem</i> (Extracto) | ICEN-172    | 4900±260   |                |                                  |           |           |  | «solo» antigo enterrado  |                     |
| 34           | <i>Idem</i>            | GIF-7672    | 3940±80    | 1990±80        | 2785-2175                        | 2573-2343 | 2855-2200 |  | «estrutura fecho»(fronteira ao corredor)                           | inédita             |
| 35           | Chã de Parada 4        | ICEN-162    | 5470±45    | 3520±45        | 4435-3965                        | 4357-4262 | 4454-4239 | dólmen simples   | lareira 1, situada na base do <i>tumulus</i>                       | 11                  |
| 36           | <i>Idem</i> (Extracto) | ICEN-170    | 5530±300   |                |                                  |           |           |  | <i>idem</i>  |                     |
| 37           | <i>Idem</i> (Extracto) | ICEN-171    | 5370±130   |                |                                  |           |           |  | <i>idem</i>  |                     |
| 38           | <i>Idem</i>            | ICEN-169    | 5420±40    | 3470±40        | 4225-3930                        | 4344-4239 | 4355-4159 |  | lareira 2, situada na base do <i>tumulus</i>                       |                     |
| 39           | Cabritos 1             | GIF-7019    | 2700±60    | 750±60         | 1035- 780                        |           |           | dólmen simples   | <i>tumulus</i> (base), sob as pedras de uma fossa                  | 11                  |
| 40           | Cabritos 3             | GIF-7020    | 6100±70    | 4150±70        | 5265-4905                        | 5206-4908 | 5230-4847 | dólmen simples (?)   | terras do <i>tumulus</i>   | 11                  |
| 41           | Chã Santinhos 1        | GIF-6783    | 4980±50    | 3030±50        | 3905-3650                        | 3906-3703 | 3950-3690 | dólmen simples   | lareira estruturada sobre o «solo» antigo                          | 12                  |
| 42           | Chã Santinhos 2        | GIF-6784    | 4990±50    | 3040±50        | 3910-3650                        | 3931-3705 | 3960-3690 | fossa sob <i>tumulus</i>                                       | lareira estruturada (E2)   | 12                  |
| 43           | <i>Idem</i>            | GIF-6785    | 4930±50    | 2980±50        | 3890-3570                        | 3782-3692 | 3909-3640 |  | lareira 2 (E1-E2)  |                     |
| 44           | Monte Maninho          | GrN-15569   | 5805±40    | 3855±40        | 4935-4500                        | 4774-4613 | 4785-4579 | (?)  | «solo» antigo enterrado  |                     |
| 45           | <i>Idem</i>            | CSIC-775    | 5680±80    | 3730±80        | 4850-4400                        | 4669-4460 | 4773-4360 |  | <i>idem</i> , mesma amostra  | 13                  |

---

<sup>99</sup> Este quadro inclui todas as datas dos monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira publicadas (Set<sup>o</sup> de 1988). A sua calibração foi efectuada segundo os métodos de Klein *et alii* (*op. cit.* na nota 80) e G.W. Pearson, J.R. Pilcher, M.G.L. Baillie, D.M. Corbert e F. Qua, High precision 14C measurement of irish oaks to show the natural 14C variations from AD 1840 to 5210 BC, *Radiocarbon*, vol. 28, n<sup>o</sup> 2B, 1986, pp. 911-934. Agradecemos, reconhecimento, a colaboração prestada pelo Prof. Dr. Cecilio González Gómez, Director do Laboratório de Carbono 14 da Universidade de Granada, na calibração das datas dos monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira, bem como dos monumentos da Galiza (Quadro II). As datas identificadas com os n.ºs 6,7,9,15,26,30,31 e 34 foram divulgadas, oralmente, pelo Prof. Dr. Vítor Oliveira Jorge durante a realização do Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular. *Referências bibliográficas*: 1 — A.A. Huet de Bacelar Gonçalves, Escavação da Mamoa n<sup>o</sup> 2 de Outeiro de Ante — Serra da Aboboreira — Baião, *Arqueologia*, 9, Porto, 1984, pp. 22-44 (nota 18); 2 — V.O. Jorge, Escavação da Mamoa 3 de Outeiro de Ante (Serra da Aboboreira, Baião), in *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, I, Guimarães, 1980, pp. 41-69 (pp. 63-64); 3 — V.O. Jorge, Datas de C14 para o megalitismo do Norte de Portugal: breve nota, *Lucerna*, Porto, 1984, pp. 69-72; 4 — V.O. Jorge, Uma datação pelo radiocarbono para a Mamoa 5 de Outeiro de Gregos (Baião), *Arqueologia*, 12, Porto, 1985, pp. 94-95; 5 — E.J. Lopes da Silva, O núcleo megalítico da Abogalheira (Serra da Aboboreira — Amarante), e uma datação pelo C14, *Revista de História*, I, Porto, 1984, pp. 11-40; 6 — V.O. Jorge, F. Alonso, Datas de Carbono 14 para a Mamoa da Mina do Simão (Serra da Aboboreira, Norte de Portugal), *Arqueologia*, 15, Porto, 1987, pp. 92-93; 7 — D.J. Cruz, A Mamoa de «Monte da Olheira» (Serra da Aboboreira — Baião) — estudos de paleobotânica e datações de Carbono 14, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 27, Porto, 1987 (no prelo); 8 — V.O. Jorge, Novas datações de radiocarbono para mamoas do Concelho de Baião, *Arqueologia*, 11, Porto, 1985, pp. 182-183; 9 — V.O. Jorge, Uma data de radiocarbono para a Mamoa 4 de Meninas do Crasto (Baião), *Arqueologia*, 8, Porto, 1983, p. 23; 10 — V.O. Jorge, Sondagens arqueológicas na Mamoa de Chã de Parada (Baião), 1987, pp. 73-118 (pp. 112-113); 11 — V.O. Jorge, Datas de Carbono 14 para a Mamoa de Chã de Parada 4 (Baião), *Arqueologia*, 17, Porto, 1988, pp. 121-123; 12 — V.O. Jorge, Les tumulus de Chã de Santinhos (Ensemble mégalithique de Serra da Aboboreira, Nord du Portugal), *Arqueologia*, 12, Porto, 1985, pp. 96-129; 13 — D.J. Cruz, Escavação da Mamoa de «Monte Maninho» (Serra da Aboboreira — Baião), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 27, Porto, 1987 (no prelo).

## Carbono 14.

A presença de pinturas e o facto de estes monumentos possuírem câmaras desenvolvidas (aberta, relativamente à Mamoa 1 de «Outeiro de Ante», e de morfologia imprecisa (quanto à existência ou não de entrada), no caso da Mamoa 3 de «Chã de Parada»), permite-nos colocar a hipótese, meramente académica e numa perspectiva de evolução linear, de este tipo de monumento se situar cronologicamente entre o dólmen simples fechado e o dólmen aberto de corredor.

A presente periodização não é mais que uma hipótese de trabalho, baseada nos dados disponíveis para a Serra da Aboboreira (datações radiocarbónicas e espólio), a aferir com a realização de novas escavações e, sobretudo, datações absolutas obtidas com amostras cujo contexto arqueológico seja bem conhecido.

Não existem para o Norte de Portugal outras datações (publicadas) que nos permitam uma extrapolação e comparações tipológicas.

Os megálitos da Galiza datados pelo processo de Carbono 14 (Quadro II) não são numerosos e as poucas determinações existentes enfermam de algumas limitações<sup>99</sup>, mas as datações do monumento de «As Rozas» (possível dólmen simples com contraforte) e «Chan da Cruz 1» (dólmen simples ?), enquadram-se na fase I da Serra da Aboboreira, e o dólmen de corredor de «Os Campiños 6», datado com carvões provenientes do corredor e que, segundo os seus escavadores, corresponde ao momento final da utilização do monumento, data dos finais do IV milénio AC, integrando-se na fase II.

---

<sup>99</sup>As datações dos monumentos megalíticos da Galiza são isoladas e com graus de precisão diversos pelo que devem ser consideradas com grande precaução. De facto, as duas datas do monumento 1 de «Chan da Cruz» (GAK-11395:5890 ±120 anos BP e CSIC-642:5210 ±50 anos BP), obtidas a partir da mesma amostra de carvões, não são estatisticamente semelhantes, além de uma delas apresentar um desvio padrão elevado, o que torna a sua utilização impraticável. A mesma situação se regista relativamente à datação do dólmen de «As Pereiras» (GAK-11821:4850 ±240 anos BP), cuja construção poderia ter ocorrido durante todo o IV milénio AC (probabilidade de  $\pm 2\sigma$ ).

QUADRO II — Datações de carbono 14 dos monumentos megalíticos da Galiza<sup>100</sup>

| N.º de Ordem | Monumento                   | Laboratório | Datação BP     | Conversão a.C. | Calibração (AC)                          |            |            | Arquitectura                             | Proveniência (Estratigrafia)   | Ref. Bibliográficas |
|--------------|-----------------------------|-------------|----------------|----------------|--|------------|------------|--|--|---------------------|
|              |                             |             |                |                | (Pearson <i>et alii</i> , 1986)          |            |            |  |  |                     |
|              |                             |             |                |                | (Klein <i>et alii</i> , 1982) 2 $\sigma$ | 1 $\sigma$ | 2 $\sigma$ |  |  |                     |
| 1            | As Rozas 1 (Pontevedra)     | GAK-11189   | 5150 $\pm$ 140 | 3200 $\pm$ 140 | 4355-3660                                | 4218-3790  | 4340-3690  | dólmen simples                           | fogueira localizada nas terras do <i>tumulus</i> (101)                                   | 1, 2 e 3            |
| 2            | Chan da Cruz 1 (Pontevedra) | GAK-11395   | 5890 $\pm$ 120 | 3940 $\pm$ 120 | 5180-4550                                | 4935-4621  | 5196-4490  | dólmen simples (?)                       | lareira estruturada sobre o solo de base (102)   | 1, 2 e 3            |
| 3            | <i>Idem</i>                 | CSIC-642    | 5210 $\pm$ 50  | 3260 $\pm$ 50  | 4315-3800                                | 4211-3987  | 4224-3827  |  |  |                     |
| 4            | As Pereiras (Pontevedra)    | GAK-11821   | 4850 $\pm$ 210 | 2900 $\pm$ 210 | 3930-3175                                | 3938-3370  | 4214-3042  | dólmen poligonal com corredor incipiente | terras do <i>tumulus</i> ; carvões concentrados (103)                                    | 4                   |
| 5            | Os Campiños 6 (La Coruña)   | GrN-14328   | 4300 $\pm$ 60  | 2350 $\pm$ 60  | 3340-2860                                | 3018-2891  | 3080-2705  | dólmen de corredor                       | sedimentos do corredor; nível correspondente ao momento final de utilização do monumento | 5                   |

<sup>100</sup> Sobre a calibração destas datas vejam-se as considerações feitas para as datações dos monumentos da Serra da Aboboreira (nota 98). *Referências bibliográficas*: 1 — R. Patiño, Escavación de la mámoa nº1 de As Rozas, *Pontevedra Arqueológica*, 1, 1984, p. 66; 2 — R. Patiño e A. de la Peña, Primeros resultados de dos años de investigación sobre el mundo megalítico en la Provincia de Pontevedra, *II Colóquio Galaico-Minhoto*, II, 1984, pp. 290-295; 3 — Ramon Patiño Gomes, Dos primeras dataciones de Carbono 14 para cultura megalítica galega, *Arqueologia*, 11, Porto, 1985, pp. 67-73; 4 — A. de la Peña Santos, La mámoa de As Pereiras, *Pontevedra Arqueológica*, 2, 1985-86, pp. 7-12; 5 — R. Fábregas e F. de la Fuente, «Os Campiños» Leiro, *Arqueologia*, 83, Madrid, 1984, pp. 221-222.

<sup>101</sup> A escavação deste monumento não permitiu a detecção de qualquer ortostato, mas somente do contraforte de um possível dólmen de câmara poligonal, descrito pelos autores dos trabalhos como um «recinto de planta poligonal, com um vão de entrada, sem corredor» (vd. R. Patiño, *op. cit.*, 1984). Os carvões analisados foram recolhidos numa fogueira localizada nas terras do *tumulus* a cerca de 25 cm acima do «solo de base» e a  $\pm$ 136 cm de profundidade (vd. Patiño, 1985).

<sup>102</sup> Os carvões provêm de uma lareira estruturada existente no monumento sobre «um suelo preparado bajo el tumulo». A câmara funerária, que segundo o autor da escavação seria de pequenas dimensões, apresentava-se muito remexida, não sendo possível defini-la (Patiño, 1985). A amostra foi recolhida à profundidade de cerca de 110 cm, relativamente ao nível superior do monumento.

<sup>103</sup> Datação não publicada. Informação pessoal prestada pelo autor da escavação a Ramón Fábregas Valcarce. Vd., neste volume, o artigo deste último autor «Megalitismo de Galicia». Os carvões utilizados nesta segunda análise radiocarbónica foram recolhidos na mesma estrutura que forneceu os carvões da datação GAK-11189:5150  $\pm$  140 anos BP.





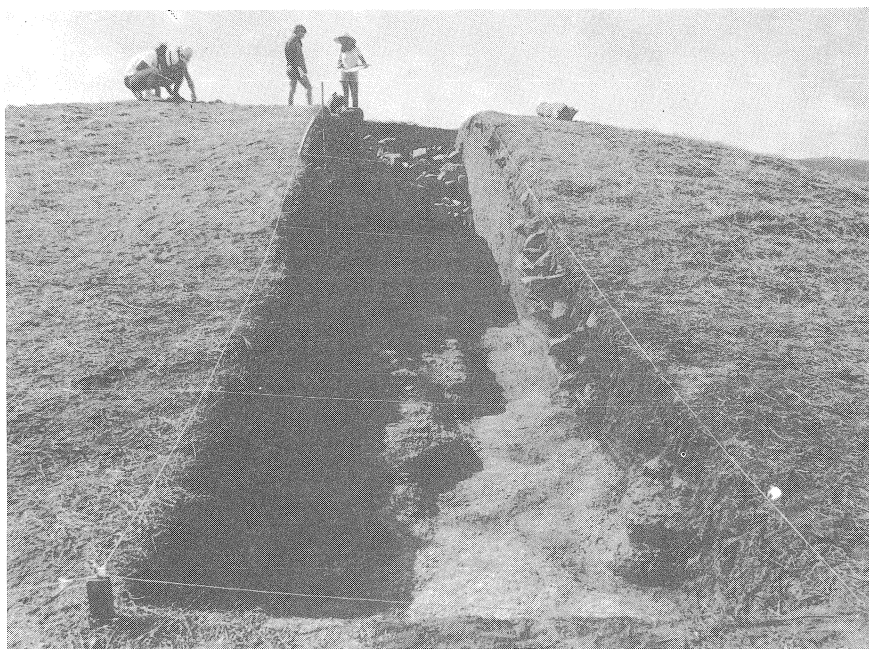


Fig. 2 — Mamoa do «Alto do Loureiro» (Serra da Aboboreira, Baião). Um aspecto da escavação, 1987. Vista tirada de Norte. Foto de Augusto Lemos.

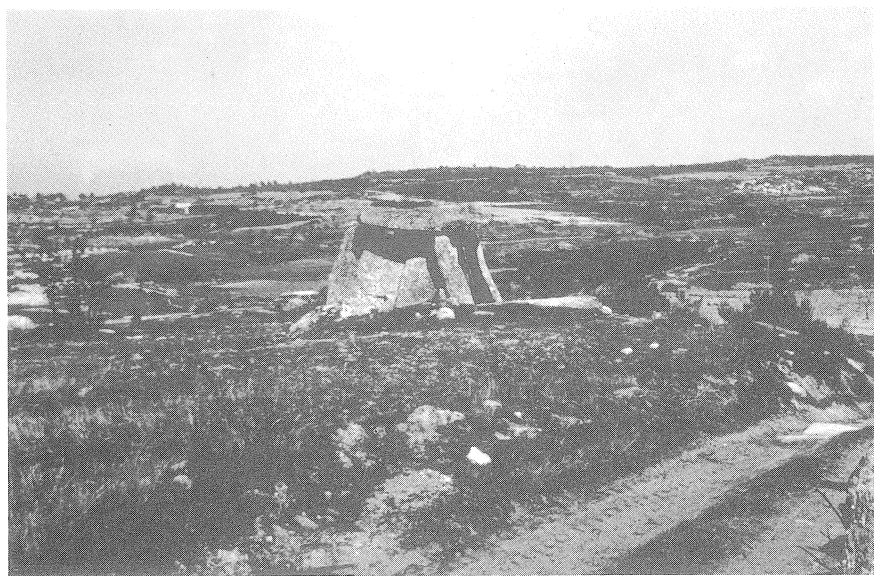


Fig. 3 — Dólmen de Zedes (Zedes, Carrazeda de Ansiães), vista tirada de Sul. Foto do autor.



**Fig. 4** — «Estátua-menir» da Bouça (Mirandela). Foto de E. Sales Pereira.

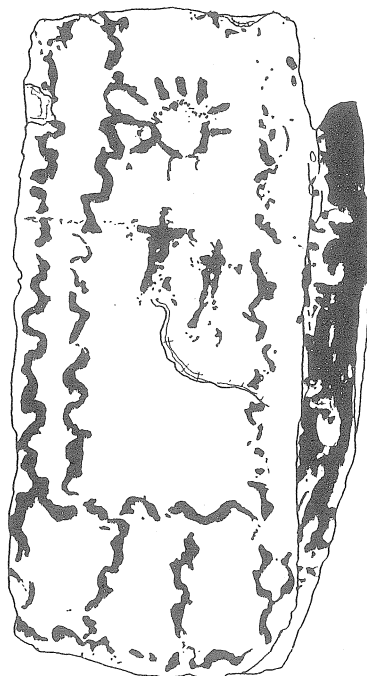


Fig. 5 — Esteio pintado, depositado no Museu do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, procedente, provavelmente, do Dólmen do Padrão (Baltar, Paredes). Levantamento de E. Shee Twohig. © Oxford University Press, 1981. Reprodução autorizada.

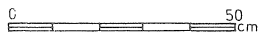


Fig. 6 — Fragmento de esteio pintado, depositado no Museu do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, procedente, provavelmente, do Dólmen do Padrão (Baltar, Paredes). Levantamento de E. Shee Twohig. © Oxford University Press, 1981. Reprodução autorizada.



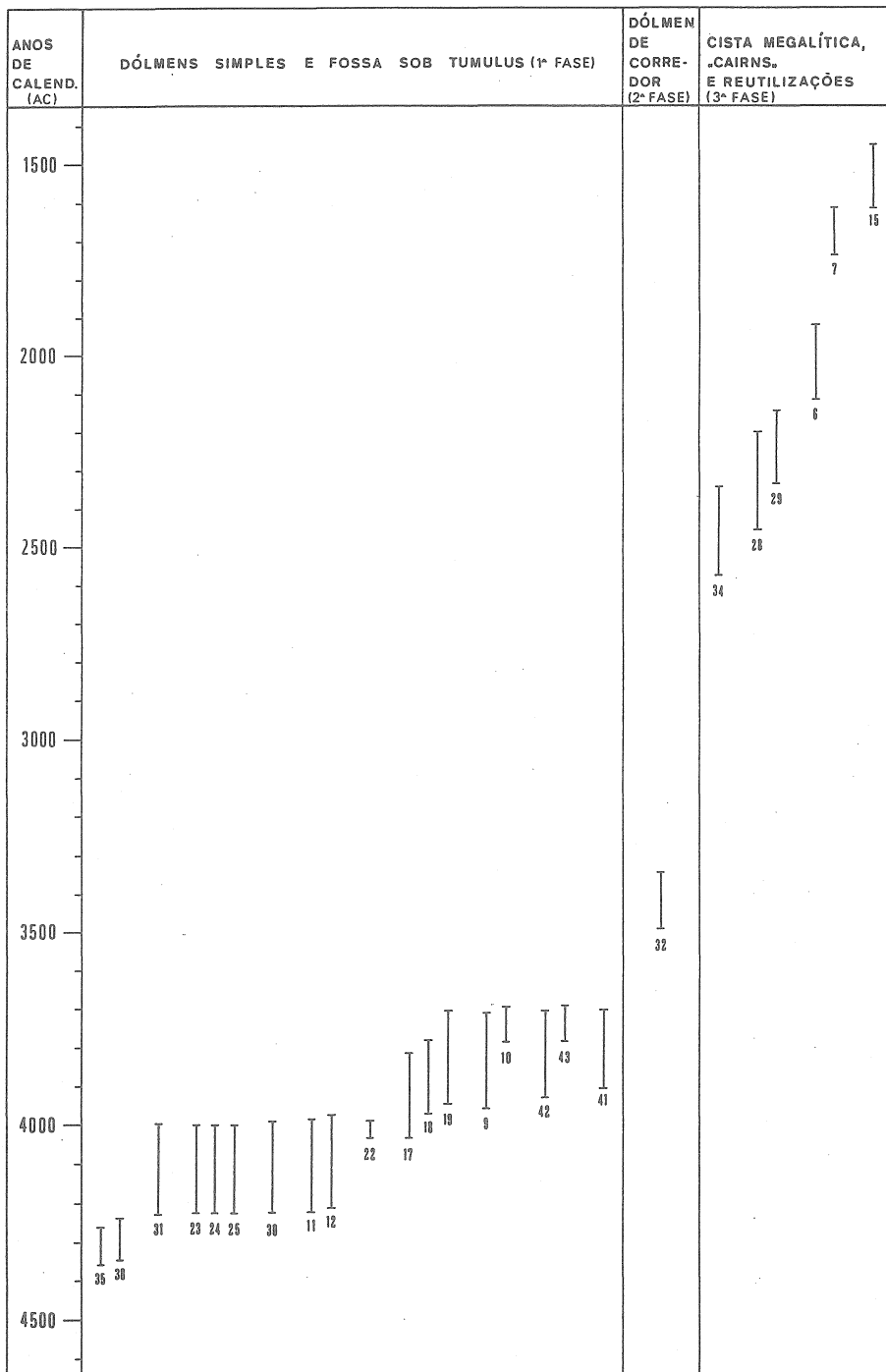


Fig. 8 — Datas convencionais «calibradas» dos monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira (período convencional «Libby» de 5568 anos e um intervalo de confiança de 68, 26% ( $\pm 1$  sigma), seg. Pearson et alii, 1986.

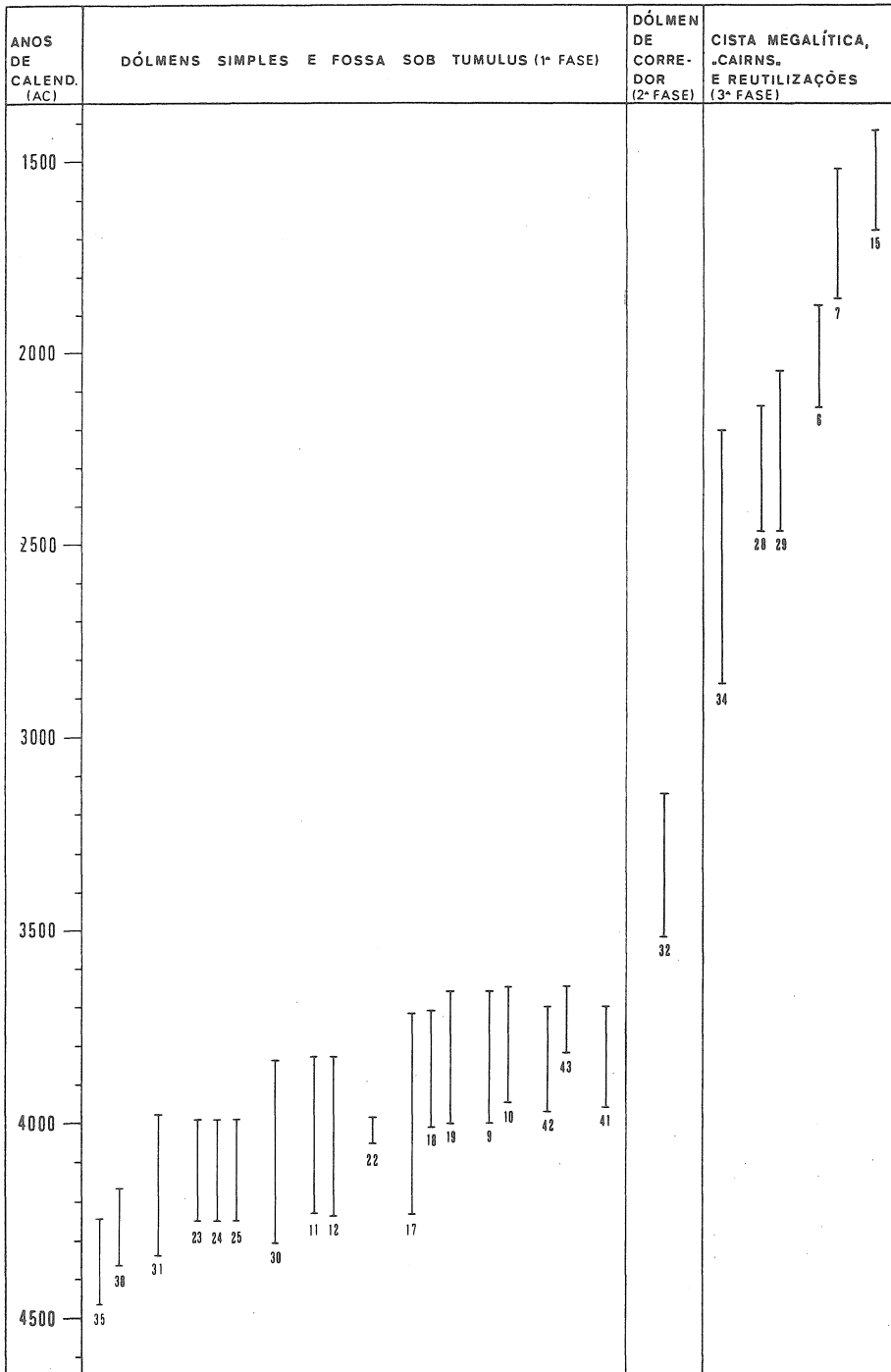


Fig. 9 — Dados convencionais «calibrados» dos monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira (vd. Quadro I) (período convencional «Libby» de 5568 anos e um intervalo de confiança de 95, 46% ( $\pm 2$  sigma), seg. Pearson, *et alii*, 1986.

## DEBATE

**Rámon Fábregas Valcarce** — Queria fazer uma pergunta ao Dr. Domingos Cruz a respeito dessas mamoaas de escassa altura, que mal são visíveis na paisagem. Existem elementos que permitam estabelecer aproximadamente uma cronologia para essas mamoaas?

**Domingos Cruz** — O arqueólogo observa centenas de mamoaas, alguns de nós conhecerão centenas de monumentos megalíticos. Eles surgem-nos na paisagem com o mesmo aspecto de montículo artificial, mais alto, mais baixo, maior ou menor. Podemos estudar a relação desses monumentos com a chã, com o meio-ambiente, mas é impossível sem uma escavação saber qual é o mais antigo ou o mais recente. Portanto é um pouco falível o estudo destes monumentos em termos de espaço, porque não é possível definir previamente a que época é que pertencem; assim, a lógica que foi utilizada num determinado momento poderá não ter sido a mesma num 2º, 3º ou 4º momentos. Tendo em consideração que estes monumentos, que esta tradição de tumular em mamoaas é longuíssima (na Serra da Aboboreira está atestada ao longo de mais de 1500 anos), a lógica da utilização do espaço poderá ter sido diferente de época para época. Eu, no entanto, no capítulo que iria ler a seguir se tivesse tido tempo de acabar — e com base nas datações de C14 da Serra da Aboboreira, que são as únicas que existem para o Norte de Portugal em termos de megalitismo — tentava resumir um pouco isso, porque realmente é possível estabelecer uma certa sequência entre os monumentos mais preponderantes, os que estão na periferia e os que estão na parte central da chã. Com base nisso, eu estabelecia uma hipotética cronologia, mas que é muito discutível. É provável que estas chãs tivessem um primeiro momento de utilização (estou a referir-me aos núcleos e não às mamoaas isoladas) em que se construíram os monumentos nos locais mais proeminentes, que permitiam colocar a mamoa numa situação de destaque. É o caso de Outeiro de Gregos 2, Outeiro de Ante 1, e eu incluiria neste grupo Chã de Parada 3. Para esta situação inicial dos dólmens em posição mais proeminente não há datações válidas para a Serra da Aboboreira, porque tais datações referem-se à 2ª metade do IVº milénio a.C. e integram um conjunto de monumentos que se situam em áreas mais periféricas. É o caso da Mamoa 2 de Meninas do Crasto, Mamoa do Monte da Olheira, Mamoa 3 de Outeiro de Gregos (um pouco mais periférica em relação à Mamoa 2 de Outeiro de Gregos), Mina do Simão (que relativamente ao núcleo central está numa posição periférica, e o seu posicionamento no espaço não é o mesmo). E neste grupo talvez pudesse incluir Chã de Santinhos, a Mamoa 3 de Outeiro de Ante (que é periférica em relação à Mamoa 1 do mesmo núcleo),



e a Mamoa 4 de Chã de Parada (que é também periférica em relação à Mamoa 3 do mesmo núcleo). E por fim, num momento posterior, então sim, colocava os monumentos ainda mais periféricos, extremamente pouco relevados no terreno, que assumem forma de mamoa em terra e pedra ou que correspondem a *cairns* e que são: Meninas 4, Outeiro de Gregos 5, Chã do Carvalhal 1 (uma cista megalítica), Mamoa 5 de Outeiro de Gregos, etc. Quer dizer, talvez seja possível com base nas datações — e há novas datas que eu ainda não tive tempo de ver e que estão inéditas — para a Serra da Aboboreira (que é o único caso estudado exaustivamente ou quase) estabelecer uma sequência entre os monumentos mais proeminentes, os melhor situados nas chãs, e os mais periféricos, mas tipologicamente semelhantes aos mais proeminentes e depois os ainda mais periféricos, extremamente pouco relevados no terreno, que assumem forma de cista, ou que não têm estrutura interna, ou cuja mamoa é construída apenas em pedra. Mas isto é uma hipótese extremamente discutível e é necessário mais dados, principalmente datações C14, para monumentos como Outeiro de Ante 1, Outeiro de Gregos 2, Chã de Parada 3, que são monumentos centrais em cada núcleo.

Vítor Oliveira Jorge — Eu gostaria de lançar três temas; um deles vem na sequência deste problema da cronologia. Efectivamente, ontem, o Dr. Fernán Alonso (que tenho o prazer de anunciar que se encontra aqui connosco e que considero já um membro da equipa da Aboboreira, tantas são as datas que nos tem proporcionado no seu laboratório) trouxe-me um conjunto de novas datas que são importantes. A principal conclusão dos nossos trabalhos na Aboboreira é a de que temos ali uma maioria de mamoas que continham dólmenes, e outras que não são megalíticas; entre estas últimas, duas continham (uma delas de certeza, a outra provavelmente) cistas, ou câmaras de tipo cistóide, portanto estruturas muito pequenas, que de maneira nenhuma se podiam chamar dólmenes. Esta distinção é importantíssima adentro daquilo que tradicionalmente se aglutinava sob a designação de megalitismo e creio que a Aboboreira deu um contributo decisivo nesse aspecto. É realmente impressionante o número de datas que se encontra ali já realizado; é o maior número de datas para uma zona definida em toda a Península e talvez uma das maiores concentrações já mesmo a nível europeu. Temos datas (afixadas ali fora) que confirmam as principais intuições que tínhamos tido. Para mamoas com dólmenes sem corredor possuímos novas datas que vão desde 3320 a.C. (não calibrada) para o topo do solo antigo em Furnas 2, até 3010 a.C. relativamente a Meninas do Crasto 3, também para o topo do solo antigo. Qualquer destas duas mamoas continha um dólmen sem corredor, uma pequena câmara simples característica do megalitismo aqui do Norte de Portugal. Para mamoas do tipo *cairn*, que nós sempre considerámos serem, com toda a probabilidade, da Idade do Bronze Antigo (Outeiro de Gregos 1, Meninas do Crasto 4 e talvez também Outeiro de Gregos 5 — esta última sem qualquer estrutura interior e portanto muito difícil de classificar em termos culturais e cronológicos), temos datas que apontam para os inícios do II<sup>o</sup> milénio, havendo já uma para os meados, digamos, do II<sup>o</sup> milénio — 1410 a.C., para Outeiro de Gregos 1 — e uma um pouco mais recente, 1300 a.C., para Outeiro de Gregos 5, a qual poderá talvez ser um bocadinho mais recente do que aquilo que será a realidade e

implicará novas datações de controlo. De qualquer maneira, a fundamental distinção entre monumentos sem corredor mas com dólmen e que são fundamentalmente de um Neolítico Médio-Recente, e os monumentos de tipo *cairn*, que são da Idade do Bronze — todos eles incluídos nos mesmos núcleos, lado a lado — isso é uma intuição que está confirmada actualmente, de uma forma quase exhaustiva. Ora esta era uma questão que gostaria de colocar aos colegas da Galiza: se encaram a hipótese de algumas das suas necrópoles haver esta perduração de mil e tal anos de continuidade. Um segundo problema era aquele sobre o qual ainda ontem falava com Ramón Fábregas, o dos dólmens de corredor curto que têm umas estruturas em forma, digamos entre aspas, de «átrio», como se descobriu em Madorras 1 (mas está ainda inédita) e se publicou agora para Chã de Parada 1. É um problema que me parece muito interessante, porque pela primeira vez mostra um tipo de estrutura que é comum em vários países da Europa e que não tinha sido ainda aqui relevado na Península Ibérica, e ao qual aliás o Dr. Domingos Cruz aludiu. E finalmente ainda um problema que eu gostava de pôr aos colegas galegos: aparentemente parece que não há na Galiza (mas pode ser ignorância minha) grandes dólmens de corredor indiferenciado em relação à câmara, do tipo da Anta da Barrosa, que no entanto está relativamente perto da fronteira galega, ou do tipo da Anta de Santa Marta, em Penafiel. Isto é curioso, e eu perguntava se efectivamente isso pode corresponder à realidade, porque então neste aspecto há uma distinção do megalitismo galego; aparentemente não mostra estas soluções «evolucionadas». Mas vou-me calar porque por ex. o Dr. Eduardo Jorge, aqui presente, e a quem eu lanço o repto de dizer qualquer coisa, tem escavado ultimamente vários monumentos nesta região da Barrosa e em particular um muito interessante, indiferenciado, e que pode dar úteis achegas. O mesmo repto lanço ao Dr. Huet Bacelar.

**Eduardo Jorge Lopes da Silva** — Respondendo ao repto, começaria por perguntar também aos colegas galegos se, de facto, no que diz respeito aos dólmens com corredor indiferenciado (e eu logo gostaria de referir muito sumariamente isso quando apresentar o meu trabalho sobre Afife), neles se notam esteios do género dos da Barrosa, ou de Santa Marta, em que há uma diferença nítida de altura em relação à câmara, ou se, pelo contrário, os esteios que formam o que poderemos chamar fundamentalmente ainda a câmara dolménica têm a mesma altura dos do corredor. Ou seja, se certos dólmens de corredor indiferenciado apresentam a mesma altura em todo o monumento, o que é o caso típico da mamoa de Afife. Gostaria de saber se de facto há paralelos na vossa área para os trabalhos que tenho feito.

**Huet Bacelar Gonçalves** — Uma vez que estamos num Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular, quero deixar aqui uma súmula, o mais reduzida possível, do que foi a última campanha de escavação na Mamoa 1 de Madorras, no concelho de Sabrosa, distrito de Vila Real de Trás-os-Montes, e que foi dada por encerrada ontem. Foram descobertas, na grande laje de cabeceira e na laje que lhe está contígua do lado sul, gravuras; essas lajes estão gravadas e apresentam aquilo que pensamos que sejam restos de pintura. Pensamos também que uma das figuras que a laje central apresenta é um quadrúpede (será um cervídeo, não será? Não sei). O levantamento das gravuras

será feito brevemente. Outro aspecto importante resultou da decapagem integral do quadrante sudeste; verificou-se que as grandes lajes da periferia, que têm perto de 80 cm. por 50 cm., a dada altura se interrompem ao nível do solo, do piso, formando uma passagem na zona frontal ao corredor. Não havia violação, era mesmo uma interrupção, uma entrada. E na zona próxima, no meio das últimas pedras do anel periférico, bem calçadinho, estava um grande seixo de quartzito, que tem aquilo que nós julgamos serem pinturas. Tem um triângulo preto, afilado na ponta; foi truncado intencionalmente em cima e em baixo, não sabemos porquê. Tem ainda uma mancha de ocre que se prolonga, mas a peça foi ainda mal observada e terá de ser vista com muita cautela. Entre outros aspectos, foi também descoberto um piso, e foram recolhidos carvões que vão permitir datas da estrutura de fecho. Recolhemos mais carvões ao nível do piso do interior da câmara; esse piso era constituído por elementos de quartzo leitoso «argamas-sados» com saibro, que teria c. de 10-20 cm. de espessura. Isto são alguns dados muito a quente, muito sumários, que eu pretendi aqui deixar aos colegas para irem pensando neles.

José María Bello Dieguez — A respeito do que o Huet disse, quero também apresentar um dado proveniente de uma escavação recente no dólmen de Dombate, na província da Corunha. Trata-se de uma câmara poligonal com corredor, ainda que esteja classificada por Cuevillas como sendo sem corredor, e por Leisner como de corredor curto. O corredor atinge 4 metros de comprimento e tem três séries de lajes. Tem também uma couraça ou parte de couraça (não sabemos se as pedras que estariam em contacto com a câmara desapareceram por acção do homem, ou se simplesmente não existiam). E na parte exterior, na periferia do túmulo, conserva-se perfeitamente uma couraça formada por grandes lajes (70-80 cm. nas maiores) e pedras planas que se apoiam, colocadas quase verticalmente, imbricadas; são pedras pequenas mas muito bem trabalhadas. E, como referia Huet, também na área de entrada essa estrutura se interrompe, dando lugar, neste caso, a uma fiada de... creio que são exactamente 20 pequenos ídolos ou «ídolos-bétilos» (de dois tipos) que, colocados em linha como que prolongando o contorno do túmulo, marcavam claramente uma área de entrada. Entre esses «bétilos» (para lhes chamar assim, uma vez que a escavação terminou no domingo passado, e não convém para já fazer mais apreciações até que os dados estejam mais estudados), temos basicamente dois tipos: uns são seixos rolados que apresentam entalhes laterais (semelhantes a exemplares que suponho que Fábregas lhes mostrará), outros são feitos em granito e insinuam como que uns braços, uma espécie de cruciformes com os braços simplesmente insinuados, e dentro destes destaca-se um, que infelizmente estava deslocado, pertencendo à fiada mas caído em vez de estar fincado, que apresenta uma feitura próxima aos «ídolos-violino», de claras ressonâncias mediterrânicas.

H.B.G. — Só queria dizer ali ao Bello Dieguez que o objecto pintado que encontrei — vamos chamar-lhe com muitas reservas um ídolo pintado — estava entalado junto às grandes lajes que constituem o anel periférico e numa zona perfeitamente frontal ao corredor de entrada; o anel periférico passa a uns 6 metros, se tanto, dos esteios da

entrada do dólmen de Madorras 1. Na mesma zona, no ano anterior, apareceu quase também à superfície do terreno um ídolo, provavelmente com restos de pintura, que também se encontrava — o que é hoje perfeitamente visível — na mesma zona frontal à entrada do corredor deste monumento.

E.J.L.S. — Há uma notícia recente que eu gostaria de transmitir a todos os presentes, porque vem na esteira do que acaba de ser dito pelo meu colega Huet Bacelar. Também eu cheguei ontem de um trabalho do lado de lá do Douro, na margem sul, de uma intervenção que esteve a ser feita nestas últimas semanas no concelho de Cinfães, no monumento até agora designado Mamoá 1 de Tendais. Acontece que os dados desde já colhidos, independentemente do material, parecem-me suficientemente significativos para apontar para cronologias bem definidas. Uma das grandes apostas era tentar saber se o megalitismo do lado de lá do Douro, colado, digamos, à Aboboreira (na medida em que da Serra de Montemuro onde este monumento foi escavado se vê em linha de mira a Serra da Aboboreira, a capelinha de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Guia e todo o *plateau*), apresentava uma situação nova em relação à margem norte. Esta primeira campanha revelou desde já a ideia de que aquele mundo é bastante diferente do da Aboboreira, e não só em termos de estrutura. O dólmen tem 2 esteios gravados, um deles realmente espectacular; por outro lado verificou-se a existência do que talvez seja uma estrutura secundária, tipo cistóide ou por aí, o que pressupõe também um problema novo. Apareceu uma grande quantidade de material. Curiosamente, pontas de seta não apareceu nenhuma. Ocorreram imensas contas de colar, mais de um milhar de contas pequenas, e apareceram também outros objectos que já realmente apontam para outro tipo de cronologia, talvez mais avançada. De qualquer forma, em termos da hipotética estrutura periférica, há um novo esteio pequeno dentro do que pode já ter constituído a abertura dessa mesma cista, ou pseudo-cista. Há de facto um novo esteio gravado, com gravuras totalmente diferentes da grande laje, e apareceu também uma pequena pedra gravada que parece ser realmente um ídolo, uma pedra comprida que parece ter dois olhos. Mas isto surgiu já no penúltimo dia de campanha, são tudo elementos, como dizia o meu colega Huet Bacelar, a quente, não houve ainda uma reflexão suficiente para amadurecer ideias. De qualquer modo, gostava de deixar aqui nestes minutos finais a ideia de que algo está a acontecer de novo, para o lado de lá da Serra da Aboboreira, encostadinho mesmo ao rio Douro, também.

H.B.G. — No seguimento das palavras do meu colega Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva, gostaria de dizer que tenho vindo a prospectar um pequeno *plateau* de 14 Km. por 4 de largura máxima, na zona compreendida entre a Serra da Falperra e o rio Douro, limitada por todas aquelas necrópoles que são nossas conhecidas, como seja a Aboboreira, o Alvão, o Fiolhoso, Alijó. Nesse pequeno *plateau* entalado, digamos, entre o rio Pinhão a leste e o rio Corgo a oeste, onde não havia monumentos nenhuns, no presente momento e com uma prospecção que ainda está muito longe de estar completamente concluída, eu já caminho a passos largos para c. de 30 monumentos.

Maria de Jesus Sanches — Há bocado o Dr. Domingos Cruz disse que a maior parte das datas de C14 do Norte de Portugal eram da Serra da Aboboreira. Eu venho só dar

notícia de uma nova data para um monumento em Trás-os-Montes, que o Dr. Fernán Alonso fez o favor de me enviar. A Mamoa 3 de Pena Mosqueira tem uma data, para carvões provenientes de uma área acima do enterramento, de  $2980 \pm 60$  a.C., não calibrada. A data não se refere ao enterramento (que, como sabem, estava intacto), mas a carvões que estavam a c. de 30 cm. do enterramento. Trata-se de um monumento sem qualquer estrutura megalítica, e com um enterramento que presumivelmente será individual; neste momento está-se a fazer uma análise para saber se é ou não infantil. Revelou um espólio muito rico. Continha também 3 pequenas placas, duas com ocre e uma com pintura. Eu não sei até que ponto poderemos chamar a isto ídolos. É um problema que ponho aqui: até que ponto poderemos chamar ídolos a estas pequenas placas com pintura.

# MEGALITISMO DE GALICIA

por

Ramón Fábregas Valcarce

*«What Power art thou,  
Who from below,  
Hast made me Rise,  
Unwillingly and slow,  
From beds of Everlasting Snow!»*

H. Purcell

## INTRODUCCION

El ámbito de nuestro trabajo se ciñe al país gallego en sus actuales límites administrativos. Desde un punto de vista morfológico, Galicia puede ser dividida esquemáticamente en una serie de unidades: sierras, *penichairas* y costa. Las primeras constituyen un cinturón montañoso, con alturas que en ocasiones rondan los 2000 m, el cual separa Galicia de la Meseta; más hacia el Oeste, otras cadenas montañosas de menor altura se extienden en una línea discontinua Norte-Sur. Entre éstas y las serranias orientales se encuentra un amplia área ocupada por superficies más o menos aplanadas (*penichairas*) a una altura media de unos 500 m. La costa es extraordinariamente articulada, debido a la presencia de numerosas rías, profundos brazos de mar formados por la inmersión de antiguos valles fluviales debido a causas tectónicas o estructurales.

El territorio gallego no se sustrae a la aparición en su suelo de construcciones megalíticas. La gama de éstas es más restringida que en otras áreas de la Península Ibérica: tan sólo se ha documentado hasta el momento la presencia de un menhir, el de Gargantáns (Moraña, Pontevedra)<sup>1</sup>. Asimismo hay referencias acerca de la existencia de círculos líticos, aunque éstas no han podidos ser comprobadas fehacientemente hasta el momento<sup>2</sup>. El grueso del megalitismo gallego está representado por varios miles de túmulos<sup>3</sup>, presentes en amplias zonas del territorio. Esta reducida diversificación no

---

<sup>1</sup> A. Blanco, A. García y C. Paratcha, «A Lapa» de Gargantáns, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 57, 1964; A. de la Peña, Excavaciones arqueológicas de urgencia en la provincia de Pontevedra durante el año 1981, *El Museo de Pontevedra*, 36, 1982, 74-77.

<sup>2</sup> F. Maciñeira, Notable grupo de círculos líticos y túmulos dolménicos de la cuenca superior del Eume. *Arquivos do Seminario de Estudos Galegos*, 2, 1929; R. Sobrino, Megalitos del monte Corzán. *Zephyrus*, 4, 1953; G. y V. Leisner, *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*, 1956, 107.

<sup>3</sup> Estos reciben en lengua gallega multitud de nombres, siendo los más comunes *mámoa* y *medorra*.

significa en modo alguno pobreza o uniformidad en las manifestaciones megalíticas gallegas ya que la densidad de estas construcciones y la pluralidad de soluciones estructurales detectadas nos hablan por el contrario de un mundo dotado de gran dinamismo.

Las *mámoas* gallegas no constituyen un hecho cultural aislado sino que por el contrario presentan estrechas concomitancias desde los puntos de vista arquitectónico y ergológico con el megalitismo de Portugal al Norte del Duero y, en menor medida, con el de Asturias.

### DISTRIBUCION DE LOS TUMULOS

En una escala global la localización de los megalitos es bastante uniforme ya que su presencia se señala tanto en las zonas costeras como en el interior, en áreas a baja altura o en comarcas montañosas. Ahora bien, el número de este tipo de monumentos es más alto en áreas concretas, lo cual puede responder en parte a la diferente intensidad de las prospecciones llevadas a cabo, pero también con toda probabilidad refleja las pautas de asentamiento de las poblaciones que los construyeron. De esta forma las *penichairas*, situadas a media altura, o las cumbres aplanadas de algunas sierras se han revelado particularmente ricas en sepulturas tumulares. Por otra parte, en el curso de recientes trabajos de prospección se han localizado gran número de *mámoas* en las cadenas montañosas orientales, en alturas comprendidas entre los 1000 y los 1400 m<sup>4</sup>.

A una escala más reducida existen una serie de factores que probablemente inciden en la elección de los puntos concretos donde se alzarán los túmulos. Por una parte se ha señalado una tendencia a situar éstos en la vecindad inmediata (entre 50 y 200 m. usualmente) de afloramientos rocosos que suministrasen el material idóneo para su construcción. El tipo de suelos parece tener una gran influencia: una serie de trabajos llevados a cabo en los últimos años han permitido definir una relación directa entre los terrenos locales de mejores características desde el punto de vista agrológico y las mayores densidades de megalitos<sup>5</sup>. Estos se alzan con frecuencia en lugares desde los que se divisan tierras de cultivo actuales y a su vez son divisados desde éstas. Es este factor de visibilidad, con sus probables connotaciones simbólicas, el que en muchos casos parece haber determinado el emplazamiento del monumento en un lugar muy

---

<sup>4</sup> F. Criado, *Prospecciones de túmulos megalíticos en la provincia de Lugo (campana de 1984): Comarca de A Fonsagrada* (en prensa); Idem, *Contribución al estudio de las relaciones entre las comunidades megalíticas del noroeste peninsular y su medio natural: implicaciones socio-económicas*, cap. VII; J. M. Caamaño Gesto (dir.), *Proyecto Interprovincial de Catalogación y Prospección arqueológica de Galicia: La comarca de Valdeorras*, 1985.

<sup>5</sup> J.M. Vázquez, F. Criado y J.M. Bello, *Megalitismo y medio edafológico en el noroeste peninsular*, VI Reunión do Grupo Español de Trabajo do Quaternario, 1983; Bello, Criado y Vázquez, *Cultura megalítica y medio natural en el NW peninsular*, *Arqueología Espacial*, 6, 1985, 232; Bello, Criado y Vázquez, *La cultura megalítica de la provincia de La Coruña y sus relaciones con el marco natural: Implicaciones socioeconómicas*, 1987, 101-106.

preciso<sup>6</sup>. La definición sobre el entorno se incrementa en ocasiones mediante la utilización en el túmulo de materiales cuyas características hacen que éste sea más fácilmente localizable<sup>7</sup>. Con todo, algunas de estas construcciones parecen sustraerse a esa *lógica de la visibilidad*, situándose en depresiones topográficas<sup>8</sup>.

El problema de la distribución de los túmulos está muy ligado a la cuestión del asentamiento de sus constructores. Paradójicamente — si tenemos en cuenta el alto número de sepulturas conservadas — apenas conocemos lugares de habitación que puedan ser contemporáneos de aquellas, particularmente en los momentos más antiguos<sup>9</sup>. En realidad se ha publicado un solo hábitat datado en la primera mitad del III milenio (2870 b.c.), el del nivel VIII de O Fixón<sup>10</sup>. Ya en la segunda mitad de dicho milenio podrían situarse algunos poblados<sup>11</sup>, escasos y mal conocidos pero en todos los casos con estructuras de habitación poco desarrolladas: suelos de ocupación apisonados, agujeros de poste o concentraciones de piedras, pequeños hogares, etc..., que indicarían un asentamiento poco estable todavía. La mayoría de estos asentamientos, concentrados en la Galicia meridional, se caracterizan por la presencia de cerámicas metopadas incisas (Lavapés reciente<sup>12</sup>, Illa de Barxés<sup>13</sup>) o incisas e impresas (Fontenla, Regueiriño, Lavapés antiguo)<sup>14</sup>. La relación entre estos poblados y las sepulturas megalíticas no es clara ya que dentro del ajuar de éstas son muy escasas las cerámicas decoradas<sup>15</sup>, lo cual plantea la posibilidad de que esa disociación se deba a causas estrictamente funcionales o bien a la existencia de dos comunidades con

<sup>6</sup> F. Criado, M.J. Aira y F. Díaz, La construcción del paisaje: Megalitismo y ecología. Sierra de Barbanza, *Arqueoloxía e Investigación*, 1, 1986, 147-153; Criado, «El tercer factor» o la lógica oculta del emplazamiento de los túmulos megalíticos gallegos, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 100, 1984-5.

<sup>7</sup> F. Criado, *Prospecciones de túmulos megalíticos en la provincia de A Coruña — campaña de 1984 —: Serra do Bocelo* (en prensa).

<sup>8</sup> R. Fábregas y F. Criado, Some aspects of the megalithic culture of NW Iberia, *World Archaeological Congress*, 1986, 4.

<sup>9</sup> Esta misma circunstancia se ha señalado en el Norte de Portugal, aunque algunos hallazgos en suelos enterrados bajo túmulos megalíticos podrían indicar la localización de un hábitat temporal en el mismo lugar donde luego se alzó el monumento (V.O. Jorge, Escavação da mamoa da Mina do Simão, *Arqueologia*, 9, 1984, 18-19).

<sup>10</sup> M. García-Lastra, Primeros resultados de la campaña de excavaciones arqueológicas 1982, en el yacimiento de O Fixón, *Pontevedra Arqueológica*, 1, 1984, 133. Por nuestra parte acogemos con cierta reserva esta fecha, de la que no conocemos su desviación típica, dado lo poco significativo de su contexto arqueológico (algunos fragmentos de cerámicas lisas) y los problemas planteados por otras dataciones radiocarbónicas realizadas por el laboratorio de la Universidad de Gakushuin.

<sup>11</sup> En algún caso cabría hablar más bien de zonas de actividad humana, teniendo en cuenta la precariedad de los restos arqueológicos encontrados.

<sup>12</sup> A. de la Peña, Yacimiento de Lavapés. Balance de las excavaciones 1981-82, *Pontevedra Arqueológica*, 1, 1984, 163.

<sup>13</sup> F. Calo y X.C. Sierra, As orixenes do castrexo no Bronce Final, *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, 1983, 57-63.

<sup>14</sup> Peña, Yacimiento de Lavapés... citado, 154; Idem, Sondeo estratigráfico en el yacimiento de O Regueiriño (Moaña), *Pontevedra Arqueológica*, 1, 1984; Idem, Sondeo estratigráfico en el yacimiento de A Fontenla (Moaña), *Pontevedra Arqueológica*, 1, 1984.

<sup>15</sup> Con todo, se conocen algunos hallazgos de cerámicas decoradas en túmulos megalíticos galaicos (X. Suárez Otero, Os abrigos da Cunchosa: Novos datos sobre tipos de asentamentos e complexos



tradiciones diferentes que se solapan en el tiempo<sup>16</sup>.

Una problemática algo diferente se da con la cerámica campaniforme. Efectivamente, en la última década se han dado a conocer una serie de hábitats con esta especie cerámica, localizados bien al aire libre como el de los niveles superiores de O Fixón (Pontevedra)<sup>17</sup> o A Morcigueira (La Coruña)<sup>18</sup>, o bien en abrigos como el de Os Pericos (La Coruña)<sup>19</sup>. Hay que señalar el hecho significativo de que algunos yacimientos como el de O Castro (La Coruña)<sup>20</sup> o el de Chan de Armada (Pontevedra)<sup>21</sup> aparecieran en lugares relativamente próximos a túmulos. Si por otra parte tenemos en cuenta la presencia de campaniforme en un número bastante elevado de megalitos gallegos, no resulta descabellado el vincular a los habitantes de algunos de esos asentamientos con las poblaciones que construyeron y/o utilizaron al menos una parte de las *mámoas*<sup>22</sup>.

## ECONOMIA Y SOCIEDAD

La aproximación hacia la esfera socioeconómica de los constructores megalíticos debe hacerse, en el estado actual de nuestros conocimientos, mediante un estilo indirecto, conjugando una serie de evidencias de diverso tipo: paleoambientales, artefactuales, etc ...

A partir de los datos proporcionados por los análisis polínicos llevados a cabo en diferentes lugares<sup>23</sup>, algunos autores han postulado la aparición de la agricultura en Galicia durante el IV<sup>o</sup> milenio antes de Cristo<sup>24</sup>. Los diagramas polínicos realizados

---

ergolóxicos na prehistoria galega, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 99, 1983, 66-7; F. de la Fuente, Aproximaciones a la cultura material del megalitismo gallego: El material cerámico, *Arqueohistórica*, 2, 1988).

<sup>16</sup> Esta problemática ha sido abordada en profundidad por S. O. Jorge en su obra *Povoados da pré-história recente da região de Chaves — V<sup>a</sup> P<sup>a</sup> de Aguiar*, 1986, 924-25 y 934.

<sup>17</sup> Con una datación radiocarbónica de 1880 ±130 b.c. (GaK-12317); García-Lastra, Primeros resultados... citado; Idem, El yacimiento de Chan de Armada. Resultados de la excavación arqueológica en 1983, *Pontevedra Arqueológica*, 2, 1985-6, 55.

<sup>18</sup> J. M. Vázquez y F. Criado, Nuevos hallazgos de campaniformes en la provincia de la Coruña, *Brigantium*, 2, 1981, 41.

<sup>19</sup> Vázquez y Criado, Nuevos hallazgos... citado, 39-40.

<sup>20</sup> VV.AA., Catalogación de yacimientos prerromanos del Ayuntamiento de Santiago, *Arqueología e Investigación*, 3, 1987, 92-98.

<sup>21</sup> M. García-Lastra, El yacimiento de Chan de Armada... citado.

<sup>22</sup> Diversos autores han subrayado la pervivencia — en contraposición con ruptura o intrusión — del enterramiento en sepulcros megalíticos entre gentes campaniformes tanto en Galicia (F. Criado y J.M. Vázquez, *La cerámica campaniforme en Galicia*, 1982, 90) como en otras zonas de la Península Ibérica (G. Delibes y M. Santonja, Sobre la supuesta dualidad Megalitismo-Campaniforme en la Meseta Superior Española, 1987).

<sup>23</sup> Vázquez Varela, *Las raíces de Galicia*, 1980, 55-56; Aira y Vázquez, Nuevos datos palinológicos sobre la agricultura prehistórica en Galicia, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 25, 1985, 250.

<sup>24</sup> Esta fecha inicial podría retrotraerse hasta el V<sup>o</sup> milenio si se confirmasen los hallazgos, parcialmente publicados, efectuados en el yacimiento de O Reiro (Vázquez Varela, *El Neolítico en Galicia, El Neolítico en España* — ed. P. López —, 1988, 331).

sobre muestras procedentes de paleosuelos enterrados bajo los túmulos parecen reforzar esa impresión, sugiriendo la práctica del sistema de tala y quema<sup>25</sup>. Hay que tener en cuenta sin embargo que la interpretación antedicha de los análisis polínicos tropieza con dos escollos: por una parte éstos carecen con frecuencia de dataciones absolutas que permitan situarlos con toda precisión y por otra la presencia de cereal es muy escasa hasta prácticamente mediados del III milenio, circunstancias que llevan a ciertos autores a postular una economía fundamentalmente ganadera que explicaría el proceso deforestador documentado<sup>26</sup>. Anteriormente hemos mencionado la vinculación entre las mayores densidades de megalitos y las tierras de mayor potencialidad agrícola, así como la situación dominante de los túmulos sobre tierras de cultivo actuales, factores ambos que apoyarían la hipótesis de que estas gentes tenían una agricultura relativamente desarrollada.

Si nos detenemos a analizar los artefactos depositados en las sepulturas observaremos en primer lugar el gran predominio de los útiles empleados en tareas deforestadoras o, más genéricamente, en el trabajo de la madera: hachas y azuelas de piedra pulida. Junto a ellos destaca la abundante aparición de microlitos geométricos y láminas de sílex, elementos que bien pudieron haber sido usados para la recolección de vegetales formando parte de cuchillos de segar u hoces compuestas, aunque otras hipótesis de utilización alternativas o complementarias para éstos podrían ser igualmente posibles. Más significativa es la presencia casi universal de molinos de mano, bien completos o fragmentados (muy desgastados en ocasiones) y reutilizados como material de construcción. Estos se utilizaron en la molturación de vegetales con toda probabilidad aunque también lo fueron para machacar minerales (ocre) en algunos casos; por otro lado, el hallazgo de estas piezas, a veces en gran número y con un peso de varios kilos, parece apuntar hacia la ubicación a una distancia no muy grande de asentamientos de donde se tomarían estos artefactos, a menudo ya amortizados, para depositarlos sin un criterio especial como parte integrante de una coraza o de un enlosado.

El examen del conjunto de evidencias aportadas permite postular la práctica de la agricultura entre comunidades megalíticas de Galicia, sin que ello deba entenderse como una formulación general extrapolable a todo el territorio ni como una especialización exclusiva, ya que en ciertos lugares la ganadería<sup>27</sup> u otras actividades podrían haber tenido un papel relevante.

Las limitaciones ya señaladas para abordar el estudio de las estrategias de subsistencia de los constructores megalíticos en Galicia surgen también a la hora de

---

<sup>25</sup> R. Patiño, Excavación de la mámoa nº 1 de As Rozas, *Pontevedra Arqueológica*, 1, 1984, 66; A. de la Peña, La mámoa de As Pereiras, *Pontevedra Arqueológica*, 2, 1985-86, 12; Criado, Aira y Díaz, La construcción del paisaje: Megalitismo y ecología. Sierra de Barbanza, *Arqueoloxía e Investigación*, 1, 1986, 164.

<sup>26</sup> Calo y Sierra, As orixenes... citado, 44-45; VV.AA., *Prehistoria e Arqueoloxía de Galicia. Estado da cuestión*, 1979, 25.

<sup>27</sup> Cuya práctica se propone a partir del análisis del polen realizado en O Fixón (P. López, Análisis palinológico de los sedimentos arqueológicos del yacimiento de O Fixón, *Pontevedra Arqueológica*, 1, 1984, 146).

enfocar nuestro análisis sobre su sociedad. Es muy verosímil que como han señalado diferentes autores<sup>28</sup> nos encontremos ante una organización en comunidades de pequeño tamaño, relativamente próximas entre si. Diversos elementos abonan esta hipótesis: por una parte el elevado número de megalitos, su gran dispersión y reducidas dimensiones, por otra la tendencia a erigir estas construcciones en lugares próximos a las canteras de donde se extraían las losas utilizadas, lo cual parece implicar una limitación en las energías disponibles para el proceso de extracción y colocación de las lajas que componen el monumento. Un intento de calcular el número mínimo de hombres necesario para llevar a buen término dicha tarea ha suministrado cifras variables, oscilando según las comarcas entre las 80 y las 261 personas si se utilizase un método de arrastre directo<sup>29</sup>. Estos guarismos sugieren la posibilidad de que existiese una movilización de varios grupos locales a la hora de afrontar la construcción de un túmulo megalítico. Si estas estimaciones son de por si arriesgadas, la extrapolación a partir de éstas del total de la población es aún más problemática ya que desconocemos qué proporción del grupo tomaba parte en estos trabajos.

#### TIPOLOGIA CONSTRUCTIVA

Habitualmente podemos distinguir dentro de las sepulturas megalíticas galaicas dos elementos fundamentales: un montículo artificial (*mámoa*) y una cámara (*anta*) que se alberga en su interior, elaborada a base de lajas de piedra. Las dimensiones del conjunto son en todo caso reducidas, no sobrepasando en el caso de los mayores monumentos los 8 m. de longitud.

El túmulo presenta generalmente una configuración tendente a circular, con unas dimensiones medias entre los 15 y los 25 m. de diámetro por 2-3 m. de altura. Su constitución es variable: puede constar de tierra tan sólo, de tierra mezclada con piedras o exclusivamente de piedras. Además se ha señalado frecuentemente la presencia de una capa superficial de piedras (coraza), a veces complementada por un anillo lítico periférico, presumiblemente destinado a contener la masa tumular pero que al mismo tiempo pudo haber tenido una función simbólica, delimitadora del espacio funerario.

La cámara sepulcral, situada normalmente en una posición central respecto de la masa tumular, se construye a base de losas de piedra apenas desbastadas, colocadas verticalmente o con una ligera inclinación hacia el interior, sosteniendo una cubierta generalmente de una sola pieza. Para fijar las losas en su posición se recurre en ocasiones a excavar en el suelo orificios de poca profundidad donde éstas son introducidas; con esta misma finalidad se emplean pequeñas piedras a modo de cuñas y también se ha documentado la presencia de contrafuertes en la pared externa de las cámaras a base de una acumulación de rocas o del empleo de lajas. La cámara está

<sup>28</sup> Vázquez Varela, *Las raíces...* citado, 74; Bello, Criado y Vázquez, *La cultura megalítica de la provincia de La Coruña...* citado, 152; VV.AA., *Prehistoria...* citado, 25.

<sup>29</sup> Bello, Criado y Vázquez, Medio físico y sociedades megalíticas. Aproximación a los problemas constructivos de los megalitos en el NW peninsular, *Gallaecia*, 7-8, 1984, 55.

frecuentemente dotada de un corto pasillo de acceso (corredor), integrado a su vez por uno o dos pares de ortostatos, provistos de su correspondiente laja de cobertura. En algunos megalitos se ha señalado la utilización de muretes de piedra seca en los corredores<sup>30</sup> o en una prolongación de éste a través del túmulo<sup>31</sup>.

En lo que a la tipología arquitectónica se refiere, el trabajo más completo hasta el momento sigue siendo el de G. Leisner<sup>32</sup>. Su detallado análisis de las formas sepulcrales del megalitismo gallego adolece sin embargo de limitaciones, derivadas del escaso número disponible de plantas de monumentos excavados, de la mala conservación de muchos de ellos y del notable polimorfismo que éstos parecen mostrar, lo cual tiene como consecuencia que casi cada nueva excavación emprendida alumbre importantes novedades en los aspectos constructivos. De una forma muy genérica se puede diferenciar un grupo de cámaras simples (*dolmen*), bien de planta poligonal, con o sin vano de entrada, o bien de planta tendente a rectangular (*cista*); el otro apartado está constituido por sepulturas de corredor, con este último más o menos diferenciado de la cámara propiamente dicha. Dentro de cada una de esas categorías existen múltiples variantes que podrían responder a tradiciones locales y/o diferentes cronologías.

Un caso particular lo constituyen los túmulos sin cámara, cuya cronología y vinculación con el fenómeno megalítico han suscitado dudas. La ausencia de una estructura ortostática puede estar causada por la acción de violadores en busca de materiales de construcción y en estos casos se impone un cuidadoso registro del túmulo con el fin de verificar si éste contuvo o no cámara. Sin embargo en otras ocasiones esta ausencia puede enmarcarse dentro de la tradición funeraria campaniforme o del Bronce Inicial<sup>33</sup>, aunque no puede excluirse totalmente la posibilidad de que en fechas más o menos sincrónicas con los megalitos gallegos más antiguos se erigiesen asimismo túmulos sin cámara, circunstancia señalada en el vecino Portugal<sup>34</sup>.

## CULTURA MATERIAL

Los artefactos recuperados se encuadran mayoritariamente en tres categorías: piedra tallada, pulida y cerámica. En el primer apartado los útiles más frecuentes son láminas de sílex, con o sin retoque, microlitos geométricos y puntas de flecha de base triangular. Los materiales más utilizados en su manufactura son el sílex, el cuarzo y el

<sup>30</sup> F. Bouza, J. Carro y M.C. García, Excavación de túmulos dolménicos en San Andrés de Lousada, *Noticario Arqueológico Hispánico, Prehistoria*, 2, 49, 1973.

<sup>31</sup> R. Fábregas y F. de la Fuente, «Os Campiños» Leiro. *Arqueología* 83, 1984; Criado, Aira y Díaz, La construcción... citado, 44.

<sup>32</sup> G. Leisner, *Verbreitung und Typologie der Galizisch-Nordportugiesischen Megalithgräber*, 1938.

<sup>33</sup> Criado y Vázquez, La cerámica..., citado, 58-59.

<sup>34</sup> V.O. Jorge, Uma datação pelo radiocarbono para a mamoa 5 de Outeiro de Gregos, *Arqueologia*, 12, 1985; Idem, Polymorphisme des tumulus préhistoriques du Nord du Portugal: le cas d'Aboboreira, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 83, 1986; M.J. Sanches, A mamoa 3 de Pena Mosqueira, Sanhoane, *Arqueologia*, 15, 1987.

esquisto, a pesar de que el primero de ellos aparece escasamente en Galicia.

En piedra pulida existe una mayor variedad de útiles: hachas, azuelas, grandes cinceles, bolas y — ya en menor número —, mazas, dobles hachas (*bipennes*) y dobles azuelas. Las rocas metamórficas (esquistos particularmente) son las más usadas aunque algunos útiles como las mazas son elaborados a partir de rocas plutónicas.

Todavía dentro del apartado lítico hay que mencionar la abundantísima presencia en los megalitos gallegos de molinos de tipo barquiforme, así como los cantos decorados por percusión o incisión, con formas vagamente antropomórficas, aparecidos en varios sepulcros de corredor<sup>35</sup>.

El espectro de la cerámica megalítica gallega, durante años limitado básicamente a los repetidos hallazgos de vasos de forma convexo-simple sin decoración se ha ampliado recientemente. En efecto, los últimos trabajos llevados a cabo han dado pie al descubrimiento de nuevos tipos cerámicos con decoración impresa, incisa o — en dos ocasiones — pintada<sup>36</sup>, así como a la multiplicación del número de restos de cerámica campaniforme en contextos megalíticos<sup>37</sup>. Otras formas cerámicas como, entre otros, los vasos en forma de *chapeu* invertido se corresponderían con deposiciones secundarias realizadas en los túmulos durante la Edad de Bronce<sup>38</sup>.

Los elementos de adorno son bastante escasos y se reducen básicamente a cuentas de collar fabricadas con minerales de color verde (generalmente variscita) y formas discoides o toneliformes<sup>39</sup>. Tal vez tuviesen una función similar algunos de los prismas de cuarzo cristalizado encontrados con cierta frecuencia en las sepulturas megalíticas galaicas.

Existen referencias dispersas y algunos hallazgos recientes de artefactos metálicos como puntas de cobre de tipo Palmela o laminillas de oro que pueden corresponder en unos casos a reutilizaciones de construcciones megalíticas o a una pervivencia de formas de enterramiento tumular en el II milenio.

## ARTE

Con la excepción tal vez de los guijarros decorados a los que hemos aludido más arriba, las manifestaciones artísticas en el megalitismo galaico se cifian a la decoración realizada sobre los ortostatos de algunas sepulturas. Los motivos presentes son habitualmente de índole abstracta o esquemática y los más frecuentes son las series de líneas onduladas y los círculos, a veces radiados. El grabado es la técnica más comúnmente utilizada pero al menos en dos casos se ha señalado el empleo de pintura,

<sup>35</sup> A.-A. Rodríguez Casal, O megalitismo galego: a problemática suscitada a partir das investigacións máis recentes, *Portugalia*, 4-5, 1984, 49.

<sup>36</sup> Fuente, Aproximaciones... citado, 1988, 98 y 128; Suárez, Os abrigos... citado, 1983, 66-67.

<sup>37</sup> Criado y Vázquez, La cerámica... citado, 1982, 56; Fuente, Aproximaciones... citado, 1988.

<sup>38</sup> Calo y Sierra, As orixenes... citado, 65-67.

<sup>39</sup> Vázquez Varela, Estudio mineralógico de cuentas verdes procedentes de la necrópolis megalítica de Monte da Morá, *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, 1, 1983.

de colores rojo y negro<sup>40</sup>.

## CRONOLOGIA Y PERIODIZACION

El «Padre de la Prehistoria gallega», F. López Cuevillas, planteó una división del fenómeno megalítico gallego en dos momentos sucesivos: el primero se caracterizaría por la presencia de cámaras poligonales sin corredor, a veces sin vano de entrada o con un corredor poco desarrollado, en cuyo interior se encontrarían artefactos de tradición indígena y arcaizantes; mientras que en una segunda fase aparecerían cistas, túmulos sin cámara y sepulturas planas, con cerámicas campaniformes o de tipo Penha, puntas de flecha de base recta o cóncava, hachas alargadas y de sección circular y mazas, hachas de combate y puñales, elementos éstos llegados del Norte de Europa<sup>41</sup>.

Esta hipótesis, excesivamente simplificadora, ha sufrido modificaciones a tenor de los nuevos descubrimientos y trabajos llevados a cabo. Rodríguez Casal definió tres fases en la evolución del megalitismo galaico: una primera, caracterizada por túmulos con dólmenes simples, abiertos o cerrados y cámaras con corredor corto en cuyo interior se encuentran hachas de sección oval, microlitos geométricos y láminas de sílex, junto con cerámicas lisas. Un segundo momento vendría dado por sepulturas de corredor más desarrollado (aunque sin alcanzar las dimensiones de construcciones análogas en otras regiones de la Península Ibérica), en los que aparecen como artefactos característicos las puntas de flecha de base triangular y hachas con diferentes tipos de sección. Finalmente, un tercer período en el que aparecen cámaras de dimensiones reducidas, *cistoides*, conteniendo hachas de sección aplanada, mazas y otros útiles con perforación para el empuje. El citado esquema evolutivo se ha mantenido vigente, si bien con modificaciones de detalle realizadas por éste y otros autores<sup>42</sup>.

En el curso de los últimos años hemos comenzado a disponer de dataciones radiocarbónicas para túmulos megalíticos en Galicia: Chan da Cruz I (Vilaboa, Pontevedra), con una cámara funeraria de pequeñas dimensiones intensamente removida, imposibilitando su clasificación tipológica; a partir de carbones procedentes de una hoguera situada sobre un suelo preparado bajo el túmulo se obtuvo

<sup>40</sup> G. Leisner, Die Malereien des Dolmen Pedra Coberta, *Jahrbuch für Prähistorische und Ethnographische Kunst* (IPEK), 9, 1934; H. Breuil, *Les peintures rupestres esquématisques de la Péninsule Ibérique*, 1, 1933, 56; E. Shee, *The Megalithic Art of Western Europe*, 1981, 23-29.

Durante la campaña de excavaciones realizada en Setiembre de 1987 por J.M. Bello Diéguez en el sepulcro de corredor de Dombate (Cabana, La Coruña), se pusieron al descubierto interesantísimos restos de decoración pictórica en algunos de los ortostatos del corredor.

<sup>41</sup> F. López Cuevillas, A idade megalítica, en *Historia de Galicia* (ed. R. Otero Pedrayo), t. 3, 1973, 115.

<sup>42</sup> A.-A. Rodríguez Casal, O Megalitismo na Galiza. A súa problemática e o estado actual da investigación, *Actas da Iª Mesa-Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*, 1979, 109; VV.AA., *Prehistoria...* citado, 26; J.M. Vázquez Varela, El horizonte de Rechaba: Una nueva fase de la cultura megalítica del noroeste peninsular, *Boletín Auriense*, 9, 1979, 24; A.-A. Rodríguez Casal, Megalítico, *Gran Enciclopedia Gallega*, 20, 1983, 219; R. Fábregas Valcarce, La industria de piedra pulida en las sepulturas megalíticas de Galicia, *Trabajos de Prehistoria*, 41, 1984, 159-160.

una datación  $5890 \pm 120$  b.p. (GaK-11395). As Rozas I (Campolameiro, Pontevedra), aquí la arquitectura dolménica había sido totalmente saqueada aunque a través del examen de las huellas de los soportes y las cuñas que los apoyaban el excavador definió un recinto de planta poligonal, con un vano de entrada pero sin corredor; la fecha, obtenida a partir de una hoguera de las mismas características que la de Chan da Cruz, fue de  $5150 \pm 140$  b.p. (GaK-11189)<sup>43</sup>. Recientemente se ha dado a conocer una datación para el túmulo de As Pereiras (Mos, Pontevedra) con cámara poligonal y corredor incipiente, la muestra analizada proviene de una bolsada de carbón localizada dentro del túmulo y suministró una fecha de  $4850 \pm 210$  b.p. (GaK-11821)<sup>44</sup>. Durante la redacción de este trabajo hemos tenido conocimiento de otra fecha radiocarbónica para una sepultura de corredor, Os Campiños VI (Rianxo, A Coruña)<sup>45</sup>. La muestra procedía de un nivel de tierra que sellaba el corredor, fijando el final de la utilización del monumento en el  $4300 \pm 60$  b.p. (GrN-14328).

Las dataciones mencionadas parecerían confirmar el sistema evolutivo clásico para la arquitectura megalítica gallega y así lo apunta A. de la Peña<sup>46</sup>. Sin embargo creemos necesario hacer algunas consideraciones sobre las fechas disponibles en orden a valorar su fiabilidad y respectiva ubicación temporal. En primer lugar, si se comparan las fechas radiocarbónicas de As Rozas y As Pereiras con un nivel de confianza del 95%, puede concluirse que la diferencia entre ambas ( $300 \pm 504$ ) es poco significativa, más aún teniendo en cuenta que en ambos casos se trata de fechas únicas para cada monumento<sup>47</sup>. La datación del túmulo 1 de Chan da Cruz plantea una problemática específica ya que a nuestro entender forma parte de una serie de valores anómalos suministrados por el laboratorio de la Universidad de Gakushuin (Tokio), generalmente más altos de lo esperado<sup>48</sup>. Un análisis ulterior de carbones procedentes del mismo nivel del que se había extraído la muestra datada en Japón, dio un resultado de  $5210 \pm 50$  b.p. (C.S.I.C.-642)<sup>49</sup>. Esta última datación nos parece más aceptable como fecha *post quem* para la erección del túmulo ya que resulta coherente con las cronologías absolutas más antiguas del megalitismo del Norte de Portugal que sitúan

---

<sup>43</sup> R. Patiño y A. de la Peña, Primeros resultados de dos años de investigación sobre el mundo megalítico en la provincia de Pontevedra, *II Coloquio Galaico-Minhoto*, 1984, t. 2, 290 y 295.

<sup>44</sup> Peña, La mámoa... citado, 11.

<sup>45</sup> Fábregas y Fuente, «Os Campiños» ... citado.

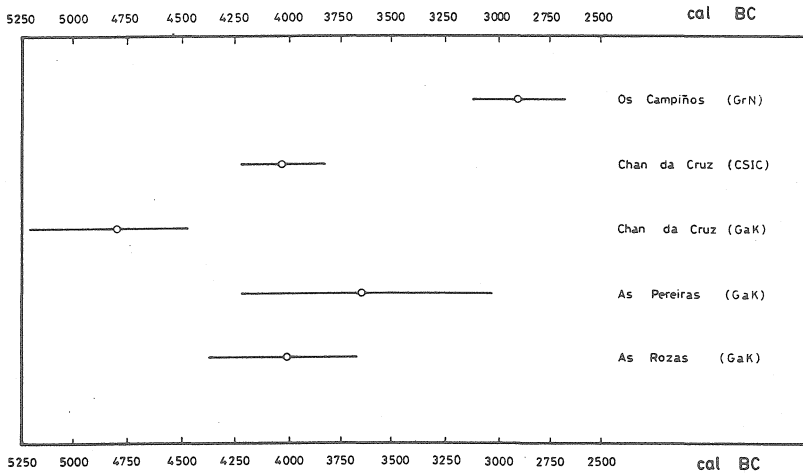
<sup>46</sup> Peña, La mámoa... citado, 11.

<sup>47</sup> La diferencia entre las medias es muy inferior a 2 SD (doble del valor de las desviaciones típicas conjugadas de ambas fechas). Sobre la conveniencia de realizar los contrastes de hipótesis a un nivel de confianza del 95% en el método del C-14 ver: V. Fernández Martínez, La combinación estadística de las fechas de carbono-14, *Trabajos de Prehistoria*, 41, 1984, 350; J.M.P. Cabral y A.M. Soares, Datação pelo radiocarbono. II-Sobre a estimação do verdadeiro valor das datas convencionais de radiocarbono e a comparação de duas datas, *Arqueologia*, 10, 1984, 94.

<sup>48</sup> A.-A.H.B. Gonçalves, Escavação da mamoa nº 2 de Outeiro de Ante-Serra da Aboboreira-Baião, *Arqueologia*, 9, 1984, 42; S.O. Jorge, Datas de Carbono 14 para a pré-história recente do Norte de Portugal: Os dados e os problemas, *Arqueologia*, 12, 1985, 158 y 172; V.O. Jorge, Novas datações de radiocarbono para mamoa do concelho de Baião, *Arqueologia*, 11, 1985, 183.

<sup>49</sup> Información suministrada por su excavador, Ramón Patiño, a quien agradecemos su generosidad.

los comienzos de éste en el último tercio del IV<sup>o</sup> milenio<sup>50</sup>. Si se observa el cuadro 1, en el que se muestran las dataciones mencionadas, calibradas<sup>51</sup> y con una margen de confianza del 95%, se puede ver el grado notable de solapamiento que éstas muestran, circunstancia de la que sólo se sustrae hasta cierto punto la fecha de Os Campiños, lo cual plantea la posibilidad de que después de todo las sepulturas de corredor en Galicia sean más recientes que las cámaras simples. Sin dejar completamente de lado esta hipótesis, que podría estar avalada por otros indicios, hay que tener en cuenta que la de Os Campiños es una fecha única que por otra parte señala con probabilidad una fase terminal de utilización del monumento.



CUADRO 1

A través de los trabajos llevados a cabo especialmente en la Serra da Aboboreira (Porto, Portugal) se ha podido datar entre el 3310 a.C. y el 2980 a.C. una serie de sepulturas megalíticas, incluyendo dólmenes simples, con o sin entradas, pero también en un caso (Chã de Santinhos 2) un túmulo conteniendo en su interior un pozo dividido por una gran laja<sup>52</sup>. Dentro del mismo conjunto de Aboboreira hay abundante evidencia indicando la existencia en los albores del II<sup>o</sup> milenio a.C. de enterramiento en túmulos megalíticos, con dólmenes simples en los que aparece cerámica campaniforme, como Outeiro de Ante 2 o Chã de Carvalhal 1<sup>53</sup>, o una espiral de plata como en Meni-

<sup>50</sup> V.O. Jorge, Les monuments mégalithiques du Nord du Portugal, *Groupe Vendéen d'Etudes Préhistoriques*, 14, 1985, 27; Idem, Les monuments mégalithiques du Nord du Portugal, *World Archaeological Congress: The Neolithic of Europe Symposium*, Southampton, 1986.

<sup>51</sup> La calibración ha sido realizada siguiendo la tabla publicada por Pearson et alii, High-Precision <sup>14</sup>C Measurement of Irish Oaks to Show the Natural <sup>14</sup>C Variations from AD 1840-5210 BC. *Radiocarbon*, 28, 1986, 911-934.

<sup>52</sup> V.O. Jorge, Polymorphisme des tumulus préhistoriques du Nord du Portugal: le cas d'Aboboreira, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 88, 1986, 177-182.

<sup>53</sup> Gonçalves, Escavação... citado; D.J. Cruz, Escavação da mamoa 1 da Chã de Carvalhal, *Arqueologia*, 7, 1983, 74-75.



nas do Crasto 4<sup>54</sup>. Este mismo fenómeno de persistencia parece producirse en Galicia, con ejemplos como el de Portela da Moadá (Maus de Salas, Orense), un dolmen sencillo, de reducidas dimensiones, donde se encontró cerámica campaniforme<sup>55</sup>. (Estamos ante una simple reutilización de construcciones anteriores por parte de gentes ligadas al vaso campaniforme? Creemos que no siempre, como muestran la fecha de construcción de Meninas do Crasto 4 (1880 ±50 y 1850 ±50) o la aparición bajo la coraza del túmulo 1 de Chã de Carvalhal de puñales de espigo y puntas Palmela, perfectamente relacionables desde el punto de vista cultural con la cerámica campaniforme encontrada en la cámara<sup>56</sup>. De esta forma parece muy verosímil que dentro del polimorfismo constructivo que caracteriza a los contextos funerarios con campaniforme en el NW de la Península Ibérica (sepulcros de corredor, cistas, túmulos sin cámara)<sup>57</sup>, algunos dólmenes simples fueran erigidos hacia el 2000 a.C. o posteriormente.

La lectura de la evidencia aportada puede ser doble: o bien consideramos que una variedad de túmulo funerario con una construcción interior a base de una cámara simple, de escasas dimensiones, ha estado en utilización ininterrumpidamente durante un período de más de 1500 años, o bien tipificamos esta pervivencia como un fenómeno que afectaría sólo a zonas restringidas, marginales, que se mantendrían ajenas a los cambios que en otros lugares se producían a lo largo de ese período en lo referente a la tipología arquitectónica de las sepulturas megalíticas. La mayoría de los autores han soslayado esta disyuntiva para seguir un modelo evolutivo lineal tanto en la dimensión temporal como en la espacial, proponiendo una secuencia única de desarrollo del fenómeno megalítico para el conjunto del territorio gallego. Esta tendencia contrasta notoriamente con el estado actual de la investigación: las excavaciones realizadas se han llevado a cabo generalmente de una forma muy puntual, sin continuidad y por ende sin proporcionar una visión global e coherente de una necrópolis dada. Como consecuencia, cada nueva excavación suministra en no pocos casos elementos que no encajan en los esquemas evolutivos al uso, o incluso se sustraen a ellos (convivencia flechas-microlitos, complejas estructuras de acceso, ídolos).

A nuestro entender la superación de ese relativo *impasse* en las corrientes interpretativas debe pasar por la acentuación del papel que los procesos de yuxtaposición habrían tenido en el desarrollo del megalítico gallego (y no sólo en esta provincia megalítica), así como una paralela minusvaloración de los procesos de sustitución en cuya relevancia se basaban algunos de los modelos definidos con anterioridad para explicar dicho desarrollo. Otra variable que habría que tener en cuenta a la hora de analizar el fenómeno megalítico en Galicia, es la posible existencia de manifestaciones peculiares a ciertas zonas que, partiendo de un fondo común, siguiesen soluciones específicas en los planos constructivo o ritual como una respuesta a

<sup>54</sup> V.O. Jorge, Escavação das mamoas 2 e 4 de Meninas do Crasto, *Arqueologia*, 7, 1983, 31-43.

<sup>55</sup> Criado y Vázquez, La cerámica... citado, 38; J. Ferro Couselo, Cerámica campaniforme de Maus de Salas, *Boletín Auriense*, 2, 1972, 323-325.

<sup>56</sup> Comunicación personal de Domingos J. Cruz a quien agradecemos su información; S.O. Jorge, *Povoados*... citado, 899.

<sup>57</sup> Criado y Vázquez, *La cerámica*... citado, 56-58.

condicionantes culturales o económicos particulares. Por otra parte, algunas áreas, en función de su propia dinámica interna, serían más receptivas a las innovaciones procedentes del exterior en tanto que otras zonas mostrarían una menor disposición a recibir dichos estímulos.

A la hora de establecer unas conclusiones finales queremos resaltar la falta de datos para considerarlas como definitivas y su carácter de respuesta a un estado de conocimiento coyuntural. Sin embargo creemos que se pueden esbozar algunas tendencias sin temor a caer en la especulación gratuita:

Las cámaras simples cerradas o abiertas pero sin corredor presentan las dataciones más antiguas que las sitúan a finales del IV<sup>o</sup> milenio (o a inicios del mismo si recurrimos a la calibración). Esta evidencia no excluye la posibilidad de que su construcción y/o utilización se hayan prolongado durante mucho tiempo.

A su vez las sepulturas con corredor tienen una posición cronológica más imprecisa ya que si bien se dispone de una fecha relativamente tardía (Campiños), no puede descartarse una aparición de este tipo de monumentos con anterioridad, como por otra parte se ha señalado en la Beira Alta, Submeseta Norte o Cataluña<sup>58</sup>. Por lo general esta clase de construcciones presenta en Galicia una variedad grande en sus ajuares entre los que se citan elementos que con probabilidad hay que conceptuar como relativamente recientes (puntas de flecha, ídolos, campaniforme), lo que vendría a indicar que si estas sepulturas tienen un origen antiguo (posibilidad que no se puede rechazar sin más) al menos están en uso en fechas más avanzadas<sup>59</sup>.

Parece existir un momento cuyos perfiles son todavía confusos — téngase en cuenta que de los conjuntos específicamente asignables a dicha etapa tan sólo uno ha sido objeto de una excavación metódica —,<sup>60</sup> en el cual se situarían algunas cámaras de planta rectangular y otras de forma desconocida, coexistiendo eventualmente con la utilización de dólmenes simples o sepulturas de corredor e incluso sepulturas carentes de cámara ortostática. Esta aparente pluralidad de soluciones<sup>61</sup> puede ser un reflejo de un polimorfismo cultural que sea a su vez consecuencia de un proceso de desarrollo interno en el que pueden incidir de forma notable influjos exteriores, sobre todo desde el último tercio del III milenio, expresados en la aparición de nuevos tipos de artefactos: *bipennes*, mazas o dobles azuelas y, especialmente, cerámica campaniforme. Un subproducto de este proceso «agónico» del megalitismo gallego podría ser la aparición de facies regionales que se expresarían, entre otras cosas, a través del empleo de diversas fórmulas de enterramiento.

Santiago de Compostela, 23 de Junio de 1988

<sup>58</sup> Si bien la virtual ausencia en dichas áreas de dataciones radiocarbónicas para sepulturas de cámara simple impiden la ubicación cronológica relativa de éstas últimas.

<sup>59</sup> Y en este sentido es bien ilustrativa la ya mencionada fecha de Os Campiños.

<sup>60</sup> Y aún ésta realizada en condiciones de urgencia: A.-A. Rodríguez Casal, A mámoa de Monte Campelos e o seu enterramento secundario. Novos datos encol do Megalítico Final galego, *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, 1, 1983, 7-17.

<sup>61</sup> Y decimos aparente porque dada la precariedad de nuestros conocimientos no podemos asegurar hoy por hoy que todas ellas se integren en un ámbito temporal semejante o que ello se produzca en el conjunto del territorio gallego.

## BIBLIOGRAFIA

- AIRA RODRIGUEZ (M.J.) y VAZQUEZ VARELA (J.M.), 1985. Nuevos datos palinológicos sobre la agricultura prehistórica en Galicia (España). *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 25, p. 241-252.
- BELLO DIEGUEZ (J.M.), CRIADO BOADO (F.) y VAZQUEZ VARELA (J.M.), 1984. Medio físico y sociedades megalíticas. Aproximación a los problemas constructivos de los megalitos en el NW peninsular. *Gallaecia*, 7-8, p. 31-57.
- BELLO DIEGUEZ (J.M.), CRIADO BOADO (F.) y VAZQUEZ VARELA (J.M.), 1985. Cultura megalítica y medio natural en el NW peninsular. *Arqueología Espacial*, 6, Teruel, p. 229-235.
- BELLO DIEGUEZ (J.M.), CRIADO BOADO (F.) y VAZQUEZ VARELA (J.M.), 1987. *La cultura megalítica de la provincia de La Coruña y sus relaciones co el marco natural: Implicaciones socio-económicas*. Excma. Diputación Provincial de La Coruña, 163 p.
- BLANCO FREIJEIRO (A.), GARCIA ALEN (A.) y PARATCHA VAZQUES (C.), 1964. «A Lapa» de Gargantáns. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 57, p. 5-9.
- BOUZA BREY (F.), CARRO OTERO (J.) y GARCIA MARTINEZ (C.), 1973. Excavación de túmulos dolménicos en San Andrés de Lousada (Lugo). *Noticiero Arqueológico Hispánico, Prehistoria*, 2, p. 39-55.
- BREUIL (H.), 1933. *Les peintures rupestres squématisques de la Péninsule Ibérique*, 1, Imprimerie de Lagny, Lagny-sur-Mame, 76 p.
- CAAMAÑO GESTO (J.M.), 1985. *Proyecto Interprovincial de Catalogación y Prospección arqueológica de Galicia: La comarca de Valdeorras*, Departamento de Historia I de la Universidad de Santiago de Compostela (original inédito).
- CABRAL (J.M.P.) y SOARES (A.M.), 1984. Datação pelo radiocarbono. II-Sobre a estimação do verdadeiro valor das datas convencionais de radiocarbono e a comparação de duas datas. *Arqueologia*, 10, p. 89-99.
- CALOLOURIDO (F.) y SIERRA RODRIGUEZ (X.C.), 1983. As orixenes do castrexo no Bronce Final. *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antigua de Galicia*, Santiago de Compostela, p. 19-85.
- CRIADO BOADO (F.), 1984-85. «El tercer factor» o la lógica oculta del emplazamiento de los túmulos megalíticos gallegos. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 100, p. 7-18.
- CRIADO BOADO (F.), 1984. *Prospecciones de túmulos megalíticos en la provincia de Lugo (campaña de 1984): Comarca de A Fonsagrada*. Memoria inédita depositada en el Servicio de Arqueoloxía da Dirección Xeral de Cultura, Xunta de Galicia.
- CRIADO BOADO (F.), 1984. *Prospecciones de túmulos megalíticos en la provincia de A Coruña — campaña de 1984 —: A Serra do Bocelo* (en prensa).
- CRIADO BOADO (F.), 1988. *Contribución al estudio de las relaciones entre las comunidades megalíticas del noroeste peninsular y su medio natural: implicaciones socio-económicas*. Tesis Doctoral a presentar en la Universidad de Santiago de Compostela.
- CRIADO BOADO (F.) y VAZQUEZ VARELA (J.M.), 1982. La cerámica campaniforme en Galicia. *Cuadernos do Seminario de Sargadelos*, 42, Sada, 104 p.
- CRIADO BOADO (F.), AIRA RODRIGUEZ (M.J.) y DIAZ-FIERROS VIQUEIRA (F.), 1986. La construcción del paisaje: Megalitismo y ecología. Sierra de Barbanza. *Arqueoloxía e Investigación*, 1, Santiago de Compostela, 177 p.
- CRUZ (D.J.), 1983. Escavação da mamoa 1 da Chã de Carvalhal, *Arqueologia*, 7, 1983,

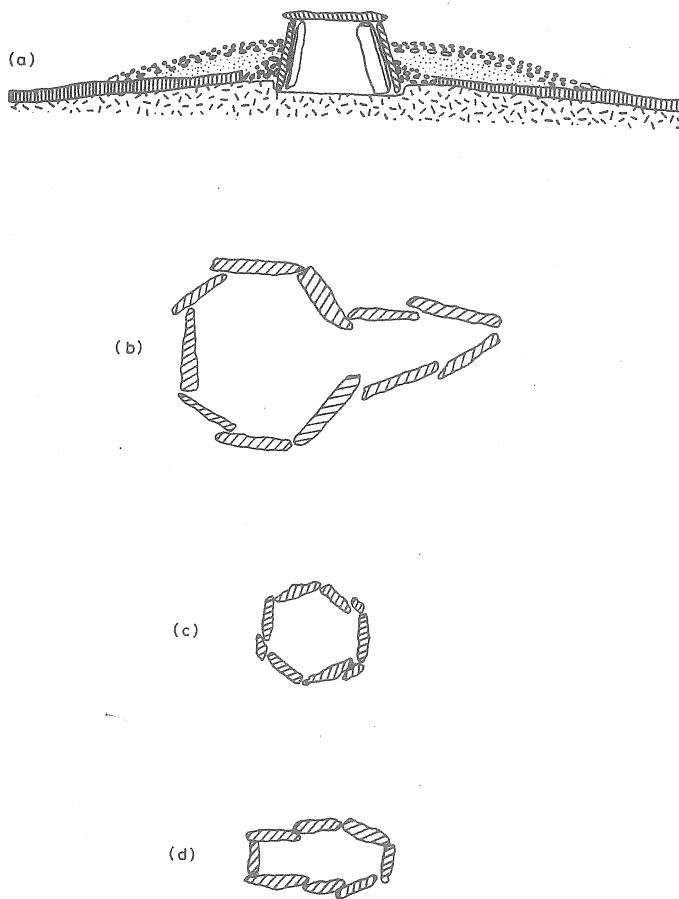
p. 74-75.

- DELIBES (G.) y SANTONJA (M.), 1987. Sobre la supuesta dualidad Megalitismo-Campaniforme en la Meseta Superior Española. *Bell Beakers of the Western Mediterranean, The Oxford International Conference*, 1986, p. 173-195.
- DELIBRIAS (G.) y LE ROUX (C.-T.), 1975. Un exemple d'application des datations radiocarbone à l'interprétation d'une stratigraphie complexe: la fouille des ateliers de Plussulien (Côtes-du-Nord). *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 72, p. 78-82.
- FABREGAS VALCARCE (R.), 1984. La industria de piedra pulida en las sepulturas megalíticas de Galicia, *Trabajos de Prehistoria*, 41, p. 129-163.
- FABREGAS VALCARCE (R.) y CRIADO BOADO (F.), 1986. Some aspects of the megalithic culture of NW Iberia. *World Archaeological Congress, The Neolithic of Europe Section*, Southampton, 1986, 14 p.
- FABREGAS VALCARCE (R.) y FUENTE ANDRES (F. de la), 1984. «Os Campiños» Leiro. *Arqueología* 83, Madrid, p. 221-222.
- FERNANDEZ MARTINEZ (F.), 1984. La combinación estadística de las fechas de carbono-14, *Trabajos de Prehistoria*, 41, p. 349-359.
- FERRO COUSELO (J.), 1972. Cerámica campaniforme de Maus de Salas, *Boletín Auriense*, 2, 1972, p. 323-325.
- FILGUEIRA VALVERDE (J.) y GARCIA ALEN (A.), 1977. Inventario de Monumentos Megalíticos de la Provincia de Pontevedra. Separata de *El Museo de Pontevedra*, 31, 82 p.
- FUENTE ANDRES (F. de la), 1988. Aproximaciones a la cultura material del megalitismo gallego: El material cerámico. *Arqueohistórica*, 2, p. 73-154. Santiago de Compostela.
- GARCIA-LASTRA (M.), 1984. Primeros resultados de la campaña de excavaciones arqueológicas 1982, en el yacimiento de O Fixón, *Pontevedra Arqueológica*, 1, p. 113-134.
- GARCIA-LASTRA (M.), 1985-86. El yacimiento de Chan de Armada. Resultados de la excavación arqueológica en 1983, *Pontevedra Arqueológica*, 2, p. 41-56.
- GONÇALVES (A.-A.H.B.), 1984. Escavação da mamoa nº 2 de Outeiro de Ante-Serra da Aboboreira-Baião, *Arqueologia*, 9, p. 22-44.
- GRUET (M.) y CORDIER (G.), 1961. Instruments perforés du Maine-et-Loire. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 58, p. 697-712.
- JORGE (S.O.), 1985. Datas de Carbono 14 para a pré-história recente do Norte de Portugal: Os dados e os problemas, *Arqueologia*, 12, p. 154-183.
- JORGE (S.O.), 1986. *Povoados da pré-história recente da região de Chaves-V<sup>2</sup>P<sup>2</sup> de Aguiar*, Instituto de Arqueologia de Faculdade de Letras do Porto, 1131 p.
- JORGE (V.O.), 1983. Escavação das mamoas 2 e 4 de Meninas do Crasto, *Arqueologia*, 7, 1983, p. 23-43.
- JORGE (V.O.), 1984. Escavação da mamoa da Mina do Simão, *Arqueologia*, 9, p. 3-21.
- JORGE (V.O.), 1985. Novas datações de radiocarbono para mamoas do concelho de Baião, *Arqueologia*, 11, p. 182-183.
- JORGE (V.O.), 1985. Les monuments mégalithiques du Nord du Portugal, *Groupe Vendéen d'Etudes Préhistoriques*, 14, p. 15-38.
- JORGE (V.O.), 1985. Uma datação pelo radiocarbono para a mamoa 5 de Outeiro de Gregos (Baião). *Arqueologia*, 12, p. 94-95.
- JORGE (V.O.), 1986. Polymorphisme des tumulus préhistoriques du Nord du Portugal: le cas d' Aboboreira. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 83, p. 177-182.
- JORGE (V.O.), 1986. Les monuments mégalithiques du Nord du Portugal, *World Archaeolo-*

- gical Congress: The Neolithic of Europe Symposium*, Southampton, 1986.
- LEISNER (G.), 1934. Die Malereien des Dolmen Pedra Coberta. *Jahrbuch für Prähistorische und Ethnographische Kunst (IPEK)*, 9, p. 23-44. Walter de Gruyter, Berlin und Leipzig.
- LEISNER (G.), 1938. *Verbreitung und Typologie der Galizisch-Nordportugiesischen Megalithgräber*. Marburg.
- LEISNER (G.) y LEISNER (V.), 1956. *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin, Walter de Gruyter.
- LOPEZ (P.), 1984. Análisis palinológico de los sedimentos arqueológicos del yacimiento de O Fixón. *Pontevedra Arqueológica*, 1, p. 145-147.
- LOPEZ CUEVILLAS (F.), 1973. A edad megalítica, en *Historia de Galiza* (ed. R. Otero Pedrayo), Buenos Aires, t. 3, p. 43-122.
- MACIÑEIRA PARDO DE LAMA (F.), 1929. Notable grupo de círculos líticos y túmulos dolménicos de la cuenca superior del Eume. *Arquivos do Seminario de Estudos Galegos*, 2, p. 197-218.
- MARTINEZ SALAZAR (A.), 1909-1910. Sobre apertura de mámoas a principios del siglo XVII. *Boletín de la Real Academia Gallega*, 3, p. 25-36.
- PATIÑO GOMEZ (R.), 1984. Excavación de la mámoa n.º 1 de As Rozas (Campo Lameiro). *Pontevedra Arqueológica*, 1, p. 45-68.
- PATIÑO GOMEZ (R.) y PEÑA SANTOS (A.), 1984. Primeros resultados de dos años de investigación sobre el mundo megalítico en la provincia de Pontevedra. *IIº Coloquio Galaico-Minhoto*, Santiago de Compostela, 2, p. 285-295.
- PEARSON (G.W.), PILCHER (J.R.), BAILLE (M.G.), CORBETT (D.M.) y QUA (F.), 1986. High-Precision <sup>14</sup>C Measurement of Irish Oaks to Show the Natural <sup>14</sup>C Variations from AD 1840-5210 BC. *Radiocarbon*, 28, p. 911-934.
- PEÑA SANTOS (A.), 1982. Excavaciones arqueológicas de urgencia en la Provincia de Pontevedra durante el año 1981. *El Museo de Pontevedra*, 36, p. 67-82.
- PEÑA SANTOS (A.), 1984. Sondeo estratigráfico en el yacimiento de «A Fontenla» (Moaña). *Pontevedra Arqueológica*, 1, p. 91-96.
- PEÑA SANTOS (A.), 1984. Sondeo estratigráfico en el yacimiento de O Regueiriño (Moaña). *Pontevedra Arqueológica*, 1, p. 85-88.
- PEÑA SANTOS (A.), 1984. Yacimiento de Lavapés. Balance de les excavaciones 1981-82. *Pontevedra Arqueológica*, 1, p. 149-164.
- PEÑA SANTOS (A.), 1985-86. La mámoa de As Pereiras (Mos, Pontevedra). *Pontevedra Arqueológica*, 2, p. 7-12.
- RODRIGUEZ CASAL (A.A.), 1979. O Megalitismo na Galiza. A sua problemática e o estado actual da investigación. *Actas da 1ª Mesa-Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*, p. 103-115.
- RODRIGUEZ CASAL (A.A.), 1983. A mámoa de Monte Campelos e o seu enterramento secundario. Novos datos encol do Megalítico Final galego. *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, I, p. 7-17.
- RODRIGUEZ CASAL (A.A.), 1983. Megalítico. *Gran Enciclopedia Gallega*, 20, 1983, p. 215-220.
- RODRIGUEZ CASAL (A.A.), 1984. O megalitismo galego: a problemática suscitada a partir das investigacións máis recentes. *Portugalia*, 4-5, p. 47-51.
- SANCHES (M.J.), 1987. A mamoa 3 de Pena Mosqueira, Sanhoane (Mogadouro). *Arqueologia*, 15, p. 3-24.
- SHEE TWOHIG (E.), 1981. *The Megalithic Art of Western Europe*. Oxford University Press,

Oxford, 1981.

- SOBRINO LORENZO-RUZA (R.), 1953. Megalitos del monte Corzán. *Zephyrus*, 4, p. 177-186.
- SUAREZ OTERO (X.), 1983. Os abrigos da Cunchosa: Novos datos sobre tipos de asentamientos e complexos ergolóxicos na prehistoria galega. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 99, p. 51-85.
- TORRAS TONCOSO (M.L.), DIAZ-FIERROS VIQUEIRA (F.) y VAZQUEZ VARELA (J.M.), 1981. Sobre el comienzo de la agricultura en Galicia. *Gallaecia*, 6, p. 51-59.
- VARIOS AUTORES, 1979. *Prehistoria e Arqueoloxía de Galicia. Estado da cuestión*. Sección de Arqueoloxía e Prehistoria do I.E.G., Lugo.
- VARIOS AUTORES, 1987. Catalogación de yacimientos prerromanos del Ayuntamiento de Santiago. *Arqueoloxía e Investigación*, 3, Santiago de Compostela, 176 p.
- VAZQUEZ VARELA (J.M.), 1979. El horizonte de Rechaba: Una nueva fase de la cultura megalítica del noroeste peninsular, *Boletín Auriense*, 9, 1979, p. 9-26.
- VAZQUEZ VARELA (J.M.), 1980. *Las raíces de Galicia*. Santiago de Compostela, Ed. Sálvora, 157 p.
- VASQUEZ VARELA (J.M.), 1983. Estudio mineralógico de cuentas verdes procedentes de la necrópolis megalítica de Monte da Morá, O Saviñao (Lugo). *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, 1, p. 175-178.
- VAZQUEZ VARELA (J.M.), 1988. El Neolítico en Galicia, *El Neolítico en España* — ed. P. López—, p. 329-335, Ed. Cátedra, Madrid.
- VAZQUEZ VARELA (J.M.) y CRIADO BOADO (F.), 1981. Nuevos hallazgos de campaniforme en la provincia de La Coruña. *Brigantium*, 2, p. 39-48.
- VAZQUEZ VARELA (J.M.), BELLO DIEGUEZ (J.M.) y CRIADO BOADO (F.), 1983. Megalitismo y medio edafológico en el noroeste peninsular. *VI Reunión do Grupo Español de Traballo de Quaternario*, A Coruña, p. 47-54.



**Fig. 1** — (a) Sección transversal de un túmulo megalítico. Plantas: (b) sepultura de corredor; (c) cámara simple (*dolmen*); (d) cámara simple (*cista*) (a y b según Criado, Aira y Díaz, 1986; c y d según Leisner, 1938. Se han utilizado diferentes escalas).

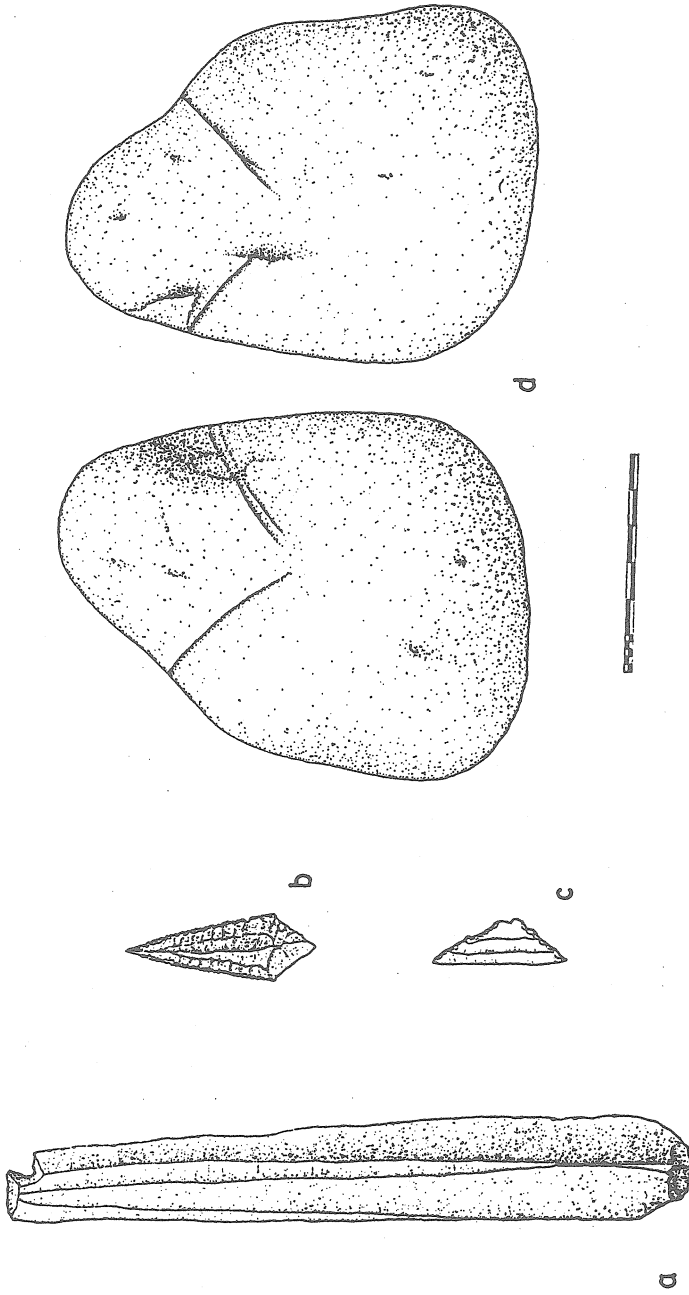


Fig. 2 — (a) Lámina de sílex; (b) punta de flecha; (c) microlito geométrico; (d) ídolo.



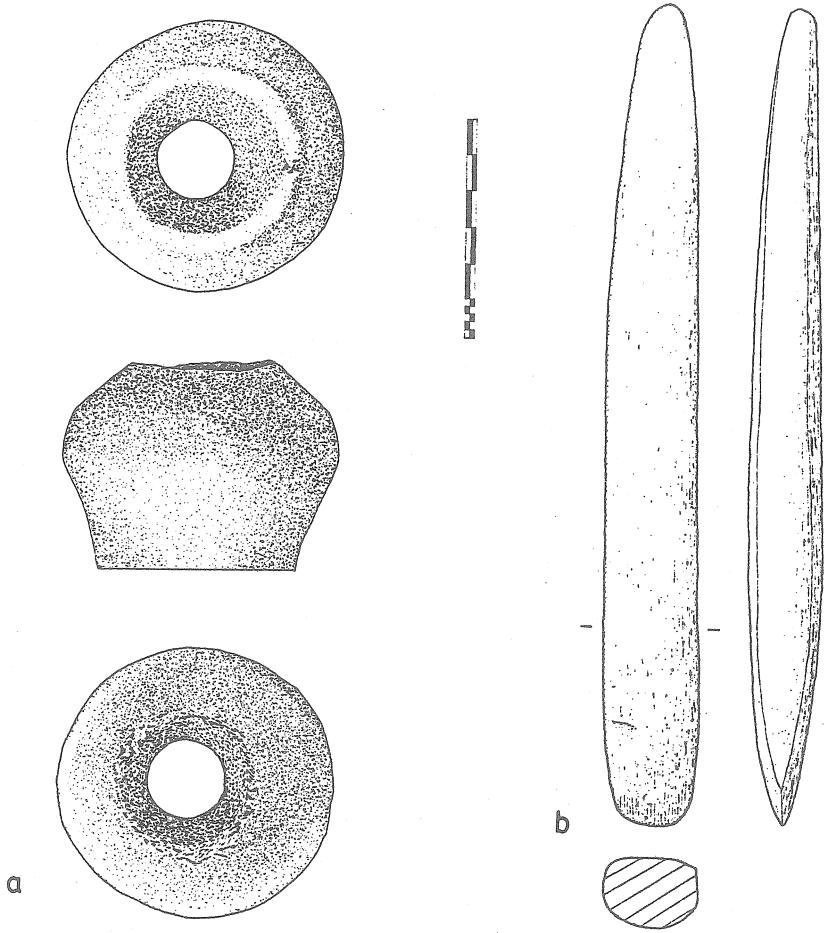


Fig. 3 — (a) Maza; (b) cincel.

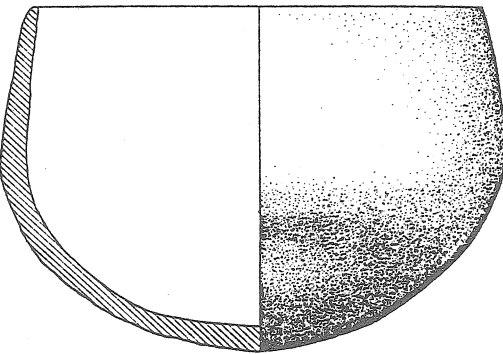
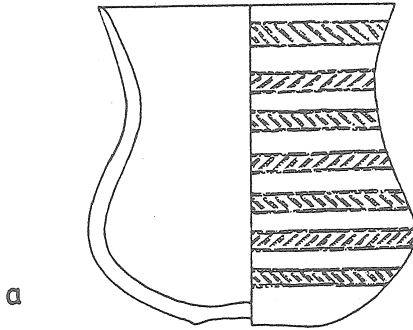


Fig. 4 — (a) Vaso campaniforme; (b) vaso liso de perfil convexo simple (a según Criado y Vázquez, 1982; b según Fuente, 1988).

## DEBATE

José Maria Bello Dieguez — Eu queria fazer-te duas perguntas. Mas para já, relativamente à tipologia das estruturas arquitectónicas do megalitismo da Galiza que apresentaste, um esclarecimento. Eu penso que o problema dos Leisner não é tanto terem-se baseado em poucos monumentos, porque se basearam em bastantes, para não dizer em muitos, mas sobretudo na facto de que não se escavavam ainda os *tumuli* e assim toda a variedade de estruturas tumulares e a articulação entre camadas e *tumuli* para os Leisner evidentemente não existia. Há um problema, é que todos os *tumuli* ao entrarem em ruínas tornam-se igualmente redondos, e assim estamos a dizer que as mamoas são redondas quando na realidade por debaixo podem conter uma quantidade de estruturas diferentes, mesmo não circulares. Agora passarei às duas perguntas. A primeira é sobre o que disseste no fim, a antiguidade maior das câmaras poligonais abertas ou fechadas — que exemplos temos disso na Galiza para podermos verificar a existência desse horizonte de câmaras poligonais sem corredor, tradicionalmente conectado com a existência de micrólitos, sem cerâmica, etc. Eu não vejo um exemplo claro na literatura arqueológica para poder definir bem esse horizonte. A segunda pergunta iria referida ao monumento de Pedra da Xesta que conheces perfeitamente por teres participado na escavação tal como eu. E isso tinha relação com a pergunta que o Vítor fazia há pouco: se na Galiza existem monumentos de tipo *cairn* com estruturas cistóides e se estes também revelariam cronologias do Bronze Inicial. Eu penso que Pedra da Xesta pode corresponder bastante bem a este tipo de monumentos de que falava o Vítor: tem realmente uma estrutura que parece uma cista, elementos cistóides, uma estrutura alargada rectangular e uma couraça que, mais do que uma couraça, é um *tumulus* composto praticamente apenas de pedras. Ora bem, na publicação em que se dá a conhecer este monumento, não na original de Cuevillas e Bouza Brey, mas no reestudo de Felipe Criado e outros, ele é datado de 2500 a.C. A mim parece-me um pouco arriscada esta datação, porque se carece de material arqueológico, porque se carece de carvão, e a mim dá-me a impressão, tal como afirmou o Vítor, de que estes monumentos devem ser bastantes mais recentes. Assim, queria saber a tua opinião sobre isto.

Ramón Fábregas Valcarce — A verdade é que a primeira parte da pergunta que me fez José María Bello é algo que tem sido levantado pelos especialistas desde Cuevillas ou mesmo anteriormente. Existe um horizonte de câmaras poligonais simples como fase mais antiga do megalitismo galego? Eu primeiro evitaria a palavra horizonte, porque me parece que apesar de tudo não há um número suficiente de escavações desse tipo de monumentos. Não digo que ele não exista, digo que evitaria momentaneamente

a utilização desse termo. O que se pode dizer é que uma série de sepulturas — As Rozas, Chã da Cruz 1 — revelaram elementos arquitectónicos que parecem indicar que nos encontramos diante de sepulturas do tipo câmaras poligonais simples; e digo parecem indicar, porque como José Maria Bello sabe, Chã da Cruz apresentava um intenso revolvimento. Contudo, a partir das deduções extraídas do que foi escavado, em função do espaço existente e de pedras utilizadas como contrafortes, parece que se tratava de uma câmara, em qualquer caso, de pequenas dimensões. Quanto a As Rozas, a dedução foi feita particularmente a partir da análise dos supostos negativos dos ortostatos que compunham a câmara e que de novo pareciam indicar a presença de uma câmara poligonal, neste caso aberta. No que toca às datações, no caso da Chã da Cruz temos uma primeira data excessivamente alta, 3900 aproximadamente (sem calibrar), do laboratório japonês da Gakushuin University. Posteriormente, com a mesma procedência estratigráfica, uma lareira — não a mesma, mas uma lareira situada sobre o solo preparado — permitiu uma datação, que a meu ver é em princípio aceitável, de 3200 a.C., embora seja do mesmo laboratório japonês e por isso temos de encarar com certo relativismo. Portanto, por um lado temos câmaras presumivelmente poligonais ou câmaras simples poligonais ou não de pequeno tamanho nos finais do IV<sup>o</sup> milénio em datas radiocarbónicas não calibradas. Agora a outra questão é qual é a posição das sepulturas de corredor, ou que elementos, que dados cronológicos temos para as situar relativamente às câmaras simples. Já disse antes que qualquer esquema evolutivo é provisório, arriscado e hipotético, porque as datações são em número demasiado escasso. Em concreto, para sepulturas de corredor na Galiza temos duas, uma para o monumento de As Pereiras, que nos situaria por volta de 2700 (sem calibrar). Porém, a datação por um lado provém deste laboratório japonês que tem levantado problemas; por outro, apresenta um grande desvio-padrão, e portanto tem um valor relativo. Depois temos uma data inédita proveniente de escavação realizada em Os Campiños 6 por Félix de la Fuente e por mim próprio. Esta situaria a fase final de utilização do *tumulus*, porque a amostra foi recolhida entre os níveis de terra que fechavam o corredor que vos mostrei há pouco. Indicaria que este monumento deixou de ser utilizado (pelo menos a estrutura interior) cerca de 2350 a.C., data não calibrada. Aproveito a leitura recentíssima da escavação de Chã de Parada 1, onde temos uma datação para o paleossolo. Para mim, Chã de Parada, tal como Dombate, são sepulturas de corredor desenvolvido no contexto do Noroeste; claro que, se as compararmos com sepulturas como a Orca do Tanque ou, no Alentejo, com o horizonte de Pavia, evidentemente que as nossas sepulturas como Chã da Parada ou Dombate são sepulturas de corredor curto. Seja como for, em Chã de Parada temos uma datação para o paleossolo de 2600 a.C., o que constitui uma interessante data *post quem* e que em princípio me parece bastante coerente com a que já dispomos para Os Campiños. Desse modo tenho a impressão de que pelo menos algumas das sepulturas de corredor foram construídas a partir de meados do III<sup>o</sup> milénio e/ou utilizadas muito posteriormente, como se deduz dos materiais existentes tanto nos *tumuli* como (e isto implica uma utilização já não secundária mas primária) dentro das próprias câmaras e corredores. Quanto à segunda parte da pergunta: mamoas do tipo de Pedra da Xesta, da qual mostrei um diapositivo

que apresentava esta couraça complexa, com duas camadas de pedras, uma plana, e a outra com pedras pequenas imbricadas, são mamoadas de pequeno volume que, além disso, aparecem com frequência em situações pouco visíveis (as mamoadas já por si são pouco visíveis, e parecem em geral evitar posições proeminentes). Parece que este tipo de monumentos não é o mais antigo adentro do megalitismo do Noroeste. Se atendermos aos possíveis paralelos existentes no Norte de Portugal e em particular aos escavados na Aboboreira (e estou a pensar em Meninas do Crasto 4) tenho a impressão de que este tipo corresponderia muito provavelmente aos finais do III<sup>o</sup> milénio. É possível que a data de 2500 a.C. seja um pouco antiga, em função dos paralelos existentes no Norte de Portugal. É possível que uma datação dos últimos séculos do III<sup>o</sup> milénio ou mesmo dos primeiros do II<sup>o</sup> milénio, fosse mais correcta. De qualquer forma, se a data de 2500 a.C. avançada por Filipe Criado é hipotética, também é hipotética a minha opinião, dado que não temos datações absolutas. Nesse sentido é uma pena que os elementos do espólio encontrados em Pedra da Xesta não tenham sido mais explícitos, mesmo adentro do relativismo com que deve sempre encarar-se a datação de um sepulcro em função do espólio conservado no interior destas sepulturas muito revolvidas e muito reutilizadas.

Vitor Polo Sánchez — Os megálitos têm relação com as insculturas ou petróglifos?

R.F.V. — É um tema que alguns autores, como por ex. García Martínez, têm tratado — em relação com certos achados votivos, presentes em petróglifos como círculos concêntricos ou covinhas, em sepulturas de corredor, em concreto numa sepultura de O Buriz, que todavia continua inédita. Além da presença deste tipo de elementos, quer dizer, de alguns fragmentos de rochas com círculos concêntricos, também mencionaria neste sentido uma série de achados, em diferentes sepulturas, de pedras que apresentam covinhas. É um tema muito frequente na arte rupestre de ar livre do Noroeste, em particular da Galiza. Para além disso, tenho a impressão de que os motivos presentes na arte megalítica e nos petróglifos do Noroeste são bastante diferentes. Finalmente, a presença de covinhas nos petróglifos e em algumas pedras encontradas em sepulturas não passaria em princípio de uma coincidência de um motivo que é quase universal, que está presente em muitos momentos, em muitos lugares. Parece que existe uma certa dicotomia entre a arte megalítica e a arte dos petróglifos ao ar livre.

Félix de la Fuente Andrés — Retomando um pouco o fio da conferência do Ramón Fábregas, e em torno dos grandes avanços feitos pela investigação nos últimos anos, gostaria de fazer uma reflexão ainda relacionada com as tipologias arquitectónicas, tendências cronológicas e também precisando alguns aspectos da metodologia de escavações que se tem estado a seguir nos últimos anos. Juntamente com as tipologias arquitectónicas das câmaras e das estruturas construtivas em pedra, em grandes pedras, penso que se está evidenciando nos últimos anos, com as escavações em área, a existência de uma verdadeira arquitectura em terra. Os construtores de megálitos deixaram-nos provas abundantes de que conheciam perfeitamente uma arquitectura em terra e não só nas mamoadas, mas também em pavimentos e em estruturas que às vezes não chegamos a compreender porque as condições de escavação nem sempre o

permitem; chamo a atenção para este aspecto. Depois gostaria de dizer que está por fazer a tipologia dessa arquitectura em terra, relacionada com a tipologia das mamoadas cobertas com pedras. Porque, quando escavamos este tipo de monumentos, eles não estão fossilizados num momento determinado, tal como se construíram, mas há, penso, uma reutilização constante do monumento, temos provas abundantes disso. É difícil, numa arquitectura em terra, que é bastante frágil, não se conceber que essa arquitectura tenha sido retocada ao longo da sua utilização. Essas estruturas pétreas, couraças que às vezes formam várias camadas, anéis adossados ou não, etc., é um tema a meu ver muito interessante, que se deveria estudar nos próximos anos, em relação com a utilização diacrónica dos monumentos.

R.F.V. — Estou totalmente de acordo com Félix de la Fuente. Creio que é uma linha de investigação — com a escavação em área e a atenção dada ao túmulo — que no Noroeste praticamente começou no Norte de Portugal e felizmente também se está a aplicar na Galiza. Nesse sentido há que fazer duas reflexões. Uma é que há que cortar de vez com a ideia de que é sobretudo nos monumentos de grandes dimensões que estamos perante depósitos fechados — são depósitos absolutamente abertos; vamos encontrando elementos cronológicos e culturais muito diversos que podem implicar uma utilização de mil ou mais anos, em alguns casos. E depois tornar a chamar a atenção para a importância da investigação das áreas contíguas aos corredores, no caso em que elas existam, ou às entradas, no caso também de estarem presentes de forma definida. Além das informações que ultimamente estão fornecendo, há que mencionar um dado prático também e que consiste no facto de que com frequência as violações se dirigiram directamente às câmaras e muitas vezes os corredores ou as estruturas de acesso conseguiram, felizmente, furtar-se aos revolvimentos dos violadores. Dessa forma podem encontrar-se estratigrafias ou materiais *in situ* nesses locais. Esta é uma razão pragmática, digamos, para prestarmos atenção a esta área específica dos monumentos megalíticos.

Fernán Alonso — Queria comentar as datas de Carbono 14 que apresentaste; sobretudo em relação com o laboratório japonês. As datas pelo Carbono 14 são uma datação experimental, onde não existe interpretação de qualquer tipo. Assim, não me agrada ouvir que umas datas são boas e outras não. Ou o laboratório é de confiança e todas as datas são boas em princípio, do ponto de vista do Carbono 14 (embora algumas delas sejam arqueologicamente anómalas e possam ser postas de parte — eu creio que todos estamos convencidos de que estas estações foram revolvidas num momento ou noutra e não permanecerem intactas...), ou nenhuma é boa, porque se escolhemos segundo o nosso arbítrio as que nos convêm, estamos realmente a cometer uma infracção terrível. A experiência da Aboboreira demonstrou que as datas daquele laboratório têm grandes anomalias e portanto creio que o que é cientificamente correcto é retirá-las todas, não escolher as que nos convêm. Na última lista que foi publicada por Susana Oliveira Jorge, aparecem duas, e uma delas é claramente anómala, além de outras que ouvi dizer que existem e de que nunca tomei conhecimento; creio que deviam ter sido publicadas somente para conhecimento dos escavadores em geral. As

datas anómalas podem ser indicadores que hoje em dia não entendemos, mas que no futuro podem ser valiosos. Se não tivermos isso em conta, então andamos a trabalhar às cegas.

R.F.V. — Não tenho capacidade para discutir sobre a qualidade dos laboratórios com um profissional como o Dr. Fernán Alonso e, além disso, estaria completamente fora do meu campo de actuação. De qualquer modo parece-me que há um mal-entendido. Não se trata de uma opinião pessoal, mas é algo que foi publicado pelos nossos colegas portugueses, ou seja, a evidente tendência que parece apresentar o citado laboratório de Gakushuin para aumentar a antiguidade das datas. No meu caso concreto, não estou a utilizar umas datas que convêm às minhas próprias opiniões e a eliminar outras. Fiz menção da data de As Rozas, or ex., que em princípio seria aceitável, mas com todo o tipo de reservas, em função precisamente dessas anomalias que parece apresentar aquele laboratório. Evidentemente estou de acordo em que não se pode pegar nas datas fornecidas por um laboratório e fazer uma selecção em função do facto de elas encaixarem ou não nos esquemas que temos acerca de um cultura ou de um fenómeno.

## REFLEXÕES SOBRE A PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DO NORTE DE PORTUGAL

por

Susana Oliveira Jorge\*

O período de tempo ao qual dedicaremos algumas reflexões neste breve texto, é muito amplo: abarca os finais do III<sup>o</sup>/inícios do II<sup>o</sup> milénio a.C. até aos primeiros séculos do I<sup>o</sup> milénio a.C. Correspondendo, na quase totalidade, ao que abusivamente se tem chamado «Idade do Bronze», ele integra, em cada fase, na Península Ibérica, e em particular no Noroeste, comunidades em diferentes estádios de desenvolvimento, que, no quadro generalizado de uma progressiva intensificação agro-pastoril, se caracterizam por estabelecer, de forma mais ou menos profunda, consoante a época e as regiões, mecanismos cada vez mais apertados de interacção social..

Nestas circunstâncias, cremos que, em vez de tentar traçar o quadro evolutivo dos fenómenos ocorridos numa tão extensa parcela de tempo, será mais sugestivo questionar certos temas eventualmente polémicos, na abordagem das populações pré-históricas que ocuparam o Norte de Portugal durante cerca de 1.300 anos<sup>1</sup>.

1. Uma questão que se nos afigura, desde logo, premente, é tentar caracterizar os **antecedentes culturais** que podem, de algum modo, explicar, na passagem do III<sup>o</sup> para o II<sup>o</sup> milénio a.C. e durante o primeiro quartel deste último, as transformações sociais verificadas em algumas áreas da região, evidenciadas pelo aparecimento de ricas tumulações individuais e pela circulação de objectos de prestígio em metal, entre prováveis elites pertencentes a comunidades já embrionariamente hierarquizadas.

Num trabalho recente<sup>2</sup> tivemos oportunidade de sugerir que o III<sup>o</sup> milénio a.C. foi, no Norte de Portugal, um período decisivo no processo de sedentarização e ocupação de novos territórios até então não sistematicamente habitados. Pese embora a diversidade cultural e as assimetrias regionais assinaladas, e a dificuldade ainda presente em caracterizar as diversas populações desta fase, em múltiplos aspectos da

---

\* Instituto de Arqueologia, Fac. de Letras da Universidade do Porto.

<sup>1</sup> Dadas as características de síntese deste trabalho, reduzimos ao indispensável as notas bibliográficas. No entanto, muitas das ideias nele expressas resultam de uma reflexão pessoal baseada em diversas leituras, de que dá conta a bibliografia final.

A área geográfica abrangida por este trabalho é convencionalmente constituída pelas províncias do Minho, Douro Litoral, e Trás-os-Montes e Alto Douro.

<sup>2</sup> Jorge, Susana O. (1986), *Povoados da Pré-História...*



sua configuração socio-económica (nomeadamente no padrão da relação habitat/sepulcro), cremos poder discernir alguns pontos convergentes que as associam entre si: um paulatino aumento demográfico parece ser correlativo de uma expansão para zonas quase ou totalmente virgens (próximo de boas vias naturais de comunicação ou do litoral), do progressivo investimento no domínio agro-pastoril, do alargamento das relações e intercâmbios supra-regionais, cada vez mais explícitos através da busca e provável redistribuição de matérias-primas raras ou ausentes a nível local. Todos estes aspectos convergem, nos finais do III<sup>o</sup> milénio a.C., para a emergência de comunidades que, ainda que de raiz igualitária, parecem integrar no seu seio uma nova realidade social. Na verdade, no povoado calcolítico da Pastoria (Chaves), por exemplo, na última fase da sua ocupação (inícios do II<sup>o</sup> milénio a.C. ?), a cerâmica campaniforme surge acompanhando os primeiros artefactos em cobre (de morfologia calcolítica), a par dos primeiros indícios da prática de actividades têxteis no local; por outro lado, em monumentos sepulcrais com *tumulus* (construídos ou reutilizados nesta fase), comportando câmaras simples ou com corredor, surge também, por vezes, cerâmica campaniforme, numa clara insinuação de uma **mudança abrangente de comportamentos** face à tradicional ideologia do poder. Independentemente de podermos e devermos questionar o valor simbólico que em cada contexto deve ser conferido à cerâmica campaniforme – ou seja, qual o peso que ela tem como reflexo de uma hipotética transformação social emergente – parece-nos indiscutível que a sua presença atesta, em maior ou menor grau, e segundo vários sentidos possíveis, uma mudança qualitativa no que toca aos valores que legitimam, por parte de um segmento da sociedade, a sua liderança.

De qualquer forma, gostaríamos neste momento de acentuar que, pela investigação recente, parece poder insinuar-se um **movimento de intensificação sócio-económica** que terá sido, pelo menos, em parte, responsável pelas transformações sociais ocorridas durante a passagem do III<sup>o</sup> para o II<sup>o</sup> milénio a.C. Contudo, se podemos sugerir esta linha de força, não possuímos ainda bases arqueológicas concretas para a poder desenvolver em todas as vertentes. Se nos povoados estudados na região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar<sup>3</sup> foi indirectamente observado, ao longo do III<sup>o</sup>/ inícios do II<sup>o</sup> milénio a.C., um significativo aumento da produção agrícola, não se dispõe ainda de dados sobre a fauna e a flora da época, na própria região em análise, para podermos caracterizar com mais pormenor o tipo de investimento realizado. Para além dos poucos vestígios faunísticos reconhecidos na Pastoria (Chaves), relativos à utilização de animais domésticos (ovicaprídeos e suídeos), presentes nas duas fases de ocupação, de sementes de trigo comum, detectadas no povoado de Castelo de Aguiar (V<sup>a</sup> P<sup>a</sup> de Aguiar), referentes à ocupação dos inícios do II<sup>o</sup> milénio a.C., e de milhares de sementes de cereais encontradas na estação do Buraco da Pala (Mirandela)<sup>4</sup>, provavelmente insertas em níveis de ocupação do III<sup>o</sup> e começos do II<sup>o</sup> milénio a.C., não conhecemos outros testemunhos do

---

<sup>3</sup> V. nota 2.

<sup>4</sup> Sanches, Maria de Jesus (1987), O Buraco da Pala..., pp. 58-77.

género, estratigrafados, que tenham sido recentemente publicados. Se, porventura, nos finais do III<sup>o</sup> milénio a.C. se verificou nesta área da Península, um conjunto de inovações de carácter económico e social integráveis no que Sherratt<sup>5</sup> designou, a nível europeu, a «Revolução dos Produtos Secundários», e que Harrison<sup>6</sup> provou ter ocorrido em diversas regiões peninsulares (pelo menos, a partir do Calcolítico Final e ao longo da Idade do Bronze), não nos encontramos ainda em situação de poder confirmar tal sequência de fenómenos para o Norte de Portugal. Na verdade, a utilização secundária de animais, através do aproveitamento preferencial do leite, do queijo e da lã, para além do eventual uso da sua força de tracção, não pode, de momento, ser testada em nenhum dos contextos investigados, mesmo os que foram recentemente objecto de uma análise exaustiva. No entanto, apesar deste aspecto lacunar da pesquisa, não se deve ignorar o impacto social que, em outras regiões, tal conjunto de transformações tecnológicas e económicas trouxe às populações. Tal como nos descrevem Sherratt<sup>7</sup>, Gilman<sup>8</sup> ou Barker<sup>9</sup>, entre outros, a *colonização* de novos territórios e a especialização cada vez mais acentuada do sistema agro-pastoril fomentaram, naturalmente, uma sobrevalorização da terra e um especial cuidado na sua posse e transmissão. A competição entre comunidades, face à necessidade de proteger o acesso a certas porções de solo, tornadas mais ricas a prazo, pelo trabalho nelas investido ao longo do tempo, desenvolveu, não só a promoção de elites mais estáveis, como, no interior dos grupos, o papel social do homem relativamente ao da mulher, tradicionalmente ligada a uma agricultura de enxada. cremos também que todas estas transformações terão acentuado drasticamente antigas assimetrias regionais, desde sempre existentes, mas agora particularmente notórias pela introdução, espacialmente desigual, de inovações técnicas e económicas, motores decisivos do desenvolvimento social.

Relativamente ao Norte de Portugal, se não existem provas documentais directas de que a *R.P.S.* se deu (pelo menos ainda durante o III<sup>o</sup> milénio a.C.), encontram-se apreciáveis vestígios arqueológicos de mudanças na localização, dimensão e estratégia defensiva de certos povoados, diversidade e riqueza da sua *cultura material*, monumentalidade de alguns túmulos, certos deles em curso de escavação<sup>10</sup>, a qual tem revelado espólios diversificados.

Em conclusão, pensamos que o estudo da evolução cultural ao longo do III<sup>o</sup> milénio a.C., no Norte de Portugal, requer um conjunto de acções concertadas, no sentido de se obter, a curto prazo, provas inequívocas de um amplo processo social, paralelo ao que se deu em muitas outras regiões peninsulares e que caracterizou, afinal,

<sup>5</sup> Sherratt, A.G. (1981), *Plough and pastoralism...*, pp. 261-306.

<sup>6</sup> Harrison, R.J. e Moreno López, G. (1985), *El policultivo ganadero...*, pp. 51-82.

<sup>7</sup> V. nota 5.

<sup>8</sup> Gilman, A. (1981), *The development of social...*, pp. 1-8.

<sup>9</sup> Barker, G. (1985), *Prehistoric Farming...*

<sup>10</sup> Recentes estudos, ainda inéditos, em monumentos sepulcrais do litoral minhoto, realizados por Eduardo Jorge da Silva, da Universidade Portucalense (inf. pessoal), têm contribuído para alterar a visão tradicional da relativa pobreza de espólios tumulares do megalitismo do Norte de Portugal.

toda uma época-charneira da Pré-história europeia.

2. Na passagem do III<sup>o</sup> para o II<sup>o</sup> milénio a.C. e durante quase toda a primeira metade deste, observam-se no Norte de Portugal conhecidas inovações de âmbito material, em contextos tumulares e habitacionais, que os arqueólogos se habituaram a relacionar, de forma linear, com transformações profundas na esfera social.

De facto, desde provavelmente os finais do III<sup>o</sup> milénio a.C., assistimos ao aparecimento de cerâmica campaniforme (complexo marítimo) num apreciável número de contextos tumulares (monumentos com *tumulus*) e num único povoado (Pastoria) integrável na ambiência calcolítica dos habitats com cerâmicas decoradas desta região.

Embora seja difícil avaliar, na actual fase das investigações, a cronologia e a relação estratigráfica da cerâmica campaniforme mais antiga com o período de utilização dos monumentos onde foi achada, parece-nos ser possível, desde já, adiantar as seguintes considerações: a cerâmica campaniforme, na sua concepção original, não parece ter tido grande impacto na província de Trás-os-Montes, tanto quanto podemos inferir a partir dos testemunhos detectados até ao momento; a ocidente, no Entre-Douro-e-Minho, a sua presença, aparentemente dissociada de outros elementos de âmbito especificamente campaniforme, adverte-nos, no entanto, para a sua inserção, desde o primeiro momento, em contextos culturais quicá diferenciados<sup>11</sup>, cuja especificidade conviria explorar. Na verdade, será lícito perguntar se tal tipo de artefacto desempenhou um papel simbólico similar nos vários locais onde se inseriu, ou se, pelo contrário, devemos olhar tal cerâmica como um objecto padronizado exercendo *funções* plurais. Apesar da precaução com que devemos apreciar a presença de tal cerâmica, enquanto reflexo de uma hipotética mudança global de comportamentos, parece-nos que ela poderá preconizar, pelo menos em alguns contextos, uma alteração de fundo: uma fracção da comunidade passa a ser detentora, pela primeira vez, dum produto tipificado, com prestígio supra-regional, o que pressupõe a existência de um sistema já desenvolvido de relações intercomunitárias. A cerâmica campaniforme pode também ser indício, entre algumas populações, da ascensão de uma elite com características diferentes, promovida ao longo do III<sup>o</sup> milénio a.C., mercê de uma intensificação do trabalho da terra e do paulatino controlo de vias de circulação de matérias-primas raras como o cobre, o sílex, ou mesmo, desde os finais do milénio, os têxteis, entre muitos outros materiais que não deixaram rasto arqueológico. O contexto habitacional em que tal cerâmica aparece no povoado da Pastoria é um bom exemplo do que acabamos de sugerir.

Contudo, nesta primeira fase, em que a cerâmica campaniforme ocorre ainda aparentemente isolada, as estruturas económicas e sociais que lhe são receptivas poderão ainda não ter sofrido profundas transformações. O facto da matéria-prima em que o novo objecto de prestígio é feito poder ser procurada

---

<sup>11</sup> Sobre a problemática da eventual diferenciação arqueológica entre contextos tumulares e habitacionais do III<sup>o</sup> milénio a.C., v. nota 2.

no local, não exigindo assim especiais custos de transporte, determina que o seu fabrico, em si mesmo, não interfira nos circuitos tradicionais de busca e distribuição de *mercadorias* de luxo. Este aspecto parece-nos da máxima importância para se compreender a inserção da cerâmica campaniforme mais antiga em contextos culturalmente arcaizantes, como são os clássicos sepulcros com *tumulus* ou um povoado calcolítico tradicional. Assim, a cerâmica é assimilada sem rupturas arqueologicamente visíveis, por algumas comunidades locais, cujas elites desejam possuir um novo *status* de poder, sem que isso actue de forma significativa no sistema cultural total.

Durante a primeira metade do II<sup>o</sup> milénio a.C., o panorama social do Norte de Portugal parece acusar mudanças assinaláveis. Em primeiro lugar, do ponto de vista arqueológico, proliferam contextos tumulares, depósitos, e achados dispersos de características muito variadas. Sem procurar qualquer espécie de enunciação exaustiva, citemos alguns exemplos contextualizados. No monumento com *tumulus* (dólmen de corredor) de Madorras 1 (Sabrosa) surge cerâmica campaniforme incluível nos complexos marítimos, de Palmela e Ciempozuelos; no monumento com *tumulus* (dólmen simples ou, se quisermos, câmara rectangular cistóide) de Chã do Carvalho 1 (Baião) ocorre, em terras provenientes da câmara, cerâmica campaniforme integrável nos complexos marítimo, de Palmela e Ciempozuelos e, nas terras do *tumulus*, um belo conjunto, *in situ*, de dois punhais de lingueta e cinco pontas de tipo Palmela em cobre, que datam a fase de construção do monumento; nos sepulcros com *tumulus* de Vilar (Vila do Conde) e Chã de Arefe (Barcelos) surgem braçais de arqueiro em pedra e pontas de tipo Palmela em cobre; na sepultura *plana* (cista individual) da Quinta da Água Branca (V<sup>a</sup> N<sup>o</sup> de Cerveira) foram exumados uma espada campaniforme em cobre arsenical, espirais simples e aros em ouro e ainda um diadema frontal decorado, também em ouro; na sepultura *plana* (cista?) de S. Bento de Balugães (Barcelos) foram descobertas três pontas de tipo Palmela em cobre arsenical e uma *gargantilha* em ouro. De referir a global coexistência de tumulações de âmbito campaniforme clássico (por ex., Chã do Carvalho 1) e de tipo *Montelavar* (por ex., Quinta da Água Branca, S. Bento de Balugães, ou mesmo, Chã de Arefe), provando o que desde há um certo tempo vimos intuindo, ou seja, a **possível contemporaneidade dos dois tipos de tumulações dos inícios do II<sup>o</sup> milénio a.C., integrando espólios parcialmente similares, segundo diferentes combinatórias**. De notar ainda a distribuição litoral do chamado *grupo de Montelavar*, e a maior expansão para o interior de tumulações com cerâmica campaniforme tardia. O único povoado conhecido é o do Tapado da Caldeira (Baião), que também forneceu cerâmica campaniforme, na qual foram reconhecidas temáticas do complexo de Ciempozuelos e de estilos regionais.

Depósitos e achados descontextualizados, em cobre arsenical ou ouro, ocorrem também por toda a região em análise, inserindo-a numa ampla rede de circulação de artefactos de prestígio em metal, cujas fronteiras ultrapassam, em muito, o próprio Noroeste peninsular<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> V. nota 2, vol. I – B.

Finalmente, é de referir a existência de um outro tipo de sepulcros de carácter provavelmente individual, cujos espólios não só são pobres (predominam vasos cerâmicos) como fazem transparecer um fundo cultural autóctone: estão neste caso monumentos sob *tumulus* (câmaras cistóides ou cistas), como, por exemplo, Outeiro de Gregos 1 e Meninas do Crasto 4 (Baião), Antela da Portelagem (Esposende), Lomba de Coimbró (Montalegre) ou Portela do Gorgurão (Boticas)<sup>13</sup>.

A lista dos testemunhos desta fase poderia ser facilmente acrescentada. Eles surgem, no entanto, muitas vezes fora de contexto, fornecendo uma informação muito deficiente e desigual para a reconstituição do quadro social existente. Se ideia há a fixar desta breve enumeração de estações e respectivos materiais é a de que, para além da notável **variabilidade tumular** observada, surgem pela primeira vez sepulcros de inumação individual de pequenas dimensões, pouco destacados ou mesmo totalmente disfarçados na paisagem. Estes novos túmulos poderiam ser construídos sem que a comunidade interviesse globalmente na sua feitura (como aconteceria anteriormente na edificação de grandes monumentos megalíticos), o que, desde logo, atesta **uma nova relação entre a comunidade e as elites detentoras do poder**. Uma outra inovação diz obviamente respeito a alguns espólios. A substituição de artefactos de prestígio de características ambivalentes por objectos de valor simbólico personalizados (armas e jóias) não só reflecte a emergência de um novo tipo de liderança (masculina), como, sobretudo, acusa uma reorientação da ideologia do poder que decorre de um novo padrão de contactos supra-regionais abarcando agora toda a fachada atlântica. Como nos acentua Shennan<sup>14</sup>, em diversos trabalhos sobre este tema, o poder passa a medir-se pela posse de certos objectos padronizados, os quais adquirem assim um valor intrínseco. Eles são usados para criar legitimidade, e, dado que a matéria-prima com que são feitos (o metal) ocorre apenas em certas áreas bem localizadas, a sua posse passa a estar dependente de um complexo mecanismo de alianças e contactos a distância entre comunidades de complexidade social semelhante. Neste sentido, as relações intercomunitárias que poderão, em parte, explicar a expansão do fenómeno campaniforme, são facilmente integráveis no conceito global, definido por Renfrew, de *peer polity interaction*<sup>15</sup>. O cerne de um tal conceito passa, quanto a nós, por uma nova forma de integração social das populações. Essa integração resulta do carácter **abrangente dos contactos**: para que alguns *items* de prestígio circulem livremente entre comunidades de nível similar, é necessário que eles se integrem em estruturas de procura recíproca que tendem a incorporar áreas inicialmente alheadas do circuito directo das interações<sup>16</sup>. Isto determina a **inclusão no sistema de comunidades em menor grau de complexidade social**, que funcionam como *intermediárias* num processo que elas não despoletaram, mas que

---

<sup>13</sup> V. nota 12.

<sup>14</sup> Shennan, S.J. (1982), *Ideology, change...*, pp. 155-161; *idem* (1986), *Interaction and change...*, pp. 137-148.

<sup>15</sup> Renfrew, C. (1982), *Polity and power...*, pp. 264-290; *idem* (1986), *Introduction: peer polity interaction...*, pp. 1-18.

<sup>16</sup> Shennan, S. J. (1982), p. 160.

lentamente as absorverá. Este aspecto do problema poderá justificar a **variabilidade de contextos tumulares tocados, com intensidade diversa, pelo fenómeno campaniforme no Norte de Portugal**. Monumentos com *tumulus* e cistas de inumação individual desprovidas de mamoa, espólios relativamente sóbrios a par de outros apreciavelmente diversificados e ricos poderão reflectir realidades sociais heterogêneas, momentaneamente aglutinadas pela mesma *malha* de contactos a distância.

Por outro lado, se, nesta perspectiva, só terá sentido investigar as **causas particulares da adopção dos elementos campaniformes em cada comunidade** que os veiculou, também será premente questionar as razões por que tal fenómeno não deixou marcas visíveis em muitas regiões do Norte do país. Por exemplo, o que poderá ter motivado o quase *vazio campaniforme* no leste transmontano, por onde circulam, a título excepcional, alguns objectos de cobre, como, por exemplo, as alabardas de *tipo Carrapatas?*

Se parece ter havido relações entre comunidades da fachada atlântica e do interior da Meseta Norte, durante a primeira metade do II<sup>o</sup> milénio a.C., expressas na presença de artefactos metálicos do *grupo Montelavar* a leste e de cerâmica de Ciempozuelos a ocidente, será interessante investigar o comportamento das populações que, existindo entre as duas áreas, terão inevitavelmente intervido nos processos de transmissão de tais *mercadorias* de luxo. De facto, vários autores insistem repetidamente no fenómeno de **emulação**, produzido em sociedades menos complexas, pelo contacto com produtos e ideias provenientes de comunidades mais desenvolvidas. A evolução cultural específica das populações transmontanas pode ter sido influenciada, de alguma maneira, por esses contactos, sem que, no entanto, pelo registo arqueológico conhecido, tal ordem de relações seja ainda perceptível.

Por último, gostaríamos apenas de relembrar a dificuldade sempre presente em caracterizar, a partir de documentação exclusivamente arqueológica, o fenómeno da **hierarquização social**. Na ausência de povoados conhecidos, o arqueólogo utiliza normalmente, com alguma ligeireza, dados provenientes de sepulcros. Sobretudo, como é o caso presente, quando se manuseiam espólios truncados e analisam túmulos desinseridos de necrópoles onde eventualmente se integrariam. Por outro lado, como é evidente, diferentes conceitos de *hierarquia* podem legitimar diversos ritos sepulcrais, sendo aleatório designar, *a priori*, por ex., *menos hierárquica* uma comunidade que constrói cistas de inumação individual contendo apenas vasos cerâmicos, relativamente a outra que utiliza o mesmo tipo de sepulcros integrando também artefactos metálicos. Como Peebles e Kus<sup>17</sup> nos advertem, a hierarquização social só pode ser medida através de um conjunto de fenómenos observados em **interacção** no registo arqueológico, respeitando o aparecimento de complexos níveis de diferenciação sepulcral, a presença de estruturas autónomas de subsistência e a existência de actividades artesanais especializadas realizadas, pelo menos, em tempo parcial. Nesta conformidade, os dados actualmente disponíveis para caracterizar o

---

<sup>17</sup> Peebles, C.S. e Kus, S. (1977), *Some archaeological...*, pp. 421-448.

funcionamento das sociedades dos inícios do II<sup>o</sup> milénio a.C. no Norte de Portugal parecem-nos francamente diminutos. Como já acontecia para o estudo do III<sup>o</sup> milénio a.C., também para este período se encontra quase tudo por fazer, a começar pela programação e execução de projectos de âmbito regional que, de forma consequente, procurem definir padrões de povoamento em áreas bem delimitadas. Confrontando-nos nesta fase com algumas populações cuja trajectória interna dependia de relações inter-regionais mais intensas, só poderemos aceder à sua interpretação através de uma análise virada simultaneamente para a dissecação dos sítios e para o estudo da sua inserção em sistemas mais amplos de cooperação intercomunitária. Por todas estas razões, tal pesquisa pressupõe uma postura teórica particularmente atenta à avaliação da multiplicidade de sentidos dos testemunhos arqueológicos.

3. O período que decorre globalmente entre os sécs.XVII e XIV do II<sup>o</sup> milénio a.C. no Norte de Portugal, é particularmente carente de dados sobre a sua evolução cultural. Recobre uma fase que, segundo a terminologia europeia convencional, se tem designado *Bronze Médio*, mas cuja especificidade é bastante difícil de determinar. A recente discussão gerada em torno das terminologias aplicadas à Idade do Bronze peninsular<sup>18</sup>, aliás decorrente, em parte, de posições entretanto defendidas por autores ingleses<sup>19</sup>, leva-nos a reflectir sobre os testemunhos identificados nesta região, no sentido de tentar discernir, no registo arqueológico, eventuais continuidades e rupturas relativamente aos sécs. anteriores.

Os investigadores que, ao longo do tempo, abordaram os dados desta época têm-se confrontado com a exclusiva identificação de artefactos metálicos descontextualizados. Embora alguns raros objectos tenham merecido uma análise conveniente, a maior parte deles não possui elementos quanto à natureza da composição metalográfica, processo de fabrico e caracterização tipológica exaustiva. Por outro lado, acresce que um determinado número de padrões morfológicos deve ter perdurado da fase anterior, como parece ter acontecido com alguns tipos de machados em cobre arsenical. Este imobilismo tipológico tem acarretado, aliás, óbvias dificuldades na datação de tais artefactos. Com base neste facto, diversos autores<sup>20</sup> têm insistido num certo *isolamento* do Norte de Portugal (e do Noroeste em geral), durante este período, relativamente a outras regiões peninsulares e, sobretudo, à fachada atlântica europeia. Coffyn tentou explicar tal possível retracção dos contactos atlânticos pelo aparecimento, durante o chamado Bronze Médio, de novos circuitos de aprovisionamento do cobre arsenical (tradicionalmente ligados à Península Ibérica), de origem continental, que passariam a servir a Bretanha, o Centro-Oeste e a região do Médoc.

Contudo, se seguirmos os poucos dados colocados à nossa disposição, talvez

<sup>18</sup> Ruiz-Gálvez Priego, M. (1984), Reflexiones terminológicas..., pp. 323-342; Fernández Manzano, J. (1985), La Edad del Bronce..., pp. 54-81.

<sup>19</sup> Coles, J.M. e Harding, A.F. (1979), *The Bronze Age...*

<sup>20</sup> Briard, J. (1965), *Les Depots Bretons...*; *idem* (1976), *L'Âge du Bronze en Europe...*; Ruiz-Gálvez Priego, M. (1984), *La Peninsula Ibérica...*; Coffyn, A. (1985) *Le Bronze Final Atlantique...*

possamos chegar a um ponto de vista ligeiramente diferente do que é habitualmente enunciado.

De facto, nos finais da primeira metade/inícios da segunda metade do II<sup>o</sup> milénio a.C. (seguimos aqui o faseamento cronológico proposto por Ruiz-Gálvez Priego)<sup>21</sup>, poderão surgir os primeiros machados de bordos côncavos e gume semi-circular, alguns ainda em cobre arsenical, mas outros já fabricados em bronze. Duma fase entre 1.600/1.500 a.C. poderá também datar a espada em cobre arsenical, por vezes designada *proto-argárica*, de S. Bartolomeu do Mar (Esposende), que Almagro-Gorbea<sup>22</sup> aproxima das bretãs de tipo Tréboul - St. Brandan. Numa época posterior (*Bronze Médio I*) poderão ser reconhecidos os primeiros machados em bronze de tipo *Bujões-Barcelos*. Nesta fase, Ruiz-Gálvez Priego insere as pontas de lança em bronze de Lama Chã (Montalegre), que a autora considera serem uma produção local, sem aparente paralelo nos contextos conhecidos contemporâneos. No entanto, Coffyn data tais objectos do Bronze Final III. Numa fase imediatamente anterior a cerca de 1.200 a.C. (*Bronze Médio II*) identificar-se-ão, além de machados de tipo *Bujões-Barcelos*, machados em bronze de rebordos e também de talão (sem anéis), de afinidade atlântica.

Ou seja, durante os cerca de 400-500 anos que antecederam o florescimento do chamado Bronze Final, observa-se não só uma importante *inovação tecnológica* (a descoberta da liga do bronze), como directa ou indirectamente as *influências atlânticas* nunca deixaram de se fazer sentir, embora ocorram com menor incidência no registo arqueológico. Aliás, essas influências atlânticas são também visíveis, por exemplo, na tipologia do bracelete maciço decorado do Corvilho (S. Tirso) (de tipo Bignan), ou dos braceletes em ouro de Arnozela (Fafe), como será também aceite sem polémica.

Para além destes factos observados constatam-se, no entanto, duas grandes ausências: sepulcros (inequivocamente datados desta época) e povoados. Do fim deste período global e na charneira para o Bronze Final, conhecemos uma pequena necrópole de sepulturas de provável inumação individual, cada uma contendo um vaso cerâmico - a necrópole do Tapado da Caldeira (Baião). Outras sepulturas de morfologia similar poderão ser eventualmente deste período ou mesmo já mais tardias<sup>23</sup>. De qualquer forma, é de mencionar, nos casos referidos, a ausência de espólios ricos com artefactos metálicos de prestígio, como ocorria nos inícios do II<sup>o</sup> milénio a.C.

Nesta ordem de ideias, a ausência de sepulcros e povoados conhecidos, a sobrevivência de tipos de artefactos metálicos do chamado Bronze Inicial, para além da exclusiva presença de achados dispersos, tem levado diversos autores a desvalorizar a personalidade cultural deste período, assimilando-o, no essencial, à etapa cultural anterior<sup>24</sup>.

<sup>21</sup> V. nota 20.

<sup>22</sup> Almagro-Gorbea, M. (1976), *La espada de Entrambasaguas...*, pp. 455-475.

<sup>23</sup> Referimo-nos a sepulturas (cistas de inumação individual) contendo vasos de «largo bordo horizontal». Sobre a cronologia possível destas sepulturas, v. Jorge, Susana O. (1988), *O Povoado da Bouça...*, pp. 75-82.

<sup>24</sup> Ruiz-Gálvez Priego, M. (1984), e Coffyn, A. (1985) (v. nota 20).



Ora, sem querer negar o que é evidente, como seja um certo *conservadorismo* morfológico de alguns artefactos, ou um objectivo vazio de informação (que poderá ser bastante elucidativo quanto à natureza das estruturas sociais vigentes nesta fase), permita-se-nos que expressemos algumas ideias sobre este assunto. Face à ausência de uma investigação sistemática no Norte de Portugal, será talvez ainda precoce utilizar a inexistência de certos elementos arqueológicos para retirar ilacções sobre a especificidade desta fase. Embora pensemos que, neste período, como em outros, o Norte de Portugal não deve ser considerado *em bloco* para efeitos de caracterização cultural, cremos, no entanto, que devemos acentuar os seguintes aspectos: o aparecimento de alguns artefactos em bronze é um indicador, a não desvalorizar, de um progressivo desenvolvimento social; não só exprime uma inovação tecnológica, como reflecte o provável controlo, por parte de algumas populações, de circuitos simultâneos de procura e distribuição do cobre e do estanho, o que pressupõe, de imediato, uma estrutura de relações supra-regionais apreciavelmente mais complexa do que a dos inícios do II<sup>o</sup> milénio a.C.; contudo, apesar de algumas influências atlânticas já referidas poderem dar conta da existência dessas mesmas interacções, parece-nos que não devemos apreciar as comunidades deste período à luz dos mesmos padrões culturais do início do milénio. A ausência de sepulturas conhecidas pode não resultar apenas duma investigação deficiente. À semelhança do Bronze Médio bretão<sup>25</sup>, por exemplo, pode-se ter verificado, no Noroeste, uma alteração qualitativa nos contextos tumulares, pela desvalorização da riqueza dos espólios e, globalmente, pela mudança da simbologia funerária. Os signos do poder ter-se-iam transferido dos túmulos para depósitos metálicos (apresentando, estes, sentidos muito diversos), de que podem fazer parte alguns dos artefactos dispersos actualmente conhecidos.

Tal hipótese de trabalho aproximaria mais, em termos sociais e simbólicos, as populações deste período das do Bronze Final do que das dos inícios do II<sup>o</sup> milénio a.C. Assim, a manutenção de certos *figurinos* metálicos de tradição anterior, poderia não corresponder, por si mesma, à permanência de antigos padrões de comportamento, mas apenas a um conservadorismo estilístico, cujas causas será necessário investigar.

O período tradicionalmente designado *Bronze Médio* equivaleria, assim, a um momento de lenta viragem, e não de *estagnação*, integrando alguns arcaísmos artefactuais, mas inseridos numa realidade social que prefiguraria já o Bronze Final.

Nesta linha de pensamento, se razões existem para criticarmos a convencional divisão tripartida da Idade do Bronze no Noroeste, elas orientam-se para colocar, de preferência, uma linha divisória em torno de 1.600 a.C. Mas esta opção equivaleria a aceitar como confirmadas as sugestões atrás enunciadas, o que obviamente não é possível fazer no estado actual das pesquisas. Por outro lado, apesar de nos inclinarmos para relacionar, em certos aspectos estruturais, o chamado *Bronze Médio* com o *Bronze Final*, não podemos ignorar algumas particularidades já referidas, que apontam para uma certa especificidade daquele primeiro período, que interessará futuramente esclarecer.

<sup>25</sup> Briard, J. (1984), *Les Tumulus d'Armorique...*

4. Somente nos últimos anos o Noroeste peninsular tem sido objecto de estudos de síntese respeitando a produção metálica existente durante o Bronze final<sup>26</sup>, integrada no amplo fenómeno de relações atlânticas incrementadas a partir de c. de 1.250 a.C. e mantidas até aos sécs. VIII/VII a.C. Esses estudos mantiveram-se, no entanto, até hoje, no estrito domínio da classificação tipológica dos artefactos, da análise metalográfica e do processo de fabrico de alguns exemplares e ainda no da comparação global com outros objectos similares, no intuito de se estabelecer cronologias e vias de difusão de matérias-primas, artefactos ou padrões morfológicos. No que concerne o Norte de Portugal, esses estudos debruçaram-se, durante longo tempo, sobre achados dispersos, desconhecendo-se mesmo depósitos completos, minimamente informativos sobre os mecanismos de circulação a distância de tais produtos e, em última instância, das estruturas sociais que permitiram a sua *ocultação*.

Recentemente, escavações em povoados, atribuíveis a esta fase global<sup>27</sup>, permitiram um alargamento do nosso conhecimento sobre aspectos relacionados com a estratégia de povoamento, formas de exploração dos territórios, organização interna dos habitats, e ainda diversidade da cultura material dos mesmos, na qual se inclui alguns (raros) artefactos metálicos. Contudo, dado o estado ainda incipiente das investigações, tais contributos vieram ampliar enormemente a lista de questões que, doravante, se podem colocar, com algum suporte arqueológico concreto, na interpretação do Bronze Final desta região.

Neste breve texto, daremos conta resumidamente, numa primeira etapa, de alguns dos principais fenómenos observados durante este período<sup>28</sup>, para, num segundo momento, reflectirmos sobre alguns temas que nos parecem ser sensíveis na abordagem de tal fase cultural.

— O Bronze Final I (1.250/1.200 - 1.100 a.C.) caracteriza-se pelo aparecimento dos primeiros machados maciços em bronze, de talão, com um ou sem anéis. Coffyn refere-se à existência, já neste período, de machados com apêndices laterais (de origem mediterrânica). Também nesta fase inicial se poderá incluir uma ponta de lança em bronze, de alvado, com tubo comprido e lâmina sinuosa, proveniente da estação da Penha (Guimarães), com afinidades no grupo Rosnøen. Não possuímos dados seguros sobre a natureza de povoados e sepulcros coevos integráveis neste período. Contudo, pela recente análise do povoado da Bouça do Frade (Baião)<sup>29</sup>, em articulação com o estudo já realizado anteriormente da necrópole do Tapado da Caldeira (Baião), pensamos que não será de colocar de lado a hipótese de que, na tradição do Bronze

<sup>26</sup> V. nota 24; Almagro-Gorbea, M. (1986), *Bronze Final...*, pp. 350-532.

<sup>27</sup> De salientar os povoados de S. Julião, Barbudo e Bouça do Frade que, até à data, foram os únicos habitats deste período a ser exaustivamente publicados.

<sup>28</sup> Serviram-nos de suporte documental as obras dos seguintes autores: Monteagudo, L. (1977), *Die Beile...*; Kalb, Ph. (1980), *Zur Atlantischen...*, pp. 25-59; Ruiz-Gálvez Priego, M. (1984), *La Peninsula...*; Coffyn, A. (1985), *Le Bronze Final...*; Almagro-Gorbea, M. (1986), *Bronze Final...*, pp. 350-532; Silva, A.C. Ferreira da (1986), *A Cultura Castreja...*; Martins, M.M. dos Reis (1987), *O Povoamento...*

<sup>29</sup> Jorge, Susana O. (1988), *O Povoado da Bouça...*

Médio, ocorram nesta etapa provoados com fracas defesas naturais, de vocação agro-pastoril, eventualmente com estruturas subterrâneas de armazenamento, a par de sepulturas planas, de inumação individual, cujo espólio integraria simples vasos cerâmicos<sup>30</sup>. De assinalar a provável existência, em povoados e sepulcros, de cerâmica proveniente da Meseta Norte, no âmbito de Cogotas I, de que são exemplos as estações de Baião acima citadas.

Durante o Bronze Final II (1.100 - 900 a.C.) observa-se a expansão de uma mais ampla quantidade de artefactos metálicos. Para além de machados de talão com um só anel, fabricam-se agora machados de talão com dois anéis (e uma eventual nervura central). Ruiz-Gálvez Priego fala-nos também da existência, nesta região, de machados de bronze de rebordos laterais. Do fim do período deverão datar pontas de lança de alvado de tipo britânico, provenientes de Abação (Guimarães) (uma delas, do séc. X a.C., seg. o C14) e punhais de bronze do tipo *Porto de Mós*, provenientes, por exemplo, de S. Julião (Vila Verde), Castro de Nogueira (Boticas) ou vale do Tâmega.

Seguindo o faseamento cronológico proposto por Ruiz-Gálvez Priego e Almagro-Gorbea<sup>31</sup>, poderíamos inserir ainda nesta fase exemplares de ourivesaria de tipo *Villena-Estremoz*, como o bracelete de Chaves. De realçar o desconhecimento de espadas pistiliformes no Norte de Portugal durante o Bronze Final II.

Assim, em termos de artefactos metálicos, verifica-se uma mais estreita articulação com outras regiões peninsulares e extra-peninsulares, embora a ausência de espadas e, de uma maneira geral, a fraca incidência de armas, torne esta área bastante pobre quanto à variedade da sua produção metálica.

A par de povoados (e sepulcros) do tipo já mencionado a propósito da fase anterior, que devem continuar a ser largamente utilizados durante este período, **poderão surgir, na passagem do milénio, os primeiros habitats alcantilados, com defesas naturais ou mesmo artificiais, como o atestam as altas cronologias absolutas de S. Julião (Vila Verde) e do Coto da Pena (Caminha) (séc. X a.C.).** Neste tipo de povoados ocorrerão agora, independentemente de cerâmicas comuns de âmbito local e regional, cerâmicas brunidas, lisas ou decoradas, também chamadas de tipo *Baiões*, de morfologia supra-regional, que parecem acompanhar, em alguns destes habitats, artefactos metálicos do âmbito já referido.

O Bronze Final III (900-700/600 a.C.) (fases III, IV e V de Almagro-Gorbea)<sup>32</sup> define-se por ser um momento de maior dinamismo metalúrgico, não só pela grande variedade de objectos fabricados localmente, mas também pelos indícios de múltiplos contactos mantidos com a fachada atlântica e o mundo mediterrânico, articulando assim, numa mesma rede de intercâmbios, contextos culturais muitos diversos.

Desta forma, a par do tradicional fabrico de machados de talão com um e dois anéis, surgem alguns machados de alvado, também com um e dois anéis. Na tradição das pontas de lança de alvado de Abação (de tipo inglês) ocorrem agora exemplares

---

<sup>30</sup> V. nota 23.

<sup>31</sup> V. nota 28.

<sup>32</sup> V. nota 28, pp. 354-357.

alongados, como os do Castro de Picote (Miranda do Douro), Solveira (Montalegre), Bouças (Melgaço), Castro da Senhora da Graça (Monção) ou S. Julião (Vila Verde). Na família de punhais de tipo *Porto de Mós*, que devem perdurar nesta fase, poderá integrar-se eventualmente o punhal de Mire de Tibães (Braga). Alguns autores apontam, pela primeira vez, a possibilidade da existência, nesta região, de uma espada (de língua de carpa?), proveniente do vale do Tâmega. Mas, para além deste tipo de objectos, já globalmente conhecidos, surgem utensílios novos em bronze: por exemplo, foices de talão, de tipo *Rocanes*, no Coto da Pena (Caminha), uma foice de alvado aberto, de tipo britânico, em Cova da Moura (Carreço, Viana do Castelo), uma faca em bronze em Castelo de Matos (Baião) e ainda um cinzel tubular na Penha (Guimarães). Aliás, provando a eficácia da produção de oficinas locais, encontram-se moldes de fundição de artefactos metálicos (em cerâmica ou pedra) em alguns povoados, como, por ex., Castelo de Matos (Baião) ou Castro de Álvora (Arcos de Valdevez). As relações atlânticas estão relativamente bem exemplificadas no quadro da metalurgia de tipo Vénat, pela presença de fragmentos de caldeirões em bronze, de tipo irlandês, provenientes de Caldelas (Amares), do Coto da Pena (Caminha) e de um local desconhecido do Norte de Portugal; pela existência de ganchos em bronze para carne, provenientes de Solveira (Montalegre) ou do Porto(?) e ainda de um espeto articulado em bronze, de Monte da Costa Figueira (Paredes). Um capacete em bronze, de *crista* ponteguda, proveniente do Castro de Avelãs (Bragança), revela também influências atlânticas, com numerosos paralelos na bacia parisiense. No domínio dos ornamentos de vestuário cabe destacar, por exemplo, já numa fase tardia, a presença de uma fíbula de bronze aproximável às de tipo *Alcores* no Coto da Pena (Caminha). Quanto à ourivesaria, para além do reconhecimento de braceletes maciços lisos, de secção circular, como os do Bairro (V<sup>a</sup> N<sup>a</sup> Famalicão) ou de Vila do Conde, ou de secção poligonal, como os de Telões (V<sup>a</sup> P<sup>a</sup> de Aguiar), ocorrem espirais e braceletes como os de Gondeiro (Amarante), entre outros, cuja classificação e datação têm gerado controvérsia entre alguns investigadores. De apreciável interesse cultural é o magnífico bracelete decorado de Cantonha (Guimarães), que expressa uma peculiar simbiose do estilo *Villena – Estremoz* com o de *Sagrajas – Berzocana*.

De assinalar ainda no campo da produção metalúrgica, a aparição de ligas ternárias (incluindo o chumbo) a partir, genericamente, do séc. IX a.C., reconhecidas, pelo menos, em alguns objectos analisados<sup>33</sup>.

O contexto habitacional e sepulcral desta fase é ainda mal conhecido, como aliás o de todo o Bronze Final. Contudo, com base no estudo de alguns povoados escavados (por ex., S. Julião e Barbudo em Vila Verde, Coto da Pena em Caminha, Bouça do Frade, Lavra, Monte Calvo, Castelo de Matos e Alto da Caldeira em Baião) e de outros que forneceram materiais de superfície relacionáveis com os exumados em contextos estratigrafados<sup>34</sup>, poderemos talvez sugerir para esta fase um acentuado

<sup>33</sup> V. nota 28; Coffyn, A. (1985); Ruiz-Gálvez Priego, M. (1984); *idem* (1987), *Bronze Atlântico...*, p. 257.

<sup>34</sup> Martins, M.M. dos Reis (1987), *O Povoamento...*, vol. III, pp. 745-751.

polimorfismo habitacional que integra habitats de diversas dimensões, ora ocupando morros sem particulares defesas naturais, ora cerros alcantilados, por vezes em remates de esporões montanhosos, com defesas naturais ou artificiais bem marcadas (fossos, aterros ou muralhas). Inserindo-se em tipos de povoados com funções provavelmente diversificadas, ocorrem objectos metálicos e vasos cerâmicos brunidos, revelando que alguns dos *items* de maior prestígio da época se encontram disseminados por uma vasta gama de sítios habitados.

Não conhecemos túmulos inequivocamente datados deste fase. Contudo, pela cronologia proposta para o povoado da Bouça do Frade (Baião), relativa a níveis de ocupação com vasos de *largo bordo horizontal*, poderemos sugerir a hipótese de que alguns monumentos com *tumulus* ou cistas de inumação individual (neste último caso, por ex., S. Paio de Antas ou Belinho em Esposende) possam ter sido reutilizados ou construídos nesta fase global.

— As escolas anglo-saxónicas de arqueologia habituaram-nos, desde há muito, a olhar os testemunhos materiais na sua dimensão social. Campo privilegiado para o exercício de tal reflexão é o mundo do Bronze Final na Europa, onde, mercê de um extenso *banco de dados* correspondente a diferentes planos da realidade arqueológica, os pré-historiadores têm tentado reconstituir o *perfil* das comunidades desse período, e atingir as *leis* condutoras do processo social que genericamente as aglutina. Perante a riqueza da informação empírica e, sobretudo, a novidade da abordagem dessa mesma informação, têm resultado obras de síntese ou simples apontamentos de reflexão, que consideramos fundamentais para qualquer estudo regional similar. Nesta circunstância, face ao conhecimento da complexa problemática que envolve o Bronze Final europeu, é-nos particularmente penoso discorrer sobre os dados qualitativamente deficientes que possuímos para o Norte de Portugal. Objectos metálicos sem contexto, raros povoados só muito recentemente escavados numa ínfima parcela da sua área, hipotéticas sepulturas mal datadas, cujos espólios estão na sua maioria truncados, enfim, todo este panorama sombrio reduz, de forma drástica, a possibilidade de uma perspetivação verosímil da realidade cultural do Bronze Final.

Assim, as reflexões que iremos expor não aspiram a mais do que ao modesto objectivo de abrir uma ampla discussão em torno de algumas questões que, do nosso ponto de vista, deverão no futuro integrar projectos de pesquisa orientados para a reconstituição do sistema cultural total das primeiras sociedades profundamente hierarquizadas do Norte de Portugal.

Observando os breves dados enunciados anteriormente, será fácil reconhecer a existência de, pelo menos, **duas grandes etapas de desenvolvimento cultural**: uma primeira estender-se-á entre c. de 1.250 a.C. e 1.000/900 a.C.; uma segunda ocupará o tempo que decorre entre esta última data e c. de 700/600 a.C. Tentemos justificar esta primeira hipótese de compartimentação cronológica.

Durante o primeiro período referido, parece observar-se uma **incipiente produção e circulação de artefactos em bronze**: machados maciços de talão

e, provavelmente, também de rebordos. Se atendermos a diversos autores, poderemos ainda incluir, nesta fase, exemplares de ourivesaria do estilo *Villena-Estremoz*. De realçar a ausência de espadas. Também não conhecemos depósitos. Mas é lícito perguntar se alguns dos objectos dispersos não terão pertencido a tais conjuntos armazenados de artefactos. Por outro lado, este desconhecimento poderá corresponder a aspectos lacunares da nossa investigação, dado o carácter aleatório de que se reveste sempre a descoberta de tais tipos de materiais.

No entanto, se do ponto de vista da produção metalúrgica não são de assinalar presenças significativas, relativamente à estrutura económica e às estratégias de povoamento o panorama é bastante mais informativo. O recente estudo de povoados com fossas (algumas delas identificadas como estruturas subterrâneas de armazenamento), como, por exemplo, o da Bouça do Frade, trouxe-nos indicadores preciosos sobre uma notável transformação nos sistemas de subsistência: tais estruturas, que poderiam conter enormes quantidades de sementes e outros produtos de consumo básico, apontam para uma inequívoca **especialização agro-pastoril**, só possível através da aplicação de uma tecnologia agrícola sofisticada e da provável utilização de animais de tiro. Por outro lado, tal intensificação económica terá permitido, à escala dos povoados e, eventualmente, à escala regional, um **mecanismo de subsistência auto-suficiente**, que, como se sabe, é condição imprescindível para o desenvolvimento de comunidades fortemente hierarquizadas. Uma inferência possível, a exemplo do que se conhece de outros contextos contemporâneos, é a eventual inserção destes habitats em **sistemas organizados de povoamento**. Investigações futuras deverão dedicar particular atenção à identificação de outros povoados contemporâneos, insertos na mesma área de exploração e influência dos habitats primitivamente analisados. Só assim se poderá testar a hipótese, não só de um provável sistema de povoamento, como de uma eventual **organização hierarquizada**. Convirá, no entanto, ter sempre em conta o âmbito regional em que estes estudos se devem realizar, não só para obviar ao perigo de generalizações abusivas, mas também devido à necessidade de se desenvolver estudos coerentes em áreas geográfica e culturalmente homogêneas, nas quais se possam detectar **padrões de relação das populações com o espaço envolvente**.

A necrópole do Tapado da Caldeira, a apenas alguns metros do povoado da Bouça do Frade, e com ele conectada (provavelmente numa primeira fase da sua ocupação) forneceu-nos também um indício importante através da existência de uma provável sepultura infantil: a possibilidade da **transmissão hereditária de um estatuto social superior**. Não será, aliás, de admirar que este tipo de fenómeno se tenha verificado no contexto de um processo de intensificação económica, em que a detenção da terra se tornaria necessariamente uma base fundamental de sustentação da estabilidade das elites. Aliás, a sua posse e transmissão poderia gerar forte competição no interior dos grupos, se não fossem assegurados mecanismos de *herança* muito rígidos. Gostaríamos, no entanto, de acrescentar que, no quadro de sociedades difusoras e produtoras de artefactos metálicos (lembremo-nos de que no Norte de Portugal se localizam importantes jazidas de estanho, além de algumas minas pontuais

de cobre), as relações de dominação e hierarquia das elites não dependeriam exclusivamente do controlo da produção de bens de subsistência, mas também, de forma substancial, da manipulação das relações de circulação e intercâmbio do metal. Estas comunidades teriam que estar integradas em amplas redes de alianças supra-regionais, cujas características, no entanto, desconhecemos.

De referir, nesta primeira etapa, a presença de cerâmicas de tipo Cogotas I em alguns povoados e numa sepultura. Não tendo quaisquer indícios concretos sobre as causas estruturais que terão justificado a expansão de tal cerâmica para ocidente, até ao litoral atlântico, perguntamo-nos se não será lícito integrar tal presença no âmbito mais lato de uma busca de metal (estanho?) por parte das populações da Meseta Norte. Embora saibamos que algumas minas de cobre meseténhas se encontravam em uso desde o Calcolítico (Delibes e Fernández Manzano demonstraram já a autonomia metalúrgica da Meseta Norte desde tempos muito antigos)<sup>35</sup>, e que minas de estanho estariam também a funcionar desde os inícios do Bronze Final<sup>36</sup>, julgamos não errar se afirmarmos que o dinamismo das oficinas locais só se impôs totalmente a partir dos começos do séc. X a.C.<sup>37</sup>. Ora, é precisamente durante a fase anterior a este marco cronológico que parece ocorrer a maior parte da cerâmica clássica de tipo Cogotas I no Norte de Portugal<sup>38</sup>, não contrariando, portanto, tal hipótese de trabalho. Nesta linha de pensamento, a cerâmica de Cogotas I poderia difundir-se nesta região, inserindo-se, num primeiro momento, num *movimento* de procura de matérias-primas e objectos de prestígio de âmbito atlântico, e disseminando-se, em seguida, como um bem de relativo valor social entre as populações locais. Contudo, tal processo, a ter-se dado, não parece ter deixado marcas de grande competição entre as comunidades desta região. Aliás, atendendo aos poucos dados disponíveis para esta fase (existência de alguns povoados aparentemente sem defesas, vocacionados para um sistema agro-pastoril intensivo, e ainda uma provável circulação limitada de artefactos metálicos), somos levados a imaginar uma primeira etapa do Bronze Final onde não são visíveis, pelo menos no registo arqueológico, importantes indícios de competição social.

Durante o segundo período referido (o qual poderá futuramente ser subdividido) verificam-se transformações a diferentes níveis. Em primeiro lugar, é notória a maior quantidade e progressiva diversidade de artefactos metálicos que circulam na região: machados de talão e alvado, pontas de lança de alvado, punhais, uma eventual espada e ainda utensílios de uso quotidiano ou de prestígio, como foices, facas, cinzéis, fíbulas, capacetes, caldeirões, ganchos para carne e espetos articulados. A ourivesaria está representada por braceletes e espirais. Muito destes artefactos

---

<sup>35</sup> Delibes de Castro, G. e Fernández-Miranda, M. (1981), *La tumba de Celada...*, pp. 153-188; Delibes de Castro, G. e Fernández Manzano, J. (1983), *Calcolítico y Bronce...*, pp. 19-81.

<sup>36</sup> Fernández Manzano, J. (1986), *Bronze Final...*

<sup>37</sup> V. nota 36.

<sup>38</sup> Tendo sobretudo em conta a cronologia relativa observada no povoado da Bouça do Frade (v. nota 29) e os padrões morfológicos e decorativos dos vasos de tipo Cogotas I encontrados no Norte de Portugal.

poderão ser de origem local, fabricados segundo modelos normalmente alógenos, de procedência sobretudo atlântica. Não conhecemos depósitos *fechados*, mas muitos destes objectos dispersos poderiam pertencer a tais contextos. Só alguns raros objectos ocorrem em habitats. Uma das linhas de investigação para este período, como, aliás, para todo o Bronze Médio-Final, será a questão da raridade de artefactos metálicos em contextos habitacionais, e, por outro lado, a problemática dos **diversos sentidos** que, em cada local, podem assumir os *depósitos*, sejam eles de carácter *utilitário* ou *votivo*. Dado que os mesmos objectos terão adquirido diferente valor funcional e simbólico consoante as comunidades que os conceberam ou receberam, **será necessário definir critérios de identificação do seu significado**, quer enquanto simples *mercadoria* transaccionada e temporariamente armazenada num sítio, quer enquanto objectos de prestígio para consumo das suas elites<sup>39</sup>.

Na sequência da progressiva implementação de oficinas locais, estas poderão ter-se diversificado e aumentado a sua produção (sobretudo durante o séc. VIII a.C.), intensificando as suas relações quer com os tradicionais centros atlânticos, quer com novas oficinas localizadas no Mediterrâneo (por ex., na Sardenha)<sup>40</sup>. A necessidade de colocar produtos em novas áreas receptoras do *mercado* atlântico deverá ter provocado, como nos acentuam diversos autores, uma forte competição, a nível supra-regional, entre diferentes centros produtores peninsulares. Neste sentido, seria extremamente útil pesquisar o papel que as diferentes regiões, integradas neste amplo sistema de intercâmbios, desempenharam durante esta fase de maior actividade metalúrgica. Na verdade, se algumas áreas se distinguiram por ser fundamentalmente produtoras de matérias-primas (como o NW, a Beira Alta e o SW) e outras apenas *intermediárias* (como a Estremadura portuguesa), terá sido inevitável, a prazo, o aparecimento de importantes **desigualdades** no controlo da circulação de produtos, e de consequentes assimetrias de poder entre as diferentes *unidades socio-políticas* concorrentes. Aliás, este cenário possível, à escala peninsular, deve ter tido as suas repercussões ao nível das várias regiões que a integram.

Será neste contexto, de alguma instabilidade social generalizada, que nos parece dever inserir-se a **emergência, desde os inícios do I<sup>o</sup> milénio a.C., no Norte de Portugal, de povoados alcantilados com defesas naturais ou artificiais**, independentemente da sobrevivência de outro tipo de habitats. Por outro lado, o polimorfismo habitacional intuído para uma região bem delimitada (a bacia do Ovil em Baião), expresso na provável coexistência parcial de povoados *abertos* com fossas e povoados com defesas naturais<sup>41</sup>, adverte-nos, mais uma vez, para a hipótese não só de sistemas hierarquizados de povoamento, como, eventualmente, da existência de **habitats centrais** que poderiam não só assenhorear-se da produção e circulação metálica, a nível local, como da redistribuição de produtos de consumo básico.

<sup>39</sup> Bradley, R. (1985), Exchange and social distance..., pp. 692-704.

<sup>40</sup> Ruiz-Gálvez Priego, M. (1986), Navegacion y comercio..., pp. 9-42, *idem* (1987), Bronce Atlantico..., pp. 251-264.

<sup>41</sup> V. nota 29.



O que gostaríamos de acentuar, neste breve apontamento, é que o aparecimento de povoados com defesas, eventualmente fortificados, nos inícios do I<sup>o</sup> milénio a.C., não precisa de ser justificado por eventuais fenómenos migratórios, exteriores à própria dinâmica das populações locais, embora essa dinâmica decorra de um processo mais amplo de transformação social no âmbito de intercâmbios atlânticos. Aliás, se se quisesse insinuar que tal emergência decorria de qualquer influência exógena, haveria uma certa dificuldade em prová-lo com base nos testemunhos arqueológicos conhecidos. O fenómeno dos C.U. só penetra na Meseta Norte nos finais do séc. VIII a.C.<sup>42</sup> e hipotéticas influências, mesmo indirectas, deste *movimento* cultural no Noroeste só poderiam observar-se a partir de um marco cronológico posterior ao sec. VII a.C., o que equivale aos inícios da Idade do Ferro. Mas, como Ruiz-Gálvez Priego recentemente salientou<sup>43</sup>, mesmo neste período é dificilmente detectável que os C.U. tenham tido uma expressão significativa ou tenham determinado, de algum modo, a trajectória das comunidades proto-históricas nesta região.

Finalmente, desejaríamos lembrar alguns factos que apressaram o declínio do sistema de relações atlânticas do Bronze Final no Norte de Portugal. Como se tem sistematicamente referido, desde os finais do séc. VIII/inícios do séc. VII a.C. que os fenícios terão passado a controlar o estreito de Gibraltar, dificultando, desta forma, o acesso das populações peninsulares setentrionais ao cobre do Sudoeste. Este fenómeno terá afectado naturalmente os contactos atlânticos como um todo, subsidiários que eram, em grande parte, dos centros produtores peninsulares do cobre do SW e do estanho do NW. Não só terá ajudado a decompor um longo processo de relações culturais entre a Península e o Centro-Oeste francês, a Bretanha e as Ilhas Britânicas, como terá determinado, a médio prazo, uma reorientação das estratégias económicas e sociais das comunidades peninsulares afectadas pela impossibilidade de assegurarem a livre circulação de produtos no tradicional corredor entre a Galiza e a Andaluzia. No Noroeste talvez tenha perdurado, mercê da persistência de centros produtores de estanho, *uma metalurgia residual do bronze*<sup>44</sup>, mas nada sabemos quanto às estruturas sociais que terão permitido a sua reprodução, face ao desmoronamento progressivo do anterior sistema de relações supra-regionais.

Como se expressou essa reorientação cultural? Que formas assumiu ela no registo arqueológico? Alguns elementos de inspiração orientalizante, datados provavelmente do séc. VII a.C.<sup>45</sup>, provam-nos que, nesta fase, o eixo das relações intercomunitárias já não segue um só rumo, e provavelmente a natureza dessas mesmas relações mudou. Aliás, crê-se que, a partir dos finais do séc. VII a.C., o próprio estanho

---

<sup>42</sup> Ruiz Zapatero, G. (1985), *Los Campos de Urnas...*; Almagro-Gorbea, M. (1986), *Bronze Final...*, pp. 379-380.

<sup>43</sup> Ruiz-Gálvez Priego, M. (1987), *Bronze Atlantico...*, pp. 260-261.

<sup>44</sup> Almagro-Gorbea, M. (1986), *Bronze Final...*, p. 357.

<sup>45</sup> Para além da presença do famoso tesouro de Baião, desejaríamos aqui mencionar, a título de exemplo, a existência de um conjunto de grafitos decorando a pança de um vaso proveniente da estação com fossas de Pedroso (Calorico de Basto), cuja morfologia parece apontar, seg. Almagro-Gorbea (a quem

do NW será objecto do controlo dos fenícios (ou dos seus intermediários), dando azo a um golpe definitivo no sistema económico e social que tinha caracterizado os séculos anteriores.

Compete naturalmente aos estudiosos dos inícios da Idade do Ferro tentar aprofundar a natureza das mudanças referidas. Recentemente, numa obra sobre a Proto-história e a Romanização do vale do Cávado, Manuela Martins<sup>46</sup> mencionou a dificuldade em caracterizar o padrão de povoamento das populações que estabelecem a transição do Bronze Final para a Idade do Ferro na região considerada. No entanto, acentua que tais populações, devendo ocupar povoados fortificados (alguns deles habitados desde o Bronze Final), passam a manusear uma cultura material acentuadamente diversa (por ex., a cerâmica doméstica acusa grandes particularismos), existindo, segundo a autora, indícios de uma paulatina retracção em termos de contactos a distância. Não querendo discutir tal tipo de observações, para as quais não possuímos conhecimentos directos, gostaríamos, no entanto, de abordar rapidamente um assunto que se prende com a caracterização desta fase e que é a hipotética origem dos povoados *castrejos* nos habitats fortificados do Bronze Final, ou, por extensão, a origem da chamada *cultura castreja* na última etapa da Idade do Bronze<sup>47</sup>.

Sem querermos provar a todo o custo qualquer espécie de tese (aliás, difícil de fundamentar no actual estado das pesquisas), façamos algumas observações com base nos testemunhos arqueológicos disponíveis. Muitos povoados do Bronze Final (alguns deles com defesas naturais e/ou artificiais) não foram ocupados em épocas imediatamente posteriores (estão neste caso, por ex., todos os povoados conhecidos até ao momento na bacia do Ovil, em Baião). Alguns povoados fortificados do Bronze Final foram reocupados em fases ulteriores (imediatamente posteriores?), mas em diferentes áreas dos morros ou esporões, não se verificando sobreposição de ocupação: as novas utilizações dos sítios acusam uma reorientação da estratégia de implementação dos habitats ao nível de cada estação (por ex., S. Julião e Barbudo). Alguns povoados parecem ter sido, de facto, ocupados sem descontinuidade (por ex., Coto da Pena?), mas pode ter havido transformações arquitectónicas nas estruturas habitacionais e defensivas que indiquem uma mudança de fundo ainda não suficientemente caracterizada. Nos casos cujas escavações foram exaustivamente publicadas (S. Julião e Barbudo) a cultura material relativa à fase charneira dos séculos VII-VI a.C. assinala apreciáveis mudanças relativamente à do Bronze Final. Se nem sempre a variabilidade da cultura material exprime transformações culturais profundas<sup>48</sup>, atesta, pelo menos, alterações funcionais que interessará futuramente caracterizar no quadro do estudo global destas populações.

---

agradecemos tal interpretação provisória), para a imitação local de sinais pertencentes a uma escrita de âmbito «orientalizante».

<sup>46</sup> V. nota 34.

<sup>47</sup> Almeida, C. A. Ferreira de (1974), *Cerâmica castreja...*, pp. 171-197; Silva, A.C. Ferreira da (1986), *A cultura Castreja...*; Martins, M.M. dos Reis (1987), *O Povoamento...*

<sup>48</sup> Hodder, I. (1982), *The Present Past...*; *idem* (1982), *Symbols in Action...*

Contudo, mais do que estas observações baseadas em análises arqueológicas ainda parcelares, interessará ter em conta um aspecto que nos parece fundamental: a **emergência dos povoados fortificados do Bronze Final parece radicar num sistema socio-económico que deixou de funcionar, pelo menos parcialmente, a partir dos finais do séc. VII a.C.** Esse sistema estimulava a competição entre grupos locais e *unidades socio-políticas* regionais, potenciada por uma complexa rede de intercâmbios a distância de âmbito atlântico.

Nestas circunstâncias, procurar ver apenas na recorrência de sistemas defensivos existentes em alguns povoados ocupados desde o Bronze Final, uma prova de continuidade cultural, significa desvalorizar o contexto social particular que terá permitido, em cada caso, a sua construção. Em vez de se insistir num argumento tão frágil, talvez fosse mais útil aos que defendem a origem da chamada *cultura castreja* no Bronze Final (através de asserções arqueográficas de precário alcance) procurar compreender o complexo de causas que, em cada região, terá estimulado a fortificação específica dos povoados da Idade do Ferro.

Uma tal abordagem, que implica obviamente realizar estudos regionais<sup>49</sup>, não será apenas importante para a caracterização das primeiras populações proto-históricas. Dela poderá resultar uma interessante informação sobre o que do Bronze Final sobreviveu em épocas posteriores, e permitirá talvez estabelecer o **eventual elo de ligação** que une as duas épocas convencionalmente distinguidas pelos arqueólogos.

— Para terminar este conjunto de reflexões sobre o Bronze Final do Norte de Portugal, gostaríamos de chamar a atenção para a presença - ainda não devidamente valorizada - de uma *família de estátuas-menires* (heterogénea nos seus atributos e provavelmente na sua cronologia) cujos exemplares provêm de Chaves, Faiões (Chaves), local desconhecido do Norte de Portugal (mas conservado no Porto) e Ermida (Ponte da Barca). Como já tivemos oportunidade de escrever, apresentam estas *estátuas-menires* um *carácter antropomórfico dado através de um contorno sinuoso que acentua o volume da cabeça, dos braços e/ou da cintura*<sup>50</sup> Deixando provisoriamente de lado a estátua da Ermida, cuja identificação cronológica é mais difícil de precisar, as restantes peças apresentam estreitas afinidades morfológicas: as três incluem **armas embainhadas** integrando no reverso *um atributo similar, espécie de adorno de vestuário, alongado, de forma rectangular, com ligeiro alargamento terminal nos exemplares de Faiões e Chaves*<sup>51</sup>. Tal atributo também ocorre numa possível *estátua-menir*(?) recentemente descoberta no lugar da Bouça (Mirandela)<sup>52</sup>, de características fálicas, que, no entanto, não insere qualquer tipo de arma e cuja cronologia é difícil de

<sup>49</sup> De referir, para além da abordagem modelar realizada por Manuela Martins na bacia do curso médio do Cávado, a execução de projectos semelhantes em curso, em outras áreas do Entre-Douro-e-Minho, da autoria de diversos investigadores do Instituto de Arqueologia da F.L.U.P.

<sup>50</sup> V. nota 2, vol. I - B, p. 954.

<sup>51</sup> V. nota 50.

<sup>52</sup> Sanches, M. de Jesus e Jorge, Vítor O. (1987), A «estátua-menir»..., pp. 78-82.

determinar. A estátua do *Porto* apresenta ainda um capacete, podendo tal elemento indicar-nos uma cronologia global mais tardia do que a atribuída às de Chaves e Faiões. De qualquer forma, independentemente da forma de elaboração da cabeça e da concepção geral das estátuas de Faiões e do *Porto* (e também da Ermida) nos sugerir semelhanças formais com as estátuas corsas dos meados do II<sup>o</sup> milénio a.C., pensamos dever valorizar em três delas os atributos de personagens masculinas armadas e, ainda, relativamente à totalidade das peças conhecidas, a concepção escultória de uma proto-estatuária, que poderá preconizar, no Norte de Portugal, a conhecida produção *castreja*.

A questão que desejaríamos colocar é a da eventual articulação de algumas destas estátuas-menires (pelo menos as armadas) com a emergência, durante a Idade do Bronze, e particularmente o Bronze Final, de comunidades lideradas por elites fortemente competitivas, que controlariam a produção e circulação de artigos a distância. Sem falar do exemplar do *Porto*, cuja proveniência exacta desconhecemos, as peças de Chaves foram encontradas numa região situada nas proximidades de um importante núcleo de estanho. Assim, a exemplo do que sucede no Sudoeste, onde são conhecidas as famosas estelas gravadas, expressão de uma sociedade altamente hierarquizada, no Norte de Portugal um processo social similar poderia ter tido a sua correspondência na edificação destes símbolos de poder personalizado, alusivos talvez a chefes locais, divinizados ou não.

5. Durante toda a Pré-história recente, o Norte do país foi objecto de um movimento pendular de *influências atlânticas e mediterrânicas* (além de alguns *influxos* pontuais provenientes da Meseta Norte) que se manifestaram, sobretudo, ao nível da cultura material: *influências mediterrânicas* foram mais incisivas durante o III<sup>o</sup> milénio a.C. (embora as possamos também encontrar durante o Bronze Final); *influências atlânticas*, apesar de continuamente presentes, deixaram a sua marca mais visível durante o Bronze Inicial e Final.

Contudo, não é possível deixar de colocar uma questão que se nos afigura premente: essas *influências*, ou, para sermos mais precisos, as *semelhanças estilísticas dos artefactos*, observadas em diversos momentos deste amplo período, apontam certamente para formas de interacção social cuja natureza variou com o tempo, as regiões e os contextos culturais.

Se durante o Bronze Final as semelhanças de artefactos metálicos e de algumas cerâmicas de luxo, provenientes de diversas regiões da fachada atlântica, podem ser globalmente explicadas por *transacções* supra-regionais em grande escala, já as formas de contacto produzidas em épocas anteriores (Calcolítico e Bronze Inicial) são muito mais difíceis de caracterizar, dada a profunda sobreposição e interligação das estruturas económicas e sociais de comunidades ainda pouco hierarquizadas. Neste sentido, será muito mais difícil aceder ao complexo de causas que estará na origem da ocorrência de certos padrões estilísticos de origem meridional na *cerâmica doméstica* dos povoados do III<sup>o</sup> milénio a.C., do que explicar a semelhança tipológica da *cerâmica de luxo* de povoados do Bronze Final existentes na fachada atlântica peninsular.

Creemos que existe um problema subjacente a qualquer tentativa de caracterizar o fenómeno das chamadas *influências culturais* em Pré-História: a **necessidade de definir a natureza da relação entre os produtos materiais da acção humana e a respectiva organização social**, ou seja, a conexão entre a variabilidade estilística dos artefactos e o sistema cultural, ou entre a semelhança dos materiais e a eventual interacção social<sup>53</sup>.

A partir destas questões de base, que têm servido de reflexão a muitos investigadores americanos e ingleses, cremos poder enunciar alguns aspectos que ajudem a orientar a investigação da Pré-história recente na nossa região.

Em primeiro lugar, talvez não seja demasiado insistir num tópico que já várias vezes referimos: cada contexto social, em qualquer época, apresenta a sua lógica de funcionamento. Neste sentido, **não há regras gerais precisas que comandem a variabilidade estilística dos artefactos**. Diferentes comunidades, culturalmente distintas, podem manipular artefactos semelhantes, enquanto o mesmo grupo cultural pode difundir um conjunto de objectos diversificados consoante as regiões nas quais se manifesta.

Em segundo lugar, será talvez útil não confundir elementos pertencentes à **utilização do quotidiano** – que veicula normalmente a identidade visível dos grupos – com **elementos raros** da sua cultura material. Esta separação é fundamental quando se trata de comparar tipos de artefactos de diferentes regiões. Assim, as semelhanças observadas durante o Calcolítico entre cerâmicas do Norte de Portugal e do Sul da Península, inscrevem-se no domínio dos artefactos comuns, enquanto que as semelhanças identificadas durante o Bronze Final entre objectos metálicos e cerâmicas brunidas de várias regiões da fachada atlântica dizem respeito ao âmbito do excepcional. Os mecanismos de interacção responsáveis por tais semelhanças são necessariamente diversos, independentemente da época e dos sistemas culturais em que se verificaram.

Em terceiro lugar, e atendendo a alguns exemplos conhecidos<sup>54</sup>, poder-se-á interpretar a **variabilidade estilística de artefactos do quotidiano**, em certas circunstâncias bem precisas (por exemplo, sob pressão económica e competição intercomunitária) como uma resposta das populações à **instabilidade social** existente. Nestes casos, os artefactos, particularmente a cerâmica doméstica, podem ser utilizados como elementos integradores da coesão social. Mas, em situações idênticas, outro tipo de artefactos padronizados, pertencentes à categoria de **objectos de excepção ou prestígio**, talvez tenham circulado entre comunidades culturalmente distintas, desempenhando o papel fundamental de **diluir um estado de conflito latente e manterem o equilíbrio intra e intercomunitário**. Assim, a circulação de certos artefactos bem tipificados da Pré-história recente (por ex., cerâmica

<sup>53</sup> Schiffer, M. (1976) *Behavioural Archaeology...*; Wobst, H.M. (1977), *Stylistic behaviour...*, pp. 317-342; Hodder, I. (1979), *Economic and social stress...*, pp. 446-454; *idem* (1982), *Theoretical archaeology...*, pp. 1-16; *idem* (1982), *Symbols in Action...*; Plog, S. (1978), *Social Interaction...*, pp. 144-182; *idem* (1980), *Stylistic Variation...*

<sup>54</sup> Hodder, I. (1982), *Symbols in Action...*, pp. 37-86.

campaniforme ou de *tipo Baiões*, punhais de lingueta, pontas de tipo Palmela, machados de cobre ou bronze, etc.) poderia ter aumentado na mesma proporção do nível de competição entre as populações, pelo menos, em certos casos. Neste sentido, a delimitação geográfica dos *territórios de semelhança estilística* de certos objectos não deverá corresponder linearmente a áreas culturalmente homogêneas, mas tão só a regiões por onde circulam certos *items* sócio-técnicos.

Nestas circunstâncias, mencionar a existência de *influências* atlânticas, mediterrânicas ou outras, no Norte de Portugal, durante a Pré-história recente, só ganhará pleno sentido quando, para além da constatação de semelhanças tipológicas entre testemunhos materiais, for possível determinar a especificidade das estruturas sociais que permitiram a sua ocorrência.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO-GORBEA, M. (1972), La espada de Guadalajara y sus paralelos peninsulares, *T.P.*, 29, pp. 55-82.
- Idem* (1976), La espada de Entrambasaguas. Aportación a la secuencia de las espadas del Bronce en el Norte de la Península Iberica, *XI Aniversario del Centro de Estudios Montañeses*, Institucion Cultural de Cantabria, pp. 455-475.
- Idem* (1977), *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*, Madrid, C.S.I.C., «Bibliotheca Praehistorica Hispana».
- Idem* (1986), Bronce Final y Edad del Hierro. La formación de las etnias y culturas prerromanas, *Historia de España*, 1, *Prehistoria*, Madrid, Ed. Gredos, pp. 350-532.
- ALMEIDA, C.A. FERREIRA DE (1974), Cerâmica castreja, *Rev. de Guimarães*, LXXIV, pp. 171-197.
- ARNOLD, D.E. (1985), *Ceramic Theory and Cultural Process*, Cambridge University Press, «New Studies in Archaeology».
- BARKER, G. (1985), *Prehistoric Farming in Europe*, Cambridge University Press. «New Studies in Archaeology».
- BINFORD, L.R. (1982), Meaning, inference and the material record, *Ranking, Resource and Exchange* (eds. C. Renfrew e S. Shennan), Cambridge University Press, pp. 160-163.
- Idem* (1984), *In Pursuit of the Past. Decoding the archaeological record*, London, Thames and Hudson.
- BLANCE, B. (1971), *Die Anfänge der Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel*, Berlin, Gebr. Mann Verlag, Römisch-Germanisches Zentralmuseum.
- BRADLEY, R. (1978), *The Prehistoric Settlement of Britain*, London, Routledge and Kegan Paul.
- Idem* (1984), *The Social Foundations of Prehistoric Britain*, London, Longman.
- Idem* (1985), Exchange and social distance – the structure of bronze artefact distributions, *Man*, nº 20, pp. 691-704.
- Idem* (1985), The archaeology of deliberate deposits, *Consumption, Change and the Archaeological Record*, Univ. Edinburgh, Occasional Paper nº 13, pp. 21-43.
- BRIARD, J. (1965), *Les Dépôts Bretons et l'Âge du Bronze Atlantique*, Rennes, Université de Rennes.
- Idem* (1976), *L'Âge du Bronze en Europe Barbare — des mégalithes aux Celtes*, Toulouse, Ed.

- des Hespérides.
- Idem* (1984), *Les Tumulus d'Armorique*, Paris, Picard, «L'Âge du Bronze en France», 3.
- BURGESS, C. e SHENNAN, S. (1976), The Beaker phenomenon: some suggestions, *Settlement and Economy in the Third and Second Millennia B.C.* (eds. C. Burgess e R. Miket), Oxford. B.A.R., 33, pp. 309-326.
- CALO LOURIDO, F. e SIERRA RODRÍGUEZ, X.C. (1983), As orixenes do Castrexo no Bronce Final, *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Univ. de Santiago de Compostela, pp. 19-86.
- CARNEIRO, R.L. (1970), A theory of the origin of the state, *Science*, 169, pp. 733-738.
- CHAMPION, T. et alli (1984), *Prehistoric Europe*, London, Academic Press.
- CHAPMAN, R.W. (1985), The later prehistory of Western Mediterranean Europe; recent advances, *Advances in World Archaeology*, 4, London, Academic Press, pp. 115-187.
- Idem* (1987), «Once upon a time in the West»: some observations on Beaker studies, *Bell Beakers of the Western Mediterranean* (eds. W.H. Waldren e R.C. Kennard), B.A.R., «International Series», 331, pp. 61-79.
- CLARKE, D.L. (1976), The Beaker network – social and economic models, *Glockenbecher Symposium Oberried, 1974*, (eds. J.N. Lanting e J.D. van der Waals), pp. 460-475.
- COFFYN, A. (1985), *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Diffusion de Boccard, Publ. du Centre P. Paris, 11, Coll. Maison Pays Ibér., 20.
- Idem et alii* (1981), *L'Apogée du Bronze Atlantique. Le dépôt de Vénat*, Paris, Picard, «L'Âge du Bronze en France», 1.
- COLES, J.M. (1981), Metallurgy and Bronze Age Society, *Studien zur Bronzezeit. Festschrift für W.A. von Brunn* (ed. H. Lorenz), Mainz, pp. 95-105.
- Idem* (1982), The Bronze Age in Northwestern Europe: problems and advances, *Advances in World Archaeology*, 1 (eds. F. Wendorf e A.E. Close), London, Academic Press, pp. 266-322.
- Idem* e HARDING, A.F. (1979), *The Bronze Age in Europe. An introduction to the Prehistory of Europe c. 2.000–700 B.C.*, London, Methuen & Coltd.
- CRIADO BOADO, F. e VÁSQUEZ VARELA, J.M. (1982), *La Cerámica Campaniforme en Galicia*, Coruña, «Cuad. Sem. Sargadelos», 42.
- DELIBES DE CASTRO, G. (1977), *El Vaso Campaniforme en la Meseta Norte Española*, Univ. de Valladolid.
- Idem* (1980), Un presunto deposito del Bronce Final del Valle de Vidriales (Zamora), *T.P.*, 37, pp. 221-246.
- Idem* (1985), El Calcolítico. La aparición de la metalurgia, *Historia de Castilla y León, La Prehistoria del Valle del Duero*, 1, Valladolid, Ed. Ambito, pp. 36-52.
- Idem* e FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. (1981), La tumba de Celada de Roblecado, Palencia) y los inicios del Bronce Antiguo en el valle medio y alto del Pisuerga, *T.P.*, 38, pp. 153-188.
- Idem* e MUNICIO, L. (1981), Apuntes para el estudio de la secuencia campaniforme en el oriente de la Meseta Norte, *Numancia*, pp. 65-82.
- Idem et alii*, (1982), Espadas del Bronce Antiguo y Medio halladas en la provincia de León, *Zephyrus*, XXXIV-XXXV, pp. 153-164.
- Idem* e FERNÁNDEZ MANZANO, J. (1983), Calcolítico y Bronce en Tierras de León, *Lancia*, 1, pp. 19-81.
- EARLE, T.K. e ERICSON, J.E. (1977), *Exchange Systems in Prehistory*, New York, Academic Press.
- ELUÈRE, C. (1982), *Les Ors Préhistoriques*, Paris, Picard, «L'Âge du Bronze en France», 2.

- FÁBREGAS VALCARCE, R. e FUENTE ANDRÉS, F. de la (1988), *Aproximaciones a la Cultura Material del Megalitismo Gallego: La Industria Lítica Pulimentada y el Material Cerámico*, Univ. Santiago de Compostela, «Arqueohistorica», 2.
- FERNÁNDEZ MANZANO, J. (1985), La Edad del Bronce. La consolidación de la metalurgia y sus implicaciones socioeconómicas, *Historia de Castilla y León, La Prehistoria del Valle del Duero*, 1, Valladolid, Ed. Ambito, pp. 54-81.
- Idem* (1986), *Bronce Final en la Meseta Norte Española: el Utilage Metálico*, Soria, Junta de Castilla y León, Consejería de Educacion y Cultura.
- FERNÁNDEZ-POSSE y de Arnaiz, M.D. (1980), *El Final de la Edad del Bronce en la Meseta Norte: la Cultura de Cogotas I*, Univ. de Granada.
- Idem* (1986), La Cultura de Cogotas I, *Homenaje a Luis Siret (1934-1984)*, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, Dirección General de Bellas Artes, pp. 476-487.
- GIBSON, A.M. (1982), *Beaker Domestic Sites. A Study of the Domestic Pottery of the Late Third and Early Second Millenia B.C. in the British Isles*, Oxford, B.A.R., «British Series», 107 (1).
- GILMAN, A. (1981), The development of social stratification in Bronze Age Europe, *Current Anthropology*, 22, pp. 1-8.
- GUILAINE, J. (1984), La civilisation des gobelets campaniformes dans la France Méridionale, *L'Âge du Cuivre Européen, Civilisations à Vases Campaniformes*, Paris, C.N.R.S., pp. 175-186.
- HARBISON, P. (1967), Mediterranean and atlantic elements in the Early Bronze Age of Northern Portugal and Galicia, *M.M.*, 8, pp. 100-122.
- HARDING, A. (1976), Bronze agricultural implements in Bronze Age Europe, *Problems in Economic and Social Archaeology* (eds. G. de G. Sieveking, I.H. Longworth e K.E. Wibun), London, Duckworth, pp. 513-522.
- HARRISON, R.J. (1974), Ireland and Spain in the Early Bronze Age – fresh evidence for Irish and British contacts with the proto-atlantic Bronze Age in Spain in the second millenium B.C., *Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland*, 104, pp. 52-73.
- Idem* (1974), A closed find from Cañada Rosal, Prov. Sevilla and two bell beakers, *M.M.*, 15, pp. 77-94.
- Idem* (1980), *The Beaker Folk – Copper Age Archaeology in Western Europe*, London, Thames and Hudson.
- Idem* (1984), Nuevas bases para el estudio de la paleoeconomía de la Edad del Bronce en el Norte de España, *Scripta Praehistorica (Francisco Jordá-Oblata)*, Salamanca, pp. 287-316.
- Idem* e MORENO LÓPEZ, G. (1985), El policultivo ganadero o la revolución de los productos secundarios, *T.P.*, 42, pp. 51-82.
- HERNÁNDO GONZALO, A. (1983), La orfebrería durante el Calcolítico y el Bronce Antiguo en la Península Ibérica, *T.P.*, 40, pp. 85-138.
- HODDER, I. (1979), Economic and social stress and material culture patterning, *American Antiquity*, 44, pp. 446-454.
- Idem* (1982), *The Present Past. An introduction to Anthropology for Archaeologists*, London, B.T. Batsford Ltd.
- Idem* (1982), Theoretical archaeology: a reactionary view, *Symbolic and Structural Archaeology* (ed. I. Hodder), Cambridge University Press, «New Directions in Archaeology», pp. 1-16.
- Idem* (1982), *Symbols in Action. Ethnoarchaeological Studies of Material Cultures*, Cambridge University Press, «New Studies in Archaeology».



- Idem* (1986), *Reading the Past, Current Approaches to Interpretation in Archaeology*, Cambridge University Press.
- JORGE, SUSANA O. (1986), *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar*, Porto, Instituto de Arqueologia da F.L.U.P. (3 vols.).
- Idem* (1988), *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, *Monografias Arqueológicas*, 2.
- JORGE, VÍTOR O. (1985), Les monuments mégalithiques du Nord du Portugal, *Groupe Vendéen d'Études Préhistoriques*, nº14.
- Idem* (1985), «Cultura» (ficha extra-texto), *Arqueologia*, 12.
- Idem* (1987), Em torno das implicações do conceito de cultura em Arqueologia, *Projectar o Passado. Ensaios sobre Arqueologia e Pré-história*, Lisboa, Ed. Presença, pp. 69-73.
- KALB, Ph. (1980), Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58, pp. 25-59.
- Idem* (1980), O «Bronze Atlântico» em Portugal, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. I, Guimarães, Soc. Martins Sarmiento, pp. 113-120.
- KUNST, M. (1987), Bell beaker sherds in Zambujal, *Bell Beakers of the Western Mediterranean* (eds. W.H. Waldren e R.C. Kennard), Oxford, B.A.R., «International Series», 331, pp. 591-601.
- LEVY, J.E. (1982), *Social and Religious Organisation in Bronze Age Denmark. An analysis of ritual hoard finds*, Oxford, B.A.R., «International Series», 124.
- LÓPEZ PLAZA, E.M.S. (1978), *Comienzos del Eneolítico Protourbano en el SO de la Meseta Norte*, Salamanca, Univ. de Salamanca.
- Idem* e SANTOS, J. (1984/85), Alabarda y puñales de lengüeta y remaches procedentes del SO de la Cuenca del Duero, *Zephyrus*, XXXVII-XXXVIII, pp. 255-264.
- MARTINS, MARIA MANUELA DOS REIS (1987), *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, Braga, Univ. do Minho (diss. de doutor., policop., 4 vols.).
- MONTEAGUDO, L. (1977), *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*, München, «Prahistorische Bronzefunde», IX, Band 6.
- MUCKELROY, K. (1981), Middle Bronze Age trade between Britain and Europe: a maritime perspective, *Proceedings of Prehistoric Society*, 47, pp. 275-297.
- PEEBLES, C.S. e KUS, S. (1977), Some archaeological correlates of ranked societies, *American Antiquity*, 42, pp. 421-448.
- PLOG, S. (1978), Social interaction and stylistic similarity: a reanalysis, *Advances in Archaeological Method and Theory*, 1 (ed. M.B. Schiffer), New York, Academic Press, pp. 144-182.
- Idem* (1980), *Stylistic Variation in Prehistoric Ceramics. Design Analysis in the American Southwest*, Cambridge University Press, «New Studies in Archaeology».
- RENFREW, C. (1969), Trade and cultural process in European Prehistory, *Current Anthropology*, 10, nº2, pp. 1-11.
- Idem* (1974), Beyond a subsistence economy: the evolution of social organisation in Prehistoric Europe, *Reconstructing Complex Societies. An Archaeological Colloquium* (ed. C.B. Moore), pp. 69-95.
- Idem* (1975), Trade as action at a distance, *Ancient Civilization and Trade* (eds. J.A. Sabloff e C.C. Lamberg-Karlovsky), Albuquerque, Univ. New Mexico Press, School of American Research, pp. 3-59.
- Idem* (1982), Polity and power: interaction, intensification and exploitation, *As Island Polity: the Archaeology of Exploitation in Melos* (eds. C. Renfrew e J.M. Wagstaff), Cambridge

- University Press, pp. 264-290.
- Idem* (1986), Introduction: peer polity interaction and socio-political change, *Peer Polity Interaction and Social-Political Change* (eds. C. Renfrew e J.F. Cherry), Cambridge University Press, «New Directions in Archaeology», pp. 1-18.
- ROWLANDS, M.J. (1976), *The Organisation of Middle Bronze Age Metalworking*, Oxford, B.A.R., «British Series», 31.
- Idem* (1980), Kinship, alliance and exchange in the European Bronze Age, *Settlement and Society in the British Latter Bronze Age* (eds. J.C. Barret e R.J. Bradley), Oxford, B.A.R., «British Series», 83, p. 15-55.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1984), *La Península Ibérica y sus Relaciones con el Círculo Cultural Atlántico*, Madrid, Univ. Complutense (políc., 2 vols.).
- Idem* (1984), Reflexiones terminológicas en torno a la Edad del Bronce peninsular, *T.P.*, 41, pp. 323-342.
- Idem* (1986), Navegación y comércio entre el Atlántico y el Mediterráneo a fines de la Edad del Bronce, *T.P.*, 43, pp. 9-42.
- Idem* (1987), Bronce Atlántico y «cultura» del Bronce Atlántico en la Península Ibérica, *T.P.*, 44, pp. 251-264.
- RUIZ ZAPATERO, G. (1985), *Los Campos de Urnas del Nordeste de la Península ibérica*, Madrid, Univ. Complutense.
- SANCHES, MARIA DE JESUS (1987), O Buraco da Pala – um abrigo pré-histórico no concelho de Mirandela (Notícia preliminar das escavações de 1987), *Arqueologia*, 16, pp. 58-77.
- Idem* e JORGE, VÍTOR O. (1987), A «estátua-menir» da Bouça (Mirandela), *Arqueologia*, 16, pp. 78-82.
- SCHIFFER, M. (1976), *Behavioural Archaeology*, New York, Academic Press.
- SCHUBART, H. (1975), *Die Kultur der Bronzezeit in Südwestern der Iberischen Halbinsel*, Berlin, Walter de Gruyter e Co., «Madrider Forschungen», 9.
- SHENNAN, S.J. (1978), Archaeological «cultures»; an empirical investigation, *The Spatial Organisation of Cultures*, (ed. I. Hodder), London, Duckworth, «New Approaches in Archaeology», pp. 113-140.
- Idem* (1982), Ideology, change and the European Early Bronze Age, *Symbolic and Structural Archaeology* (ed. I. Hodder), Cambridge University Press, «New Directions in Archaeology», pp. 155-161.
- Idem* (1986), Interaction and change in third millennium BC western and central Europe, *Peer Polity Interaction and Socio-political Change* (eds. C. Renfrew e J.F. Cherry), Cambridge University Press, pp. 137-148.
- SHERRATT, A.G. (1981), Plough and pastoralism: aspects of the secondary products revolution, *Pattern of the Past* (eds. I. Hodder, G. Isaac e N. Hammond), Cambridge University Press, pp. 261-306.
- SIERRA RODRIGUEZ, J.C. e VÁSQUEZ VAAMONDE, A.J. (1984), *El Depósito del Bronce Final de Samieira*, Orense, Boletín Auriense, Anexo 2, Museo Arqueológico Provincial.
- SILVA, ARMANDO COELHO F. DA (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira/Museu Arqueológico de Sanfins.
- SØRENSEN, MARIE LOUISE STIG (1987), Material order and culture classification: the role of bronze objects in the transition from Bronze Age to Iron Age in Scandinavia, *The Archaeology of Contextual Meanings*, (ed. I. Hodder), Cambridge University Press, «New Directions in Archaeology», pp. 90-101.

WOBST, H.M. (1977, Stylistic behaviour and information exchange, *Papers for the Director: Research Essays in Honor of James B. Griffin* (ed. C.E. Cleland), Univ. Michigan, «Anthropological Papers of the Museum of Anthropology», 61, pp. 317-342.

Abreviaturas utilizadas: — *M.M.* - Madrider Mitteilungen  
— *T.P.* - Trabajos de Prehistoria

## DEBATE

**Ramón Fábregas Valcarce** — Chamou-me a atenção o tema das influências. Efectivamente penso que se tem empregado esse conceito com excessiva facilidade; pessoalmente também terei alguma vez pecado nesse aspecto. De qualquer modo, acho que talvez se possa usar esse conceito de "influências", desde que se não entenda como sinónimo de uma semelhança cultural entre áreas diferentes em função de coincidências ou de semelhanças estilísticas nos artefactos, ou que não se considere que pelo facto de existirem essas similitudes estilísticas estamos perante grupos num estádio social semelhante. Neste sentido penso que é muito oportuno este comentário da conferência. Ora, eu entendo que de qualquer forma é importante manejar o conceito de "influências", no sentido da existência de comunidades que possuam redes de intercâmbio inter-regionais e pelo menos em alguns casos implicando a presença de elites que precisem de possuir objectos ou matérias-primas que se não podem encontrar na área envolvente do grupo em que se encontram. Nesse sentido, é significativa a existência, em determinados momentos, de influências, e mesmo em momentos relativamente antigos da Pré-história recente do Noroeste, tanto da Galiza como do Norte de Portugal, de influências mediterrânicas ou quiçá atlânticas, que estão representadas pela presença de certos objectos.

**Susana Oliveira Jorge** — O problema está em como interpretar, no registo arqueológico, os problemas que tu colocas, não é? É que nós, em Pré-história, só lidamos com testemunhos arqueológicos. O problema que, por ex., eu foquei na minha tese, o das chamadas "influências" meridionais no Norte de Portugal, tem um sentido com certeza muito diverso do das "influências" expressas em objectos metálicos da Idade do Bronze, que aparecem também aqui, evidentemente. Ou seja, o problema surge porquê? Em primeiro lugar, porque as sociedades do III<sup>o</sup> milénio são sociedades onde as estruturas sociais e económicas estão muito interligadas e onde não é possível separar — no Bronze Final também não, mas então no III<sup>o</sup> milénio é que é impossível mesmo — o que é social do que é económico, do que é simbólico: tudo está profundamente interligado. Então, o tipo de contactos, de redes, de alianças que se estabelecem no III<sup>o</sup> milénio para dar origem a cerâmicas "oculadas" no Noroeste, por ex., qual é? Não sabemos. Mas, já relativamente ao Bronze final, temos mais dados... enfim, também não sei muito bem como era, mas prefigura-se na minha mente uma rede de contactos que justifica, de uma maneira para mim mais clara, a presença, por exemplo, de cerâmica de tipo Baiões, aqui na Bouça do Frade, ou noutros povoados. Ou seja, o mecanismo que está por detrás da difusão de determinados materiais, no Bronze Final, é mais explícito, nós conhecemo-lo melhor, do que o mecanismo que

subjaz à difusão de contas de colar de variscite ou de padrões estilísticos na decoração das cerâmicas... tudo isso é muito mais difícil de compreender, ou seja, a realidade social que está por detrás... O problema básico é esse: um arqueólogo da Pré-história tem de tentar descodificar os testemunhos arqueológicos a nível social. Não vamos todo o tempo falar só de objectos, vamos tentar compreender. Aliás, é remando um pouco contra a maré que eu venho colocar às vezes certos problemas, ousadamente. Porque por vezes para se colocar problemas tem de se ser ousado, não há suporte documental para se confirmar, ou até por vezes, para se discutir, certos problemas, mas paciência...

**Maria de Jesus Sancheš** — Em primeiro lugar, devo felicitar a Doutora Susana Jorge pela sua excelente conferência sobre a Idade do Bronze, porque eu, que estou ligada a problemas da Pré-história mais antiga, dificilmente ouço uma conferência deste tipo, porque as pessoas geralmente especializam-se em determinadas áreas mais restritas; felicito-a também pelo tipo de problemas que levantou, pois acho que isso é o mais importante, levantar problemas e tentar equacioná-los em novos moldes. Quando falou na passagem do III<sup>o</sup> ao II<sup>o</sup> milénio e na emergência de elites baseada na posse e transmissão da terra, eu ponho uma questão: as elites não poderão fundamentar-se na posse ou aquisição de outros bens que não directamente a terra? Eu já discuti isto com a Doutora Susana Jorge, e é mais uma achega para a assistência. Porque noutras regiões europeias, por ex., no Sudoeste da Escócia, nota-se que grandes monumentos megalíticos são erguidos neste período, quando há competitividade pela terra. Mas eles podem surgir não apenas ligados à posse da terra arável, fértil, mas também ligados à posse, por ex., de pedreiras de sílex, de transacção de sílex, ou de outras matérias-primas consideradas importantes no momento. A questão que eu ponho é se não seria importante investigar na Pré-história recente do Noroeste, outras motivações que terão conduzido à emergência do poder neste período, obviamente fundamentando-nos primeiro, não propriamente na posse e transmissão da terra por si, mas naquilo que ela permite: uma auto-suficiência.

**S.O.J.** — A melhor resposta para essa questão — com a qual estou de acordo — pode ser dada através de um exemplo. No povoado da Pastoria, quando aparece cerâmica campaniforme (que, como sabes, é de um tipo antigo), ela ocorre em simultâneo com o aparecimento, pela primeira vez no povoado, de objectos de cobre arsenical de tipologia calcolítica e de indícios de actividades têxteis (pelo menos aparecem os pesos de tear). Há um autor, como sabes, que é António Gilman, que tem um texto, que deu muita polémica, sobre a origem da Idade do Bronze e da estratificação social na Europa; é um autor da escola marxista, no entanto teve o mérito de despoletar a discussão em torno das causas da emergência dos inícios da Idade do Bronze na Europa. Ele considera que a emergência da diferenciação social radica na terra e na posse da terra e é essa posse em si mesma que constitui o motor que despoleta o processo das sociedades hierarquizadas da Idade do Bronze. Outros autores, que vieram fazer o *reply* a esta conferência, como Shennan, Chapman, etc., etc., dizem que não é possível estabelecer uma causa primeira que faça despoletar um processo social. Ou seja, se a intensificação económica, agrícola, se o investimento na terra é importante para a ascensão de uma

elite que controla não só o investimento nessa terra, mas também a força de trabalho humano para que essa terra seja produtiva a prazo, se isso é uma evidência, depois as elites para se manterem têm que se rodear de um aparato de poder que simbolicamente tenha uma função de "constrangimento" sobre as populações. E esse aparato de poder é muitas vezes baseado em objectos de matérias-primas raras, como a variscite, o cobre, e eventualmente outras matérias-primas que não deixaram rasto no registo arqueológico. Não é possível distinguir a emergência das sociedades hierarquizadas da Idade do Bronze, o processo de acesso à terra, do processo de controlo, de busca de matérias-primas, que constituem precisamente esse aparato de poder. Estou de acordo contigo, evidentemente. Aliás, essas atitudes um pouco "maniqueístas" à Gilman — por mais consideração que eu tenha pelo Gilman — são facilmente desmontadas.

**Maria Manuela Martins** — Eu gostaria de pôr duas questões à Doutora Susana e dar uma 'acheга' em relação a um problema que ela colocou, sobre a questão da continuidade/descontinuidade da ocupação dos povoados fortificados.

Em termos técnicos e culturais esse período não poderá ser assim definido. Portanto eu aceito, digamos, as duas etapas Bronze Inicial, Bronze Final. Mas, eu coloco esta questão pelo seguinte: é que é sabido que muitos povoados ocupados durante o I<sup>o</sup> milénio possuem cerâmicas que vêm, digamos, numa tradição das chamadas cerâmicas metopadas que tu encontras (portanto, no III<sup>o</sup> — inícios do II<sup>o</sup> milénio). É evidente que não têm sido, tanto quanto sei, detectados níveis de ocupação desses períodos nos povoados, ou seja, em situações relativamente estratégicas nos vales — que é o caso da maioria dos povoados — e digamos que há uma descontinuidade, um abandono desses sítios, muitos dos quais vão depois ser reocupados no Bronze Final. Portanto há um hiato em termos de povoamento desses locais, mas parece haver também um grande hiato em termos genéricos no Noroeste português, porque o período entre, digamos, 1500 e 1000, não tem vestígios de povoados, pelo menos eu não conheço. A outra questão que eu gostaria de colocar... não sei se me sabes responder a esta, talvez ninguém saiba, mas de toda a maneira, talvez possamos entrar em diálogo...

**S.O.J.** — Eu não percebi muito bem a que cerâmicas metopadas te referes.

**M.M.M.** — O que eu queria dizer é que existe um número considerável de povoados que...

**S.O.J.** — Do Bronze Final?

**M.M.M.** — Não. Que serão de um Calcolítico ou de um Bronze Inicial, ao qual se sucede um abandono desses sítios; portanto, esses sítios foram presumivelmente ocupados ainda durante o Bronze Inicial, mas abandonados e só reocupados muito mais tarde no Bronze Final, a partir do I<sup>o</sup> milénio. É o caso de S. Julião, é o caso de Faria, é o caso de muitos outros que tu conheces. Portanto a questão que eu coloco é digamos que se esses locais, que são locais estratégicos, foram abandonados, onde é que tu suporás que poderemos encontrar os povoados do Bronze Médio, visto que é um período de alguns séculos que não está coberto por vestígios de ocupação.

S.O.J. — É uma boa pergunta; mas não sei.

M.M.M. — Ora a outra questão que eu gostava de colocar é a seguinte...

S.O.J. — É evidente que essa questão também se poderia colocar, em parte, para o Bronze Antigo...

M.M.M. — Em relação ao Bronze Antigo, ainda poderemos admitir uma ocupação de alguns cabeços, a avaliar pelas cerâmicas que aí se encontram presentes.

S.O.J. — Eu, para o Bronze Antigo, em termos de povoados, conheço níveis de habitação de tradição calcolítica.

M.M.M. — E onde inserias esses materiais que aparecem em sítios que mais tarde serão "castros"?

S.O.J. — Eu não tenho datas de C 14, nem tenho qualquer cronologia relativa, que me ligue esse chamado Bronze Inicial, ou seja, os inícios do II<sup>o</sup> milénio a.C. ao Bronze Final. O único povoado que eu escavei, onde há uma sequência estratigráfica, aliás muito importante, é o Castelo de Aguiar, que, como sabes, tem níveis do III<sup>o</sup> milénio a.C., depois tem níveis dos inícios do II<sup>o</sup> milénio a.C. e, debaixo de uma muralha romana, há níveis com cerâmicas da Idade do Bronze. Não sei de que época são. Articulada com estes havia uma estrutura sobre a qual existia cerâmica brunida carenada e cerâmica de "tipo Baiões". Quer dizer, eu não consigo, para esse povoado, estabelecer a sequência cronológica entre os níveis dos inícios do II<sup>o</sup> milénio e os níveis do Bronze Final, e que eu sei que são do Bronze Final apenas porque me aparecem lá cerâmicas brunidas carenadas e de tipo Baiões. Como sabes, um outro grande problema que aqui não foi focado — não se pode focar tudo — é que a cultura material, por exemplo, as cerâmicas domésticas do Bronze Final são muito variadas. Eu não consigo, mesmo ao nível da bacia do Ovil (para os povoados conhecidos) estabelecer uma tipologia comum. Quer dizer, consigo, se fizer uma tabela de 15 ou 20 formas! As cerâmicas são muito diferentes de povoado para povoado. Claro que há coisas comuns: elas são pouco decoradas, as decorações são sobretudo plásticas, são vasos muitas vezes de fundo plano, mas as formas são muito diversas e há decorações também muito diversas. Portanto, a cerâmica não é um índice cronológico fiável. Só posso estabelecer cronologias através de elementos excepcionais, como cerâmicas brunidas ou objectos metálicos. Como os objectos metálicos me faltam sistematicamente nos povoados, restam-me as cerâmicas de tipo Baiões. Como elas também não aparecem com grande frequência, isto dificulta a interpretação cronológica. Eu não sei qual é a cronologia de Monte Calvo, embora suspeite que seja do Bronze Final; agora, adentro do Bronze Final, eu não sei em que época se integra. Castelo de Matos e Alto da Caldeira têm cerâmicas brunidas, logo aí já os posso colocar dentro do Bronze Final, e particularmente na fase que eu acho que é posterior a 1000. Mas já a Lavra, um povoado que a Maria de Jesus Sanches está a escavar, coloca problemas de integração cronológica. Logo, eu não sei responder à questão inicial. Mas também te digo que não é um problema específico do Norte de Portugal nem do Noroeste. Tu vais ver e toda a fachada

atlântica europeia tem esse problema: não se sabe onde é que estão os povoados do Bronze Médio. Estão agora a começar a ser descobertos. No Bronze Médio há uma desvalorização, em termos arqueológicos...

M.M.M. — Não só dos sepulcros mas também dos povoados...

S.O.J. — É uma valorização dos depósitos: isto, na fachada atlântica europeia; aqui não sabemos.

M.M.M. — Aqui nem dos depósitos.

S.O.J. — Aqui nem isso.

M.M.M. — A outra questão que eu gostaria aqui de colocar, mais para ser discutida, é o problema da dualidade de tipo de povoados ou de modelos de povoados no Bronze Final. Parece que temos de facto uma realidade de povoados abertos, que têm sido investigados aqui no Norte de Portugal mais sistematicamente na Serra da Aboboreira, embora se conheçam outros identificados mas não sistematicamente escavados; portanto, são os chamados povoados que fornecem um número considerável de fossas. E tu chamaste a atenção para um aspecto importante que é o seguinte: falaste na auto-suficiência das comunidades. Eu pergunto-me se estamos perante comunidades só auto-suficientes ou perante comunidades já com excedentes, dada a quantidade considerável dessas estruturas de armazenamento. E então eu perguntaria, talvez arriscando um pouco (e estou a ver neste caso particular a Serra da Aboboreira, onde existe uma série de povoados deste tipo), se estes povoados se estruturariam num conjunto, numa rede mais complexa de produção de excedentes alimentares, articulando-se com outros povoados já fortificados ou que ocupariam posições de destaque, digamos, em termos estratégicos, que poderiam ser (embora não descobertos) os povoados que explorariam não só o acesso às jazidas, como também a produção metalúrgica e os corredores comerciais. É que me parece de facto (aliás essa questão já a debatemos noutras alturas) pouco provável que povoados como os da Serra da Aboboreira, portanto esses povoados com fossas, pudessem ter uma produção metalúrgica, e a acumulação de objectos também não é tão significativa que demonstre uma grande hierarquização social. Portanto, a questão que eu colocava é: não estaremos nesta dualidade de situações de povoamento perante já uma hierarquização alargada, ou relativamente alargada, de povoados que teriam tido necessidade de se fortificar, ou que se teriam fortificado para impor um *status* socio-económico particular e que controlariam mais a produção metalúrgica, e povoados abertos que poderiam vir na continuidade da ocupação de um Bronze Médio, dependentes daqueles?

S.O.J. — Lendo o texto que eu escrevi, não sei se fui muito explícita ou muito feliz na utilização da expressão "auto-suficiência da subsistência básica"... refiro-me não apenas em termos de sítio mas em termos de regiões e, logo, está implícito que eu considero a possibilidade de certos povoados abastecerem, digamos assim, uma região. Há aqui um conceito que eu acho que é fundamental: em qualquer época, mas no Bronze Final em particular, devemos para cada região tentar definir *sistemas de povoamento*.



Uma vez, falando com a Philine Kalb, ela disse-me que em alemão se usa para isso uma palavra específica, que tem um conteúdo próprio. Ou seja, uma determinada região homogênea inclui povoados que são sincrónicos, contemporâneos, e que estão relacionados entre si por diversos laços de natureza económica e social e onde pode haver, evidentemente, hierarquização de habitats. Não só hierarquização como diferenciação funcional dos povoados: por ex., povoados que têm uma vocação agro-pastoril mais acentuada e outros que têm uma função metalúrgica. Quando digo função metalúrgica, é evidente que aceito que esses povoados também teriam de sobreviver através de uma economia agro-pastoril, dependendo eventualmente de outros povoados, que esses, sim, teriam essa função exclusiva. Está explícita no meu texto evidentemente a questão dos excedentes e a possibilidade de uma hierarquização dos povoados.

M.M.M. — Bom, isso é um dado fundamental, porque realmente cada vez mais nós temos que abandonar as ideias feitas com base no estudo de sítios isolados e entre regiões relativamente longínquas e apostar de facto em trabalhos de âmbito regional, sistemáticos e consequentes. Eu queria apenas, até porque não desejo monopolizar o tempo, dar uma achega ao problema que tu colocaste da ocupação de povoados com preocupações defensivas ou fortificados, desde os inícios do I<sup>o</sup> milénio, que teriam tido, por força de uma situação que se instala no Mediterrâneo, que proceder a uma reorientação económica e social. Tu pões mesmo a hipótese de que os séculos VII e VI tenham sido séculos críticos no Noroeste e aparentemente essa situação crítica pode ter conduzido ao abandono de alguns povoados evidentes de que tu falaste e a uma descontinuidade em termos de estruturas e de tipologia. Ora, tanto quanto eu pude avaliar nas escavações que fiz isso é exacto. Só que — e eu chamo aqui a atenção para este aspecto particular — é extremamente difícil datar os materiais destes séculos, porque, com excepção de uma franja litoral em que aparecem materiais exógenos, e portanto que oferecem elementos de datação, são escassas ou completamente inexistentes as datações deste período (existem muito mais para o Bronze Final) e portanto são extremamente difíceis de datar as cerâmicas locais. Existe de facto uma modificação no repertório cerâmico, que é extremamente difícil de se saber se se processou no séc. VII, no séc. VI, ou no séc. V. Eu penso que no campo da Arqueologia, digamos, dos castros, continuamos a lidar ainda com cronologias excessivamente grosseiras e portanto com grandes dificuldades em precisar estas *nuances* que tu queres, de certo modo, salientar com este problema e que eu penso que tem toda a acuidade.

Armando Coelho Ferreira da Silva — Era para esclarecer um bocado o debate, na fase em que se encontra. Parece que há particular dificuldade em datar as cerâmicas, quando não há elementos estranhos. Eu, a propósito do trabalho que fiz no Coto da Pena... faço uma pergunta a respeito do texto da Susana, porque não sei o que isto quer dizer, na pág. 29: "reocupados sem descontinuidade".

S.O.J. — Se eu bem entendi (mas se entendi mal fazes o favor de me emendar), na tua tese afirmas que há uma continuidade de ocupação desde o Bronze Final até épocas posteriores durante a Idade do Ferro.

A.C.F.S. — No povoado do Coto da Pena, nesse povoado em concreto, não há nenhuma reocupação. Há uma ocupação contínua. Não há reocupação, não há descontinuidade.

S.O.J. — Pois, é essa a ideia que eu tenho. Mas, pergunto, há uma ocupação contínua em termos de estruturas habitacionais?

A.C.F.S. — Há uma mudança, mas que ocorre pelo séc. V-IV.

S.O.J. — Portanto, até lá não há?

A.C.F.S. — Até lá não há.

S.O.J. — E os objectos que tu associas aos sécs. VII, VI, não variam?

A.C.F.S. — Não variam. Não encontro nenhuma fase definida. Há efectivamente no Séc. V para o VI uma mudança de estruturas, etc....

S.J.D. — Podes datar de uma maneira absolutamente segura os níveis dos sécs. VII-VI?

A.C.F.S. — Os níveis que datei pertencem ao mesmo conjunto em que apareceu a foice de talão, a fíbula tipo Alcores, os concheiros, as sementes, etc.; os objectos todos e a cerâmica bastante indiferenciada e também alguma cerâmica tipo Baiões.

S.O.J. — A cerâmica de "tipo Baiões" poderá ser datada de uma fase tão tardia?

A.C.F.S. — Para mim, pode! Até ao séc. V. Eu não consigo, naquele povoado, ver um corte da passagem da Idade do Bronze Final para a Idade do Ferro. Não consigo.

S.O.J. — Mas, repara, tu tens datas do séc X a.C. para níveis do Bronze Final.

A.C.F.S. — Eu não tenho datas. As datas de C14 apontam, as calibradas, para uma latitude maior, dão séc. XII – séc. VIII.

S.O.J. — Mas não falando em calibração, para falarmos sempre em datas não calibradas, tens datas de 900 e tal, se bem me lembro.

A.C.F.S. — Sim. Sim.

S.O.J. A.C.F.S. — Correspondem essas datações a um nível, segundo eu entendi, relative a este momento...

A.C.F.S. — A esse momento em que não há separação entre Bronze Final e Idade do Ferro.

S.O.J. — Mesmo em termos de cerâmicas comuns?

A.C.F.S. — Mesmo em termos de cerâmicas comuns.

S.O.J. — Que tipo de cerâmicas são?

A.C.F.S. — Eu podia mostrar-tas. São cerâmicas daquele género que apresentei na

minha tese, tipo Baiões, poucas, mas de formas globulares, de perfil em S, algumas com dedadas, com decoração plástica, mas pouca. De resto, são simples e sem qualquer espécie de decoração, na sua generalidade. Eu tenho até neste momento exposta toda a cerâmica de Baiões; são meia dúzia de formas que ali se encontram. Baiões acabou também num determinado momento, que nós não sabemos se foi no séc. VII, se no séc. VI. Depois foi reocupado noutra fase, noutra sítio. Por isso é que eu dizia que os factos podem ser diferentes de caso para caso, de região para região. Pode ser que o tratamento que nós estejamos a dar à bacia do Minho seja diferente dos problemas que surgem na bacia do Cávado ou na região da Aboboreira. Ora eu não encontrei — e esse era o depoimento que queria aqui deixar — qualquer testemunho de descontinuidade (julgo que na tese até escrevi "descontinuidade" para reafirmar melhor a continuidade entre o Bronze Final e a Idade do Ferro). Agora estamos a preparar a publicação do relatório das escavações, ainda não está pronto, e nessa altura se verá melhor. E é necessário. Mas as formas são relativamente reduzidas e o espólio não é muito, nem muito variado.

S.O.J. — Eu insisto nisto: havendo datas de C14, elas datam amostras provenientes de uma estratigrafia complexa ou simples?

A.C.F.S. — É simples.

S.O.J. — Então se é uma estratigrafia simples, e se tens datas do séc. X, como é possível que a ocupação desse nível se mantenha até ao séc. V?

A.C.F.S. — Décimo, mais ou menos 100.

S.O.J. — Sim. Mas apesar de tudo são datas muito antigas, não é? São as mais antigas, juntamente com as de S. Julião. Ora, se a estratigrafia é relativamente simples...

A.C.F.S. — Praticamente clara, para esse período.

S.O.J. — Simples e pouco espessa?

A.C.F.S. — Sim, pouco espessa.

S.O.J. — Portanto, então como é possível interpretar uma perduração até ao séc. V com aquelas datas?...

A.C.F.S. — Eu não sei efectivamente como é aquilo... é pouco espessa, vê-se com muita clareza um nível que só se diferencia relativamente aos outros porque é um concheiro que praticamente cobre toda esta área; a reocupação é atribuída ao séc. V-IV de acordo com as cerâmicas de importação que temos lá.

S.O.J. — O que vem por cima disso é séc. V?

A.C.F.S. — É séc.V. E se não for exagerado, V-IV.

S.O.J. — Mas, posso fazer uma pergunta? Sou uma pessoa que está de fora, que não leu a publicação que vai sair e onde evidentemente colocarás todos esses problemas. Se tu tens um nível do séc. X a.C., pouco espesso, e se por cima disso existe um nível que tu datas do séc. V, o que é que te faz afirmar que não houve descontinuidade de

ocupação?

A.C.F.S. — Porque as pessoas limpavam aquilo que iam habitando. Limpavam a casa... em muitos povoados acontece isso. As pessoas, claro, limpam a casa... se há fossa atiram os detritos para a fossa, se não há fossa não os atiram para aí.

S.O.J. — Mas as populações do séc. V podem "ter limpo" o que tinham a "limpar" e podem ter-se instalado sobre níveis do séc X. Não é? Podia ter acontecido.

A.C.F.S. — Julgo que não, porque a variabilidade dos utensílios, quer a foice de talão, a fíbula de tipo Alcores, os caldeiros de rebites, etc., que aparecem em número expressivo, e as cerâmicas, obrigam a uma certa latitude, dão uma certa latitude.

S.O.J. — Mas talvez não até ao séc. V?...

A.C.F.S. — Não tenho argumentos para que houvesse...

S.O.J. — Até aos sécs. VIII-VII ainda admito caldeiros e os restantes objectos...

A.C.F.S. — Eu coloquei esse nível na minha tese entre 900 e 700, se bem me recordo, e o período de 700 a 500 eu não sei se efectivamente é desses objectos, se é outro qualquer, ou se eles saíram dali.

S.O.J. — Então estás de acordo comigo?

A.C.F.S. — Estou de certo modo. É só para esclarecer que eu não tenho elementos arqueológicos para provar que há uma descontinuidade entre o Bronze Final e a Idade do Ferro.

S.O.J. — Dizes que não tens elementos arqueológicos, mas entre o nível datado do séc. X e o nível atribuído ao séc V, não tens nenhum nível que os separe.

A.C.F.S. — Tenho objectos do séc. IX a VII...

S.O.J. — Há uma sobreposição estratigráfica...

A.C.F.S. — ...e outros que se possam atribuir ao séc. VII e VI não tenho. E não sei se alguém tem.

S.O.J. — Mas podia existir no sítio. Não é uma hipótese?...

A.C.F.S. — Por que não esse nível poder vir até esse período?

S.O.J. — Teríamos de rever um bocado as cronologias globais relativas, pelo menos, a objectos metálicos do Bronze Final.

A.C.F.S. — Não temos nada que rever neste caso concreto.

S.O.J. — Cerâmicas de tipo Baiões até ao séc. V?

A.C.S.F. — Sim. Não temos nada que rever porque não conhecemos os objectos dos sécs. VII e VI. Até este momento não sabemos.

S.O.J. — Mas a Manuela Martins disse que...

A.C.S.F. — Acabou por dizer que não tinha datas para elas porque...

S.O.J. — Mas considera que são do séc. VI.

A.C.F.S. — Considera, mas que não tinha elementos para apoiar a datação.

S.O.J. — Eu não queria meter-me num assunto sobre o qual não tenho elementos; mas apenas o que eu estou a tentar, é raciocinar em voz alta sobre um assunto que nos diz respeito a todos, porque é a relação entre o Bronze Final e o Ferro.

M.M.M. — E que é muito importante. Eu gostaria só de frisar o seguinte: talvez que a situação do Coto da Pena seja diferente, e haja de facto sobreposição de ocupações. Em S. Julião, concretamente, eu disponho de 6 datas que vão até ao séc. VIII, portanto entre o séc. X e o séc. VIII. Mas não existe de facto, no sítio em que se instalou o povoado do Bronze Final, uma continuidade de ocupação para a Idade do Ferro. Essa continuidade é apenas assegurada pela construção de uma muralha, mas não existem níveis de ocupação atribuíveis à Idade do Ferro ou mesmo ao séc. VII e VI. Eu tenho uma sequência de ocupação longa, dividida em três fases, e o povoado do que poderá ser a Idade do Ferro desloca-se para a vertente leste, onde eu vou encontrar algumas cerâmicas de tradição do Bronze Final, já com materiais bastante diferentes; digamos que entram naquilo que as pessoas chamam genericamente cerâmica castreja. É evidente que a fase sécs. VII-VI-V é imprecisa, e é difícil dizer quando é que essas cerâmicas micáceas e com um repertório de formas diferentes aparecem, se no séc. VI, se no séc. V, se no séc. VII e existe realmente um problema de datação. E no outro povoado que eu estudei, que fica a 5 Km. de distância, essa descontinuidade de datação, não do monte, mas da área do Bronze Final, é também evidente. Aí a situação é inversa, o povoado do Bronze Final estava instalado numa vertente e a ocupação do Ferro mais antiga aparece no alto do monte, do cabeço. É evidente que estamos dentro do território do mesmo monte, poderá não haver uma descontinuidade, digamos, em termos de sítio, mas há uma descontinuidade de sobreposição estratigráfica óbvia.

S.O.J. — Mas tu tens elementos para datar, em termos de cronologia relativa, essa primeira ocupação da ladeira do monte?

M.M.M. — No Barbudo tenho três datas, que datam uma fase intermédia do Bronze Final de 800-790. E digamos que o abandono deve coincidir mais ou menos com aquele que se processa no povoado de S. Julião. Deve ser mais ou menos sincrónico. Digamos que aquela fase séc. VII-VI-V, é imprecisa em termos de materiais, os materiais de "tipo castrejo", ou as cerâmicas ditas micáceas que aparecem...

S.O.J. — Mas, de qualquer das formas, nos sítios que tu escavaste, essas cerâmicas que tu dizes micáceas, e que, se eu interpreto bem, são as que vocês chamam "castrejas", remontam a...

M.M.M. — Não tenho elementos de datação absoluta para situar com rigor a emergência dessas cerâmicas.

A.C.F.S. — Mas, para mim, já agora, neste caso concreto, todas elas são posteriores ao séc. V, as micáceas. As do Bronze Final são arenosas.

M.M.M. — Tu estenderias o Bronze Final até ao séc. V?

A.C.F.S. — Neste caso concreto, pode-se prolongar em termos de utilidade até ao séc. V.

S.O.J. — Bom, eu não digo que não, embora, sobretudo em termos de objectos metálicos, como sabes, isso coloque dificuldades de aceitação.

A.C.F.S. — Mas também tem uma dificuldade no séc. VI, nesse mesmo ambiente, etc. A estação é grande; escavei uma área bastante razoável da parte superior e também na vertente e na parte do fundo. O povoado desloca-se, sim, mas apenas nos meados do séc. II. Há continuidade em cima, no alto, até aos meados do séc. II a.C.... Mas as cerâmicas micáceas, para mim, em todos os sítios que me foi dado observar, são todas elas daquilo que eu chamo 2ª fase, dado que é posterior a 500 a.C. Nos nossos dados de Romariz, também essas cerâmicas já são todas micáceas, mas no Coto da Pena não são. Por isso é que eu digo que não tenho dados nenhuns para ver essa descontinuidade, e se é que este caso poderá servir para esclarecer alguma coisa, não pode esclarecer ainda nada... Outra coisa, quanto à estátua-menir do Porto...

S.O.J. — É mais tardia...

A.C.F.S. — É tardia.

S.O.J. — Eu também penso isso.

A.C.F.S. — E no meu entender ela pode ser datada do séc. VI para o séc. V a.C. pelo capacete. E portanto julgo que nada tem a ver com as elites do Bronze Final, mas que poderá ter a ver com outras elites, com outros povos que vieram para esta região, talvez comandados por determinados indivíduos vindos de determinadas áreas.

S.O.J. — Tens alguma coisa a dizer sobre a cronologia?

A.C.F.S. — A ideia que eu tenho é que estaria relacionada com a vinda dos Túrdulos para esta região. Depois de ter analisado o capacete, que, no meu entender, pode ter origens etruscas, que foram bastante assimiladas no Sul da Península, e aqueles pendentes triangulares que também aparecem em Aliseda e coisas parecidas no séc. VI, dá-me a entender que pode estar relacionada com a vinda dos Túrdulos para cá. E já agora um pormenor, por acaso sei que ela é de ali de S. João de Ver, da Vila da Feira, que é precisamente o coração, o centro da terra dos Túrdulos. Por isso é que eu depois de ter pensado um bocado maduramente sobre o assunto, penso que se pode arriscar esta hipótese. E havendo estátuas-menires que são masculinas, outras que são femininas, outras que são do Sul do Douro, não se pode pegar globalmente nisso e dizer que são proto-estátuas, proto-guerreiros, que aparecem todas na zona Norte e nunca na zona Sul. Penso que aquele exemplar poderá significar qualquer chefe eventualmente divinizado que tivesse...

S.O.J. — O do capacete?

A.C.F.S. — O do capacete. Que tivesse comandado um grupo de povos até esta região. É uma hipótese.

Francisco Fariña Busto — Nesse caso da estatuária, então, existiria descontinuidade entre essa estátua-menir e a estatuária castreja, muito mais recente... isto no caso de mantermos a cronologia que temos atribuído às estátuas.

A.C.F.S. — Descontinuidade, não, porque na área a sul do Douro, como disse no meu trabalho, há povoados que começam precisamente a sua ocupação nesse período.

F.F.B. — Não, referia-me ao caso concreto da estatuária, e não ao tema dos povoados.

A.C.F.S. — O argumento da estatuária era para vermos escolas diversas, filiações diversas.

S.O.J. — De qualquer das formas, existem afinidades tipológicas entre todas elas.

A.C.F.S. — Claro. Não são tão elaboradas como as dos guerreiros; mas nós também conhecemos muito mal a outra estatuária que não a dos guerreiros, de que há vestígios, como nos exemplares de Lima e de Lanhoso, etc., estatuária essa que tem a ver com influências mediterrânicas na sua concepção.

S.O.J. — Portanto, para ti, essas estátuas de Chaves, Faiões, de que época seriam? Tens alguma ideia?

A.C.F.S. — A de Chaves entendo que já deve ser da Idade do Ferro (parece-me isso desde o princípio), porque é pouco elaborada; a tipologia da arma, pelo facto desta estar embainhada, não se conhece, mas, de qualquer das maneiras, ela aponta para isso. Recordo-me que, quando ela apareceu, tive uma conversa com Jordá Cerdá na Gulbenkian, e ele disse logo: é da Idade do Ferro. E eu não tenho argumentos. Mas o simples facto de ter um tipo de instrumental, de armas, etc., diferente do outro e com a concepção absolutamente diferente da anterior que apareceu lá na zona de Chaves (Faiões)... eu creio que essa poderá ser já também da Idade do Ferro (entendendo a Idade do Ferro seg. as cronologias europeias e não seg. as nossas). Mas relativamente a essa de Chaves não tenho argumentos nenhuns, a percepção geral que tenho é que efectivamente há zonas diversas de produção, escolas diversas, e que estão bastante distanciadas umas das outras. Julgo que a da Ermida se deve colocar também na Idade do Ferro, muito próxima de um *atelier* que vai ter grande fortuna na região na época romana, com várias figurações de mortos em estelas funerárias. Há uma, que ainda há bocado o Dr. Silva Ferreira me disse que veio de Ponte da Barca, e que é uma estela romana, muito parecida com a "estela dos namorados". Há uma outra, do mesmo género, que é da zona de Melgaço, e depois há na área galega. Nessa zona ali próxima do Soajo há um *atelier* que julgo que é bastante vital na época da romanização e essa estátua pode não estar muito longe disso. Eu não vi a estátua, só conheço o desenho. Mas o tratamento parece-me que exige quase um uso de ferro na sua elaboração. Agora, relativamente à de Chaves não tenho efectivamente qualquer argumento, para além de

que podem ser proto-estátuas de guerreiros, esse núcleo sim, até porque é na zona de Chaves que aparece um grande núcleo de estátuas de guerreiros, designadamente o de Montalegre. Mas este núcleo; porque, já a sul do Douro, não conhecemos mais estátuas de qualquer género, a não ser esta que, pelos dados que tenho, é de S. João de Ver, na Vila da Feira.



# A MAMOA DE AFIFE: BREVE SINTESE DE 3 CAMPANHAS DE ESCAVAÇÃO

por

Eduardo Jorge Lopes da Silva \*

## I — INTRODUÇÃO

Não se pretende com esta comunicação, apresentar um estudo exaustivo deste monumento megalítico, fundamentalmente pelas razões seguintes: por um lado, avulta o facto de, quer o trabalho de campo, quer o de gabinete estarem, ainda, em curso; por outro lado, há a referir a intenção do autor de guardar descrições mais pormenorizadas e conclusões mais definitivas para o trabalho conjunto que pretende publicar, inserido no seu Projecto de Investigação que visa o estudo do Megalitismo minhoto, em correlação com o do Douro Litoral e Beiras. Assim sendo, limitar-nos-emos, por ora, a uma breve síntese dos trabalhos desenvolvidos naquele importante monumento, no intuito de dar a conhecer, desde já, aos colegas que, no noroeste peninsular, se vêm dedicando ao estudo sistemático do fenómeno megalítico, algumas particularidades que nos parecem de interesse e merecedoras de uma primeira divulgação. Simultaneamente, pretende-se, deste modo, contribuir, ainda que de forma singela, para o enriquecimento deste Colóquio, em boa hora pensado, e que mereceu a anuência de tantos especialistas, prova de vitalidade e do frutuoso intercâmbio que continua a operar-se entre arqueólogos deste bloco peninsular.

## II — O MONUMENTO

### 1) Localização

Situada no extremo norte do concelho de Viana do Castelo, na freguesia de Afife, a Mamoa da Eireira é um dos monumentos megalíticos deste género mais próximos do litoral, até hoje conhecidos e escavados. Implanta-se, de forma isolada, a cerca de 400 metros da linha de costa, na margem esquerda da estrada nacional Nº 13 (Porto-

---

\* Do Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense e do GIAN.

-Valença), ao quilómetro 80. Acesso fácil.

Coordenadas: Long. 8° 52' 3" WG; Lat.: 41° 47' 21" N.

## 2) Descrição geral

Apesar de não se poder considerar integrada em qualquer núcleo megalítico, será de referir a proximidade de outros monumentos semelhantes, num raio de uns 3 Km, ainda que não tão litorais. É o caso do conhecido e bem conservado Dólmen da Barrosa, classificado como *monumento nacional*, localizado na vizinha freguesia de Vila Praia de Âncora, já no concelho de Caminha, bem como a Mamoa de S.<sup>to</sup> de Vile (muito arruinada) e a Mamoa de Fraião, Aspra, no mesmo concelho, que foi objecto de uma primeira intervenção arqueológica no Verão de 1988, por nós orientada.

No dólmen da Eireira, cuja mamoa apresenta um diâmetro de cerca de 28 metros, foram efectuadas, até ao momento, 3 campanhas de escavação, tendo-se realizado a primeira no Verão de 1986.

O micro-topónimo *Eireira* vem registado em bibliografia antiga, nomeadamente Cartailhac e Martins Sarmiento, embora, hoje, poucas pessoas identifiquem o sítio por esse designativo.

Na sua obra «*Les Âges Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*», editada, em Paris, em 1886, E. Cartailhac refere-se à *Mamunha da Eireira, grande motte au centre de laquelle on voit les ruines de la crypte mégalithique*. Acrescenta que, segundo uma planta que lhe fora fornecida, tal monumento não possui galeria de acesso. O plano e corte que junta são de uma grande fantasia, face aos resultados da escavação, como veremos.

O pendor do *tumulus*, pelo lado Norte, é bastante mais acentuado.

Na zona de violação (*cratera*), apenas afloravam os topos de 4 pedras que pudessem interpretar-se como pertencentes a esteios da câmara.

Poucas pedras da carapaça lítica eram visíveis.

## III — A ESCAVAÇÃO

### 1) O *tumulus*

Os trabalhos de escavação evidenciaram, de forma inequívoca, a estrutura lítica de cobertura e contenção das terras do *tumulus*. Esta carapaça, constituída por pedras de granito, de pequeno e médio porte, apresentaram-se de forma não muito compacta nos braços E, W e S.

A Norte, porque o pendor é mais acentuado, tal estrutura surge muito mais compacta, com pedras de cutelo, com função de travamento, notando-se alguns blocos, de maior porte, na base ou periferia.

Entretanto, como é nítido nos braços Norte e Sul, os construtores não estenderam a deposição dessas pedras a toda a área, sendo o espaço existente entre a estrutura de

contenção ou suporte dos grandes esteios do dólmen e a estrutura lítica periférica preenchido apenas com terra.

## 2) A arquitectura

### 2.1. — A estrutura de contrafortagem

No decurso das 3 campanhas de escavação foi possível pôr em destaque uma interessante estrutura de reforço ou contrafortagem dos esteios que constituem o megálito propriamente dito. Trata-se de um conjunto de pedras que desce, em forma de calote, desde o topo das lajes do dólmen, incluindo o corredor, até quase ao solo de base. Esta estrutura apresenta uma grande compactação das suas pedras constituintes. Na sua generalidade, encontra-se bem conservada, excepção feita ao lado Oeste, área de mais intensa violação. Essas pedras, de porte médio, surgem sobrepostas e ligadas por terra escura. Porém, as pedras que constituem a base desta estrutura, surgem como que argamassadas com uma terra de coloração amarelada, de constituição semelhante à do barro, com a qual foram preenchidos os espaços livres entre as mesmas, donde resultou uma maior compactação. Esta terra, dura e de constituição homogénea, prolonga-se, um pouco, em área, como que formando uma sapata, descendo, em calote, até ao solo de base. Trata-se, sem dúvida, de um reforço de contenção da própria estrutura de contrafortagem.

### 2.2 — A Estrutura dolménica

A escavação revelou a existência de uma estrutura dolménica muito bem conservada, distinguindo-se, também, pelo elevado número de esteios *in situ*. Os seus 16 ortostatos definem um monumento com corredor indiferenciado, em forma de V.

A câmara propriamente dita, ou seja, o espaço mais amplo desta estrutura, não se encontra fechada pela cabeceira (lado Oeste). Aí, foi localizado um grande esteio, completo, tombado, de cutelo, no sentido O-E, encostando-se aos esteios n.º 16, 15 e 14, que, talvez, possa ter colmatado o espaço agora aberto, em conjugação com dois grandes fragmentos que se encontram tombados para o lado exterior deste limite, embora na mesma área (caso do que se encontra, na horizontal, próximo do esteio n.º 16). De notar que é nesta zona que mais intensamente se verifica o resultado das acções de violação operadas no monumento.

Uma das características mais surpreendentes, em termos de tipologia megalítica, é o facto de os esteios considerados de *corredor* serem da mesma altura dos que constituem a *câmara*! Cremos tratar-se de uma disposição bastante rara no nosso País, assemelhando este dólmen, de alguma forma, a uma *álea coberta* em V.

Não foi localizada nenhuma laje que pudesse ter pertencido à cobertura da estrutura.

A laje n.º 9, inclinada para o exterior, encontra-se no enfiamento da entrada do corredor. É de admitir que ela constitua o fecho que obliterasse essa entrada, bastante estreita, junto dos esteios n.º 8 e 10. Repare-se no pormenor da pedra n.º 8 ser de

largura bem mais reduzida do que as outras que configuram o *corredor*. Poderemos aqui buscar paralelo com uma outra, no dólmen da Barrosa?

A altura interna, do lado dos esteios mais verticais (n.ºs 1 e 15) é de cerca de 2 metros.

Todos os esteios do *corredor* apresentam uma regular inclinação para o interior. Alguns estão sumariamente lascados nos topos.

Os esteios n.ºs 1 e 15 revelaram, na extremidade superior, pequenas covinhas, de significado ainda não muito bem definido.

#### IV — AS GRAVURAS

Uma outra característica que confere a este monumento particular importância é o elevado número de esteios decorados com gravuras. Estas distribuem-se por 6 dos 16 ortostatos que constituem a estrutura dolménica. No esteio n.º 1 há que destacar a boa conservação dos motivos em zigzague, constituídos por 5 linhas quebradas, dispostas na vertical, sensivelmente paralelas, dispostas na face interna da pedra.

No esteio n.º 2, é de realçar um motivo de tipo soliforme, bastante esquemático. Localiza-se no topo vertical, lado Este.

No esteio n.º 5, verifica-se a repetição do mesmo motivo existente no n.º 1, com a diferença de as linhas estarem quase imperceptíveis. Localizam-se na face interna, não se notando qualquer preparação da superfície, ao contrário do que parece ter acontecido no esteio n.º 1.

Bastante interessantes, por fugirem ao convencionalismo habitual, são as gravuras do esteio n.º 6. Trata-se, numa primeira interpretação, de gravuras muito esquemáticas, de tipo antropomórfico, provavelmente associadas. São motivos muito raros no contexto da arte megalítica da Europa Ocidental. Embora não muito perceptíveis, estas gravuras, que abrangem quase toda a superfície interna do esteio, estão bem conservadas.

Logo que oportuno, procedeu-se à limpeza destes esteios, a que se seguiu a aplicação do método bicromático, seguido de decalque em película de polivinilo. Deste levantamento, resultou um primeiro estudo, ainda incompleto, que apresentámos no VI Colóquio Portuense de Arqueologia<sup>1</sup>.

No esteio n.º 11, poucos centímetros abaixo do topo, detectou-se uma gravura, pouco perceptível, configurada num ondulado horizontal, de tipo serpentiforme.

Por último, no esteio n.º 15, há a referir a existência de várias gravuras, nítidamente picotadas, de tipologia pouco habitual, pelo que reservamos a sua interpretação para um próximo estudo.

<sup>1</sup> SILVA, Eduardo Jorge Lopes da, *Descobertas Recentes de Arte Megalítica no Norte de Portugal*, VI Colóquio Portuense de Arqueologia, SEC, Porto, 1987 (Actas a publicar).

## V — O ESPÓLIO

Foi relativamente diversificado e em quantidade apreciável o espólio encontrado ao longo destas 3 campanhas, com nítida predominância para o material lítico. Deste, é de destacar o elevado número de lascas residuais de quartzite, algumas com retoque, cujo total se aproxima das 3 centenas.

De entre o material lítico mais significativo é de referir a existência de 2 machados de pedra polida, de 17 pontas de seta de base triangular e 5 lâminas em sílex, além de elevado número de lascas residuais de quartzite.

Quanto ao espólio ceramológico, foram recolhidos mais de duas centenas de fragmentos de cerâmica, predominantemente lisa, com destaque para um fragmento com decoração canpaniforme (campanha de 1988).

Refira-se, entretanto, que a escavação permitiu a obtenção de carvões em quantidade para se poderem realizar, por seu intermédio, datações pelo radiocarbono.

## VI — A PROTECÇÃO

A protecção deste monumento resultará de dois imperativos. Um, de carácter geral, tem a ver com o cuidado que entendemos dever ser posto em qualquer monumento escavado, de forma a evitar, tanto quanto possível, a sua posterior degradação. Outro, de carácter específico, derivado do facto de se estar, neste caso concreto, face a um monumento com uma excepcional localização, o que permitirá integrá-lo em roteiros turísticos já em estudo.

Em articulação com a Câmara Municipal de Viana do Castelo, começou-se já por proceder à sua adequada vedação, estando prevista a publicação de um folheto explicativo.

Prevê-se, entretanto, para breve, e integrada num amplo projecto de protecção e valorização de monumentos arqueológicos criteriosamente seleccionados, a cobertura do dólmen de Afife, sob acção conjugada com o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, do Instituto Português do Património Cultural.

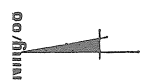
## VII — CONCLUSÃO

Face ao que fica referido, percebe-se facilmente que a Mamoa da Eireira (Afife) é um dos monumentos megalíticos melhor conservados de todo o Minho, sendo certo que a sua importância surge evidenciada através do elevado número de esteios da estrutura dolménica, da sua planta, da estrutura de contrafortagem que rodeia os ortostatos, das gravuras que ostenta e do significativo espólio que revelou.

É de apontar o facto de estarmos perante o monumento, do género, mais próximo do litoral. O contexto megalítico em que se insere é, também, de ter em conta, pelo

estudo conjunto quer permitirá. Daí que a futura ostensão de datações pelo C14 se revista da maior importância, porquanto permitirá estabelecer novas leituras' do megalitismo do Norte de Portugal. Recorde-se que esta escavação se insere num Projecto de Investigação que o autor vem desenvolvendo no litoral minhoto, com destaque para a Mamoa de Chafé (escavada em 1985) e para a Mamoa de S. Romão do Neiva (escavada em 1988), ambas no concelho de Viana do Castelo.

Prevê-se, ainda, para 1989, uma última e curta intervenção, altura em que se procederá ao desenho de alçados.

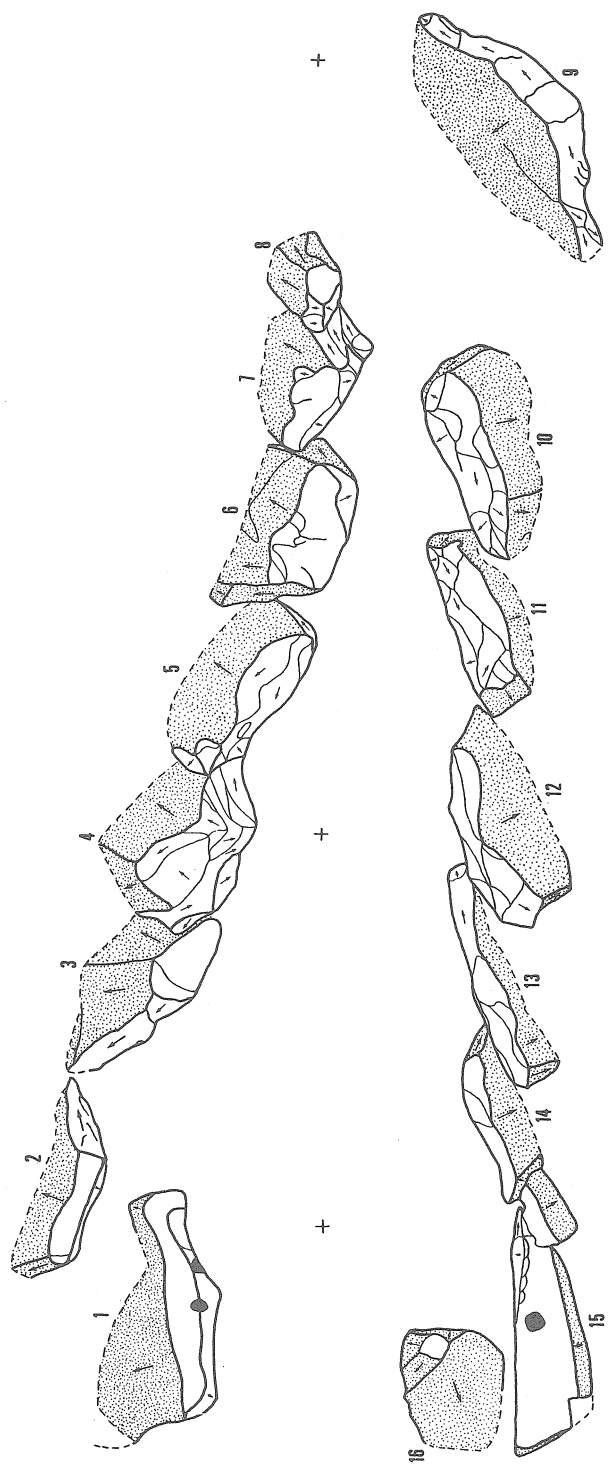


+1D

+1C

+1B

+1A

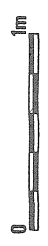


+10D

+10C

+10B

+10A



Est. I

MAMO DA EIREIRA (AFIFE)  
VIANA DO CASTELO

Fig. 1 — Planta da mamoa da Eireira (Afife).







Fig. 3 — Mamoa de Afife. A estrutura dolménica, vista de SW.

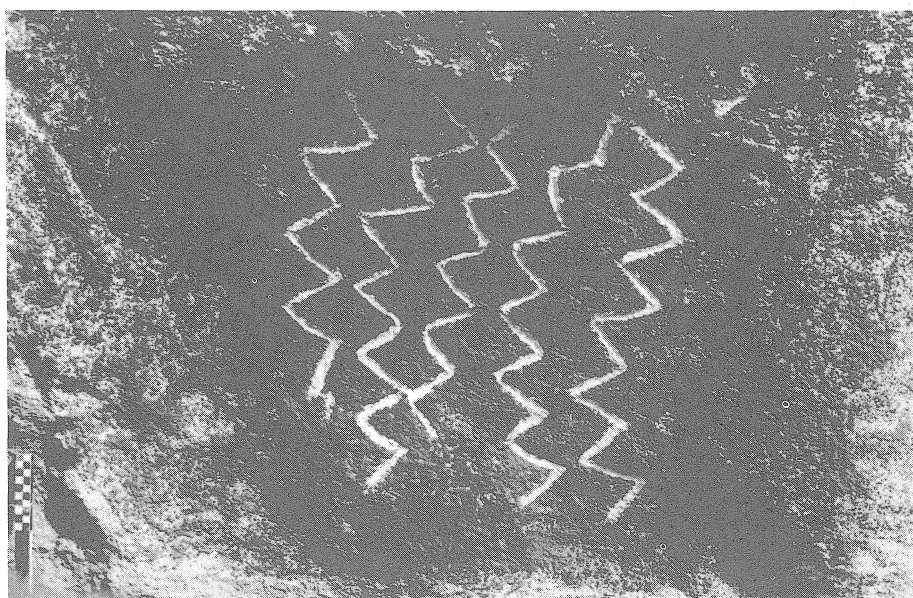


Fig. 4 — Mamoa de Afife. Pormenor das gravuras, em ziguezague, do esteio nº 1, após a aplicação do método bicromático.

# A MAMOA 4 DA ALIVIADA, ESCARIZ-AROUCA

por

Fernando Augusto P. Silva\*

## 1. INTRODUÇÃO

A Mamoa 4 da Aliviada é, como a sua numeração indica, o quarto monumento em ordem, existente na área com aquele micro-topónimo<sup>1</sup> e faz, ao mesmo tempo, parte de um núcleo restrito de monumentos funerários muito próximos entre si, o que nos levou a considerar tal núcleo como uma «necrópole»<sup>2</sup> (SILVA, 1987).

A assim designada «necrópole» da Aliviada é constituída por cinco montículos funerários, todos eles diferentes entre si, e de que se estudaram três deles<sup>3</sup>, estando inserida num núcleo de sete monumentos, dentro do Conjunto Megalítico de Escariz<sup>4</sup> (SILVA, 1988) (Fig. 1).

O monumento que será objecto desta comunicação foi o último a ser estudado naquela «necrópole», tendo os trabalhos aí decorrido em duas campanhas de escavação, de que passaremos de imediato à apresentação dos resultados obtidos.

## 2. DESCRIÇÃO

A Mamoa 4 da Aliviada apresenta uma localização excepcional em relação aos restantes monumentos do Conjunto Megalítico de Escariz os quais estão maiorita-

---

\* Arqueólogo. Centro de Arqueologia de Arouca, Apartado 39 — 4540 AROUCA.

<sup>1</sup> Tal micro-topónimo aparece duplamente escrito, ora tanto como o termo por nós utilizado, de Aliviada ou então de «Alviada». É curioso referir que na documentação antiga aparece, indistintamente, ora um ora outro, parecendo-nos contudo que este último termo é a corruptela de «Aliviada», pelo que, sempre que nos referirmos a algum dos monumentos abrangidos dentro de tais micro-topónimos, optaremos sempre pelo original.

<sup>2</sup> Silva, Fernando-Augusto P. *A necrópole de tumuli da Aliviada, Escariz-Arouca: uma primeira abordagem*. Comunicação apresentada ao VI Colóquio de Arqueologia Portuguesa, Porto, 1987.

<sup>3</sup> Os monumentos já estudados dentro da «necrópole» foram Aliviada 1, Aliviada 2 e o que serve de tema a este estudo, Aliviada 4. Os outros dois, Aliviada 3 e Aliviada 5, o primeiro será estudado futuramente e do segundo praticamente nada resta, pelo que o seu estudo está inviabilizado.

<sup>4</sup> O conjunto Megalítico de Escariz apresenta a maior concentração de monumentos do concelho de Arouca, num total de 60.

riamente implantados em pequenas elevações inscritas em chãs. Ora aquele *tumulus* está construído a meia encosta de um pequeno *plateau*, a uma altitude de cerca de 569 metros. Situa-se sensivelmente a Oeste-Noroeste da Mamoa 2 da Aliviada, apresentando as seguintes coordenadas geográficas, segundo a Carta Militar de Portugal, Folha 154 — S. João da Madeira, Escala 1/25.000: 40° 55' 09" de Latitude Norte e, 8° 23' 22" de Longitude Este (Fig. 1).

O facto deste montículo estar implantado num pequeno planalto, sensivelmente a meio da sua encosta Este, não lhe confere carácter algum de destaque na paisagem, particularmente na sua relação com os restantes *tumuli* da «necrópole» pois, se por um lado a massa volumétrica não é de molde a conferir-lhe tal estatuto, tendo embora em conta a compactação sofrida ao longo do tempo, também a própria altitude a que se encontra lhe dá um lugar indiferenciado pois, a diferença de cotas altimétricas entre este montículo e os circundantes é muito pequena, pouco mais de um metro<sup>5</sup>.

As dimensões da mamoa, devido à vegetação que a cobria e aos revolvimentos de terras, pareciam umas, para mais, do que aquelas que seriam reveladas pelo desbaste da vegetação e pela escavação. Estamos assim perante uma mamoa com um diâmetro de cerca de vinte e três metros, a que corresponde um *tumulus* de cerca de dezassete metros de diâmetro e a planta apresenta-se de formato circular, sendo o seu perfil em calote, com uma altura acima do solo actual, de cerca de 0,60 metros.

Tal como temos assinalado para todos os monumentos da região, também aqui era bem visível o negativo da violação, não sendo observável esteio algum correspondente à câmara funerária que conteria no seu interior. Em linhas gerais, e numa abordagem imediata do monumento, apenas se poderia dizer que estávamos perante um montículo aparentemente de terra, com uma grande cratera de violação no centro, sem qualquer outra indicação que se tornasse relevante para a compreensão do monumento funerário, previamente a qualquer escavação. (Fig. 2)

### 2.1. Estrutura do *tumulus*

Como então verificamos, no decorrer dos trabalhos de escavação do monumento este, do ponto de vista estrutural, não se afasta muito daqueles já estudados, sendo como eles, no geral, constituído por terra e pedras, dispostas de maneira a servirem de invólucro a uma estrutura, *grosso modo* central, que tinha a função de servir como área deposicional funerária. Apesar deste aspecto formal, não se fique com a ideia de que todos os monumentos funerários na sua estrutura, não são mais que o decalque até à exaustão, uns dos outros o que não é verdade. Verifica-se até que essa variabilidade de soluções arquitectónicas, embora tenha pontos de contacto, existe até mesmo ao nível de núcleos.

---

<sup>5</sup> As cotas altimétricas entre este monumento e os restantes apresentam apenas uma diferença de um metro pois, enquanto que aqueles se localizam a uma altitude de 570 metros, a Mamoa 4 da Aliviada tem uma altimetria de 569 metros, pelo que para este *tumulus* joga muito mais a seu favor o facto de estar implantado a meia encosta do *plateau* de Caçús.

O *tumulus* da Mamoa 4 da Aliviada, após os trabalhos iniciais de decapagem das sanjas onde se iria proceder à escavação, revelou que não se apresentava integralmente coberto por couraça de pedras, como se conhece para outros monumentos já estudados na região<sup>6</sup>.

De facto, apenas no sector voltado a Este, tal cobertura existe de forma inequívoca (Fig. 3), estando porém muito destruída e irregular, com os seus elementos líticos formativos, de pequeno tamanho, dispostos sem conexão entre si. Já para o sector Oeste essa cobertura está limitada essencialmente à periferia do *tumulus*, parecendo tratar-se antes de um anel de contenção periférica, com funções de delimitação do montículo tumular e protecção face a possíveis ravinamentos das terras monticulares.

Quanto à estrutura interna do montículo verifica-se que apresenta uma composição formada essencialmente por terras amareladas, em tudo idênticas às terras da alterite xisto-grauváquica que é a rocha do substrato rochoso, não se diferenciando nível estratigráfico algum.

Numa leitura vertical, tomada a partir do corte longitudinal do monumento, de direcção Norte-Nordeste, Sul-Sudeste, verificamos a ausência de estratigrafia, sobressaindo apenas o nível das terras húmusas superficiais, de coloração castanho-escuro e aquelas infiltrações radiculares de que ficou o registo na masse do *tumulus* (Fig. 4) devido à sua coloração castanho-escuro ou muito escuro, quase negro.

A massa tumular apresenta, deste modo, uma grande homogeneidade, devido possivelmente ao facto de as terras que a formam não serem terras superficiais, que aqui apresentam pouca espessura, com níveis de solo arável quase irrisórios, mas sim terras do subsolo. Pela textura, pela granulometria e pela côr, tudo indica que os construtores recorreram às terras provenientes da camada xisto-grauváquica de base, até como forma de economia de dispêndio de energia na construção do monumento.

Pelo que nos foi dado observar durante os trabalhos de escavação, não foi assinalado nível algum, correspondente ao solo anterior à construção do *tumulus*, donde parecer que terá sido possivelmente destruído pelos autores da erecção da Mamoa 4, os quais terão previamente limpo o local<sup>7</sup>.

Em conclusão ao que ficou dito sobre a estrutura do *tumulus*, é clara a sua identidade estrutural face a outros monumentos do conjunto, ainda que pareça apresentar maiores afinidades com a Mamoa 1 do Calvário, no que diz respeito ao tipo de couraça e anel de contenção periférica<sup>8</sup>, e noutros aspectos como veremos.

---

<sup>6</sup> Estão nesse caso as Mamoa 1 da Aliviada, Mamoa 1 de Alagoas e Mamoa 4 de Alagoas, o mesmo acontecendo com o pequeno *tumulus* da Urreira, a Mamoa 8.

<sup>7</sup> Parece-nos de facto que os construtores limparam o local, previamente à construção do monumento pois conhecemos outros monumentos, em que a matéria-prima utilizada foi a mesma mas em que o registo arqueológico nos mostra a existência do solo antigo enterrado, como por exemplo na Mamoa 1 do Calvário.

<sup>8</sup> Também como neste monumento, há troços de cobertura pétreia reduzidos quase exclusivamente à periferia monticular, mostrando-se em corte como anel de contenção periférica.

## 2.2. Estruturas internas do *tumulus*

As estruturas internas do *tumulus* da Mamoa 4 da Aliviada apresentaram-se muito destruídas, não restando praticamente nada, arquitetonicamente falando, da câmara funerária que terá existido dentro do *tumulus*. Deste modo, as quatro sanjas de escavação permitiram visualizar toda a estrutura de contrafortagem da câmara dolménica aquela estrutura melhor conservada, e as valas de colocação dos esteios formativos daquele espaço deposicional funerário. (Fig. 5)

Este anel de contrafortagem, construído sobre uma potência de terra de cerca de 0.30 metros, nos pontos onde se encostaria aos esteios, dispunha-se em plano inclinado para a periferia, assentando directamente sobre a rocha de base, donde tem vincadamente as características de um verdadeiro anel de contrafortagem, o qual terá sido construído após os edificadores do monumento funerário terem colocado os esteios formativos da câmara funerária, nas suas valas respectivas.

Muito destruído em alguns pontos, como na sanja Norte, onde o tramo do contraforte quase que se reduz a apenas uma fiada de blocos graníticos, pudemos constatar, através do alargamento da área de escavação, que o mesmo não apresentava interrupção em ponto algum, sendo pelo contrário completamente fechado, rodeando assim por completo a câmara, pelo que pomos desde já a hipótese de que aquela seja uma câmara funerária fechada, embora não possamos afastar a hipótese de o *tumulus* da Mamoa 4 da Aliviada cobrir uma área deposicional aberta, ainda que os dados que possuímos apontem bem mais para a primeira hipótese.

Quanto à câmara funerária contida no interior do *tumulus* da Mamoa 4, os dados apresentam-se muito fragmentários, tal o estado de destruição que pudemos constatar. O espaço delimitado pelo anel de contrafortagem apresentava um revolvimento muito grande, estando mesmo a rocha de base muito alterada, desfazendo-se ao menor contacto, com os afloramentos de xisto-grauvaque, na sua maioria deteriorados, donde um cuidado redobrado para poder definir-se, da forma mais clara possível, as valas de colocação dos esteios e até algum fragmento de esteio que pudesse subsistir, facilitando deste modo a definição da câmara funerária.

Apesar dos cuidados postos na decapagem da área interior do anel de contrafortagem, as fossas assinaladas não são muito nítidas não apresentando contorno regular, com o xisto-grauvaque todo fissurado, o que engana facilmente o menos atento. Deste modo apenas consideramos como valas de esteios, duas fossas, uma que tem uma orientação de Norte-Noroeste e outra, orientada de Sul-Sudeste.

A decapagem permitiu ainda assinalar o que restava de um esteio colocado na sua vala, a Oeste, com uma orientação axial de Norte-Sul e que apresentava as seguintes dimensões: largura média 0,80 m, espessura média 0,09 m e uma altura, acima da rocha de base, de cerca de 0,20 m; o tipo de laje em presença, ainda que fracturada, leva-nos a pôr a hipótese de se tratar do resto da laje de cabeceira.

Outro fragmento ainda de esteio, foi assinalado no canto Este, fazendo parte do remeximento aí verificado, e tem uma largura média de 0,63 m, uma espessura de 0,24 m e uma altura conservada em 0,9 m.

Quanto às dimensões do espaço delimitado pelo anel de contrafortagem e tomando em atenção as valas e o esteio, ou melhor o que dele resta, estamos em presença de um espaço poligonal alongado no sentido Este-Sudeste, com um comprimento de cerca de 2,44 m e uma largura de cerca de 1,80 m, apresentando-se o solo da câmara assim, hipoteticamente, delimitada, rebaixado para um nível inferior ao da rocha de base circundante.

Em resumo, os trabalhos de escavação da Mamoa 4 da Aliviada demonstraram que a mesma cobriu um espaço deposicional funerário, de planta poligonal, orientado de Este-Nordeste, Sul-Sudeste, presumivelmente aberto a Este-Nordeste, sem se excluir a hipótese de se tratar de uma câmara funerária fechada. (Fig. 6)

### 3. ESPÓLIO

O espólio assinalado para este monumento é reduzido se tomarmos em linha de conta com aquele espólio registado para outras estruturas funerárias já estudadas na região, o que confirma quanto o monumento foi sujeito a violações, pelo que não é de estranhar que aquele se resume a algumas, poucas, peças, todas líticas, com completa ausência de cerâmica.

Está distribuído pelos artefactos líticos, elementos de adorno e um objecto lítico indeterminado. Os artefactos líticos compreendem cinco micrólitos, dos quais três trapézios, assimétricos dois e um simétrico e dois crescentes assimétricos; um fragmento de lâmina, ponta proximal, com «coche» retocado no bordo esquerdo e um outro fragmento de uma lâmina que deveria ter grandes dimensões, correspondente à parte mesial, não retocada mas, como a anterior, com serrilhado de uso. Todos estes artefactos foram elaborados a partir da matéria prima sílex, com tonalidades entre o castanho creme e o castanho claro.

Os elementos de adorno constam essencialmente de vinte e uma contas discóides em xisto, todas perfuradas, a que se vieram juntar duas pequenas contas de matéria prima desconhecida, uma das quais azulada. Quanto ao elemento indeterminado consiste no fragmento de um pequeno disco em xisto, com perfuração cónica descentrada (Fig. 7).

Resume-se assim a 31 peças o espólio que obtivemos durante os trabalhos de escavação da Mamoa 4 da Aliviada, Escariz. Espólio escasso é certo, mas muito menos do que se conhece para outros monumentos, porém rico em apontar possíveis conexões com outras estruturas tumulares estudadas na região, ainda que nunhuma destas peças nos pareça servir de fóssil director. Contudo, não deixa de ser significativo que, de todos os *tumuli* megalíticos estudados, apenas esta associação dos micrólitos geométricos, com as lâminas e as contas de colar, apenas esteja ausente num único monumento, a Mamoa 1 do Calvário<sup>9</sup>, monumento esse que consideramos tardio

---

<sup>9</sup> Acompanhando os micrólitos geométricos, as lâminas e os dois machados não foram assinalados elementos de adorno alguns, mas sim vários fragmentos de recipientes cerâmicos que parecem apontar para horizontes calcolíticos.

dentro destas tumulações megalíticas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo sobre tudo aquilo que se deixou dito, é de reter o seguinte: a escavação da Mamoa 4 da Aliviada, na freguesia de Escariz do concelho de Arouca, revelou-se um *tumulus* clássico, no tocante ao megalitismo desta região. Deste modo temos um montículo formado por terras de extracção local, sem estratigrafia alguma, recoberto parcialmente por uma carapaça de pedras em granito. Delimitando este *tumulus*, foi construído um anel de contenção periférica formado por lajes também em granito, estando algumas delas fincadas na alterite xisto-grauváquica de base.

Este montículo terá coberto muito possivelmente um espaço deposicional funerário de planta poligonal alongada, definido por ortostatos em granito, orientado de Este-Nordeste, Sul-Sudeste, o qual era por sua vez rodeado por um anel de blocos graníticos que lhe fazia a contrafortagem por inteiro. Desconhecemos qual o tipo de pavimento que deve ter existido sobre a alterite de base, para uma melhor deposição dos cadáveres, pois nada existe que permita aperceber da existência de pavimento, embora seja possível a sua existência devido ao muito irregular do afloramento xisto-grauváquico.

Do espólio recolhido dentro do espaço delimitado pelo anel de blocos, à excepção da lâmina nº 7, pudemos constatar a sua homogeneidade, em tudo idêntica à assinalada em outros monumentos estudados na região, com excepção da Mamoa 1 do Calvário onde tal não se verifica pois aí estão ausentes as contas de colar em xisto.

Uma análise cronológico-cultural, embora precária, deste monumento, leva-nos por comparação, pois faltam-nos os imprescindíveis dados absolutos, a colocar este túmulo no mesmo ambiente que outros como Aliviada 1 e Alagoas 1 e 4, sem estarmos contudo, com isto, a defender a coetaneidade de todos eles pois, é bem provável que haja desfazamentos cronológicos entre si, o que de momento se desconhece, embora dos *tumuli* estudados, o da Mamoa 4 da Aliviada parece dar a abertura a um monumento como o do Calvário, isto a título meramente hipotético, pelo que temos que aguardar a prossecução dos estudos dos *tumuli* nesta região privilegiada, como é todo o concelho de Arouca, para o estabelecimento de um mais claro e coerente quadro cronológico-cultural.

#### 6. BIBLIOGRAFIA

- FERREIRA, A. Brum (1978), Planaltos e Montanhas do Norte da Beira. Estudo de Geomorfologia. *Mem. do Centro de Estudos Geográficos*, nº 4, Lisboa.
- JORGE, V.O. (1980), *Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto—Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, vol. I, Diss. Dout. Fac. Letras da Universidade do Porto, Porto.
- MEDEIROS, A. Cândido (1964), *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha*

*13-B Castelo de Paiva, Escala 1/25.000.*

- PEREIRA, Eurico e Gonçalves, L. Severo (1980), *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 13-D Oliveira de Azeméis, Escala 1/25.000.*
- SILVA, Fernando-Augusto P. (1985), Monumentos Megalíticos da freguesia de Escariz (Arouca). Ponto da situação à luz dos primeiros trabalhos. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, fasc. 1-4, vol. XXVI, pp. 51-74, Porto, 1986.
- SILVA, Fernando-Augusto P. (1986), Características do Megalitismo na freguesia de Escariz (Concelho de Arouca). *Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca*, pp. 21-38, Arouca, 1987.
- SILVA, Fernando-Augusto P. (1987), Escavação da Mamoa 2 da Aliviada(Alviada)-Escariz. Arouca, 1984. *Arqueologia*, 15, pp. 77-91, Porto.
- SILVA, Fernando-Augusto P. (1987-a), A Necrópole de «tumuli» da Aliviada, Escariz-Arouca: uma primeira abordagem. *Lucerna* (no prelo).
- SILVA, Fernando-Augusto P. (1988), O Megalitismo da Bacia do Arda (Concelho de Arouca) e o seu relacionamento com o Meio Físico: contribuição para o estabelecimento de um modelo explicativo locacional. *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu* (no prelo).

Oliveira de Azeméis, 1988



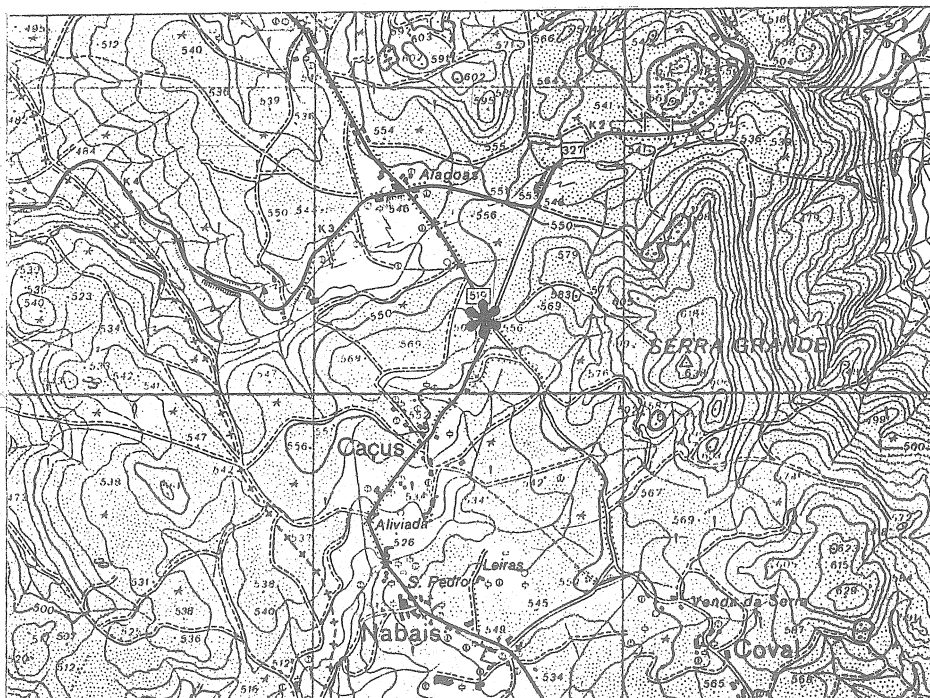


Fig. 1 — Localização da Mamoas 4 da Aliviada, segundo a Carta Militar de Portugal, Folha 154 — S. João da Madeira, Escala 1/25,000, dos S.C.E.

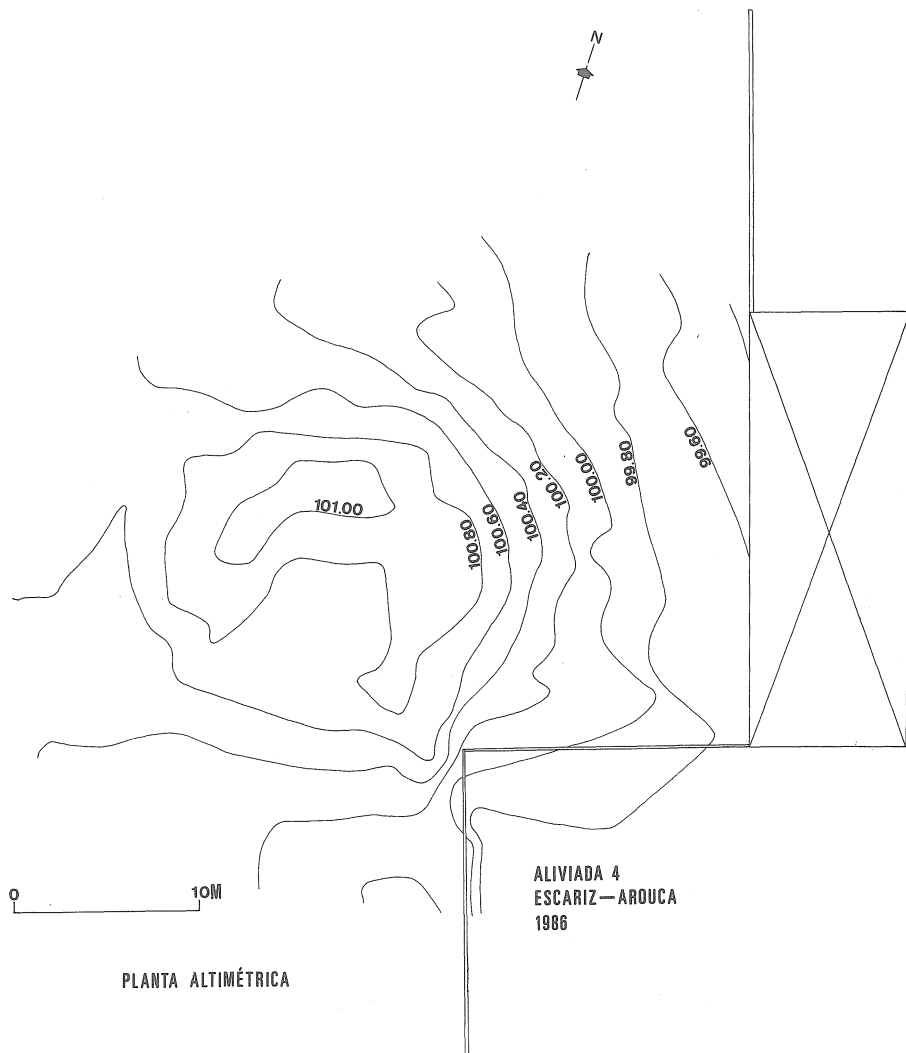


Fig. 2 — Altimetria da Mamoa 4 da Aliviada.

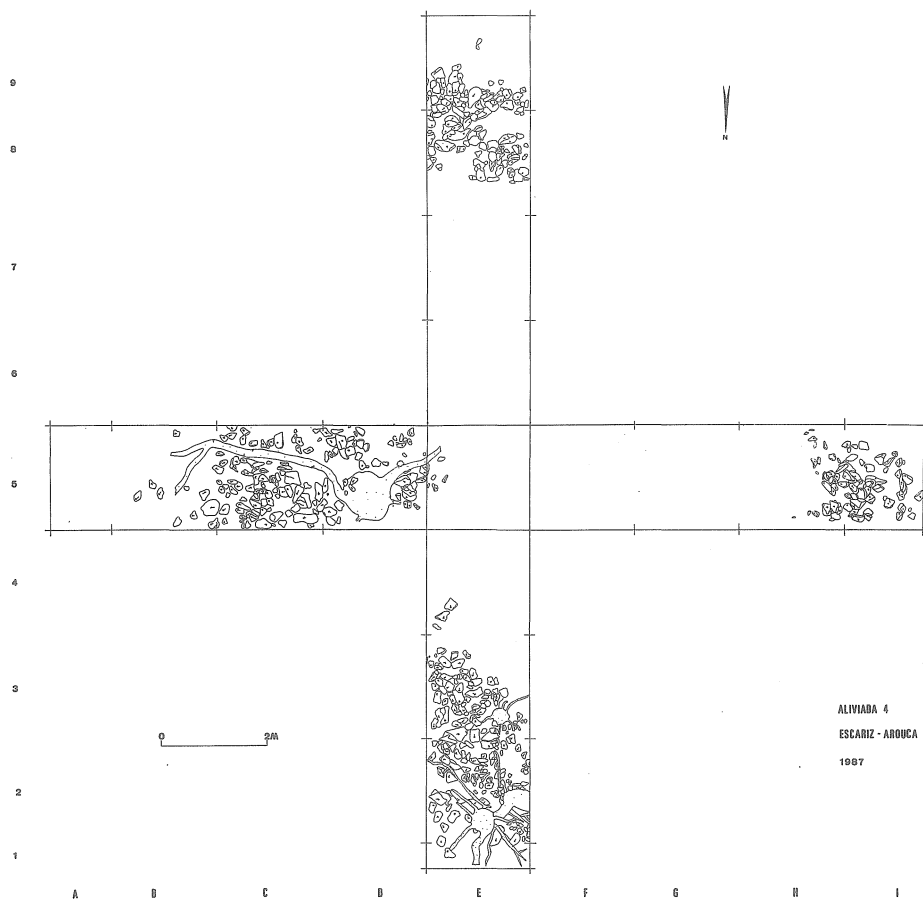


Fig. 3 — Planta das áreas decapadas da Mamo 4 da Aliviada.

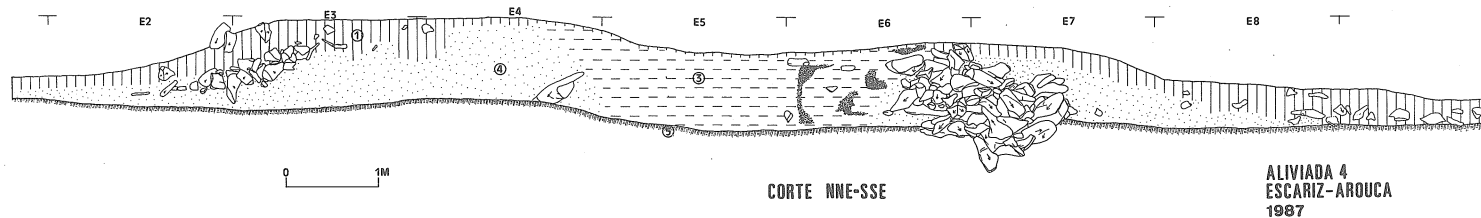


Fig. 4 — Corte longitudinal da Mamoá 4 da Aliviada, orientado de Norte-Nordeste, Sul-Sudeste, e cuja leitura estratigráfica é a seguinte:  
 1 — terra humosa vegetal; 2 — infiltrações de raízes; 3 — zona de violação do *tumulus*; 4 — massa tumular;  
 5 — alterite xisto-grauváquica de base.

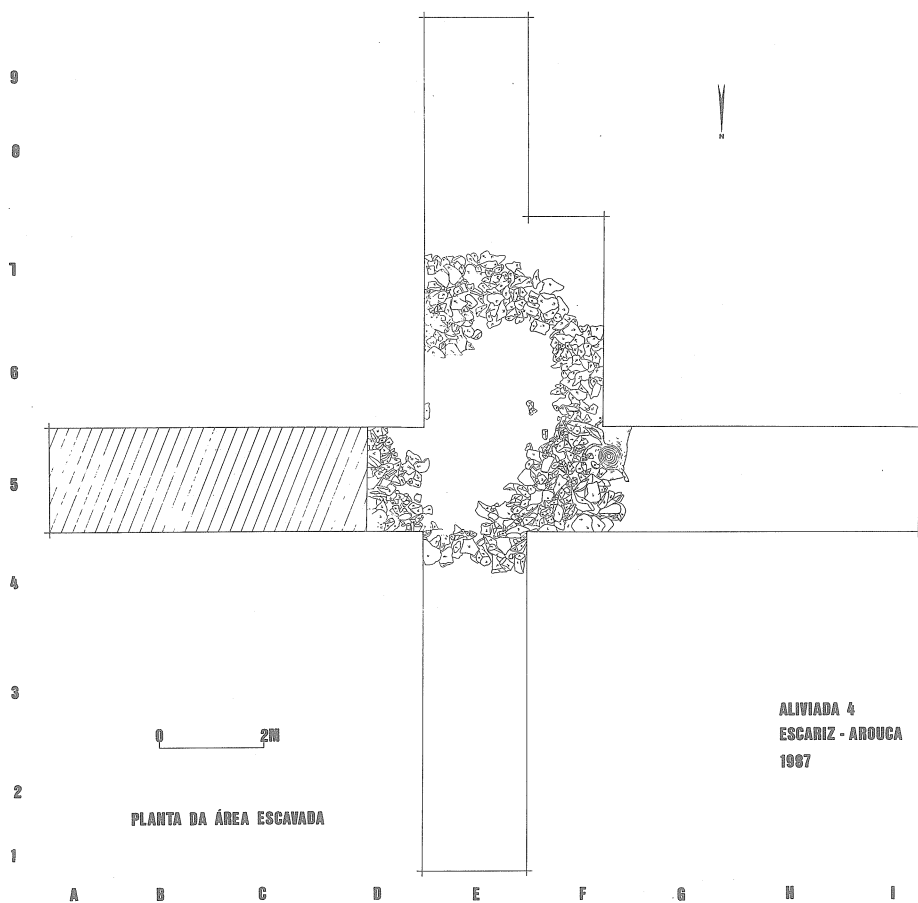


Fig. 5 — Planta das sanjas de escavação da Mamoa 4 da Aliviada. A tracejado a sanja que não foi aberta, devido à existência nesse local de um grande eucalipto.



Fig. 6 — Vista parcial da Mamoa 4 da Aliviada durante uma fase dos trabalhos.

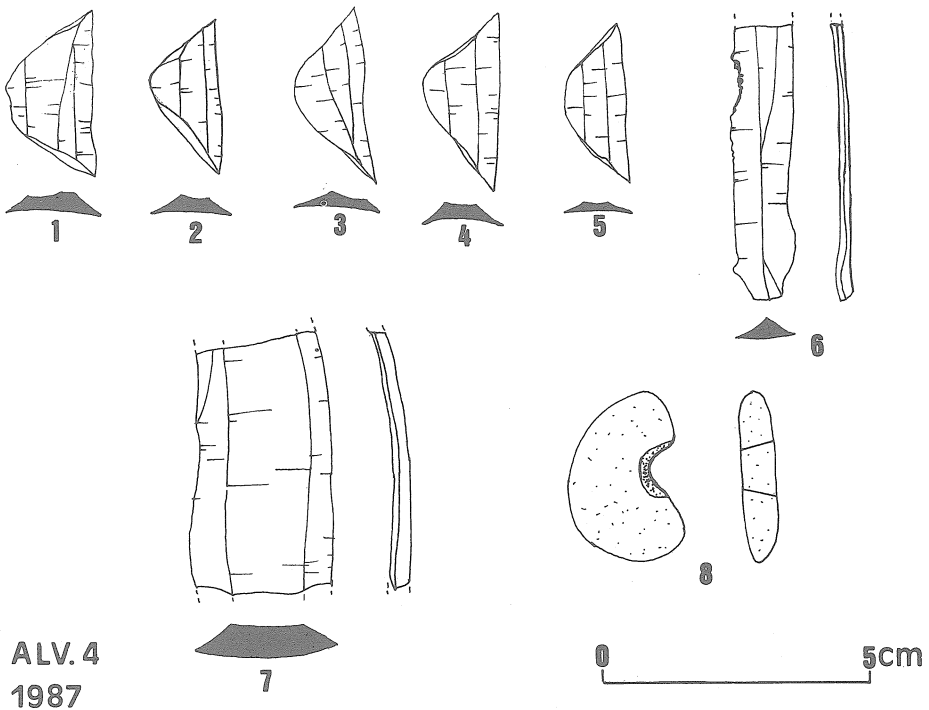


Fig. 7 — Espólio da câmara funerária contida na Mamoa 4 da Aliviada.

# MAMOAS Y ROZAS: PANORAMICA GENERAL SOBRE LA DISTRIBUCION DE LOS TUMULOS MEGALITICOS GALLEGOS

por

Felipe Criado Boado\*

El objetivo de esta comunicación es considerar desde una escala de síntesis general la distribución del asentamiento y poblamiento megalítico de Galicia. Esta temática, que ha sido abordada en numerosos trabajos precursores del presente (Bello Diéguez, J.M., Criado Boado, F., y Vázquez Varela, J.M., 1985 y 1987, Criado Boado, F., Aira Rodríguez, M.J., y Díaz-Fierros Viqueira, F., 1986), forma parte de un proyecto más vasto que hemos intentado asumir a través de nuestra tesis doctoral (Criado Boado A)<sup>1</sup>, y que, en líneas generales, podemos decir que engloba dos dimensiones muy dispares: una de proyección fundamentalmente económica o subsistencial, y otra simbólica o imaginaria<sup>2</sup>. El presente trabajo pretende aportar un breve resumen de las consideraciones más importantes que se refieren a la primera de las dimensiones citadas, aunque sólo la adecuada complementación de ambas dimensiones permite describir el espacio arqueológico (véanse las posiciones a este respecto en Criado Boado 1988 b) y descubrir la configuración de la Construcción Megalítica del Paisaje, (proyecto que parte de la evidencia de que el megalitismo es un fenómeno de básica proyección espacial, — circunstancia reconocida desde Fleming 1973 y Renfrew 1976).

Este resumen se basa fundamentalmente en el trabajo de campo y catalogación realizada de un modo directo por el autor en nueve comarcas diferentes de las provincias de Coruña y Lugo, que se distribuyen formando un «transepto» en sentido Este-Oeste a lo largo de Galicia. Este transepto cruza los paisajes y variedades ecológicas más representativas de Galicia. A lo largo de ellas la densidad de túmulos megalíticos ofrece variaciones muy importantes, desde zonas en las que éstos son muy abundantes (cerca

---

\* Area de Prehistoria, Departamento de Historia 1, Fac. de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago.

<sup>1</sup> Este trabajo será leído próximamente en la Facultade de Xeografía e História de la Universidad de Santiago.

<sup>2</sup> La primera dimensión es tratada con mayor detenimiento en Criado Boado 1988 a, y la segunda en Criado Boado B.

de 3 mámoas/Km<sup>2</sup>), hasta áreas en las que aquellos casi desaparecen, (los mapas que se adjuntan reflejan con nitidez esta situación). Este hecho es uno de los datos a los que más importancia se otorga dentro del trabajo y que éste pretende interpretar.

Estos datos nos permiten observar que en Galicia existe una ocupación diferencial del espacio durante la época megalítica, ocupación que se plasma en una abrumadora (*incluso si se considera a escala europea*) densidad de túmulos en ciertas zonas, frente a otras comarcas en las que su presencia es escasa o rara. Esta distribución diferencial puede ser definida de diferentes modos, pero en general se observa que sus máximos coinciden con áreas de topografía rigurosa, elevadas, interiores, de cultivo de centeno-trigo, con un sistema agrario de «montaña», suelos ligeros, cerealeros y fáciles de trabajar. Al contrario, los túmulos megalíticos son escasos en las zonas de relieve deprimido, de valle, litorales, dedicadas al cultivo del maíz, con un sistema agrario más rico, suelos pesados, fértiles y difíciles de trabajar; en estas áreas se concentra en cambio el asentamiento castreño y el poblamiento actual.

Puestas así las cosas se corrobora que la ocupación del espacio de época megalítica se amolda a uno de los polos que definen la dualidad geográfica característica de Galicia, y que define una clara diferencia entre la Galicia litoral y de valles y la Galicia interior y de montaña<sup>3</sup>. La coincidencia de las mayores densidades de monumentos megalíticos con este segundo tipo de terrenos podría sugerir que esa zonación dual de la geografía (física y humana) gallega estaba presente de algún modo o se empezó a gestar durante la época megalítica.

Desde nuestro punto de vista este tipo de distribución del asentamiento megalítico responde a una lógica muy estricta que dependería fundamentalmente de la presencia durante ese momento de una base de subsistencia polarizada sobre un cereal de invierno y cuyo cultivo sería realizado con un sistema tecnológico más o menos próximo a la agricultura de rozas.

Recientemente ha sido criticada la aplicación de este sistema a la prehistoria europea, (Rowley-Conwy 1981, Larsson 1985 y Jorge, V.O., 1984). Aunque creemos que esas críticas aciertan al denunciar el excesivo simplismo con el cual se ha utilizado la analogía etnográfica, llegando a olvidar la distancia que separa la agricultura tropical y la agricultura de la Europa húmeda, ello no debe de llevarnos a negar que en el caso concreto de Galicia se ha utilizado hasta fecha reciente un sistema de roza adaptada a clima húmedo y que posee una personalidad tan específica que en realidad resulta engañoso referirse a él con el mismo nombre que conocemos las rozas tropicales. En este sentido, el sistema agrario que se utilizaría durante la época megalítica, en vez de ser equiparable de un modo directo al que se encuentra entre pueblos etnográficos, participaría de muchos de los rasgos que definen en Galicia a ese tipo de aprovechamiento agrario: cultivo de tierras ligeras y productivas a corto plazo, aunque inestables e inseguras para una explotación prolongada, y que serían enriquecidas a

---

<sup>3</sup> Esta situación ha sido documentada y analizada por diversos autores, y fundamentalmente por Bouhier 1979.



través del aporte de la quema del matorral y recuperadas con periodos de barbecho largo.

De este modo, la aparente preferencia por parte de las comunidades megalíticas del tipo de zonas que antes citamos, estaría relacionada con la necesidad de buscar terrenos adecuados para practicar un sistema tecnológico que, al basarse fundamentalmente en la *azada*, y no conocer el arado, la tracción animal o el abonado de los campos, precisaba buscar terrenos ligeros, bien drenados y fáciles de trabajar, terrenos que, además, no presentasen las principales limitaciones que existen en terrenos de otro tipo y/o que surgen cuando se intensifica el cultivo hasta extremos propios de la agricultura de labradío, (encharcamiento, mal drenaje, pesadez de la tierra, empobrecimiento...). Esto supone reconocer, en definitiva, que un terreno no es malo ni bueno en términos absolutos, sino que es malo o bueno dependiendo de la tecnología agraria de la que se disponga. Teniendo esto presente, no debería llamar la atención el hecho de que las *mamoas* del NW se asienten preferentemente sobre un tipo de tierras que hoy nos parecen yermas y hostiles, ya que de hecho esas tierras habrían sido no solo las más adecuadas dentro de las zonas en las que se localizaban las comunidades megalíticas, (tal y como ya empezamos a destacar en trabajos anteriores: Bello Diéguez et al., 1983, 1985, 1987, y Criado Boado et al. 1986), sino que sobre todo eran simplemente las más adecuadas para la tecnología agrícola de la que disponían aquellas comunidades y, por lo tanto, el mejor tipo de tierra que, hablando desde una escala regional, estos grupos podrían haber elegido para asentarse.

Paralelamente, y sobre todo en un momento avanzado, a partir de mediados del III milenio, podrían haberse conocido y rentabilizado ciertos tipos de intensificación agraria que, de atendermos a paralelos europeos, se basarían fundamentalmente en la disponibilidad de un arado ligero, arrastrado por animales, y en la práctica de soluciones iniciales de abonado.

En este último sentido sugerimos la posibilidad de que las sorprendentes concentraciones de material cerámico que, en una buena proporción de los casos conocidos, han permitido identificar la presencia de presuntos asentamientos calcólicos o campaniformes, procedieran no del núcleo del asentamiento, sino de las labores de abonado de los campos de cultivo que lo circundarían. Esta idea se apoyaría en tres hechos: en las pequeñas dimensiones y alto grado de fragmentación del material recuperado, en la amplia dispersión superficial de ese material, y en la baja densidad del mismo. Circunstancias de este estilo concurren en el yacimiento de *Cargadoiro* (Santiago) (Luaces Anca y Penedo Romero 1987) o en el de *Morcigueira* (Toques, Coruña) (Criado Boado y Vázquez Varela 1981, Criado C)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Después de haber escrito estas líneas debemos reconocer que, de acuerdo con los datos recuperados en el último yacimiento citado durante el curso de los trabajos de campo de este verano correspondientes al Proyecto Bocelo-Furelos, (véase la comunicación que trata sobre este programa de investigación en este mismo Coloquio, — del trabajo en este yacimiento se ha encargado concretamente nuestra compañera Mati González Méndez), es necesario matizar la observación anterior, aún cuando nos sigue pareciendo de gran interés tenerla presente como posibilidad.

En tanto sigue siendo cierto que estas posibilidades no habrían roto la tendencia general, que muestra un claro predominio de la preferencia por el primer tipo de terrenos, es asimismo indudable que en estos factores se podría encontrar la causa de la relativa e inicial ocupación de zonas geográficas que no se corresponden con las definidas anteriormente y que en cambio son las que van a absorber en mayor medida el poblamiento posterior. Teniendo en cuenta la aparición en estas zonas de algunos de los monumentos más desarrollados de Galicia, con los ajueres más completos y que precisaron la movilización de las mayores cantidades de trabajo para su construcción, es posible plantear que estas intensificaciones locales del sistema agrícola y la ocupación de un tipo de terrenos más fértiles, tuvieron un singular éxito, además de permanecer la posibilidad de que representen un episodio relativamente reciente dentro del momento megalítico, (en otras «provincias megalíticas» europeas está verificado el mismo fenómeno en un momento secundario del megalitismo: así ocurre, por ejemplo, en Suecia en la primera mitad del tercer milenio, Larsson 1985: 120 y ss.).

El hecho anterior evidencia que el megalitismo no debe ser entendido como un fenómeno estático, sino que a lo largo del mismo se produjeron cambios, *acontecimientos dispares* que, aún cuando se realicen sobre una misma base de partida y supongan transformaciones distintas de una estructura más basta, contribuyen a amenizar el momento megalítico y a animarnos a definir ese movimiento intentando descubrir el significado que pudiera tener.

Por otra parte, además del factor que se acaba de indicar sobre el posible motivo del asentamiento megalítico en las tierras bajas, es necesario tener en cuenta otras dos circunstancias. La primera de ellas podría ser la disponibilidad y utilización de recursos naturales no relacionados directamente con la agricultura; en el caso de Galicia parece claro que las rías y el habitat de costa, que en otras áreas megalíticas ejerció una considerable influencia (véase el caso de Carrowmore en Irlanda: Burenhult 1984), habrían podido representar un atractivo importante sobre las comunidades megalíticas; aunque es cierto que esta posibilidad contrasta con la baja densidad de túmulos megalíticos en las proximidades de las costas.

Por otra parte, debemos tener en cuenta que este fenómeno atestigüa sobre todo la irrelevancia del determinismo ambiental, ya que la existencia de *mámoas* fuera del «área prioritaria» de las mismas contribuye a mitigar la imagen de una oposición tajante entre zonas geográficas de un tipo y de otro, unas con túmulos y otras sin ellos, y destaca que, a pesar de que en sectores determinados predominen unas condiciones naturales u otras, en todos ellos se puede encontrar el repertorio suficiente para que diferentes tipos de comunidades (tecnología-economía-subsistencia) puedan encontrar «un lugar para vivir».

Por esta última razón creemos que lo más importante es hablar de tendencias generales. Y en este sentido el rasgo dominante del momento megalítico en Galicia sigue siendo la altísima densidad de túmulos en las zonas interiores y que *grosso modo* responden a la etiqueta de **tierras altas**, y su ausencia en cambio completa o relativa en las **tierras bajas y/o litorales**.

Para acabar con este breve resumen añadiremos otras dos consideraciones que

creemos que aportan elementos de indudable interés para entender la distribución y asentamiento de las comunidades megalíticas gallegas desde un punto de vista general. La primera observación es de tipo paleoambiental (mejor *paleoclimático*), y la segunda de tipo geográfico.

Las evidencias paleoambientales nos indican el efecto de ciertos factores que sin duda pudieron haber influido en gran medida la distribución megalítica. En efecto, si tenemos en cuenta que durante los períodos Atlántico y Suboreal la temperatura del NW peninsular habría sido superior a las medias actuales, debemos reconocer que esto habría ocasionado un acentuamiento de las actuales características mediterráneas del clima gallego, (circunstancia que resulta coherente con el esquema propuesto por Magny 1982 de dinámica y evolución del Mecanismo General de la Circulación Atmosférica durante el curso del Holoceno). Ahora bien, si se acentúan los rasgos subtropicales del actual clima gallego, esto supone el consiguiente aumento del período vegetativo de las plantas. Este efecto favorable se dejaría sentir sobre todo en las zonas interiores y elevadas, en las que una elevación de sólo 1° en las temperaturas medias podría suponer un aumento muy importante de la potencialidad agrícola y de la intensidad bioclimática, tal y como señala Fowler (1981: 74-5). A efectos de poder valorar esta circunstancia y compararla con la distribución megalítica ofrecemos los mapas 1 y 2, tomados de Carballeira et al. 1985, que se pueden someter a una calibración imaginaria extrapolando los datos actuales.

De la misma forma, pero en sentido contrario, tenemos que la sequedad de ambos periodos habría supuesto un incremento muy notable de esta limitación que, como es bien sabido, en la actualidad se constituye el principal problema agroclimático de las tierras bajas y litorales de Galicia. En este sentido, además, conviene tener en cuenta que, dado que el agua percola mejor en los suelos arenosos, en condiciones de acusada sequedad los suelos pesados poseen mayor riesgo de sequía que los ligeros, en tanto en las zonas lluviosas ocurre a la inversa (Martin y Leonard 1976: 47). Se puede valorar asimismo esta circunstancia limitativa en el mapa 3, tomado de las misma fuente que los dos anteriores.

Ante ambos hechos es indudable que la distribución de *mamoas* cobra un nuevo sentido. No queremos exagerar sin embargo estas apreciaciones. De todos modos, en función de ellas y considerado el fenómeno desde una escala general, creemos que el asentamiento megalítico en zonas interiores y yermas debe ser revalorizado.

Para finalizar diremos que, en cierta medida es necesario considerar que el momento megalítico supuso el inicio de la configuración actual del paisaje rural gallego. Con ello no pretendemos decir que el sistema agrario que desde la Edad Media se establece en y caracteriza las zonas interiores de Galicia proceda de época megalítica. Esto sería un claro despropósito. Pero en cambio creemos que se puede sostener sin mayor dificultad el hecho de que rasgos concretos tanto de ese tipo de sistema agrario como del otro más progresivo y litoral que se puede diferenciar<sup>5</sup>,

<sup>5</sup> Véase la caracterización que para época histórica realiza de ambos sistemas agrarios Gerardo Saavedra 1984.

derivan del instante megalítico del paisaje gallego. Esos rasgos serían simplemente los que se refieren y asientan el tipo de ocupación y explotación agrícola del monte que después aparece en Galicia.

Evidentemente habría que hacer una série de matizaciones aquí en las que, sin embargo, no nos detendremos. Pero insistiremos en que en las zonas de Galicia en las que predominó el asentamiento megalítico, se empezaron a asentar rasgos y elementos que más tarde configurarían los sistemas agrarios tradicionales de nuestro país.

Se pueden citar varias circunstancias en este sentido: en primer lugar se encuentra el hecho de que gran cantidad de túmulos megalíticos estén situados en límites geográficos y fisiográficos que se corresponden con entidades administrativas actuales o medievales (en los límites de parroquias, términos, lugares, heredades y, a veces, incluso coinciden con los contornos de los territorios de los castros definidos a través de polígonos de Thiessen); en segundo lugar no es menos significativo el que las *mámoas* hayan sido y todavía sean utilizadas como mojones territoriales para definir términos; finalmente se puede comprobar el hecho de que, en aquellas zonas en las que existen túmulos megalíticos, la distribución de éstos reproduce y se supedita a la distribución del poblamiento y campos de cultivo actuales.

Evidentemente sería necesario documentar estas últimas observaciones, así como las consideraciones generales que hemos realizado a lo largo de estas páginas. Sin embargo esto es una temática que se debe abordar en estudios comarcales y de detalle, en tanto que el presente trabajo pretende plantear de un modo escueto y resumido las consecuencias fundamentales que nosotros hemos derivado de ese tipo de estudios.

#### BIBLIOGRAFIA

- BOUHIER, A. (1979), *La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'un vieux complexe agraire*, Poitiers: A. Bouhier; 2 tomos, tomo I pp. 756, tomo II pp. 757-1515.
- BELLO DIEGUEZ, J.M., CRIADO BOADO, F. & VAZQUEZ VARELA, J.M. (1983), Megalitismo y medio edafológico en el NW peninsular. *VI Reunión do Grupo Español de Traballos de Quaternário*, (Santiago, 1983). Edición do Castro, (Coruña); pp. 47-54.
- BELLO DIEGUEZ, J.M., CRIADO BOADO, F. & VAZQUEZ VARELA, J.M. (1985), Cultura megalítica y medio natural en el NW peninsular. *Arqueología Espacial, Coloquio sobre distribución y relaciones entre los asentamientos*, tomo VI, (Teruel); pp. 229-35.
- BELLO DIEGUEZ, J.M., CRIADO BOADO, F. & VAZQUEZ VARELA, J.M. (1987), *La cultura megalítica de la provincia de la Coruña y sus relaciones con el marco natural: implicaciones socio-económicas*. Coruña: Diputación Provincial; 163 pp.
- CARBALLEIRA, A., MARTINEZ A., y CARRAL, E. (1985), Subregiones bioclimáticas en Galicia. (Clasificación y capacidades de cultivo de *Actinidia chinensis* Planch). *Primeras Jornadas sobre Actinidia*, (Santiago, 1985). Consellería de Agricultura, (Xunta de Galicia); inédito.
- BURENHULT, G. (1984), *The archaeology of Carrowmore: enviromental archaeology and the*

- megalithic tradition at Carrowmore, Co. Sligo, Ireland*. Stockholm: Institute of Archaeology: 397 pp.
- CRIADO BOADO, F. (a), *Contribución al estudio de las relaciones entre las comunidades megalíticas del noroeste peninsular y su medio natural: implicaciones socio-económicas*. Universidad de Santiago: tesis doctoral presentada en la Fac. de Xeografía e Historia.
- CRIADO BOADO, F. (b), *Megalitos, Espacio, Pensamiento*. *Trabajos de Prehistoria*, 45; en prensa.
- CRIADO BOADO, F. (c), *Memoria de la Campaña de Prospección en Túmulos Megalíticos de la Serra de O Bocelo, (Coruña)*. Santiago: Dirección Xeral do Patrimonio Histórico e Documental, (Xunta de Galicia); memoria inédita.
- CRIADO BOADO, F. (1988 a), *Arqueología del Paisaje en Galicia*. *Arqueología Espacial*, 13. Teruel.
- CRIADO BOADO, F. (1988 b), *La genealogía del Paisaje: hacia una aproximación no funcionalista al estudio de las relaciones cultura-entorno*. *II<sup>nd</sup> Deya Conference*.
- CRIADO BOADO, F., AIRA RODRIGUEZ, M.J. & DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, F. (1986), *La construcción del Paisaje. Megalitismo y Ecología en la Sierra de Barbanza*. Santiago: Xunta de Galicia, Dirección Xeral do Patrimonio Artístico e Monumental; 185 pp.
- CRIADO BOADO, F. & VAZQUEZ VARELA (1981), *Nuevos hallazgos de cerámica campaniforme en la provincia de A Coruña*. *Brigantium*, 3.
- FLEMING, A. (1973), *Tombs for the living*. *Man*, VIII; pp. 177-93.
- HODDER, I. (1982), *The Present Past. An introduction to anthropology for archaeologists*, London: Batsford Ltd.; 239 pp.
- LARSSON, M. (1985), *The Early Neolithic Funnel-Beaker Culture in south-west Scania, Sweden. Social and Economic Change, 3000-2500 BC*. Oxford: B.A.R. International Series, 142; 184 pp.
- LUACES ANCA, J. y PENEDO ROMERO, R. (1987), *Yacimientos al aire libre*. In *Catalogación de yacimiento prerromanos del Ayuntamiento de Santiago*. Santiago: Dirección Xeral do Patrimonio Histórico-Artístico, (Xunta de Galicia); pp. 92-106.
- MAGNY, M. (1982), *Atlantic and Sub-boreal: dampness and dryness?* In A.F. Harding (ed.), *1982, Climatic change in later prehistory*; Edinburgh: Edinburgh University Press; pp. 33-43.
- RENFREW, C. (1976), *Megaliths, Territories and populations*. In S.J. de Laet (ed.) 1976; pp. 298-320.
- ROUWLEY-CONWY, P. (1981), *Slash and Burn in the Temperate European Neolithic*, In R. Mercer (ed.), 1981, *Farming Practice in British Prehistory*; Edinburgh: Edinburgh University Press; pp. 85-96.
- SAAVEDRA FERNANDEZ, P. (1985), *Evolución de una agricultura de autoconsumo a través de los inventarios post-mortem: la Galicia cantábrica*. *La Documentación Notarial y la Historia. Actas del II Coloquio de Metodología Histórica Aplicada*; Santiago: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Santiago; pp. 317-34.



**Mapa 1** — Mapa del periodo libre de heladas en el que se señala la distribución de Túmulos (puntos) y de Castros (estrellas) dentro de las zonas estudiadas en las provincias de A Coruña y Lugo.

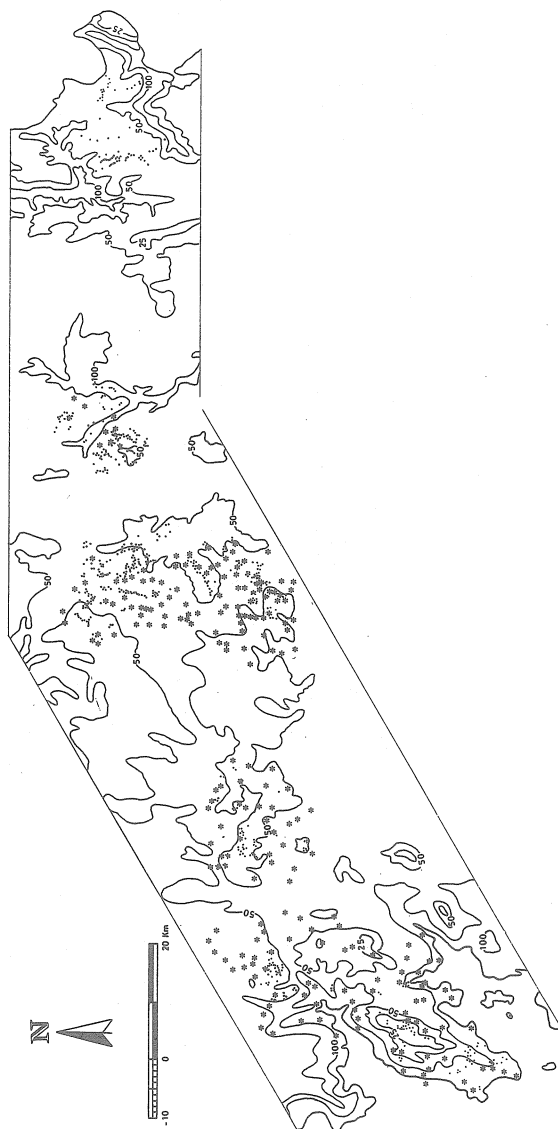
La amplitud del periodo con riesgo de heladas constituye una de las principales limitaciones para el cultivo en las zonas de la Galicia interior. Esto supone que una temperatura superior, como la que se habría dado durante el Atlántico, representaría importantes diferencias respecto a la situación actual, ya que el periodo vegetativo se habría ampliado y de este modo áreas que en la actualidad poseen unas condiciones medianamente rigurosas en este sentido, habrían gozado de rasgos más benignos. Ante la imposibilidad de ofrecer un mapa con la situación «calibrada» para el periodo Atlántico, recogemos en esta figura y en las dos siguientes, los mapas con la situación actual; de este modo es posible hacerse una idea *grosso modo* de esta argumentación.



**Mapa 2** — Mapa de intensidad bioclimática potencial en el que se señala la distribución de Túmulos (puntos) y de Castros (estrellas) dentro de las zonas estudiadas.

La intensidad bioclimática se calcula dividiendo la temperatura media mensual menos 7,5 (valor acordado para el cero biológico), por un factor de 5. Como se puede ver, un aumento ligero de las temperaturas medias puede provocar un aumento significativo en la intensidad bioclimática.

(Los valores superiores a 15,5 se consideran muy altos, entre 15,5 y 12,5 altos, entre 12,5 y 9,5 medianos, entre 9,5 y 8,5 bajos y los inferiores a 6,5 muy bajos).



**Mapa 3** — Mapa del periodo anual con deficit hídrico (sequia) en que se señala la distribución de Túmulos (puntos) y de Castros (estrellas) dentro de las zonas estudiadas.



## DEBATE

**Ramón Fábregas Valcarce** — Gostaria de pôr algumas questões, em primeiro lugar, à comunicação de Domingos J. Cruz. Antes de mais, desejava que desse uma pequena explicação relativamente à diferença entre os monumentos periféricos e os monumentos da área central da Aboboreira. Perdi-me um pouco nesse aspecto. Depois, também sobre a localização da Mamoa do Carvalhal numa encosta, aparentemente sem se situar numa posição proeminente na paisagem. Sobre esse ponto gostava de apontar a possibilidade desse monumento ser visível mesmo quando não estivesse no cume de um outeiro ou numa linha de horizonte. O que eu referi de manhã — e que não era uma ideia absolutamente original, pois basicamente são conclusões a que chegaram Bello, Criado, Vázquez — foi o problema de algumas mamoas serem visíveis, não de grandes distâncias, mas apenas de pontos específicos e de lugares particulares. Para terminar, ainda a propósito de Chã do Carvalhal: parece que nas imediações os terrenos não são agricultáveis, mas pergunto se em qualquer momento poderão ter estado destinados à agricultura, ou se, em qualquer caso, pelas suas características edafológicas ou de profundidade, seriam no local os terrenos mais favoráveis a uma hipotética actividade agrícola, mesmo se não estão actualmente habitados.

**Domingos de Jesus da Cruz** — A primeira questão era sobre a posição do monumento na paisagem. Portanto, realmente é um monumento grande, mas que não é visível de muito longe de facto, e está colocado numa encosta. As áreas envolventes não são efectivamente agricultáveis, e provavelmente nunca o terão sido. É claro que não tenho análises pedológicas dos solos antigos, até porque não foram detectados nessas áreas. Mas pelas características e por uma análise superficial, não parecem ter sido agricultados. Não parece que tenham tido alguma vez condições para o desenvolvimento de uma agricultura. A espessura actual dos solos nessas áreas é extremamente pequena, isto é, o afloramento surge a pouca profundidade. É claro que a 4, 5, 6 km. há um extenso vale que é extremamente fértil, mas a mamoa de certeza que não é vista dessa área. Relativamente a essa questão da visibilidade, eu percebi que a pergunta era feita no que toca a áreas agricultáveis. Os monumentos megalíticos podem não ser observáveis de todos os ângulos, mas apenas de alguns, e portanto estarão relacionados, tanto quanto eu percebi da pergunta, com zonas que pudessem ser agricultadas, e portanto os construtores podiam observar o monumento quase que permanentemente. Não é bem o caso na área que estudei. Eu não vejo ali grande possibilidade disso ter acontecido. Uma das diferenças que notei de facto nesta mamoa do Carvalhal, que é uma mamoa tardia e que muito provavelmente terá sido construída nos inícios da Idade do Bronze, foi ao nível, muito particularmente, da cobertura pétre.

Enquanto que a camada é extremamente espessa, a mamoa continha uma câmara muito pequena e portanto não necessitaria de grandes soluções arquitectónicas para a conservar. Uma das diferenças é essa e de certa maneira estará de acordo com as estruturas pétreas que surgem no alto da Serra e que são designadas *cairns* (mas aqui já não há mamoa em terra, apenas um amontoado de pedras directamente colocadas sobre o solo antigo). Talvez esta mamoa da Chã do Carvalhal seja um indicador no sentido dessa evolução, mas isto é discutível, porque nesta fase da Idade do Bronze há uma grande variedade de soluções, como já vimos. Há os *cairns*, há estas cistas, umas maiores, outras menores, inseridas em mamoas de grande dimensão, como é o caso desta, ou de mediana dimensão. De resto, não vejo grandes diferenças porque, no fundo, as mamoas muito pequenas, imperceptíveis no terreno, também existem no alto da Serra. É o caso de Outeiro de Gregos 4, por exemplo, era imperceptível no terreno e só foi detectada pela observação directa, e confirmada por uma sondagem. Há os *cairns*, que são também muito baixos. A Mamoa 1 de Outeiro de Gregos, por ex., é uma cista megalítica, mas o anel lítico aí assume mais uma função construtiva, está mais ligado à arquitectura do monumento, à contenção de terras e de pedras que existem entre a câmara e o círculo, enquanto que aqui eu interpreto o círculo lítico de Carvalhal 1 como tendo funções simbólicas, ou rituais, ou apenas de ornamentação (é discutível, não há indícios para dizer mais). Portanto, há uma certa diferença, mas os monumentos até parecem ser do mesmo período, do início da Idade do Bronze, pelo menos pelo espólio que forneceu a Mamoa 1 de Outeiro de Gregos. Portanto, nessa fase, nos inícios da Idade do Bronze, parece registar-se uma diversidade de soluções que estarão ligadas provavelmente a tradições culturais diversas. Quanto à Mamoa do Alto do Loureiro, é um monumento realmente bastante grande e que eu não esperava naquela área da Serra (há uns anos atrás teria pensado que os construtores de mamoas foram utilizando a Serra a partir do topo, tendo «descido» gradualmente); mas parece que ele é relativamente antigo, pelo espólio que produziu, pelo tipo de câmara, etc. Mas esta solução também existe no alto da Serra, como em Outeiro de Ante 1, por exemplo, que é uma grande mamoa colocada num sítio preponderante, com uma câmara poligonal maior e com abertura: e há outros monumentos que são equiparáveis. Os monumentos que estão situados numa posição mais dominante, considero que talvez sejam dos mais antigos, já que se partimos do princípio de que há uma relação entre o espaço envolvente e o monumento na escolha do sítio, quem chegou primeiro talvez tenha escolhido os melhores locais, mas será necessário novas datações.

R.F.V. — A minha pergunta era para esclarecer a ideia de se podia haver uma diacronia entre a ocupação do sector central da Aboboreira e a ocupação nos sectores periféricos, isto é, se a ocupação nos sectores periféricos se produziu num momento mais avançado, mas, pelo que explicou o Dr. Domingos Cruz...

D.J.C. — A única diferença que eu notei em Chã de Carvalhal 1, além da parte da couraça pétreas que é muito espessa, é que a nuclearização não é tão acentuada aqui, isto é, há um conjunto de monumentos, mas um pouco mais dispersos. Embora por ali haja condições topográficas, chãs, que poderiam ter sido utilizadas para a construção de

mais monumentos. À volta da anta de Chã do Loureiro poderiam ter sido erigidos uma dezena ou mais de monumentos, porque a chã é bastante ampla, e eu quando lá cheguei estava convencido de que iria encontrar por ali muito mais monumentos; e, de facto, não encontrei. Portanto, uma das diferenças que eu notei foi realmente essa. Os únicos monumentos que se podem considerar relativamente próximos e integrando o mesmo núcleo (o que não quer dizer que sejam historicamente contemporâneos) são as mamoas de Chã do Carvalhal 1 e 2. Os outros já se encontram mais distantes, um a 500 metros, o outro a 2 km. aproximadamente, outro a 6 ou 7 km., mas visível dessa distância (isto é, da anta de Chã de Carvalhal 1 avista-se a anta do Loureiro, e vice-versa).

**Vítor Oliveira Jorge** — Eu gostava, sobre esta problemática, de dizer só o seguinte. Relativamente ao problema da agricultura, é claro que todos estes solos são classificados como solos de baixa qualidade agrícola; todavia, nós sabemos que ainda nos inícios do século e na década de 40, pelo menos (até onde chega a memória dos trabalhadores que colaboram connosco nas escavações), muitas dessas áreas da Serra eram realmente agricultadas, nomeadamente com centeio, e até perto de Chã de Santinhos disseram-me que aquela zona era utilizada para a produção de milho, e aí estamos a c. de 600 metros de altitude, se não estou em erro. Muitas dessas zonas da Serra da Aboboreira, apesar de serem de baixa qualidade agrícola e de estarem hoje praticamente deixadas ao abandono, porque não são produtivas para a tecnologia e mentalidade actuais, poderão ter sido primitivamente áreas agricultadas, porque, como disse, ainda nos anos 40 possuíam efectivamente centeio ou milho, por exemplo. Para nosso mal, a determinada altura, estes terrenos comunais, tradicionalmente comunitários, foram vendidos a particulares, o que fez com que fossem murados. E foi nessa altura, por volta dos anos 40, que se deu a maior destruição maciça de dólmenes para a construção desses muros, que hoje formam os chamados «tapados». Se as pessoas os muravam, se faziam autênticos muros «megalíticos» acuais, se se davam ao trabalho de ir para o cimo da Serra, era porque os terrenos tinham uma certa valia, porque tinham ali efectivamente quaisquer cultivos, nomeadamente centeio.

**Fernando Augusto Silva** — A propósito desses terrenos vedados, por causa da agricultura, eu conheço casos onde a vedação dos terrenos não está intimamente ligada à agricultura, mas sim à preservação de zonas de pasto. No planalto da Freita, em toda a Serra da Freita, nós verificamos que ainda hoje se pratica lá uma agricultura incipiente. O milho que lá se dá, serve muito mais para a alimentação de gado do que propriamente para grão. Contudo, a vedação dos terrenos, pelo menos lá em cima da Serra (e a Serra da Freita tem altitudes na ordem dos 1090 m. — creio que é o ponto mais alto), é devida mais a razões de protecção dos pastos, porque o gado pasta lá em cima (cabras, ovelhas e gado vacum), e há que salvaguardar pastos para outras ocasiões. Eles jogam com isso e daí fazerem as vedações para salvaguardar esses pastos, embora também o façam para protecção da agricultura.

**V.O.J.** — Só para concluir a minha intervenção... sobre o problema de qual é a diacronia da necrópole da Aboboreira, eu gostava de chamar a atenção para o seguinte. O interesse que tem efectivamente a escavação sistemática de um conjunto de

monumentos afins numa área muito limitada está à vista: é que hoje as peças podem pôr-se numa «mesa» bem delimitada, numa topografia definida, numa região pequena onde se escavaram c. de 30 e tal monumentos, e onde se pode portanto tirar todo o conjunto de ilacções, e por isso é que a Aboboreira vem sempre à baila como referência. O mal é que as pessoas, naturalmente, não conhecem directamente os locais, de maneira que ouvem falar de Outeiro de Gregos 4, Outeiro de Ante 2, etc., e às tantas isto provoca uma extraordinária barafunda nos espíritos, porque as pessoas não identificam estes nomes e números com sítios que para nós representam uma vivência de meses, e que conhecemos em pormenor. Realmente, como o Domingos já acentuou, parece existir na Aboboreira o seguinte. Naquela região entre o Tâmega e o Douro, encontramos, genericamente, a seguinte situação: os monumentos tendem a concentrar-se nos altos, nas zonas mais elevadas, acima da curva do nível dos 700 metros, como aliás as pessoas vêem nesse artigo que publiquei agora no nº 17 da *Arqueologia* e também vão ver no Museu de Baião, onde isso está lá, graficamente, a cores. Portanto, tendem a concentrar-se nas zonas altas, o que não quer dizer que só existam nessas zonas. Também existiam em zonas mais baixas, como o Domingos referiu, na Chã do Loureiro, na área de Valadares e noutras chãs baixas que foram detectadas pelas prospecções do Joel, Suzana Faro, e outras pessoas que integraram essa equipa do Campo Arqueológico. As mamoaas existiram inicialmente um pouco como que «espalhadas», a várias cotas. É perfeitamente possível admitir que haja mamoaas tão antigas nos altos como nas zonas de 500 ou 600 m. de cota. O que houve foi, com o tempo, uma supervalorização simbólica das zonas mais elevadas. Uma permanência dessas áreas mais elevadas como zonas importantes, o que levou à continuidade da construção nesses locais. E então há certos núcleos, que em vez de terem duas mamoaas como Furnas, ou então uma só, como na Mina do Simão — que obviamente nem é um núcleo, é uma mamoa isolada —, foram acumulando uma «carga» ao longo do tempo, uma «memória» ao longo do tempo. Assim, Outeiro de Gregos parece ter pelo menos monumentos neolíticos de duas épocas, parece haver um desfasamento de pelo menos 300 anos entre os seus monumentos mais antigos, Outeiro de Gregos 2 e 3, e depois tem monumentos já realmente dos inícios do IIº milénio, como Outeiro de Gregos 1 e talvez Outeiro de Gregos 5. Quer dizer, em certas zonas mais elevadas essa carga simbólica, essa memória daquilo ser um cemitério, uma zona particularmente importante, manteve-se. A determinada altura é construído inclusivamente um dólmen de corredor, que não é por acaso que é o único que tem gravuras, e que tinha também restos de pintura segundo o testemunho de Serpa Pinto. Não é por acaso que no mesmo núcleo nos vai aparecer um monumento muito antigo, que é Chã de Parada 4, que nos deu datas para o topo do «solo antigo» de meados do IV milénio, que foram publicadas neste número da nossa revista. Esse núcleo de Chã de Parada, provavelmente só foi núcleo para nós, ou melhor, quando se construíram os últimos monumentos. Inicialmente era uma só mamoa. Depois foi-se construindo outra, e outra, e deu um núcleo. Esses núcleos constituíram-se por *sobreposição*, por um processo que eu chamei, num artigo que escrevi, de *necropolização*, ou seja, a acumulação, numa mesma área, de monumentos, de forma a aí constituírem uma necrópole. Enquanto que noutras zonas da Europa este processo

de carga simbólica, focalizada num sítio do território, se deu sob a forma de progressivo aumento da monumentalidade dos túmulos, como aconteceu nos grandes *cairns* como Barnenez, por ex. (que resulta da adição de vários — pelo menos dois — monumentos sucessivos), aqui não. Dava-se um processo de necropolização. Implantar no terreno como que «uma paisagem de mamoas», que é o que aparece nos alto da Serra da Aboboreira. Agora, isto é ali na Serra da Aboboreira, não podemos fazer disso regra geral. Aparecem também aqui na zona do distrito do Porto outras necrópoles do mesmo género: a necrópole do Monte Mozinho, que é importantíssima, tem vários núcleos (cinquenta e tal monumentos); é mais abundante do que a da Aboboreira, só que se encontra mais destruída. Aparece outra necrópole na Serra dos Campelos, concelho de Lousada, actualmente muito ameaçada, e outras, por todo o Norte.

D.J.C. — Sobre a agricultura de há 40 ou 50 anos, evidentemente que eu sei que há áreas da Serra que foram largamente utilizadas com o cultivo de centeio, muito particularmente. Entretanto, mais tarde, essas áreas foram abandonadas. Mas, relativamente a Chã de Carvalhal, pela observação que eu fiz do terreno — e conheço toda aquela área —, é uma zona extremamente pedregosa, com um estrato muito pequeno, e portanto não creio que ali tivessem existido condições para uma agricultura recente ou mesmo mais antiga. É um terreno escalavrado. Sobre o processo de nuclearização, isto é, a utilização do mesmo sítio ou da mesma área para a implantação de novos monumentos ao longo do tempo, também queria lembrar que já muitos autores referiram que as mamoas estavam colocadas junto aos caminhos e isso vêm referenciado na documentação da Idade Média. Eu queria recordar que estas mamoas implantam-se realmente em chãs que no fundo são zonas naturais de passagem. Naturalmente que não são caminhos pré-históricos, mas são as zonas mais adequadas para a circulação de pessoas. As pessoas não andavam pelas áreas mais pedregosas, mais acidentadas. Talvez isto tenha também alguma relação com a utilização destes espaços, além do aspecto simbólico. Eram as áreas por onde, durante milénios, as pessoas passavam.

Victor Polo Sánchez — Sobre a comunicação de Fernando Augusto Silva, que nos mostrou um diapositivo com uns micrólitos... pode corroborar o que na conferência sobre megalitismo da Galiza disse o Dr. Ramón Fábregas, a respeito dos micrólitos como testemunhos de actividade agrícola, servindo por ex. para foices?

F.A.S. — Toda a região onde está implantado o núcleo, ou necrópole, da Aliviada, é uma região onde se pratica ainda hoje a agricultura intensiva... isto sobre o tema que se discutia anteriormente. Mas em relação aos micrólitos, temos indicações, há até vestígios arqueológicos, da utilização dos micrólitos, por ex., como pontas de seta transversais. Temos também indicações de que os micrólitos poderão ser parte integrante de utensílios compósitos. Mas afirmar que os micrólitos foram utilizados em peças ligadas à agricultura... pelo menos na minha opinião, pode não ter sido esse o caso. Eles podem ter sido mesmo aplicados até em utensílios para ripagem de vegetação. Não temos análises de micro-vestígios de utilização dos micrólitos, que nos possam dar garantias de que eles foram utilizados em instrumentos com fins agrícolas.

Isso não. Podem ter sido utilizados como pontas de seta de grume transversal, como podem ter sido usados como elementos de utensílios compósitos. Para mais do que isso, julgo que não temos dados.

R.F.V. — É simplesmente um esclarecimento. Eu não disse que os micrólitos, sempre e em todos os lados, tinham servido como elementos de foice compósita. Disse que a partir de certos estudos, incluindo os paleo-etnográficos, há a possibilidade, como adiantou o Dr. Fernando Silva, de que tenham sido peças de foices compostas. No entanto, existem também dados e paralelismos etnográficos ou restos arqueológicos, no Norte ou Centro da Europa, onde apareceram pontas de seta de gume transversal que eram constituídas por micrólitos trapezoidais. Isto foi o que eu procurei explicar da parte da manhã. Queria dizer outra coisa. A partir de alguns estudos antracológicos feitos pelo Dr. J.-L. Vernet, fiquei com a impressão de que houve mudanças importantes, pelo menos em parte da Serra da Aboboreira, já que parece, a partir daqueles estudos, que uma parte da Serra da Aboboreira que hoje em dia tem uma vegetação baixa, estava coberta por um bosque de carvalhos, um bosque de caducifólias. Queria perguntar até que ponto, uma coisa que foi assinalada na Galiza (por ex., por Criado, Díaz-Fierros, etc., no seu trabalho sobre a Serra da Barbanza), até que ponto pequenas mudanças climáticas e particularmente a acção antrópica, podem ter feito variar as condições da flora selvagem da Serra da Aboboreira, até acidentalmente. Digo isto porque na Galiza temos um grande problema, por ex. com o desaparecimento de grandes zonas arborizadas devido aos incêndios, e conseqüente perda de solo vegetal. Até que ponto a acção desflorestadora do homem pode ter influído na diminuição do solo vegetal e na conversão de zonas que podiam ter sido utilizáveis para uma agricultura, num determinado momento, em zonas que deixaram de ser utilizáveis nesse sentido. Gostaria que um dos escavadores da Serra da Aboboreira comentasse este aspecto.

V.O.J. — Quando o Dr. Vernet veio pela primeira vez à Aboboreira, e visitou, por ex., a zona de Furnas, lembro-me de ele ter dito que toda a vegetação que nos envolvia, herbácea e arbustiva, era caracteristicamente residual, um produto da acção humana, nomeadamente da prática continuada de incêndios. O Eng<sup>o</sup> Pinto da Silva, que este ano lá esteve a fazer um estudo da botânica actual, e que é um grande taxonomista que nós temos em Portugal, seg. a Dr<sup>a</sup> Maria de Jesus Sanches, que o acompanhou, teria dito que bastava não existir lá o pastoreio actual, bastava não existir ali gado, para imediatamente, sem mais outro factor, se desenvolver uma vegetação arbustiva muito importante ali. Portanto, aquilo que nós vemos hoje como zonas perfeitamente limpas, quase que só com mato rasteiro, é o produto da acção ininterrupta do homem e dos seus gados. Relativamente ao problema do que era realmente a Serra da Aboboreira na época em que os megálitos foram construídos, pois estou convencidíssimo de que era realmente essa tal floresta, de acordo com os dados da antracologia. Temos uma pessoa em França a preparar uma tese de doutoramento com o Prof. Vernet (que é a Isabel Figueiral), na qual, entre outros locais, vai incidir sobre a Serra da Aboboreira, fazendo um estudo sistemático de toda a antracologia das estações da Serra. Tudo indica que

havia realmente a prática de queimadas para a abertura de clareiras, que seriam evidentemente utilizadas para a habitação, para a agricultura e pastoreio, dentro daquela lógica de uma economia mista, de que o Rámon falou de manhã. E depois, muito provavelmente, em certas dessas zonas desflorestadas eram apostos monumentos funerários que conservavam debaixo deles, por vezes, alguns vestígios da ocupação anterior, como referiu o Domingos, no caso, por ex., da mamoa da Lavra, que tinha restos de uma ocupação de habitat anterior, e como nós encontramos, por ex., em Furnas 2, cujo «solo antigo» estava repleto de fragmentos cerâmicos. O que acontece é que, depois, todos esses dados não se vêem nas publicações, porque são dezenas de fragmentos cerâmicos que não admitem colagem. Mas existia um «enxame» de fragmentos cerâmicos no «solo antigo» de Furnas 2... o mesmo acontecia na Mina do Simão. Há realmente certas mamoas que cobriam sítios que foram ocupados, como também se vê pelas análises pedológicas, que deram uma grande quantidade de fosfatos que ocorrem devido à acumulação de detritos orgânicos.

Eduardo Jorge Lopes da Silva — Acho que devia dar uma informação relativamente a dois monumentos escavados este verão, que há bocado, por falta de tempo, não pude dar, e que parece ser muito importante. É que tanto a Mamoa de Afife (3ª campanha), como a Mamoa de Aspra, deram cerâmica campaniforme. Esta notícia é transmitida agora em primeira mão. Em segundo lugar, queria fazer uma pergunta ao Dr. Fernando Silva sobre os micrólitos, para comparar com o que encontrei agora na zona de Cinfaes. Afirmaste que não havia micrólitos retocados e eu queria só que me confirmasses, se sim ou não.

F.A.S. — Não tenho micrólitos retocados.

E.J.L.S. — Obrigado. É uma confirmação, porquanto lá da outra banda eu encontrei-os. Por outro lado, também gostava de mais uma vez insistir (já de manhã o tinha feito aqui perante os nossos colegas e amigos galegos) se de facto, relativamente ao caso da estrutura dolménica de Afife, há por lá, na Galiza, algum paralelo que nos interesse.

R.F.V. — Acho que monumentos como Santa Marta, Barrosa e agora esta mamoa que acabou de ser dada a conhecer pelo Dr. Eduardo Jorge, não têm claros paralelos na Galiza. Talvez haja alguns monumentos aproximáveis, ditos de planta «em V», um deles, por ex., da zona de O Buriz, inédito. Mas neste caso existia uma clara diferença em alçado entre o que seria o corredor e a câmara. Porém, à excepção destes monumentos «em V», que além disso não são exactamente iguais a estes de Santa Marta, Barrosa ou de Afife... eu penso que esta é uma característica que será específica daqui, e não será a única. À medida que houver um maior aprofundamento dos estudos, ir-se-á vendo que dentro do chamado megalitismo do Noroeste efectivamente haverá duas, ou mesmo mais, regiões, com variações estilísticas, também no campo da arquitectura. Eu creio que de momento se pode dizer que este tipo de monumentos é exclusivo do Norte de Portugal.

Susana Oliveira Jorge — Penso que quando o Rámon perguntava ao Domingos se à volta de Chã de Carvalhal 1 havia condições para a agricultura, essa questão tinha toda

a acuidade. Evidentemente que estando nós perante uma mamoa dos inícios do II<sup>o</sup> milénio, com o espólio que ela integrava, é obvio que as populações que a construíram se encontrariam numa situação de uma agricultura já relativamente intensa. Temos pelo menos um indício indirecto disso. Os vestígios do povoado do Tapado da Caldeira, que depois foi destruído pela necrópole do Bronze, revelaram cerâmica campaniforme tardia, dentro do complexo de Ciempozuelos, a qual poderia ser contemporânea de Chã do Carvalho. Ora bem, o Tapado da Caldeira está numa zona de vale; está precisamente implantado na zona mais fértil daquele lado da Serra, provando que provavelmente os habitats nessa época já não estariam nos altos como nas fases neolíticas, mas podiam ter-se abeirado das áreas próprias para cultivo mais intensivo. Agora, o que nós não sabemos é qual é, relativamente a Chã do Carvalho, a relação espacial povoado-sepulcro. Não sabemos se um povoado da época de uma mamoa campaniforme tardia se situaria próximo do monumento, ou se estaria longe. Provavelmente estaria longe. Essa dissociação não está provada no caso de Chã do Carvalho, como não está provada para nenhum monumento com campaniforme da Aboboreira. Só queria acentuar isto: eu não assisti à comunicação sobre Chã do Carvalho, mas penso que ela é uma mamoa muito importante, independentemente do espólio que integra, e independentemente desse espólio estar *in situ* no *tumulus* e portanto poder datar o monumento. Eu penso que ele se integra dentro da série campaniforme clássica, segundo o modelo de Harrison. E se é assim, esse monumento poderá ser contemporâneo do Chamado Grupo de Montelavar, que segundo diversos autores (não Harrison, que o colocava numa época mais tardia) se situaria nos inícios do II<sup>o</sup> milénio. Eu acho interessante acentuar esta coexistência de uma série tumular de tipo Montelavar, onde não há cerâmica campaniforme e onde predominam as pontas de tipo Palmela, com uma série campaniforme tardia, onde, além da cerâmica campaniforme, existem os punhais de lingueta. Acho interessante, como hipótese, apontar essa possível contemporaneidade.

D.J.C. — Sobre a agricultura na região, diria que conheço aquela Serra extremamente bem e esta zona, a área sudoeste da Serra, é daquelas em que o solo se apresenta mais escalavrado. Há áreas que não têm terra. Já agora, acrescento aqui que numa análise de cerca de 200 sementes que foram recolhidas nos solos antigos enterrados de Chã do Carvalho 1 e da Mamoa da Lavra, o Eng<sup>o</sup> Pinto da Silva identificou essencialmente herbáceas, uma ou outra leguminosa e crucíferas. Eu não sei de que época é que são as sementes. É claro que ainda por cima tenho uma datação de 5800. Mas eu não sei. E porquê? As amostras são realmente do solo antigo enterrado. Mas este pode ter carvões mais antigos e mais modernos. Nós, arqueólogos, estamos a tratar com um tipo de estação muito específica que é o túmulo megalítico. Ainda ontem estive a ler o artigo da equipa de pedólogos que dizem que os solos se encontram em posição sub-superficial (como já acontecia na Mamoa do Monte da Olheira, que deu aquele índice de fósforo muito elevado) e põem a hipótese dos solos, antes da construção do monumento, terem sido «limpos», «raspados», destruindo a camada humosa superficial. Se realmente é assim, os carvões correspondem a esse momento? Imediatamente antes da construção ou muito antes da construção? Isto é um problema que tem de ser considerado na valorização das datas, porque os nossos «solos antigos» não apresentam



os dois horizontes típicos de um solo. Há um ou outro que poderá ter uma mancha superficial entre as terras do *tumulus* e as terras do solo antigo, ou uma mancha com uma coloração diferente que poderá ser de uma queimada ou pode ser realmente do tal horizonte superficial de terra humosa. Mas nós não temos isso. Eu tenho agora essas análises, essas sementes que vão ser vistas novamente em França, porque o Eng<sup>o</sup> Pinto da Silva diz que já não tem meios ópticos para determinar tudo; mas é um pouco incoerente o tipo de cobertura vegetal, portanto herbáceas e crucíferas, com a cobertura mais densa. Mas eu não sei exactamente de que época são tais sementes, se do Bronze Inicial, se do Neolítico, se de muito antes. As amostragens são do solo antigo, mas não podemos situá-las no tempo.

## EL OCRE EN EL MEGALITISMO DE GALICIA

por

J. M. Vázquez Varela\*

Se presenta el resultado del análisis de dos muestras de ocre, procedentes de necrópolis megalíticas de Galicia.

No son infrecuentes los hallazgos de bolas o de polvos de color rojo, denominados genéricamente ocre, en el interior de monumentos megalíticos de Galicia. Aunque en la mayoría, por no decir la totalidad de los casos, no se conoce con el detalle deseado el contexto de aparición exacta de estos materiales, si sabemos que aparecen formando parte de los ajuares, tanto en monumentos claramente megalíticos como en el interior de túmulos cuyas estructuras arquitectónicas internas no pueden ser calificadas propiamente de megalíticas y suelen considerarse pertenecientes a un Calcolítico avanzado, con campaniforme o incluso al primer momento de la Edad del Bronce.

El ocre aparece en polvo o en forma de pequeñas bolas. Los análisis de las pinturas rojas existentes en los dólmenes de Pedra Coberta y Casa dos Mouros, en la provincia de la Coruña, han confirmado el empleo de óxidos de hierro como pigmento.

Tradicionalmente se viene considerando que el ocre, presente en los yacimientos megalíticos gallegos, es alguna variedad de óxido de hierro cuyo empleo tiene valor pictórico y/o ritual, extremos que necesitan ser confirmados, tanto en lo relativo a la naturaleza de la materia prima empleada — mediante el análisis de laboratorio —, como el de su función, gracias a la valoración del contexto, ya que los paralelos arqueológicos y etnográficos por si solos tienen un valor muy limitado y el ocre ha tenido múltiples usos a través del tiempo, por lo que de su sola presencia no se puede deducir su valor ritual, si bien su valor simbólico está muy claro en muchos monumentos megalíticos de la Península Ibérica, de acuerdo con el contexto de su hallazgo.

Para averiguar las cuestiones anteriormente expuestas, se realizó el análisis por difracción de Rayos X de las siguientes muestras<sup>1</sup>:

---

\* Dpto. Historia – 1. Universidad de Santiago. Galicia. España. Grupo de Estudios Prehistóricos «Padre Carballo».

<sup>1</sup> Los análisis de difracción de Rayos X han sido realizados por el Dr. D. Eduardo García Rodeja Gayoso en el Departamento de Edafología e Química Agrícola de la Universidad de Santiago de Compostela, al cual hacemos público nuestro agradecimiento por esta desinteresada colaboración científica.

**Muestra 1** — Polvo rojo procedente del túmulo 73 de Veiga dos Mouros en As Pontes de García Rodríguez, A Coruña. Posiblemente fué hallado en un túmulo sin cámara, perteneciente al Calcolítico avanzado (López Cuevillas, F. 1980).

El resultado de la difracción de Rayos X es que se trata de Hematites, un tipo de óxido de hierro.

**Muestra 2** — Pequeña bola irregular de color rojo procedente de la necrópolis megalítica de Chan de Armada, en la Península de O Morrazo, Pontevedra, concretamente de la mámoa número uno, que en su interior alberga un dolmen de cámara poligonal con corredor poco desenvuelto. En el ajuar, al que estaba asociada la muestra, aparecen materiales líticos característicos de un momento avanzado del megalitismo (Peña Santos, A. y Rodríguez Casal, A. 1976).

Analizada la muestra por la técnica de difracción de Rayos X, resultó ser cinabrio, sulfuro de mercurio.

La muestra procedente del túmulo de Veiga dos Mouros confirma la opinión general, basada hasta ahora solamente en análisis visuales y táctiles, de que los óxidos de hierro juegan un papel importante en la composición de los ocreos empleados en la Protohistoria de Galicia.

Dadas las características geológicas de la zona donde se emplaza el monumento en el que fue localizada la muestra, es muy probable que éste proceda de un área próxima, donde abundan los yacimientos de hierro.

La muestra procedente del túmulo de la Península do Morrazo, proporciona la novedosa información del uso del cinabrio, como colorante en la Protohistoria de Galicia. Este mineral es escaso en la región y por el momento su presencia se limita a zonas muy concretas del territorio, por lo que es posible que la muestra estudiada haya llegado al monumento a través de las vías de intercambio propias del megalitismo del Noroeste, documentadas por la circulación de materias «valiosas» que tienen un origen muy puntual dentro o fuera de la región gallega.

La función de estas piezas no resulta conocida a causa de la ausencia de noticias muy concretas sobre el contexto del hallazgo. En todo caso cabe señalar que el cinabrio fué manipulado para reducirlo a polvo.

Es probable que el análisis de las muestras de ocre, que no han sido analizadas con detalle, arroje mas luz sobre su naturaleza, función y las posibles vías de intercambio del momento.

#### BIBLIOGRAFIA

- LOPEZ CUEVILLAS, F. (1980), *Prehistoria*, en Historia de Galicia, dirigida por Otero Pedrayo, Madrid.
- PEÑA SANTOS, A. y RODRIGUEZ CASAL, A. (1976), Estudio de los materiales conservados de tres sepulturas megalíticas (Península de Morrazo, Pontevedra), *Gallaecia*, 2, pp. 55-86.

## O POVOADO DA LAVRA

Freguesia de Soalhães. Concelho de Marco da Canaveses. Distrito do Porto.

(Resumo)

por

Maria de Jesus Sanches

O povoado da Lavra situa-se na periferia SW da Serra da Aboboreira, ocupando uma das pequenas plataformas que caracterizam aquele bloco montanhoso.

Trata-se de uma estação de planalto (alt. absol. = 650 m) sobranceira a uma zona montanhosa mais baixa, a qual inclui os vales dos rios Ovil, Douro e Galinhas. O acesso à parte mais alta da Serra é facilitado pelo vale de dois pequenos cursos de água.

Realizaram-se aqui quatro campanhas de escavação. Estas revelaram um povoado cujas estruturas habitacionais, cavadas no solo saibroso de base e conectadas com uma camada arqueológica (e respectivo espólio) que abrange a quase totalidade da área escavada, parecem situar-se no Bronze Final.

Este nível de ocupação que, por facilidade de expressão, denominamos «Lavra II», parece ter-se desenvolvido numa área de 1 ha.

Na zona W do povoado, um outro nível estratigráfico subjacente ao anterior, mas ainda deficientemente caracterizado, inclui materiais arqueológicos distintos dos de «Lavra II».

Julgamos estar aqui em presença de um povoado eventualmente mais antigo — «Lavra I».

Deste modo, a campanha de 1988 teve, como um dos objectivos essenciais a atingir, a definição arqueológica deste nível e a sua correlação ou dissociação com o povoado posterior.

## APORTACION A LA CRONOLOGIA CAMPANIFORME DEL NOROESTE

por

Montserrat García-Lastra Merino

El abundante repertorio de cronologías absolutas proporcionado en los últimos años por el C14 para el Noroeste peninsular, ha generado una serie de estudios que han posibilitado el avance en el conocimiento de la arqueología. Dentro de este marco general, es objeto de esta comunicación, presentar una serie de consideraciones realizadas a partir de las dos fechas radiocarbónicas, ya publicadas<sup>1</sup>, del yacimiento de «O Fixón» (Península del Morrazo. Pontevedra).

Las dataciones fueron proporcionadas por el laboratorio japonés de la Universidad Gakushuin de Tokyo, referenciado en múltiples ocasiones por las controvertidas dataciones otorgadas a la zona geográfica que nos ocupa.

Al hablar de dataciones hemos optado por la no calibración, dado que nos referiremos siempre a fechas radiocarbónicas y por considerarla más comunmente empleada. Aunque en la actualidad parecen existir tablas de calibración, como la elaborada por el grupo de trabajo de la Universidad de Pensilvania y Arizona que ofrecen garantías para ser aceptadas universalmente<sup>2</sup>. Por otra parte, las recomendaciones de la IX Conferencia Internacional sobre radiocarbono apuntan a que las dataciones convencionales se presenten en años B.P. y las calibradas en años A.C. Las antiguas denominaciones de B.P., A.C. y D.C. para dataciones no calibradas deben de ser definitivamente abandonadas<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> a) GARCIA-LASTRA MERINO, Montserrat. «Primeros resultados de la campaña de excavaciones arqueológicas 1982, en el yacimiento campaniforme de «O Fixón» (Hío. Cangas de Morrazo. Pontevedra)». *Pontevedra Arqueológica I*. Pontevedra, 1984; pág. 133.

b) GARCIA-LASTRA MERINO, Montserrat. «El yacimiento de 'Chan de Armada' (Vilaboa. Pontevedra). Resultados de la excavación arqueológica 1983». *Pontevedra Arqueológica II*. Pontevedra, 1985-86; pág. 55.

<sup>2</sup> a) MONGE SOARES, António. PEIXOTO CABRAL, João M. «Dados convencionais de radiocarbono para estações arqueológicas portuguesas e a sua calibração: revisão crítica». *O Arqueólogo Português*, vol. II. Lisboa, 1984; pág. 181.

b) KLEIN, Jeffrey. LERMAN, J.C. DANOM, P.E. RALPH, E.K. «Calibration of radiocarbon dates: Tables based on the consensus data of the workshop on calibrating the Radiocarbon Time Scale». *Radiocarbon*, vol. 24, nº2. 1982; págs. 103-150.

<sup>3</sup> Ver nota 2 a); pág. 181.

Al referirnos a estas dataciones reseñamos que se trata de dos muestras aisladas procedentes de distintos niveles y que por lo tanto, no pueden ser cotejadas ni avaladas por otras. A la vez que somos conscientes del relativo grado de fiabilidad que ello supone, no obviamos tampoco el hecho de que, en ocasiones, la obtención de esta única muestra entraña enorme dificultad.

El yacimiento de «O Fixón» excavado en 1982, constituye un asentamiento al aire libre perteneciente al contexto cultural campaniforme<sup>4</sup>. Su estratigrafía queda constituida por dos niveles arqueológicamente fértiles, a la que se añade un perfil de ocho niveles, producto de la irregularidad presentada por el terreno desde el Noreste, detectado a través de un pequeño sondeo practicado en esta zona del yacimiento. El último de estos niveles, formado por una concentración de carbones y piedras, constituía una bolsa dentro del nivel VII que, junto con los dos primeros, fueron los que proporcionaron los hallazgos.

La primera de las muestras analizadas corresponde a la concentración de carbones señalada del nivel VII, proporcionando una datación de  $4820 \pm 120$  B.P. 2870 B.C.

Al tratarse de un sondeo fue excavada únicamente una pequeña superficie de 1x1 mts., de la que se recogieron dos únicos fragmentos de cerámica lisa, de buena factura y acabado junto con el fragmento distal de un raspador en sílex. La escasez de datos que tenemos de este nivel, nos impide hacer una valoración más concreta. La única aportación objetiva que se puede dar, viene establecida por la propia cronología, señalando un momento anterior con respecto al contexto campaniforme de los niveles superiores.

La segunda datación fue proporcionada por los carbones recogidos en una de las cuadrículas del sector septentrional, que representaba la zona de menor potencia estratigráfica. La muestra analizada procedía de las tierras que conformaban un cambio de coloración abierto en el suelo natural y delimitada por tres pequeños agujeros de poste. Aquí fueron localizadas algunas cerámicas lisas y en sus proximidades, restos de arcilla. La cronología proporcionada del  $3830 \pm 130$  B.P. 1880 B.C. corresponde a los dos niveles superiores que ofrecieron abundante cerámica campaniforme. La diferencia presentada por estos dos niveles radicaba en el matiz más claro y textura más suelta de sus tierras, siendo el inferior de menor potencia y hallazgos, descansando en pequeñas concentraciones dispersas de piedras. En cuanto a los hallazgos esta diferencia era más de tipo cuantitativo que cualitativo, reflejado en los campaniformes marítimos en sus dos variedades, de bandas y lineal junto con la combinación del lineal con impresión de trazos o de concha. Estos mismos motivos vuelven aparecer en mayor proporción en el nivel superior, donde la variedad lineal destaca sin mucha diferencia sobre la de bandas. Además de estas decoraciones hacen su aparición algunos motivos de línea y retícula incisa en combinación con el puntillado lineal así como la decoración geométrica pseudoexcisa junto con la presencia de una hojita de sílex y un fragmento de crisol. En los dos casos, los típicos campaniformes están acompañados de cerámicas

---

<sup>4</sup> Ver nota 1 a); págs. 113-144.

lisas, de buen acabado constatándose algunos espatulados junto con una industria lítica de cristal de cuarzo poco importante<sup>5</sup>.

A la vista de estos resultados y dada la práctica descontextualización de la datación más antigua de «O Fixón», su análisis sería meramente crónológico. Con una única fecha del  $2460 \pm 50$  B.C. se data el nivel precampaniforme de «A Fontenla» con cerámicas decoradas que los relacionan con los poblados vecinos de «O Regueiriño» y «Lavapés antiguo», todos ellos en la Península del Morrazo<sup>6</sup>. Cerámicas por el momento ausentes en «O Fixón». Mucho más próximas a esta datación, las encontramos en «Vinha da Soutilha» (Mairos) con  $2740 \pm 140$  B.C. y en el nivel antiguo de «Castelo de Aguiar» (Valle del Corgo) datado en el  $2750 \pm 100$  B.C., donde la D.<sup>ra</sup> Oliveira señala semejanzas tipológicas de algunos fragmentos cerámicos, contexto que por otra parte no parece presentar similitud al de «O Fixón»<sup>7</sup>.

Esta síntesis comparativa de cronologías es simplemente aproximativa para evaluar globalmente una fase precampaniforme, careciendo de toda base hasta que, futuros trabajos de excavación permitan aclarar la posición y contexto arqueológico de este momento en el marco general del yacimiento.

Más significativa y contextualizada resulta la datación del 1880 B.C. que colocaría a «O Fixón» en un momento señalado por el Prof. Delibes de plenitud campaniforme<sup>8</sup>. El estilo dominante es el Internacional en sus dos variedades de bandas y lineal, presentando en ocasiones esta última, sintaxis decorativa con otros motivos de clara tradición local; tal es el caso de la impresión de concha ya representada en el poblado de «O Regueiriño». La presencia de motivos más evolucionados, tipo Ciempozuelos, se realizaría desde el Sur a través del Valle del Duero y Meseta Occidental, quedando constancia de ello en «Tapado da Caldeira» (Baião)<sup>9</sup>. La datación para este momento nos pone en relación directa con las de poblados portugueses del Valle del Corgo y del Tamega. Concretamente con las proporcionadas por el nivel reciente de «Castelo de Aguiar» que, sitúa su fase inicial en  $1980 \pm 180$  B.C. y la final en  $1780 \pm 140$ <sup>10</sup> presentando similitudes estilísticas como la organización decorativa del Marítimo con la ocupación con cerámica campaniforme de «Pastoria»<sup>11</sup>. Estos campaniformes marítimos de «Pastoria» también inician la

<sup>5</sup> GARCIA-LASTRA MERINO, Montserrat. «Últimas investigaciones de la cerámica campaniforme en la provincia de Pontevedra». *Actas del II Coloquio Galaico-Minhoto*, vol. II. Santiago de Compostela, 1984; págs. 218 y 220.

<sup>6</sup> PEÑA SANTOS, Antonio de la. «El yacimiento de Lavapés (Cangas de Morrazo): Balance de las excavaciones 1981-1982». *Pontevedra Arqueológica I*. Pontevedra, 1984; pág. 154.

<sup>7</sup> OLIVEIRA JORGE, Susana. «Datos de carbono 14 para a pré-história recente do norte de Portugal. Os dados e os problemas». *Arqueologia*, 12. Porto, 1985; págs. 166 y 174.

<sup>8</sup> DELIBES DE CASTRO, Germán. «Calcolítico y Vaso Campaniforme en el Noroeste Peninsular». *Ponencia presentada en el Coloquio de Arqueología del Noroeste. Centenario Florentino López Cuevillas*. Orense, 1986.

<sup>9</sup> Ver nota 8.

<sup>10</sup> Ver nota 7; págs. 160 y 165.

<sup>11</sup> Ver nota 7; pág. 166/OLIVEIRA JORGE, Susana. «Habitats de la Préhistoire récente du Nord du Portugal (III. ° et début du II. ° millénaire avant J.-C.). Résultats et problèmes des fouilles des dernières années». *Bulletin Société Préhistorique Française*, tome 83-6. 1986; pág. 185.

secuencia campaniforme de otros poblados peninsulares del Sureste y estuario del Tajo, en Orce (Granada) el Marítimo — en pequeña proporción — e inciso coexisten en los niveles inferiores, datados en 1970  $\pm$ 60 B.C. y 1940  $\pm$ 40 B.C., desapareciendo los primeros en los niveles superiores con cronologías del 1885  $\pm$ 35 B.C. y 1850  $\pm$ 35 B.C.<sup>12</sup>.

En «Pastoria», asociados a estos primeros campaniformes, perduran las cerámicas incisas metopadas tipo «Penha» que nos ponen directamente en contacto con poblados como «Vinha da Soutilha» (Mairós) y «Lavapés reciente» (Península del Morrazo), con curiosas dataciones del 2800 y 2300 B.C. y del 1980  $\pm$ 120 B.C. respectivamente<sup>13</sup>. En opinión del Prof. Delibes, «Lavapés reciente» presenta un momento paralelo al Calcolítico de «Vinha da Soutilha», claramente precampaniforme y su posición en la secuencia antecede a «O Fixón», señalando un origen antiguo para estas cerámicas, fácilmente detectable por el primitivismo de sus formas<sup>14</sup>.

La datación más reciente de «O Fixón» señalaría el momento de apogeo del horizonte campaniforme, definido por la presencia de campaniformes evolucionados tipo Ciempozuelos, cuyos inicios se situarían poco después del 2000 B.C. a partir de fechas como «Los Husos» (Alava): 1970  $\pm$ 100 B.C., «Montefrío» (Granada): 1890  $\pm$ 35 B.C. o «Virgen de Orce» (Granada): 1885  $\pm$  35 B.C. y 1850  $\pm$  35 B.C.<sup>15</sup>. Campaniformes que a través de la línea del Duero, representados en «Tapado da Caldeira», alcanzarían el Sur de Galicia en un momento en que el Marítimo estaba en pleno apogeo y la tradición local de las cerámicas impresas con concha se continuaba. Dentro de este mundo de cerámicas, se desarrolla una industria lítica poco representativa que ya conoce la fundición del metal.

De confirmarse una antigua ocupación precampaniforme en «O Fixón» y siguiendo los planteamientos del Prof. Delibes, sería relevante para la investigación en este campo, el análisis del proceso de adaptación de los primeros campaniformes a partir del sustrato local, como ocurre en los habitats de «Pastoria» y «A Fontenla», hasta alcanzar el momento de plenitud representado en los poblados de «Tapado da Caldeira» y «O Fixón»<sup>16</sup>.

## ADDENDA

Una vez presentada esta comunicación, fue hecha publica por el Prof. Alonso del

<sup>12</sup> a) DELIBES DE CASTRO, Germán. «Carbono 14 y fenómeno campaniforme en la Península Ibérica». C14 y Prehistoria de la Península Ibérica. Reunión 1978. *Fundación Juan March, Serie Universitaria*, 77. Madrid, 1978; pág. 86.

b) ALMAGRO GORBEA, Martín. «Las fechas de C14 para la Prehistoria y Arqueología peninsular». *Trabajos de Prehistoria*, 27. Madrid, 1970; pág. 38.

<sup>13</sup> Ver nota 7; pág. 163/ Ver nota 6; pág. 161.

<sup>14</sup> Ver nota 8.

<sup>15</sup> DELIBES DE CASTRO, Germán. MUNICIO, Luciano. «Apuntes para el estudio de la secuencia campaniforme en el Oriente de la Meseta Norte». *Numantia I*. Soria, 1981; pág. 75.

<sup>16</sup> Ver nota 8.



Instituto Rocasolano de Madrid del C.S.I.C. — a quien agradecemos los datos siguientes — la datación de «A Chan de Coiro» (Península del Morrazo):

— Muestra O-CH, 0' 57. Carbón vegetal.  $3830 \pm 80$  años 1880 B.C.

Este yacimiento fue descubierto casualmente al hacer una pista, y donde al parecer se localizó un fondo de cabaña, cerámicas lisas, campaniforme — por lo menos del estilo Internacional —, un pulidor y lascas de cristal de roca. La datación B.C. proporcionada es idéntica a la obtenida en el nivel campaniforme de «O Fixón».

## PORTECELO, UN YACIMIENTO DE LA EDAD DEL BRONCE

por

Juan Antonio Cano Pan\*  
José Manuel Vázquez Varela\*

En el transcurso de una prospección arqueológica que, en 1984, realizó el entonces departamento de Prehistoria y Arqueología, hoy Historia 1, de la Universidad de Santiago y gracias a un convenio suscrito entre esta institución y la Xunta de Galicia, se descubrió un yacimiento que en principio y debido a la única presencia de artefactos líticos tallados se consideró de un momento anterior al comienzo de la Protohistoria de la zona pero que una vez excavado sus materiales contradijeron esta primera impresión apuntando a un momento más reciente, lo que llevó a continuar las excavaciones para aclarar la naturaleza del yacimiento y la posible relación que éste tenía con el conjunto lítico costero conocido como «Camposanquiense».

El yacimiento se sitúa en el lugar de Cubelas, próximo a la localidad de Portecelo, en el Ayuntamiento de O Rosal (Pontevedra). Está a la altura del kilómetro 80.5 de la carretera que conduce de A Guarda a Baiona. Se emplaza sobre un pequeño aterramiento que se forma a 95 metros de altitud sobre el nivel del mar, en la caída de la pendiente de la dorsal granítica que discurre paralela a la costa. Sus coordenadas geográficas, según la hoja 298 del mapa topográfico nacional, escala 1:50.000, son: 41° 57' 02" Latitud Norte y 5° 11' 29" Longitud Oeste (Meridiano de Madrid).

Desde su descubrimiento, uno de nosotros, Cano Pan, ha efectuado tres campañas consecutivas de excavación. La primera, realizada en 1985, tenía como objetivo definir la naturaleza del yacimiento y establecer la extensión del mismo para lo cual se establecieron una serie de sectores, constituidos por una o más catas, de forma radial al teórico centro constituido por la cata abierta en la prospección de 1984. En 1986, se continuó con esta labor y se inició la excavación en extensión de un sector, algo distanciado del teórico centro pero que en la campaña anterior había proporcionado los mejores resultados, que se denominó sector principal. En 1987 se continuó con este sector, se revisaron las estratigrafías y se siguió con la delimitación del yacimiento.

---

\* Dpto. Historia 1. Universidad de Santiago, (Galicia, España). Grupo de Estudios Prehistóricos «Padre Carballo».

En la actualidad, gracias a la metodología empleada y a la dispersión de las cuadrículas, se conoce con bastante precisión la extensión del yacimiento lo que permite saber que proporción del mismo está excavado y por tanto cuál es la representación de los datos que se han obtenido respecto al total posible.

Todo el repertorio de materiales obtenidos en las sucesivas campañas están siendo analizadas en estos momentos por lo que la comunicación que aquí se presenta es una primera aproximación que se basa fundamentalmente en los datos de la primera campaña.

## LA ESTRATIGRAFIA

Como es habitual en yacimientos con características similares, es decir situados en pendiente, la estratigrafía es muy simple y los niveles no son muy potentes. A pesar de que los distintos sectores excavados presentan algunas diferencias estratigráficas, se puede establecer una genérica, compuesta por tres capas o niveles, para todo el yacimiento.

I. Capa superficial, de color marrón oscuro. Tiene una profundidad que varía entre los 5 y los 40 cm. Es rica en materia orgánica y en ella hay abundantes raíces de plantas.

II. Capa intermedia, de color negro o marrón grisáceo muy oscuro. Tiene un espesor que oscila entre los 10 y los 85 cm. En ésta es donde se encuentra el material arqueológico.

III. Capa profunda, de color variable, en algunos casos marrón, en otros marrón amarillento claro o amarillento acastañado. En ella desaparecen progresivamente los elementos arqueológicos. Bajo este nivel aparece el substrato rocoso que está compuesto por granito de dos micas.

## LOS MATERIALES

El repertorio arqueológico recuperado se compone básicamente de fragmentos cerámicos y de artefactos líticos tallados, siendo estos últimos los que le dan una mayor peculiaridad al yacimiento.

**La cerámica** — Se recogió un gran número de fragmentos, que en su mayoría son de pequeñas dimensiones y proceden de las panzas de los recipientes. Estos fueron elaborados a mano con una pasta grosera y abundante desgrasante que se compone de micas y granos de cuarzo, alguno de los cuales es de gran tamaño.

Los bordes tienen una variada gama morfológica: rectos, oblicuos, redondeados convexos, apuntados convexos, circulares e incluso hay algunos representantes de los llamados anchos bordes horizontales. La unión de éstos con los cuellos es curvada y abierta, aunque también la hay oblicua suave, curvada cerrada y recta.

La totalidad de los fondos recogidos son planos y las bases son verticales y convexas abiertas.

Los elementos de suspensión son a base de pezones, alguno de los cuales tiene en su parte inferior una digitación y también hay algunas asas.

En cuanto a la decoración, se pueden establecer dos grupos predominantes. Una a base de digitaciones profundas dispuestas de forma paralela en el cuello de los recipientes. La otra es plástica, a base de cordones lisos de sección triangular que, en base a los restos conservados parten de del mismo borde y se disponen en sentido longitudinal. Otros motivos decorativos, aunque más escasos, son el bruñido y la incisión.

Las formas más comunes las constituyen recipientes con perfiles en S, con fondos planos y cuellos cerrados. Otro grupo lo forman piezas de forma similar a la anterior, pero éstas tienen en la parte alta una ligera carena. Por último hay una pieza de pequeñas dimensiones de forma globular.

**La industria lítica tallada** — En todas las campañas se localizó un nutrido grupo de estas piezas. De la de 1985 hay novecientas tres, entre las que se incluyen un variado repertorio de cantos tallados, útiles sobre lasca y otros productos del desbastado de los artefactos nucleares. El grupo está compuesto por:

|  | Nº Piezas  | %            |
|--|------------|--------------|
| Cantos rodados .....                                   | 55         | 6.09         |
| Cantos tallados rodados .....                          | 2          | 0.22         |
| Fragmentos .....                                       | 146        | 16.16        |
| Percutores .....                                       | 6          | 0.66         |
| Cantos tallados (artefactos nucleares) .....           | 60         | 6.66         |
| Útiles sobre lasca y productos<br>del desbastado ..... | 633        | 70.09        |
| Varios .....   | 1          | 0.11         |
| <b>Total .....</b>                                     | <b>903</b> | <b>99.97</b> |

La materia prima sobre la que se realizó la industria lítica es básicamente la cuarcita, aunque también se utilizó el cuarzo.

Entre los sesenta artefactos nucleares que se han localizado hay un claro predominio de los que tienen una talla unifacial, con cincuenta y cinco piezas distribuidas en siete tipos, que suponen más del 90% del total. Con talla bifacial solo hay cinco piezas y tres tipos, que son el 8.33%.

De los tipos unificiales sobresalen los cantos con talla unifacial extensa con veintidos piezas (35%) y los cantos con talla unifacial somera con diez y siete (28.33%), a estos tipos le siguen los cantos con talla unifacial convergente con siete (11.66%) y los protodiscos con cuatro (6.66%). Entre los bifaciales solo sobresalen los cantos con talla bifacial somera con tres (5%).

Las características de estos cantos son un volumen mínimo que tiene un

componente largo aplanado alto. La extensión periférica de la talla esta muy poco desarrollada, ya que en la mayoría de las piezas no sobrepasa el 50% del perímetro del canto. La inclinación de los desprendimientos es simple en casi la mitad de los artefactos, mientras que la plana y semiplana son prácticamente inexistentes. La penetración es profunda en gran número de artefactos. La morfología del borde tallado es predominantemente convexa y en menor grado angular. La delineación del filo es en casi el 50% denticulada y la arista sagital es curva.

Los útiles sobre lasca unido a los productos del desbastado de los cantos forman el componente más importante del conjunto con 633 piezas (70.09%). En este grupo sobresalen las lascas sin transformar con 406 elementos (64.13%) y las esquirlas con 146 (23.06). Lascas retocadas hay treinta y cuatro (5.37%) de las que veinticuatro son de segundo orden. Útiles sobre lasca hay treinta y ocho de la serie clásica (6%), que se distribuyen entre seis tipos, de los que destacan las raederas y los denticulados. Útiles sobre lasca con morfología de artefactos nucleares hay nueve (1.42%), con solo dos tipos, cantos con talla unifacial somera sobre lasca y cantos con talla unifacial media sobre lasca.

Otros materiales — En lo que se refiere al resto de los materiales recuperados hay que destacar los abundantes fragmentos de carbón vegetal que aparecen esparcidos en todo el nivel arqueológico, de este se han recogido dos muestras para ser analizadas por el método de C-14. También se encontraron algunas piezas de las que generalmente se vienen denominando alisadores y/o pulidores, así como una placa de esquisto que en uno de sus extremos tiene una perforación bitroncocónica.

Hay una amplia gama de muelas de molinos barquiformes, tanto superiores como inferiores. Entre ellos hay al menos, en lo relativo a sus dimensiones, tres variedades, destacan los de gran tamaño que tienen en su muela inferior un acusado desgaste debido a un uso continuado, lo que llevó, en algunos casos, a que se reaprovechara su cara posterior una vez que la inclinación de la superficie de abrasión era muy acusada. La característica más relevante de las muelas inferiores es la pestaña que delimita los laterales de la superficie erosionada por la muela superior.

Por último cabe destacar la aparición de algunas bellotas carbonizadas y de semillas de cereal, también carbonizadas, que en estos momentos están siendo analizadas para determinar a qué especie pertenecen, y que nos confirman la presencia de la agricultura en este momento.

## ESTRUCTURAS

En el transcurso de las sucesivas campañas de excavación no se localizó ningún resto de estructura defensiva ni petrea ni de posibles materiales perecederos. La planimetría del lugar tampoco ofrece ninguna información en este sentido, por todo ello hemos de considerar que se trata de un asentamiento que carecía de defensas o de existir éstas deberían de ser muy tenues.

En cuanto a las construcciones de hábitat debieron de ser a base de materiales perecederos, como parece confirmar un pavimento que puede corresponder a un hipotético fondo de cabaña. Colindante a este pavimento, pero sin estar en contacto con el, se encontró un enlosado compuesto por cuatro losas de esquisto alineadas en dirección Noreste-Suroeste, la funcionalidad de las mismas no esta por el momento aclarada.

## CONSIDERACIONES FINALES

La cronología en que se sitúa el yacimiento se establece, por el momento, en base a las formas cerámicas, fundamentalmente por la presencia del ancho borde horizontal y de recipientes con una ligera carena en la parte superior de la panza. Esto unido al paralelismo con otros yacimientos permite establecer para Portecelo una cronología en torno al año 1000 a.C., dentro de un momento inicial del bronce final.

De aceptar esta cronología, dentro de un momento en el que teóricamente florecían las relaciones atlánticas, con una intensa red de intercambios y una sociedad que poseía una metalurgia muy desarrollada, extraña un hábitat como el de Portecelo, en el cual nada confirma esta visión dorada de la Edad del Bronce, ya que no hay ningún resto de metalurgia y en cambio lo que sí aparece es un repertorio lítico tallado que se basa en el tipo de artefactos que técnicamente son más simples. Quizás no extrañe tanto si se tiene en cuenta que hasta el momento los esquemas sobre la Edad del Bronce se realizaron a partir, básicamente de los restos metálicos localizados, lo que distorsionó una posible visión objetiva de este momento. Portecelo es un claro exponente de otra visión que contrasta frontalmente con la tradicional.

Centrándonos en el yacimiento en sí, aunque carece de estructuras defensivas y a primera vista se podría pensar que se trata de un asentamiento temporal, si nos fijamos en una serie de datos como son: la presencia de los molinos de gran tamaño con un desgaste muy acusado. El propio emplazamiento del yacimiento que no se debe al azar ya que está situado en un punto intermedio de la dorsal montañosa desde el que controla visualmente tanto la línea de costa como la vía natural de tránsito que discurre paralela a la costa y a la vez también se ubica sobre la vía que comunicaba tradicionalmente la línea costera con las ricas tierras del interior. En cuanto a sus posibles recursos económicos, este asentamiento no está muy distante de una serie de yacimientos de estaño que se localizan dentro del mismo ayuntamiento y de otros auríferos explotados, al menos, desde época romana. Las posibilidades de aprovechamiento del medio natural próximo al yacimiento podrían ser más diversificadas de lo que a primera vista parece en la actualidad, como parece desprenderse del análisis polínico efectuado por la Dra. Aira, que nos da una visión del paisaje con una vegetación abierta con abundantes gramíneas, compuestas y brezal, y pequeños grupos de árboles en sus cercanías. Esta zona, aunque no es una zona agrícola, estuvo intensamente cultivada históricamente en diversas épocas, como se puede apreciar en los abundantes cierres de fincas cercanos al propio yacimiento e incluso por la existencia de aterrazamientos

para los cultivos. En la zona también fue muy abundante, aun todavía lo es pero en menor medida, la explotación ganadera que aprovechaba la parte media y alta de la dorsal montañosa. Los recursos marinos también pudieron ser una fuente de alimentación importante. En base a todo ello Portecelo podría ejercer, además de un control sobre las pasos de tránsito a lo largo de la costa y hacia el interior, una economía muy diversificada de la que la recolección también formaría parte, como se desprende de la presencia de bellotas entre el material arqueológico. Con esta situación y con esas potencialidades económicas es posible pensar que este asentamiento, aunque no fuese permanente, tampoco sería ocasional y pasajero.

A esto hay que añadir que Portecelo no es un dato aislado en esta zona ya que a unas decenas de metros del yacimiento hay una estación de arte rupestre entre cuyos motivos, además de algunos que por su generalidad no se pueden atribuir a ningún período cronológico concreto, tiene combinaciones circulares que tradicionalmente se consideran como prehistóricas y la mayoría de las cuales se realizaron durante la Edad del Bronce. También aparecieron, al Norte de Santa Trega, materiales metálicos que aunque se encuadran en un momento más avanzado del Bronce Final, en unión del petroglifo, documentan una cierta ocupación de esta zona durante la Edad del Bronce.

Portecelo marca un momento en el Bronce Final en el cual aun no comenzó el traslado y fortalecimiento de los poblados en zonas fácilmente defendibles que se constituirán con los primeros castros. En cambio si mantiene una cierta continuidad con asentamientos anteriores en el tiempo, como son los de Fontenla, Regueiriño y Lavapes, situados todos ellos en Pontevedra en cuanto a su emplazamiento y características: ausencia de estructuras defensivas, escasos restos de estructuras de hábitat que serían de materiales perecederos, emplazamientos a media ladera, impresión de ser hábitats provisionales, ... etc., lo que marcaría en relación a ellos una continuidad en el tipo de hábitat.

Por último comentar el papel que juega Portecelo y sus industrias líticas en el conjunto lítico que se conocía como «Camposanquiense». En vista a los artefactos localizados en este yacimiento, está claro que en el Bronce Final se tallaban los cantos rodados del litoral, también está claro que en ese momento los cantales ya se encontraban, a grandes rasgos, como hoy día, es decir, eran una mezcla de cantos rodados y tallados de los que una gran parte estaban ya rodados; una prueba de esta situación son los cantos tallados rodados aparecidos en el yacimiento, alguno de los cuales fueron vueltos a tallar por los habitantes del asentamiento. En base a estos datos no cabe duda que antes del establecimiento de este poblado ya habían existido comunidades que tallaron los cantos litorales. También se sabe que en los castros de la zona se continuó tallando los citados cantos, como queda de manifiesto después de los estudios efectuados sobre los castros de Forca y Santa Trega. En base a todos estos datos Portecelo se considera como un horizonte en el cual se mantiene la talla de los cantos cuyo inicio se puede situar de forma clara en el Tardiglacial — Holoceno temprano y que continuaría en los sucesivos horizontes cronológicos — culturales hasta la actualidad en que los marineros de A Guardia confeccionan sus pesas para pescar mediante la talla de cantos rodados.

## BIBLIOGRAFIA

- CALO LOURIDO, F.; SIERRA RODRIGUEZ, J.C. (1983), *Os orixenes do Castrexo no Bronce Final*. En Pereir a Menaut (edi.) *Estudos da Cultura Castrexa e de Historia Antigua de Galicia*. Santiago.
- CANO PAN, J.A.; VAZQUEZ VARELA, J.M. (1986), *Nuevas aportaciones al estudio de las industrias líticas del Suroeste de Galicia: la prospección de 1984*. «Studia Zamorensia, Historica» VII. Salamanca.
- CANO PAN, J.A. (1988), *La industria lítica tallada en la Cultura Castreña de Galicia*. «Actas I Congreso Peninsular de Historia Antigua» (Santiago 1986). Santiago.
- LLANOS, A. de; VARGAS, J.I. (1974), *Ensayo de un método para el estudio y clasificación tipologica de la cerámica*. «Estudios de Arqueología Alavesa» VI. Victoria.
- OLIVEIRA JORGE, S. (1983), *Aspectos da evolução pré-histórica do Norte de Portugal durante o III e o II milénios a.C.* «Actas do Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste». (policopiado), Porto.
- PEÑA SANTOS, A. de la (1985), *El asentamiento de Lavapés. Balance de las excavaciones 1982-1983*. «Pontevedra Arqueológica», I.
- PEÑA SANTOS, A. de la (1985, b), *Sondeo estratigráfico en el yacimiento de O Regueiriño (Moaña, Pontevedra)*. «Pontevedra Arqueológica», I.
- PEÑA SANTOS, A. de la (1985, c), *Sondeo estratigráfico en el yacimiento de A Fonterla (Moaña, Pontevedra)*. «Pontevedra Arqueológica», I.
- VAZQUEZ VARELA, J.M. (1980), *Nuevos datos y perspectivas sobre el Camposamquiense de Galicia*. «Museo de Pontevedra» XXXIV. Pontevedra.



## DEBATE

Susana Oliveira Jorge — Só queria fazer uma pergunta a Cano Pan. Eu não sei se compreendi bem algumas coisas da sua comunicação, porque você fala muito depressa... neste povoado de Portecelo, disse que havia cerâmica com largo bordo horizontal?

J. A. Cano Pan — Sim.

S.O.J. — Decorado?

J.A.C.P. — Sim.

S.O.J. — E agora relativamente à cronologia, qual foi a que apontou?

J.A.C.P. — Mil, antes de Cristo, e daí em diante.

S.O.J. — Portanto, Bronze Final I?

J.A.C.P. — Inícios do Bronze Final, é isso que escrevemos na comunicação.

Vítor Polo Sánchez — Pareceu-me que Montserrat García-Lastra indicou que se devia abandonar a cronologia a.C./b.C. Em que é que se apoia e que confusão é que poderá causar em relação aos autores anteriores que usaram sempre esta cronologia?

Montserrat García-Lastra Merino — Bem, eu limito-me à recomendação feita na conferência internacional sobre o radiocarbono. Realmente, o que eles assinalam é a necessidade de que as datações convencionais se apresentem em B.P., as calibradas em anos antes de Cristo e que as antigas denominações de b.p., a.C. e d.C. para datações não calibradas devem ser definitivamente abandonadas. É uma referência que colhi na bibliografia, na revista *Radiocarbon*. Neste momento apoio-me nas não calibrações e de qualquer modo creio que há aqui pessoas — concretamente o Dr. Fernán Alonso — mais especializadas e idóneas para darem um esclarecimento sobre isto.

V.P.S. — Queria somente perguntar onde fica esta estação com pinturas rupestres de que nos foram mostrados diapositivos durante a última comunicação.

Maria de Jesus Sanches — Situa-se numa das serras do médio vale do Tua, na Serra de Passos, junto de Mirandela.

Ramón Fábregas Valcarce — Queria fazer umas perguntas à Montserrat sobre a sua comunicação. Uma é um problema que não consegui entender muito bem: qual é o desvio-padrão da data do nível 8,  $\pm 120$ ? É que eu não tenho a certeza.

M.G.-L.M. — É  $4820 \pm 120$  B.P.

R.F.V. — Outra coisa que queria perguntar-te, porque fiquei com algumas dúvidas depois de ler a publicação que fizeste de O Fixón, sobre a exacta correlação entre o nível ou a camada 7, ondem estavam os carvões a partir dos quais obtiveste a data e as cerâmicas lisas. Porque creio que estavam noutra camada, mais ou menos à mesma altura.

M.G.-L.M. — Eu falo na publicação do nível 8 e do nível 7. Realmente o nível 8 é constituído por uma bolsa aberta no nível 7, bolsa essa onde se recolheram estes carvões, associados a uma série de pedras. Ou seja, realmente associados a esta datação aparecem os dois fragmentos lisos, e o fragmento distal de uma raspadeira de sílex.

Fernán Alonso — Em relação com as datas de C14, queria responder a este senhor que levantou o problema das escalas. Sabe-se, desde há muito, que as datas de C14 têm erros, porque a natureza não se comporta como um modelo matemático exacto, e então é daí que decorrem os problemas. Durante muitos anos não se puderam calibrar com precisão estes desvios que se supunham que existiam; mas não havia formas de os detectar. Cada vez se está a apurar mais os métodos experimentais e podem-se conhecer melhor os erros que as datas têm. O problema é que os laboratórios de C14 são os responsáveis por essas datas, indicando as correcções e afinando-as o mais possível. O problema é que eles marcam também as condições em que essa correcção se deve fazer. Os que quiserem podem continuar a seguir a cronologia tradicional; ou pegamos, ou largamos, as regras são assim e não têm alternativa. Queria aproveitar esta reunião para dizer que as tabelas de correcção mais vigentes neste momento são as de Klein e colaboradores publicadas na *Radiocarbon* (o que se chama o «grupo de Tucson»), que é um trabalho perfeito, magnífico, quando correlacionam as datas de C14 com a dendrocronologia. O que acontece é que os métodos experimentais avançam de forma prodigiosa, e neste momento temos tabelas muito mais precisas do que a de Klein, cujos autores são Stuiver, que é um norte-americano, e Pearson, que é um irlandês de Belfast, e estas correcções que também não são completas (chegam de momento a 2500 anos com grande segurança) foram publicadas na *Radiocarbon* do ano passado. Os laboratórios de radiocarbono peninsulares estão neste momento, por problemas de reunião, numa atitude de expectativa relativamente a aceitar estas novas tabelas, que têm erros menores do que as de Klein e isso favorece claramente o arqueólogo. E continua-se a trabalhar nelas para ampliá-las até onde for possível, 4000, 5000, 6000... anos antes de Cristo. Relativamente às datas anómalas, que cada vez vão aparecendo mais, eu creio que podem ser um motivo interessante de estudo. Não estão necessariamente contaminadas. Mas essas anomalias, se existem, podem ser indicativas de algo, de problemas que talvez neste momento não possamos resolver, mas convém registá-las para o futuro.

M.J.S. — Ainda queria fazer uma pergunta ali à Montserrat. Sobre o povoado de O Fixón eu acho que não percebi uma coisa. Disse que havia uma primeira data de 4820 referente a uma primeira camada com cerâmica lisa e depois disse que a segunda data

se situaria no sector setentrional com cerâmicas também lisas e na parte superior desse nível de cerâmicas lisas, que foi datado, é que aparece o campaniforme. Percebi bem?

M.G.-L.M. — Vou-te explicar um pouco a estratigrafia da estação. Em princípio a data de 1880 está associada a cerâmicas campaniformes, de tipo internacional, juntamente com cerâmicas lisas. E a data que dei de 2870 refere-se a uma pequena sondagem realizada na zona em que a jazida apresenta maior potência estratigráfica, vem de um nível mais baixo, o nível 7; e o que acompanhava este nível eram dois fragmentos de cerâmica lisa e um fragmento distal de uma raspadeira em sílex. Eu não posso precisar mais nada, de momento, sobre essa primeira ocupação de O Fixón. Já o disse, e espero que um futuro trabalho de escavação possa dar mais dados.

M.J.S. — Portanto, não há sobreposição física das duas camadas que forneceram as duas datas?

M.G.-L.M. — Há. Não corresponde ao mesmo corte, se te referes a isso.

M.J.S. — Pois era isso que eu queria saber. Obrigado.

F.A. — Devido ao interesse que despertou a comunicação sobre o campaniforme de Montserrat, eu gostaria de juntar aqui uma nova data para o campaniforme e que curiosamente tem um valor muito próximo deste de O Fixón, medido antes de vir para aqui; e atrevo-me a publicá-la porque não tem dono, digamos, oficial; foi enviada no ano de 1981 pela secção de Arqueologia e Pré-histórica do Instituto Padre Sarmiento, que é uma entidade colectiva, e não sei quem seria directamente responsável por ela. Tem o valor de 1880 ( $\pm 70$  ou  $\pm 80$ , não me recordo neste momento) e diz respeito a uma estação que se chama Coiro, que se situa em Cangas de Lourosa, e foi descoberta ocasionalmente aquando da abertura de uma estrada florestal, tendo sido escavada de emergência. Tinha cerâmica campaniforme e cerâmica lisa; pessoalmente não sei mais nada sobre o material que deu.

## ASPECTOS DO AMBIENTE QUATERNÁRIO NO NOROESTE DE PORTUGAL

por

Suzanne Daveau \*

Pareceu-me que, para um público de arqueólogos, os aspectos mais interessantes dos estudos em curso, relativos à evolução acentuada e repetidamente oscilante do ambiente natural, que caracteriza o Quaternário, podiam ser utilmente agrupados em três «tipos geográficos», tentando averiguar sucessivamente as transformações que sofreram: — 1. os fundos de vale; — 2. as vertentes e montanhas; — 3. a faixa litoral do Noroeste de Portugal.

Não vou tentar, em poucos minutos, fazer o balanço dos conhecimentos actuais sobre a evolução geral do período quaternário, nem mesmo dos seus episódios mais recentes, que são porventura os que interessam mais aos presentes. Vou tentar, muito sucintamente, dizer o que se sabe e quais são as vias de investigação actualmente trilhadas e os problemas ainda não resolvidos, mas que parecem de maior interesse, em cada dos três ambientes geográficos considerados.

O Quaternário, qualquer que seja a definição que dele se adopte e qualquer que seja o «começo» que se lhe impõe, não deixa de constituir: 1. a fase mais recente da evolução da Terra, portanto a que deixou marcas mais vivas no ambiente actual; 2. uma fase climaticamente muito conturbada e que continua tectonicamente tão viva como as anteriores — contrariamente ao que se pensava ainda há pouco decénios —; 3. uma fase cada vez mais marcada pelo impacto humano.

A visão tradicional do Mundo era «fixista»: a Criação, admitida pelas mais variadas religiões, teria feito surgir um ambiente igual ao de hoje, ou até melhor, por se considerar frequentemente o nosso tempo decadente ou corrompido. A ideia de evolução natural nasceu no Renascimento, com a descoberta de fósseis marinhos nas montanhas. Mas são dois aspectos geomorfológicos da paisagem que, no século XIX, deram o primeiro impulso à compreensão das revoluções do Quaternário — por um lado o escalonamento de terraços nos vales de certos rios e o de praias elevadas ao longo do litoral, por outro lado as marcas das glaciações em lugares bem distantes da actual extensão dos gelos.

---

\* Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, 1699 Lisboa Codex.

Em Portugal foi Carlos Ribeiro que, em 1867, falou primeiro de blocos erráticos. A seguir, Vasconcellos Pereira Cabral e Nery Delgado dedicaram-se à procura de antigas glaciações. Em relação ao Noroeste do país o suiço Paul Choffat colocou prudentemente a hipótese de uma glaciação no Gerês, em 1894, mas o tema ficou a seguir adormecido, até A. de Amorim Girão o retomar em 1958. Os terraços do curso inferior do Rio Minho foram objecto de um primeiro estudo sistemático do alemão H. Lautensach, em 1932, e os níveis litorais escalonados da região do Porto foram descritos numa nota preliminar por J. M. Cotelo Neiva, O. Ribeiro e C. Teixeira em 1943. Mas é sobretudo no último quarto de século que os estudos se intensificaram e diversificaram, trazendo já conclusões de grande interesse, mas deixando, até hoje, inúmeros problemas em aberto.

Convém ainda sublinhar que o progresso no conhecimento resulta hoje da interferência de dois tipos de investigação bem diferentes. Por um lado os estudos locais, cada vez mais precisos, que recorrem à sistematização das observações de campo através da cartografia em escala de pormenor e ao seu aprofundar através de análises de laboratório. Por outro lado, e de maneira especialmente importante num país como o Noroeste português que abre directamente para o litoral, o estudo moderno dos fundos oceânicos e, particularmente, do Atlântico Norte, que permite enquadrar as observações locais, forçosamente descontínuas e parciais, num esquema de evolução geral, em escala zonal e planetária.

Convém finalmente sublinhar a imperiosa necessidade, felizmente hoje largamente praticada, de uma colaboração constante e organizada entre os investigadores que trabalham no Noroeste de Portugal e na Galiza. A mais velha fronteira da Europa não existia no Quaternário.

## OS FUNDOS DE VALE

Muito variados são os vales do Noroeste português. Uns conservam acima do leito actual terraços escalonados, ainda cobertos de aluviões abundantes, desigualmente alteradas, enquanto outros parecem quase desprovidos de restos aluviais antigos. Uns alargam-se em masseiras de fundo plano, que se ligam suavemente a vertentes de perfil côncavo, enquanto outros, ou troços diferentes dos mesmos vales, apertam-se em gargantas selvagens, como o próprio Douro na cidade do Porto. António de Brum Ferreira deu em 1983 uma imagem de conjunto da repartição destes dois tipos de vale.

No seu estudo pioneiro do vale do Minho, H. Lautensach tinha já percebido que tão estranha distribuição espacial das formas de vale, bem como a variabilidade das altitudes relativas dos terraços, deviam explicar-se por um jogo tectónico especialmente diferenciado e perdurável — dir-se-ia hoje por uma desigual movimentação «neotectónica». Os locais onde o rio corre no fundo de uma garganta selvagem, de paredes quase verticais ou fortemente convexas, são os que continuam submetidos actualmente — ou até há geologicamente muito pouco tempo

— a um levantamento vertical; aqueles onde o vale tende a alargar são locais estáveis ou submetidos a lenta subsidência.

Naturalmente, os movimentos tectónicos positivos e negativos podem persistir, deixar de se manifestar ou alternar de maneira diferente segundo os lugares, mas em obediência a um esquema geral que importa entender. As hipóteses recentemente lançadas por António Ribeiro sobre as modificações quaternárias da movimentação relativa das placas continentais africana e ibérica e do fundo do Oceano Atlântico são, a este respeito, do maior interesse. Aqui, como nos outros domínios das Ciências da Natureza, a luz deverá surgir do confronto das observações de pormenor, bem localizadas e cuidadosamente cartografadas, com os modelos da evolução de conjunto das maiores unidades do Planeta.

Aqui, como em todas as Ciências que tratam de fenómenos evolutivos, de factos que se modificam ao sabor do tempo, é preciso o maior cuidado com o manejo das escalas temporais e com os limiares possíveis das velocidades de evolução. A transformação «quaternária» de um fundo de vale é uma coisa, a sua transformação «holocénica» outra. Se o entalhe linear vertical de um rio em aluviões pouco consolidadas pode ser muito rápido, o recuo de uma alta vertente de rochas resistentes exige um lapso de tempo dezenas de vezes maior. Portanto, para quem quiser imaginar o cenário no qual se moviam os homens há alguns milhares de anos, ou uma ou duas dezenas de milhares de anos, ou ainda há centenas de milhares de anos, é preciso ter bem presente esta diferenciada velocidade de evolução das diversas componentes dos fundos de vale. A elaboração de mapas de grande escala, onde se encontrariam datadas as formas significativas do modelado actual, seria, sem dúvida, do maior interesse. Na maior parte dos lugares a sua realização exigirá ainda muito trabalho de investigação preliminar. Interessa advertir que uma primeira tentativa de cartografia geomorfológica de pormenor, referente à Serra do Gerês, está em estado adiantado de realização, sob a direcção conjunta de A. de Brum Ferreira, do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, e de J. R. Vidal Romani, do Laboratório Xeológico de Laxe.

No entanto, na parte vestibular dos vales, modificações aceleradas, de grande importância, ocorreram ao longo do Holocénico. O esboço provisório da evolução do litoral oeste-ibérico, que elaborei em 1980, continua válido nos seus traços gerais. Mostra que o profundo entalhe que afectou a parte vestibular dos vales durante o Würm — ainda que as suas modalidades e causas permaneçam insuficientemente entendidas — progrediu para montante da foz actual sobre dezenas de quilómetros, chegando por exemplo até à região de Valença-Tuy no Rio Minho. Quando o nível das águas do mar voltou a subir durante o Holocénico, formaram-se profundas rias ou estuários, ao longo dos quais se instalaram os homens do Mesolítico e do Neolítico, num ambiente em rápida transformação, primeiro em consequência da continuação da transgressão marinha e, ao mesmo tempo e a seguir, pelo enchimento aluvial que ia progredindo, empurrando para jusante os limites da água salobra e da oscilação da maré.

Ainda que não referente ao Noroeste de Portugal, a análise da evolução holocénica do baixo vale do Rio Sorraia, que apresentei em 1985, mostra como a implantação, num perfil longitudinal do rio, das sondagens e achados arqueológicos

disponíveis permite reconstituir esquematicamente o ambiente que, em dado momento do passado, a parte vestibular dos vales oferecia aos seus habitantes. Não se deve naturalmente esquecer que cada rio e, ainda mais, cada conjunto regional de rios, teve ritmo e modalidades de evolução muito diferentes, conforme o relevo e a constituição geológica da bacia, o clima regional e o resultante regime de escoamento e, ainda, o tipo de cobertura vegetal das vertentes.

### AS VERTENTES: COBERTURA VEGETAL, SOLOS E DISPOSIÇÃO EM ANDARES

O desenvolvimento dos estudos palinológicos trouxe já muitos dados do maior interesse para a Arqueologia. A morosidade das análises e a relativa raridade das séries sedimentares que fornecem sequências datáveis de espectros polínicos, capazes de permitir a razoável reconstituição da cobertura vegetal local e regional, fazem no entanto com que os conhecimentos progridam com certa lentidão e de maneira bastante esporádica. Existem cómodas actualizações recentes sobre os resultados alcançados na Galiza e em Portugal (M. J. Aira Rodriguez, J. M. Vázquez Varela, 1985, S. Daveau, 1980 e 1987). Portanto queria insistir aqui sobretudo em dois aspectos: a interrelação entre a cobertura vegetal e a elaboração dos solos e preservação das rochas alteradas, por um lado, a disposição em faixas altitudinais (ou andares) destes aspectos do ambiente, por outro lado.

A paisagem actual do Noroeste de Portugal foi tão profundamente transformada pelo homem que é difícil reconstituir o que ela seria «naturalmente». Se o topo das mais altas montanhas se encontra hoje, em geral, desarborizado, parece não haver dúvida que foi essencialmente por acção antrópica, cujas modalidades e ritmo começaram a ser conhecidos em relação à Serra da Estrela, graças às investigações do palinólogo holandês C. R. Janssen e dos seus discípulos. Nas Serras do Noroeste (Peneda e Gerês) as únicas séries palinológicas estudadas até hoje não ultrapassam na base da Idade Média, testemunhando então uma desflorestação já acentuada.

É o estudo do modelado das vertentes que permitiu a G. Coudé-Gaussen (1981) concluir que, aquando do máximo do frio wurmiano, se os topos serranos suportavam em certos lugares pequenos glaciares e estavam algures expostos à acção destruidora do gelo e degelo alternados da água do solo, as vertentes de meia altitude teriam conservado um manto florestal. Com efeito, enquanto os cumes são hoje constituídos de afloramentos rochosos, entre os quais as areias de alteração do granito só escaparam à erosão em raros alvéolos, nas escarpadas vertentes de menor altitude continuam hoje a aflorar rochas graníticas, em muitos lugares profundamente alteradas, sendo praticamente reduzidas ao estado de areias *in situ*. Este contraste só se pode explicar se as grandes vertentes conservaram, desde a sua aparição, resultante do entalhe acelerado dos rios que dominam, uma cobertura vegetal densa, associada a um solo bem desenvolvido, capazes de impedir a acção erosiva do escoamento superficial.

Verificou-se, por outro lado, que o litoral do Noroeste apresentou, uma ou várias

vezes durante o Würm ou as fases tardiglaciárias, uma paisagem de deserto frio (H. Nonn, 1966, G. Soares de Carvalho, 1985), paisagem provavelmente ligada ao escoamento ao longo do litoral das águas marinhas particularmente frias. É-se portanto levado a pensar que, em determinados períodos, o escalonamento em altitude dos andares de vegetação comportou uma faixa florestal inserida entre dois desertos frios, um litoral, o outro de altitude.

Naturalmente este esquema geral precisa de ser revisto e enriquecido, principalmente com melhor datação e com averiguação das suas variantes regionais. Os factores de continentalidade e de exposição tinham sem dúvida importância tão grande como hoje, mas muito provavelmente com modalidades bastante diferentes. A análise da localização dos vestígios de glaciação até hoje conhecidos — por exemplo nas Serras da Peneda e da Cabreira — aponta para um nítido predomínio dos ventos de Oeste durante a fase fria mais recente, o que está de bom acordo com as reconstituições paleoclimáticas baseadas no estudo dos sedimentos recolhidos no fundo do Oceano Atlântico Norte. Mas sugere por outro lado um menor contraste de insolação entre as vertentes expostas ao Norte e ao Sul do que na actualidade, que deve corresponder a uma nebulosidade maior e mais igualmente repartida ao longo do ano.

Se o próprio vigor das crises mais frias, que marcaram com força as formas do relevo, permite elaborar uma reconstituição bastante coerente da variação espacial da paisagem contemporânea, nas escalas local e regional, é muito mais difícil chegar a conclusões do mesmo tipo em relação às diversas fases climáticas menos acentuadas que se manifestaram durante o Holocénico. Mas a multiplicação das análises palinológicas permitirá provavelmente chegar a uma boa reconstituição de pormenor da cobertura vegetal das vertentes e interflúvios, à semelhança do que já se conseguiu para as montanhas da Europa Média, onde se conhecem as modalidades pormenorizadas da reconquista das vertentes pela vegetação, inclusive a individualização progressiva de andares de altitude, mais ou menos diferenciados.

## A FAIXA LITORAL

Há bastante tempo, como já se diz, que se reconheceu a existência de patamares escalonados, cobertos de areias e calhaus rolados, dominando o litoral do Noroeste português e considerados como antigas praias, e estão actualmente a decorrer estudos aprofundados a eles consagrados, mas é muito mais recente o estudo de pormenor da faixa litoral imersa. É inútil sublinhar a importância que o seu conhecimento tem para a compreensão da região emersa vizinha, e para entender o ambiente que rodeou as populações que viviam durante as fases em que o nível do mar se encontrava sensivelmente abaixo do actual.

O conhecimento tanto do modelado como da estrutura profunda da plataforma continental resulta dos registos lineares de sísmica-reflexão, enquanto a dos sedimentos superficiais resulta de uma cartografia de interpolação, a partir de uma densa e sistemática recolha de amostras, a seguir estudadas em laboratório. Ressalta



uma disposição em faixas paralelas ao litoral dos sedimentos superficiais, que pode, *a priori*, ser interpretada, ou como resultante da dinâmica actual das águas marinhas, ou como herança das últimas oscilações e dos períodos de estacionamento da linha costeira (J. M. Alveirinho Dias).

Ainda que numa fase relativamente preliminar, estes estudos afiguram-se de grande importância para o conhecimento da dupla faixa litoral, emersa e submersa, tanto nos aspectos da sua evolução quaternária como nos da sua dinâmica actual. Sendo o ambiente litoral um palco frequente das actividades das sociedades humanas, é inútil sublinhar o significado dos progressos no seu conhecimento. A visão recente, mais equilibrada, dos aspectos situados abaixo e acima do nível actual do mar, é metodologicamente muito importante. As primeiras sociedades holocénicas desenvolveram-se em parte em espaços que se encontram hoje vedados à observação pelo mar.

O conhecimento das características da própria água do mar, aquando dos variados episódios climáticos do Quaternário, não teria menor interesse. Começa-se a ter uma visão razoável das oscilações principais da temperatura, no que diz respeito às águas superficiais, consideradas a certa distância do litoral, pela análise dos sedimentos e fósseis recolhidos nas profundas sondagens oceânicas. O conhecimento das águas litorais está muito menos adiantado, por várias razões, entre as quais avulta a sua própria complexidade. Seria do maior interesse saber como funcionaram outrora as correntes superficiais e verticais, qual era o regime térmico e salino do mar, qual a sua riqueza biológica, qual a frequência e violência das tempestades, etc.

O quadro aqui esboçado mostra o interesse dos resultados já alcançados, mas ainda mais o muito que será necessário para chegar a um conhecimento razoável da sucessão dos ambientes que rodearam o desenvolvimento das sociedades humanas do Noroeste peninsular. Como em tudo o que diz respeito aos problemas do Quaternário, qualquer progresso eficaz no conhecimento só pode ser alcançado num quadro de franca e larga colaboração interdisciplinar. Os vários elementos do ambiente têm ritmos de evolução muito diferentes, a sua compreensão é acessível através de técnicas de estudo também muito diferenciadas, o que obriga os investigadores à especialização, sendo no entanto essencial eles não esquecerem que todos os aspectos da evolução quaternária são interdependentes. Por outro lado, se a importância do impacto humano vai sempre crescendo, é com velocidade desigual, temporal e espacialmente. O enquadramento ambiental das sociedades, e as resultantes modificações daquele são fenómenos indissociáveis, onde interferem como factores essenciais as oscilações climáticas, por um lado e o devir humano, por outro.

## ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Uma actualização de conjunto sobre os conhecimentos existentes em relação aos sucessivos ambientes geográficos que rodearam o desenvolvimento das sociedades

pré-históricas da fachada ocidental da Península Ibérica encontra-se em:

— Suzanne Daveau, Espaço e Tempo. Evolução do Ambiente Geográfico de Portugal ao Longo dos Tempos Pré-históricos, *Clio*, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, II, 1980, pp. 13-37.

Sínteses englobando as publicações mais recentes, apresentadas com tratamento mais sistemático e aprofundado e acompanhadas de uma cuidadosa selecção bibliográfica, são incluídas nos dois primeiros volumes da seguinte obra:

— O. Ribeiro, H. Lautensach, S. Daveau, Geografia de Portugal, I. A Posição Geográfica e o Território, II. O Ritmo Climático e a Paisagem, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1987, 1988, 623 p.

Os dois volumes de Actas da Primeira Reunião do Quaternário Ibérico, Lisboa, 1985, reúnem grande número de artigos de interesse sobre variados aspectos dos estudos em curso na Península.

Sobre os diversos ramos da Geologia do Quaternário ver, em geral:

— A. Ribeiro et al., Introduction à la Géologie Générale du Portugal, S.G.P., Lisboa, 1979, 114 p.

Sobre a Neotectónica, consultar:

— A. Ribeiro, Néotectonique du Portugal, Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro, I, C.E.G., Lisboa, 1984, pp. 173-82; The Neotectonic Regime of the West Iberia Continental Margin: A Transition from Passive to Active?, *Maleo*, 2, 13, Lisboa, 1986, p. 38; S. Daveau, Critères Geomorphologiques de Déformations Tectoniques Récentes dans les Montagnes de Schistes de la Cordilheira Central (Portugal), *Bulletin AFEQ*, Paris, 1985, pp. 229-38.

Uma síntese dos problemas geomorfológicos do Noroeste português é dada por:

— A. de Brum Ferreira, Problemas de Evolução Geomorfológica Quaternária do Noroeste de Portugal, *Cuadernos do Laboratório Xeolóxico de Laxe*, 5, A Coruña, 1983, pp. 311-30.

De grande importância são também duas obras anteriores:

— H. Nonn, Les Régions Côtières de la Galice (Espagne). Etude géomorphologique, Paris, 1966, 591 p.;

— G. Coudé-Gaussen, Les Serras da Peneda et do Gerês. Etude géomorphologique, *Memórias C.E.G.*, 5, Lisboa, 1981, 255 p.

Como exemplo de estudo da evolução holocénica da parte vestibular de um vale, nas suas relações com a ocupação humana pré-histórica, veja-se:

— S. Daveau, Victor Gonçalves, A Evolução Holocénica do Vale do Sorraia e as Particularidades da sua Antropização, Actas, II, I Reunião do Quaternário Ibérico, Lisboa, 1985, pp. 187-97.

Sobre as glaciações do Noroeste de Portugal, veja-se o estudo de G. Coudé-Gausen (1981), acima citado, e

— A. Coudé, G. Coudé-Gaussen, S. Daveau, Nouvelles Observations sur la Glaciation des Montagnes du Nord-Ouest de Portugal, *Cuadernos do Laboratório Xeolóxico de Laxe*, 5, 1983, pp. 381-93,

— S. Daveau, N. Devy-Vareta, Gélifraction, Nivation et Glaciation d'Abri de la

Serra da Cabreira (Portugal), Actas, I, I Reunião do Quaternário Ibérico, Lisboa, 1985, pp. 75-84.

Sobre a evolução quaternária da cobertura vegetal, vejam-se as seguintes notas de actualização, ambas providas de ampla bibliografia:

— S. Daveau, Progressos Recentes no Conhecimento da Evolução Holocénica da Cobertura Vegetal em Portugal e nas Regiões Vizinhas, *Finisterra*, 44, Lisboa, 1987, (no prelo);

— M. J. Aira Rodriguez, J. M. Vázquez Varela, Nuevos Datos Palinológicos sobre la Agricultura Prehistórica en Galicia (España), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25, Porto, 1985, p. 241-52.

A evolução quaternária do litoral minhoto vai sendo estudada por G. Soares de Carvalho e os seus discípulos. Citam-se:

— G. Soares de Carvalho, Novos índices de Ambiente Periglacial no Litoral do Minho (Portugal), Actas, I, I Reunião do Quaternário Ibérico, Lisboa, 1985, pp. 27-36;

— J. Meireles, Problemas e Perspectivas do Quaternário do Litoral Minhoto a Norte do Rio Lima, *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, Braga, 1986, pp. 11-147.

A plataforma continental portuguesa foi objecto de dois importantes estudos:

— J.-R. Vanney, D. Mougénot, La Plate-forme Continentale du Portugal et les Provinces Adjacentes. Analyse géomorphologique, *Memórias S.G.P.*, 28, Lisboa, 1981, 86 p. ;

— J. M. Alveirinho Dias, Dinâmica Sedimentar e Evolução Recente da Plataforma Continental Portuguesa Setentrional, Tese, Geologia, Faculdade de Ciências, Lisboa, 384 p. pol. + anexos.

Sobre a evolução climática quaternária do Atlântico Norte, deduzida do estudo das sondagens profundas, vejam-se, por exemplo:

— A. Mc Intyre, N. G. Kipp, Glacial North Atlantic 18.000 years ago: a CLIMAP reconstruction, *Memoir 145*, Geological Society of America, 1976, pp. 43-76;

— W. F. Ruddiman, A. Mc Intyre, The North Atlantic Ocean during the last deglaciation, *Palaeo*, 35, Amsterdão, 1981, pp. 145-214.

# A FRAGA D'AIA (PAREDES DA BEIRA — S. JOÃO DA PESQUEIRA) — ARTE RUPESTRE E OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA

por

Vítor Oliveira Jorge  
António Martinho Baptista  
Maria de Jesus Sanches(\*)

## I — INTRODUÇÃO

Em trabalho anterior, os signatários, conjuntamente com outros arqueólogos, deram a conhecer a estação arqueológica da Fraga d'Aia nos seus aspectos essenciais<sup>1</sup>. Assim, o presente texto visa apenas detalhar algumas das observações ali efectuadas pela nossa equipa, e apresentar diversos dados novos sob a forma de apêndices<sup>2</sup>, em complemento do que já se encontra publicado. Tal não obsta a que ulteriormente voltemos ao assunto, quer em termos predominantemente analíticos, quer sobretudo visando uma síntese interpretativa de conjunto desta importante estação pré-histórica, que por ora cremos que seria ainda prematura<sup>3</sup>.

Recordemos que se trata de um abrigo granítico, com pinturas a vermelho e enchimento resultante de ocupações ante-históricas, sito na margem direita do rio Távora, na freguesia de Paredes da Beira, concelho de S. João da Pesqueira, distrito de Viseu (41° 3' 22" Lat. N.; 7° 29' 49" Long. W. Green.; altitude absoluta: 580m.).

---

\* Este texto, embora da autoria dos signatários, não teria sido possível sem a colaboração de todos os subscritores da notícia preliminar citada na nota 1, tanto no momento dos trabalhos de campo, como em algumas tarefas posteriores; é justo destacar a participação de Susana O. Jorge na análise de cerâmicas, e de Margarida S. Silva em contactos com a autarquia.

<sup>1</sup> Vítor Oliveira Jorge *et alii*, O abrigo com pinturas rupestres da Fraga d'Aia (Paredes da Beira — S. João da Pesqueira) — Notícia preliminar, *Arqueologia*, nº 18, Dezembro 1988, pp. 109-130.

<sup>2</sup> A cujos autores agradecemos a sua colaboração.

<sup>3</sup> Ainda não foi possível realizar uma última campanha de trabalhos, anunciada no nosso trabalho anterior (*op. cit.*, p. 111); estamos também à espera do resultado de diversas análises, nomeadamente de datações pelo C 14 (para além da que agora divulgamos), que certamente merecerão publicação e comentário. Entretanto, apraz-nos registar o facto da estação já se encontrar protegida por uma vedação, estando em curso o processo da sua classificação.

## II — AS PINTURAS

Não me tendo sido possível, até ao momento, finalizar "in loco" o estudo das pinturas pré-históricas deste pequeno mas notável abrigo das margens do Távora, não pretendo por ora alongar-me relativamente às notas que a sua primeira observação me sugeriu e que foram já publicadas nas páginas da revista "Arqueologia". Este texto sintetiza pois essas primeiras impressões e deverá ser enquadrado como complemento à presente apresentação mais detalhada dos resultados da escavação do abrigo.

As pinturas rupestres da Fraga d'Aia podem metodologicamente distribuir-se por dois grupos pictóricos, de acordo com a sua ordenação no espaço operativo e devem corresponder igualmente a duas fases de execução distintas. Ambos os grupos são pintados em tons monocromáticos, com tintas planas à base de tons de vermelho, que podem ir desde o vermelho vinhoso, mais escuro, ao sanguíneo, mais claro.

Tecnicamente, não existe qualquer tinta de preparação prévia da superfície historiada, sendo a camada pictórica hoje visível a aplicada directamente sobre o paredão granítico apainelado. Da mesma forma, não há qualquer evidência de delimitação ou esboço prévio dos motivos pintados. Apenas no friso decorado encaixado mais à direita do abrigo, onde se guarda uma rica imagética antropomórfica, a superfície granítica foi intencionalmente apainelada por martelagem e eventual fricção, restando actualmente desta operação um ligeiro rebordo saliente na parte superior do belo grupo de motivos.

Quer pelo princípio metodológico da precedência e preferência operativa, que aqui terá plena aplicação, quer tecnicamente pelos diversos matizes das tonalidades cromáticas, quer ainda pelas variantes estilísticas, as pinturas podem agrupar-se em dois conjuntos diferenciados que deverão eventualmente reflectir duas fases distintas de execução:

/ Fase A — O primeiro grupo é constituído pela cena de caça, na qual intervêm um único personagem antropomórfico talvez armado com um arco (sem setas visíveis) e um cervídeo de longas hastes figuradas em perspectiva distorcida, num estilo muito próximo do subnaturalismo. No entanto, a torsão dos membros do cervídeo e um certo dinamismo do personagem armado conferem à cena características de movimento que a afastam do clássico estilo subnaturalista. O subtil jogo de forças entre as duas figuras e uma certa desproporção no porte de cada uma delas, colocam o cervídeo no centro da acção. Este aspecto será determinante para que não se encare esta cena como de mero carácter narrativo, devendo antes ligar-se à descrição de um qualquer mitograma. O tema é bastante comum na arte da pré-história recente europeia e tem bastantes variantes em particular na Península Ibérica.

Estas são as figuras de maior porte de todo o abrigo, pertencendo certamente à primeira fase decorativa, momento ao qual se deverão igualmente ligar outros restos de antropomorfos esquemáticos, aparentemente dissociados

desta cena estilística e tecnicamente, e bem assim singulares restos de outros motivos entretanto desaparecidos devido a uma erosão mais intensa no mais desabrigado sector desta pala.

Fase B— O segundo grupo é representado predominantemente por um pequeno mas variado leque de motivos antropomórficos, agrupados ou não entre si, dois dos quais igualmente associados a um quadrúpede. Nesta fase destaca-se o bellissimo friso pintado no mais protegido recanto do abrigo, o que permitiu a sua melhor conservação e "frescura" pictórica relativamente às restantes figurinhas, algumas espriadas pela fraga praticamente até ao nível do solo. Tipologicamente, as personagens antropomórficas poderiam agrupar-se em três sub-fases. De momento interessará, no entanto, destacar que, no pequeno friso melhor decorado, algumas das personagens são de um fino recorte plástico, umas mais (surpreendentemente) naturalistas, outras mais estilizado-dinâmicas. Curiosamente, o mais esquemático antropomorfo inscrito neste friso, está aparentemente montado em pé sobre um quadrúpede de espécie dificilmente identificável, ligado por sua vez a uma outra personagem de maiores dimensões e estranhos atributos nos longos membros inferiores. Sobre o hipotético significado desta cena e sua provável cronologia avançada confira-se o texto da "Notícia Preliminar".

Nesta fase há assim uma clara dominância da temática antropomórfica, com ausência absoluta dos motivos geométricos, um tipo de figuras que por vezes aparece associado aos primeiros. Mas, se alguns dos antropomorfos apresentam a habitual tipologia do esquematismo ibérico, outros são bastante mais originais no seu naturalismo, conferindo à Fraga d'Aia uma importância acrescida no contexto da nossa arte pós-glaciar.

Os materiais arqueológicos exumados na escavação do abrigo, que poderão eventualmente fornecer alguns dados da cultura material dos pintores, e a possível cronologia absoluta obtida a partir das análises de C-14 das duas lareiras escavadas, ajudarão certamente a um mais correcto enquadramento cultural e mesmo cronológico das pinturas. Da conjugação destes elementos com uma mais profunda análise estilística e formal das pinturas da Fraga d'Aia, que contamos realizar em futuro próximo, poder-se-á desde já afirmar estarmos perante um dos mais significativos achados dos últimos anos no domínio da arte da pré-história recente do nosso território, e certamente no futuro uma estação de referência para o estudo e compreensão da arte pós-glaciar da própria Península.

Na verdade, são raras as estações de arte rupestre, gravadas ou pintadas, que podem ser estudadas num contexto de cultura material. Normalmente aquelas surgem ao investigador isoladas temporal e mesmo espacialmente do mundo dos seus criadores. Não se podendo afirmar com toda a segurança que a totalidade das pinturas da Fraga d'Aia pertencerá ao mesmo horizonte cultural dos materiais arqueológicos exumados na escavação do abrigo, pois não há pinturas sobrepostas por estratos

arqueológicos datáveis, poderá, no entanto, presumir-se uma quase segura relação entre ambos, pelo menos no que toca a certas pinturas deste mesmo abrigo. Daí a importância acrescida da Fraga d'Aia, onde se aliam a grande beleza plástica de alguns motivos com um possível contexto arqueológico de incalculável valor para uma sempre desejada melhor sistematização da nossa tão rica quão variada arte pré-histórica.

A. M. B.

### III — MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

#### 1 — Materiais Líticos

As peças mais significativas já foram por nós referidas na notícia preliminar (*op. cit.* pp. 125-126). Assim, o nosso objectivo é aqui, tão só, apresentar os quadros descritivos do material, peça por peça, indicando a localização de cada uma. Referir-nos-emos, sucessivamente, aos objectos de *pedra lascada* (46 peças, na sua maioria muito frustes), de *pedra polida* (3 artefactos), aos *elementos de moinhos manuais* (16 móveis e 2 fixos — proporcionalmente, trata-se de um tipo de artefacto abundante nesta estação), aos *seixos rolados* (em número de 9, que, obviamente, foram trazidos para o local pela mão do homem), e, finalmente, a uma série de *vários objectos* cuja descrição nos pareceu ser necessária ao inventário exaustivo do material encontrado, procedimento que consideramos indispensável no estudo de qualquer estação.

Distribuindo os materiais líticos por camadas, temos:

- C. 1 — 7 artefactos;
- C. 2a — 29 artefactos, além de 1 no contacto com a C. 2b.;
- C. 2b — 20 artefactos;
- C. 3 — 24 artefactos;

Outras situações:

- C. 1/2b (mistura, à superfície) — 2 artefactos;
- Lareira 2 — 2 artefactos (note-se, porém, que 1 deles é um simples fragmento de ocre);
- Terras revolvidas — 1 artefacto.

Assim, as camadas 2a, 2b e 3 conteriam a esmagadora maioria dos objectos, com vantagem para a C. 2a, o que parece estar em contradição com o que referimos na nossa notícia preliminar, em que apresentávamos tal camada como "arqueologicamente pobre, ou, mesmo, praticamente estéril" (*op. cit.*, p. 116). Todavia, se quantitativamente esta afirmação é exagerada, ela mantém-se genericamente válida, pelo menos em termos qualitativos. A maioria dos artefactos mais significativos (incluindo

fragmentos cerâmicos) ocorreu nas camadas 2b e 3; e em áreas relativamente amplas da superfície escavada, a C. 2a era efectivamente quase estéril. No que toca apenas aos materiais líticos, se descontarmos as inúmeras lascas residuais ou frustemente trabalhadas, os seixos rolados, e os objectos incluídos na rubrica "vária", veremos que a maioria dos artefactos com maior interesse pertence à C. 3 (em número de 14), só a seguir vindo a 2a (com 8, mas um deles achado no contacto com a C. 2b.) e, em terceiro lugar, a C. 2b (com 4, mas haveria ainda que pensar nas duas peças achadas na indiferenciação superficial das C. 1 e 2b). Isto para já não falar da enxó encontrada em terras revolvidas, mas com toda a verosimilhança proveniente da C. 3.

Acrescente-se que se considerou dispensável indicar as dimensões das peças menos significativas ou, até, de duvidoso interesse arqueológico; em alguns casos, apenas uma das dimensões é mencionada, o que se achou suficiente.

De novo manifestamos o nosso reconhecimento ao Dr. Huet Bacelar Gonçalves (Inst. Antropologia, F.C.U.P.), pela determinação de algumas das matérias-primas dos objectos estudados.

### 3.1.1. — OBJECTOS DE PEDRA LASCADA

| Nº de Ordem | Localização    | Descrição  | Matéria-Prima            | Dimensões |        |        |
|-------------|----------------|--|--------------------------|-----------|--------|--------|
|             |                |  |                          | Comp.     | Larg.  | Esp.   |
| 1           | D 3.<br>C. 2b. | Micrólito geométrico. Segmento largo, fragmentado na extremidade proximal. (fig. 2, 5)   | Sílex.                   | 2, 3cm    | 1, 1cm | 0, 4cm |
| 2           | D 2.<br>C. 2a. | Ponta de seta fragmentada do lado direito do anverso. Forma sub-triangular, com os bordos ligeiramente convexos, e a base provavelmente côncava. Mediana. Retoque cobridor no anverso, invasor no reverso. (fig. 2, 4) | Idem.                    | 2cm       | 1, 5cm | 0, 4cm |
| 3           | E 3.<br>C. 3.  | Lamela de secção sub-triangular, fragmentada na base; extremidade distal em forma de ponta romba; retoque de duas fases (mais recente o do reverso), marginal. (fig. 2, 6)   | Idem.                    | 2, 5cm    | 0, 8cm | 0, 4cm |
| 4           | E 3.<br>C. 3.  | Lamela fragmentada, de secção triangular e trapezoidal. Sem retoques; apenas possíveis sinais de uso, marginais. (fig. 2, 7)   | Idem.                    | 2, 4cm    | 1cm    | 0, 4cm |
| 5           | B 1.<br>C. 2b. | Fragmento de lâmina muito irregular; secção trapezoidal irregular.   | Quartzo hialino (impuro) | 1, 6cm    | 1, 3cm | 0, 5cm |



| Nº de Ordem | Localização        | Descrição  | Matéria-prima             | Dimensões |       |       |
|-------------|--------------------|--|---------------------------|-----------|-------|-------|
|             |                    |  |                           | Comp.     | Larg. | Esp.  |
| 6           | C 2.<br>C. 2a.     | Lamela irregular, sem retoques.  | Sílex.                    | 2,5cm     | 1,1cm | 0,4cm |
| 7           | B 2.<br>C. 2a.     | Lamela de secção triangular, arqueada. Fragmentada em ambas as extremidades.   | Quartzo hialino (ímpuro). | 1,8cm     | 1,1cm | 0,3cm |
| 8           | D 2.<br>C. 3.      | Fragmento de lamela, de secção triangular.   | Quartzo leitoso.          | 1,4cm     | 1 cm  | 0,5cm |
| 9           | B 2.<br>C. 2b.     | Lasca com bolbo no reverso e bordo cortante (em parte natural, em parte retocado), transversal, na extremidade distal. | Idem.                     | 3,8cm     | 4,6cm | 1,2cm |
| 10          | B 2.<br>C. 2b.     | Lasca retocada marginalmente no lado esquerdo superior do anverso e reverso. Bolbo duplo. Talão liso.                  | Quartzo.                  | 5 cm      | 4,8cm | 2,3cm |
| 11          | B 2.<br>Lareira 2. | Lasca com retoques marginais, pouco regulares, no bordo esquerdo do anverso. Bolbo visível. Talão facetado.            | Quartzo leitoso.          | 3,7cm     | 2,4cm | 0,8cm |
| 12          | E 3.<br>C.1.       | Lasca espessa, sumariamente afeiçãoada em c. de 2/3 do bordo esquerdo do anverso.                                      | Idem.                     | 4,5cm     | 2,8cm | 1,7cm |
| 13          | F 3.<br>C.3.       | Lasca sumariamente afeiçãoada no bordo esquerdo do anverso. Bolbo bem visível.   | Idem.                     | 4,3cm     | 2,8cm | 0,9cm |
| 14          | D 4.<br>C. 2b.     | Lasca com retoques abruptos em 2/3 do bordo esquerdo. Sinais de utilização.  | Idem.                     | 4,3cm     | 1,9cm | 1,4cm |
| 15          | E 3.<br>C. 1.      | Lasca com retoque fruste marginal em todo o bordo direito do anverso (tipo raspador côncavo).                          | Idem.                     | 4,1cm     | 2,2cm | 1,3cm |
| 16          | C 1.<br>C. 2a.     | Lasca frustemente afeiçãoada em parte dos bordos do reverso (provável utensílio ocasional).                            | Quartzo leitoso.          | 3,5cm     | 1,7cm | 1 cm  |
| 17          | C 2.<br>C. 2a.     | Lasca frustemente afeiçãoada no bordo lateral direito da face interna (utensílio ocasional).                           | Idem.                     | 3,2cm     | 2,6cm | 1,3cm |
| 18          | D 3.<br>C. 2b.     | Lasca afeiçãoada no bordo esquerdo da face externa (utensílio ocasional). Bolbo nítido no reverso.                     | Quartzo hialino.          | 2,8cm     | 3 cm  | 0,8cm |

| Nº de Ordem | Localização    | Descrição  | Matéria-prima                         | Dimensões |       |       |
|-------------|----------------|--|---------------------------------------|-----------|-------|-------|
|             |                |  |                                       | Comp.     | Larg. | Esp.  |
| 19          | B 2.<br>C. 2a. | Fragmento de lasca com retoques no gume lateral direito do anverso.  | Quartzo leitoso.                      | 1,8cm     | 2,6cm | 1,1cm |
| 20          | F 2.<br>C. 2a. | Lasca com alguns retoques frustes na extremidade distal (utensílio ocasional).   | Idem.                                 | 2,5cm     | 2,8cm | 0,8cm |
| 21          | D 3.<br>C. 2b. | Lasca com retoques na extremidade distal do anverso. Bolbo no reverso. Raspadeira?   | Quartzo hialino (impuro).             | 2,9cm     | 2 cm  | 0,7cm |
| 22          | D 1.<br>C. 2a. | Lasca com retoques na extremidade distal de ambas as faces. Bolbo no reverso.  | Idem.                                 | 2,7cm     | 1,9cm | 0,5cm |
| 23          | C 3.<br>C. 1.  | Lasca residual de quartzo hialino. Apresenta uma «mancha» de ocre vermelho.  | Quartzo hialino.                      | 1,6cm     | 2,1cm | 0,6cm |
| 24          | E 4.<br>C. 3.  | Lasca retocada marginalmente no bordo direito do anverso.  | Quartzo leitoso.                      | 3 cm      | 1,6cm | 0,8cm |
| 25          | D 4.<br>C. 2b. | Lasca com alguns negativos (incluindo uma <i>encoche</i> ) muito frustes no bordo esquerdo do anverso.                               | Idem.                                 | 3,3cm     | 1,1cm | 0,7cm |
| 26          | E 2.<br>C. 2a. | Lasca com negativos muito irregulares em ambas as faces (utensílio ocasional provável).  | Quartzo hialino (impuro).             | 1,7cm     | 2,4cm | 0,8cm |
| 27          | B 3.<br>C. 2b. | Lasca com negativos irregulares num bordo lateral (utensílio ocasional?).  | Idem.                                 | 3,5cm     | 1,5cm | 1,1cm |
| 28          | C 2.<br>C. 2a. | Lasca com alguns negativos nos bordos, que podem ser acidentais.   | Quartzo hialino (passando a leitoso). | 2,2cm     | 1 cm  | 0,5cm |
| 29          | D 3.<br>C. 2b. | Lasca retocada marginalmente no bordo esquerdo do anverso (raspador lateral direito).  | Quartzo hialino.                      | 3,4cm     | 1,8cm | 0,6cm |
| 30          | F 2.<br>C. 2a. | Lasca de seixo rolado, residual. Contorno ovóide. Talhe bipolar? (bolbo de um lado, sinais de choque no outro lado da face interna). | Quartzito.                            | 8,4cm     | 4,8cm | 1,4cm |

| Nº de Ordem | Localização                       | Descrição   | Matéria-prima             | Dimensões |       |       |
|-------------|-----------------------------------|---|---------------------------|-----------|-------|-------|
|             |                                   |   |                           | Comp.     | Larg. | Esp.  |
| 31          | C 3.<br>C. 1.<br>(zona revolvida) | Bloco que serviu de percutor (sinais evidentes numa das extremidades, mais ténues na outra).                          | Quartzo.                  | 11,2cm    | 7,5cm | 4,4cm |
| 32          | B 1.<br>C. 2a.                    | Lasca residual.   | Sílex.                    | 1,7cm     | 1,4cm | 0,3cm |
| 32          | F 3.<br>C. 1.                     | Poliedro irregular, que serviu de percutor numa das extremidades.   | Quartzo leitoso.          | 8 cm      | 7,5cm | 6,8cm |
| 33          | D 4.<br>C. 3.                     | Fragmento de rocha, espesso. Sumariamente afeiçãoado na extremidade distal (raspadeira espessa, muito fruste).        | Idem.                     | 4,2cm     | 3,1cm | 2,7cm |
| 34          | B 3.<br>C. 1.                     | Pequeno fragmento de rocha, mostrando, num dos bordos, alguns negativos (retoque fruste ou uso?). Utensílio eventual? | Idem.                     | 1,5cm     | 2 cm  | 1 cm  |
| 35          | E 2.<br>C. 3.                     | Pequena lâmina residual.  | Quartzo hialino.          | —         | —     | —     |
| 36          | C 1.<br>C. 2a.                    | Minúscula lamela residual (secção triangular).  | Quartzo leitoso.          | —         | —     | —     |
| 37          | C 1.<br>C. 2a.                    | Fragmento residual (núcleo atípico) com um negativo de lasca numa das faces.  | Quartzo hialino (impuro). | —         | —     | —     |
| 38          | D 3.<br>C. 2b.                    | Fragmento residual (núcleo muito esgotado).   | Quartzo leitoso.          | —         | —     | —     |
| 39          | C 1.<br>C. 2a.                    | Lasca com bolbo na face interna e toscos afeiçãoamentos marginais (utensílio ocasional?).                             | Idem.                     | —         | —     | —     |
| 40          | D 3.<br>C. 2b.                    | Fragmento de rocha com alguns negativos resultantes de percussões (núcleo esgotado provável).                         | Quartzo.                  | —         | —     | —     |
| 41          | F 2.<br>C. 2a.                    | Fragmento residual, podendo ter servido como utensílio ocasional, muito fruste (raspadeira espessa?).                 | Quartzo leitoso.          | —         | —     | —     |
| 42          | E 2.<br>C. 2a.                    | Lasca com bolbo no reverso. Denticulações frustes no bordo (utensílio ocasional?).                                    | Idem.                     | —         | —     | —     |

| Nº de Ordem | Localização    | Descrição  | Matéria-prima    | Dimensões |       |      |
|-------------|----------------|--|------------------|-----------|-------|------|
|             |                |  |                  | Comp.     | Larg. | Esp. |
| 43          | B 1.<br>C. 2a. | Lasca apresentando, num bordo lateral, alguns negativos (retoque fruste? resultado de atrito?). Utensílio ocasional? | Idem.            | —         | —     | —    |
| 44          | F 3.<br>C. 3.  | Lasca com bolbo na face interna. Negativos num dos bordos (uso ocasional? atrito?).                                  | Idem.            | —         | —     | —    |
| 45          | E 2.<br>C. 2a. | Lasca com bolbo na face interna. Negativos marginais. Utensílio ocasional?   | Idem.            | —         | —     | —    |
| 46          | C 2.<br>C. 2a. | Fragmento residual. Núcleo esgotado?   | Quartzo hialino. | —         | —     | —    |

## 3.1.2. — OBJECTOS DE PEDRA POLIDA

| Nº de Ordem | Localização                             | Descrição   | Matéria-prima                      | Dimensões |                    |       |
|-------------|---|---|------------------------------------|-----------|--------------------|-------|
|             |   |   |                                    | Comp.     | Larg.              | Esp.  |
| 1           | C 2.<br>C. 3.                           | Enxó de contomo sub-trapezoidal; secção sub-elíptica alongada. Gume rectilíneo. (fig. 2, 1).  | Anfibolito provável.               | 5,1cm     | 3,5cm<br>(no gume) | 1,4cm |
| 2           | C 4. Terras revolvidas (prof. – 50 cm.) | Enxó de contomo sub-trapezoidal; secção sub-trapezoidal. Gume ligeiramente convexo, quase rectilíneo. (fig. 2, 2).                              | Silimanite.                        | 3,9cm     | 3,4cm<br>(no gume) | 0,6cm |
| 3           | F 3.<br>C. 2.a (contacto com a C. 2b).  | Enxó de contomo sub-rectangular alongado. Secção sub-elíptica a ovóide. Gume convexo, muito deteriorado, como, aliás, toda a peça. (fig. 2, 3). | Anfibolito profundamente alterado. | 17,8cm    | 4,8cm              | 3,6cm |

## 3.1.3. — MOINHOS MANUAIS (elementos de)

| Nº de Ordem | Localização    | Descrição   | Matéria-Prima | Dimensões |         |        |
|-------------|----------------|---|---------------|-----------|---------|--------|
|             |                |   |               | Comp.     | Larg.   | Esp.   |
| 1           | C 2.<br>C. 2a. | Elemento móvel; contomo sub-elíptico; achatado. Polimento de uso em ambas as faces maiores, sendo porém numa delas mais intenso.                            | Granito       | 11, 8cm   | 9, 1cm  | 4, 2cm |
| 2           | E 3.<br>C. 3.  | Elemento móvel. Contorno ovóide; achatado. Polimento de uso mais intenso numa das faces maiores.  | Idem          | 9cm       | 7, 7cm  | 3, 3cm |
| 3           | E 3.<br>C. 3.  | Elemento móvel, ligeiramente fragmentado. Contorno sub-circular. Achatado. Polimento de uso nas duas faces maiores, mas mais intenso numa delas.            | Idem          | 10, 3cm   | 9, 6cm  | 4cm    |
| 4           | E 3.<br>C. 3.  | Elemento móvel, ligeiramente fragmentado. Contorno sub-retangular de cantos arredondados. Achatado. Polimento de uso principalmente numa das faces maiores. | Idem          | 9, 6cm    | 8cm     | 4, 3cm |
| 5           | E 5.<br>C. 2b. | Elemento móvel, fracturado. Contorno sub-elíptico. Achatado. Polimento de uso em ambas as faces maiores, mas mais intenso numa delas.                       | Idem          | 11, 5cm   | 9, 5cm  | 3, 5cm |
| 6           | E 4.<br>C. 3.  | Elemento móvel. Contorno sub-retangular alongado, de cantos arredondados. Achatado. Polido nas duas faces maiores, mas mais numa do que noutra.             | Idem          | 15, 7cm   | 10, 7cm | 4, 5cm |
| 7           | D 5.<br>C. 2b. | Elemento móvel, ligeiramente fragmentado. Contorno sub-elíptico; secção plano-convexa. Só a face inferior é polida pelo uso.                                | Idem          | 12, 3cm   | 10, 4cm | 6, 6cm |
| 8           | C 2.<br>C. 2a. | Elemento móvel; contomo sub-quadrangular. Uma das faces polida pelo uso, mas não totalmente.  | Idem          | 8, 4cm    | 8, 1cm  | 3, 3cm |
| 9           | E 3.<br>C. 3.  | Elemento móvel, fragmentado (c. 2/3 da peça?). Contorno sub-elíptico ou ovóide alongado; achatado.  | Granito       | —         | —       | 4, 7cm |

| Nº de Ordem | Localização                                 | Descrição  | Matéria-Prima | Dimensões |         |           |
|-------------|---|--|---------------|-----------|---------|-----------|
|             |   |  |               | Comp.     | Larg.   | Esp.      |
| 10          | F 2.<br>C. 2a.                              | Grande seixo rolado, espesso, com as duas faces maiores polidas pelo uso como elemento móvel. Contorno aproximadamente semi-circular. Uma das faces tem uma superfície útil mais ampla do que a outra. | Idem          | 15, 5cm   | 12, 5cm | 8, 3cm    |
| 11          | F 4.<br>C. 1/2b<br>(mistura), à superfície. | Fragmento de elemento móvel, de contorno presumivelmente ovóide; provavelmente achatado. Conserva-se parte de uma superfície polida pelo uso.  | Idem          | —         | —       | c.<br>3cm |
| 12          | E 3.<br>C. 3.                               | Fragmento de elemento móvel, presumivelmente achatado. Conservada parte da superfície polida pelo uso.   | Idem          | —         | —       | —         |
| 13          | E 3.<br>C. 3.                               | Idem.  | Idem          | —         | —       | —         |
| 14          | E 3.<br>C. 3.                               | Fragmento de elemento móvel (c. 1/2 da peça?). Uma das faces está polida pelo uso; a outra, apresenta a superfície fragmentada. Presumivelmente achatado.  | Idem          | —         | —       | 5cm       |
| 15          | F 4.<br>C. 1/2b<br>(mistura), à superfície. | Fragmento de elemento móvel (c. 1/2 da peça?). Contorno sub-elíptico ou ovóide; secção triangular. Face inferior polida pelo uso, embora não intensamente.   | Idem          | —         | —       | 5cm       |
| 16          | E 4.<br>C. 3.                               | Fragmento de elemento móvel (c. 1/2 da peça?). Contorno sub-circular ou sub-elíptico; achatado. Secção sub-rectangular de cantos arredondados. Uma das faces polida pelo uso.                          | Granito       | —         | —       | 5, 1cm    |
| 17          | E 2.<br>C. 2a.                              | Fragmento de elemento fixo. Contorno sub-triangular; achatado. Os sinais de uso (polimento), não intenso, ocorrem na face superior, ligeiramente côncava.  | Idem          | 23cm      | 20cm    | 7, 3cm    |
| 18          | E 3.<br>C. 3.                               | Elemento fixo, fragmentado. Contorno sub-quadrangular; secção sub-trapezoidal. Sinais de uso pouco prolongado apenas na face superior, que é côncava.  | Idem          | 21, 5cm   | 2, 5cm  | 10cm      |

## 3.1.4. — SEIXOS ROLADOS

| Nº de Ordem | Localização                  | Descrição  | Matéria-prima         | Dimensões |       |       |
|-------------|------------------------------|--|-----------------------|-----------|-------|-------|
|             |                              |  |                       | Comp.     | Larg. | Esp.  |
| 1           | D 5.<br>C. 2b.               | Seixo rolado de contorno elíptico. Sinais nítidos de percussões numa das extremidades. | Quartzito.            | 4,7cm     | 3,4cm | 2,5cm |
| 2           | D 5.<br>C. 1<br>(revolvida). | Seixo rolado de contorno ovóide; achatado.   | Idem.                 | 4,3cm     | 3,5cm | 1,8cm |
| 3           | D 2.<br>C. 2a.               | Pequeno seixo rolado.  | Xisto.                | 1,5cm     | 0,8cm | 0,3cm |
| 4           | E 3.<br>C. 3.                | Pequeno seixo rolado alongado; achatado.   | Idem.                 | 3,2cm     | 1,2cm | 0,4cm |
| 5           | E 3.<br>C. 3.                | Pequeno seixo rolado, achatado, brilhante.   | Idem.                 | 2,2cm     | 1,5cm | 0,3cm |
| 6           | E 3.<br>C. 3.                | Seixo rolado. Contorno sub-circular, um pouco alongado.                                | Quartzo leitoso.      | 3,7cm     | 3,2cm | 2,4cm |
| 7           | F 3.<br>C. 2a.               | Seixo rolado, de contorno sub-elíptico.  | Quartzito.            | 6,2cm     | 5,1cm | 3,6cm |
| 8           | D 1.<br>C. 2a.               | Seixo rolado, fragmentado.   | Idem.                 | 2,5cm     | 2,6cm | 1,5cm |
| 9           | C 4.<br>C. 3.                | Seixo rolado, fragmentado, achatado, de contorno ovóide.                               | Turmalinito xistento. | 10,5 cm   | 8,4cm | 3,3cm |

## 3.1.5. — VÁRIA

| Nº de Ordem | Localização    | Descrição  | Matéria-prima             | Dimensões |       |        |
|-------------|----------------|--|---------------------------|-----------|-------|--------|
|             |                |  |                           | Comp.     | Larg. | Esp.   |
| 1           | D 3.<br>C. 2b. | Placa de rocha (natural).  | Filádio ou xisto luzente. | —         | —     | 0,3 cm |
| 2           | D 1.<br>C. 2a. | Fragmento de rocha em forma de placa.  | Grés de grão fino.        | —         | —     | —      |
| 3           | D 3.<br>C. 2b. | Fragmento de placa (natural).  | Filádio ou xisto luzente. | —         | —     | —      |
| 4           | D 2.<br>C. 2a. | Fragmento de cristal. Alguns negativos muito irregulares numa extremidade (possivelmente fortuitos). | Quartzo leitoso.          | —         | —     | —      |
| 5           | B 3.<br>C. 3.  | Pequeno fragmento de cristal.  | Quartzo leitoso.          | —         | —     | —      |
| 6           | D 3.<br>C. 2b. | Pequeno cristal  | Idem.                     | —         | —     | —      |

| Nº de Ordem | Localização        | Descrição   | Matéria-prima     | Dimensões |       |       |
|-------------|--------------------|---|-------------------|-----------|-------|-------|
|             |                    |   |                   | Comp.     | Larg. | Esp.  |
| 7           | D 4.<br>C. 2b.     | Fragmento de rocha, polida (instrumento) ou rolada (seixo).   | Anfibolito.       | —         | —     | —     |
| 8           | D 4.<br>C. 2b.     | Calhau fragmentado, achatado, apresentando numa das faces maiores certo grau de «alissamento» (elemento móvel de moinho normal, de uso pouco longo?). | Granito.          | —         | —     | 4,8cm |
| 9           | D 2.<br>Lareira 2. | Fragmento de ocre.  | Ocre ferruginoso. | —         | —     | —     |

V. O. J.

### 3. 2 — Cerâmica

A grande maioria dos fragmentos cerâmicos exumados é lisa, dificilmente permitindo colagens susceptíveis de proporcionarem uma reconstituição das respectivas formas. Além disso, os bordos não são abundantes, e os eventuais fragmentos de fundos, que devem ter sido convexos, praticamente não se distinguem dos das panças.

Deste modo, só foi possível perceber, a partir dos bordos e/ou panças, a forma de 14 recipientes<sup>4</sup>. Treze dos mesmos figuram, conjuntamente com um fundo, no quadro de formas que aqui apresentamos.

Como se pode verificar, dominam aí os recipientes de tipo esférico ou aparentado<sup>5</sup>, incluindo as taças em calote de esfera.

Tipo 1 — esférico de boca fechada;

Tipo 2 — esféricos de boca um pouco mais aberta do que em 1. A forma b constitui uma variante, com um ligeiro estrangulamento no bordo.;

Tipo 3 — taças em calote de esfera. A forma b é uma taça de fundo arredondado e corpo de tendência sub-cilíndrica;

<sup>4</sup> No nosso trabalho anterior falávamos de 13 formas (*op. cit.*, p. 127), que são as que figuram no quadro que agora apresentamos. Efectivamente, o vaso nº 16 encontra-se reduzido a um fragmento tão pequeno, que não permite que façamos uma ideia de qual seria o seu perfil. Quanto ao vaso nº 15, que figura no quadro integrado na forma 4, não possui bordo, sendo no entanto notório pela sua carena e pela decoração que ostenta.

<sup>5</sup> Corrija-se, assim, a afirmação inserta na nossa notícia preliminar (p. 127, col. 1, linhas 10-11), segundo a qual «as formas dominantes pertencem a recipientes de corpo globular ou ovóide», o que não é correcto, pelo menos com base nas formas reconstituíveis.

Aproveitamos também para chamar a atenção para duas gralhas existentes na mesma pág. desse trabalho: na col. 1, linha 18, deve ler-se «v. Fig. 23»; e na col. 2, linha 5, deve ler-se «mistura com a C. 2a.».



Tipo 4 — recipientes fechados, de perfil sinuoso, com carena; num deles (no quadro, do lado esq.) a carena está a meia altura do corpo, existindo ainda um pequeno estrangulamento no colo;

Tipo 5 — recipiente aberto, em forma de taça carenada (carena média?);

Tipo 6 — fundo convexo, espessado na parte central através de uma saliência de contorno circular.

Em nenhum caso a decoração dos vasos parece ser abrangente, limitando-se à parte contígua ao bordo ou abarcando, mais raramente, uma faixa que, de qualquer modo, não deverá ultrapassar c. de 1/3 do corpo do vaso. Mesmo quando estamos perante fragmentos decorados que não admitem colagem, essa ornamentação não destoa da que se encontra em formas reconstituíveis — tanto em estilo como na área presumível do vaso em que se situava.

As decorações apresentam três técnicas — a impressão "penteada" (aqui realizada de modo arrastado), a incisão e o puncionamento simples (havendo também alguns casos de puncionamento arrastado). Quanto às organizações decorativas, são de dois tipos:

- a) impressões "penteadas" dispostas em linhas que se distribuem, em faixa, paralelamente ao bordo;
- b) incisões, paralelas entre si e paralelas ou perpendiculares ao bordo, dispostas em sequência horizontal; esta faixa é delimitada em cada topo, ora por uma linha incisa, ora por uma linha de puncionamentos.

Um dos recipientes é decorado sobre o lábio com pequenas incisões curtas e fundas (nº 16) e outro apresenta uma fiada de 4 orifícios, destinados com certeza à sua suspensão (nº 9).

Do ponto de vista técnico, toda a cerâmica apresenta boa cozedura e pasta de textura compacta. Em função do tipo de desengordurante, podemos distinguir três grupo de pastas:

- 1) Pasta com desengordurante constituído por e. n. p. finos (0,5 - 1 mm), essencialmente micáceos — 100 fragmentos, que constituem 45% da amostragem<sup>6</sup>. Neste grupo incluem-se ainda os recipientes n.ºs 7, 13, 14 e 16. Apresentam predominantemente superfícies bem alisadas de cor castanho-avermelhada. Em menor grau surge a cor castanho clara. A espessura das paredes varia entre 3 e 8mm.
- 2) Pasta com desengordurante constituído por e.n.p. de tamanho médio (1 - 2,5 mm), essencialmente de quartzo, mas também com elevada percentagem de mica — 97 fragmentos, representando 44% da amostragem.

---

<sup>6</sup> Para efeitos de contagem, considerámos aqui como só 1 espécime todos os fragmentos admitindo colagem.

A este grupo pertencem os vasos n.ºs 3, 4, 6, 10, 12 e 15. Dominam as superfícies alisadas essencialmente no exterior; no interior são mais irregulares. A quase totalidade dos fragmentos é de cor castanho clara, embora haja também alguns avermelhados. A espessura das paredes varia entre 6 e 8 mm.

- 3) Pasta com desengordurante constituído por e.n.p. de tamanho médio e grande (2,5 - 5 mm), essencialmente de quartzo — 23 fragmentos que representam 10% da amostragem. Incluem-se neste grupo os recipientes n.ºs 1, 5, 7, 8 e 9. Neste grupo as superfícies deveriam ter sido inicialmente alisadas. Porém, a grande percentagem de elementos não plásticos grosseiros deve ter contribuído para uma maior corrosão das paredes, que actualmente se encontram rugosas. Domina a cor castanho clara. A espessura das paredes varia entre 6 e 10mm.

Em todos os fragmentos analisados, o núcleo é, genericamente, da mesma cor das superfícies, sendo ainda frequente encontrar, em quase todos, as marcas de um alisamento imperfeito no interior do recipiente. Daí que as superfícies interiores sejam sempre mais irregulares do que as exteriores.

A concluir a nossa análise dos recipientes, apresentamos um quadro contendo a proveniência dos 16 vasos cujos fragmentos desenhámos para publicação (neste trabalho e no anterior — v. nota 1 *supra*<sup>7</sup>), por, obviamente, serem os mais importantes exemplares exumados.

---

<sup>7</sup>Distribuição global, por camadas, de todos os fragmentos (aqui considerados individualmente, ou seja, independentemente de admitirem ou não colagem) encontrados na Fraga d'Aia, num total de 305 exemplares, na sua maioria de pequenas dimensões:

C. 1 — 19 — 6,2%

C. 2a. — 93 — 30,4%

C. 2b. — 94 — 30,8%

C. 3 — 72 — 23,6%

Outras situações (27 — 8,8%):

C. 1/2 b. (contacto, ou indiferenciação, entre as camadas) — 22

C. 1/2a. (mistura, à superfície) — 1

C. 2a./2b. (indiferenciação) — 2

Terras revolvidas da base — 1

Lareira 2 — 1.

| Vaso nº | Fragmentos que o compõem <sup>a</sup> , e sua localização (quadrado e camada)  | Desenho                             |
|---------|--|-------------------------------------|
| 1       | 114 — E 3, c. 3.<br>212 — F 3, c. 3.<br>282 — D 5, c. 2b.<br>399 — D 3, c. 2b.   | <i>Op. cit.</i> nota 1, fig. 22, 1. |
| 2       | 58 — E 3, c. 3.<br>193 — E 3, c. 2a.<br>194 — E 3, c. 2a.<br>195 — E 3, c. 2a.<br>221 — F 3, c. 2b.<br>280 — f 5, c. 2b.   | <i>Op. cit.</i> nota 1, fig. 22, 3. |
| 3       | 66 — E 3, c. 3.<br>71 — E 3, c. 3.<br>109 — E 3, c. 2b.<br>110 — E 3, c. 2b.<br>111 — E 3, c. 2b.<br>112 — E 3, c. 2a.<br>188 — F 3, c. 2a.<br>391 — D 3, c. 2b.<br>411 — D 3, c. 2b.<br>417 — D 3, c. 2b. | <i>Op. cit.</i> nota 1, fig. 22, 1. |
| 4       | 273 — B 3, c. 2b.<br>306 — B 2, c. 2a (transição para a c. 2b.)<br>307 — B 2, c. 2a (transição para a c. 2b.)<br>458 — D 2, c. 3.<br>488 — B 2, c. 2a.   | fig. 5, 2.                          |
| 5       | 173 — G 3, c. 2a.  | Fig. 6, 1.                          |
| 6       | 217 — E 5-F5, superfície (exterior do abrigo)  | Fig. 4, 2.                          |
| 7       | 107 — E 3, c. 2b.<br>108 — E 3, c. 2b.<br>242 — C 3, c. 2b.  | Fig. 4, 4.                          |
| 8       | 281 — D 5, c. 2b.  | Fig. 4, 1.                          |
| 9       | 263 — F 4, c. 1/2b (mistura), à superfície.<br>264 — F 4, c. 1/2b (mistura), à superfície.<br>265 — F 4, c. 1/2b (mistura), à superfície.  | <i>Op. cit.</i> nota 1, fig. 23.    |

<sup>a</sup> Cada fragmento vai antecedido do seu nº de etiquetagem individual.

| Vaso nº | Fragmentos que o compõem, e sua localização (quadrado e camada)   | Desenho    |
|---------|---|------------|
| 10      | 243 — F 4, c. 2b.<br>248 — F 4, c. 2b.<br>274 — F 5, c. 2b.<br>275 — F 5, c. 2b.<br>276 — F 5, c. 2b.<br>277 — F 5, c. 2b.  | Fig. 4, 3. |
| 11      | 328 — F 5, c. 3.  | Fig. 6, 2. |
| 12      | 116 — E 3, c. 3.<br>117 — E 3, c. 3.<br>119 — E 3, c. 3.<br>206 — E 4, c. 3.<br>297 — F 4, c. 3.<br>361 — D 4, c. 1/2b (indiferenciadas).   | Fig. 3, 2. |
| 13      | 78 — E 3, c. 3.<br>360 — D 4, c. 1/2b (indiferenciadas).<br>399 — D 3, c. 2b.<br>404 — D 3, c. 2b.<br>465 — D 3, c. 1/2b (indiferenciadas).<br>466 — D 3, c. 1/2b (indiferenciadas).<br>467 — D 3, c. 1/2b (indiferenciadas).<br>530 — D 4, c. 2b.<br>531 — D 4, c. 2b. | Fig. 5, 1. |
| 14      | 211 — F 4, contacto entre c. 1 e 2b.  | Fig. 3, 4. |
| 15      | 1 — F 2, c. 2a.<br>2 — F 2, c. 2a.<br>3 — F 2, c. 2a.<br>4 — F 2, c. 2a.  | Fig. 3, 3. |
| 16      | 172 — F 3, c. 2a.   | Fig. 3, 1. |

Num local de 62 fragmentos pertencentes a estes dezasseis recipientes verificamos que a distribuição por camadas é a seguinte:

- c. 1 — 1
- t. de mistura entre a c. 1 e a c. 2b (superfície) — 9
- c. 2a — 12
- t. de transição entre a c. 2a e a c. 2b — 2
- c. 2b — 25
- c. 3 — 13.

Constatamos também que, em certos casos, um vaso tem os seus fragmentos dispersos por duas ou, mesmo, por três camadas. Tal facto não nos surpreende, uma vez que, tal como dissemos na notícia preliminar, cremos estar perante níveis distinguíveis mais em termos, digamos, pedológicos (cor, textura, compactidade, teor em húmus, etc.), do que propriamente arqueológicos.

Finalmente, resta descrever duas peças cerâmicas de forma cilíndrica, fragmentadas (fracturas antigas nas duas extremidades de cada uma), que identificaremos pelo seu nº de etiquetagem:

171 — Localização: E 3. C. 2b.

Dimensões: comp. — 1,8 cm; diâmetro — 0,6 cm. Cor castanha.

(Fig. 2, 8.).

548 — Localização: D 3. C. 2b (base).

Dimensões: comp. — 2,7 cm; diâmetro — 0,7 cm. Cor castanho-avermelhada.

(Fig. 2, 9).

Desconhecemos por completo a função das peças (aparentemente distintas, ou seja, não parece estarmos perante dois troços de um mesmo "cilindro", dada a diferença, embora ligeira, de cores e de diâmetros) a que estes dois fragmentos pertenciam.

*M.J.S. / V.O.J.*



Fig. 1 — As pinturas da Fraga d'Aia (levantamento de A. M. Baptista).

Est. I



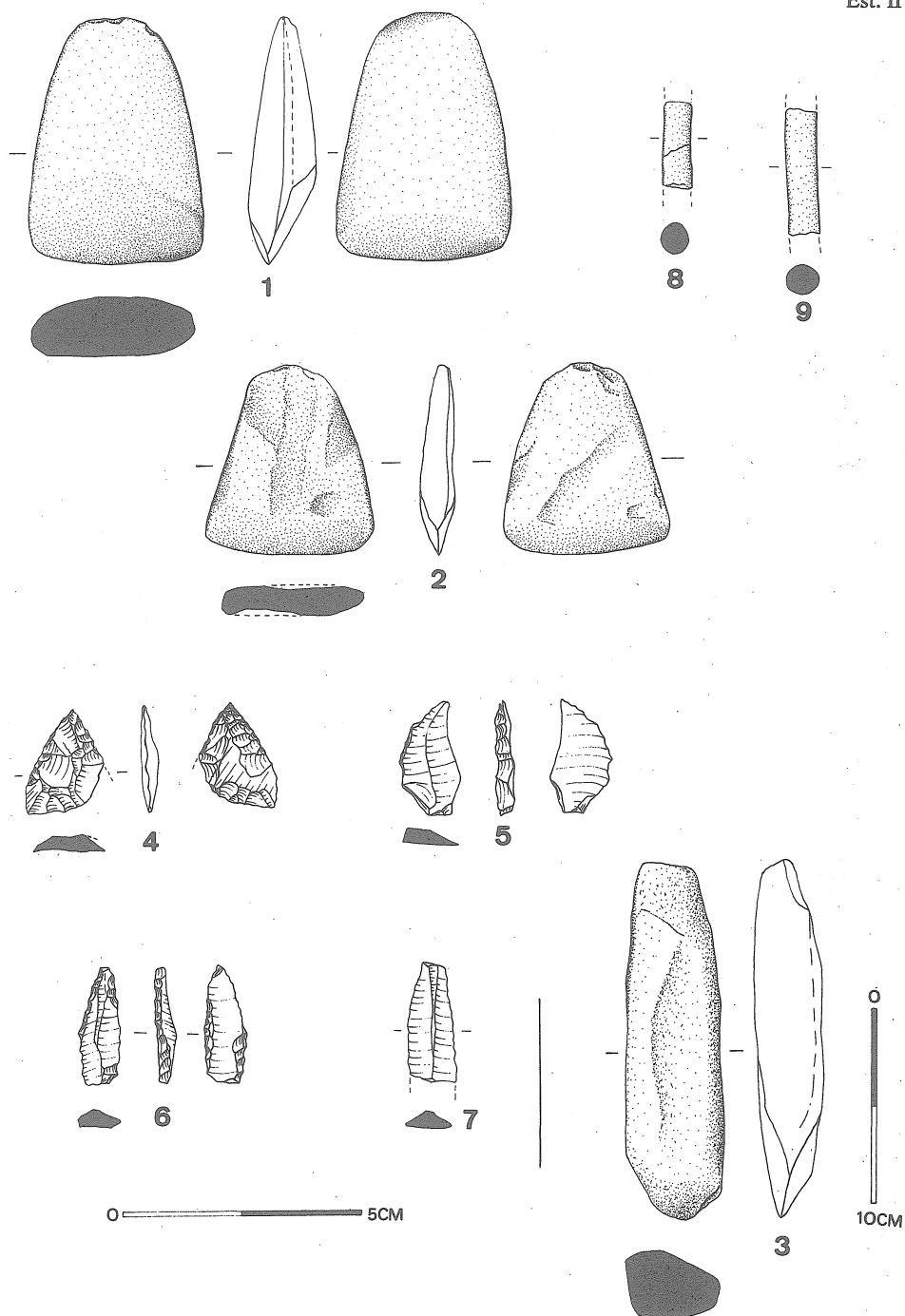


Fig. 2 — Materiais líticos (1 - 7) e cerâmicos (8 - 9) da Fraga d'Aia (desenhos de M. J. Sanches).



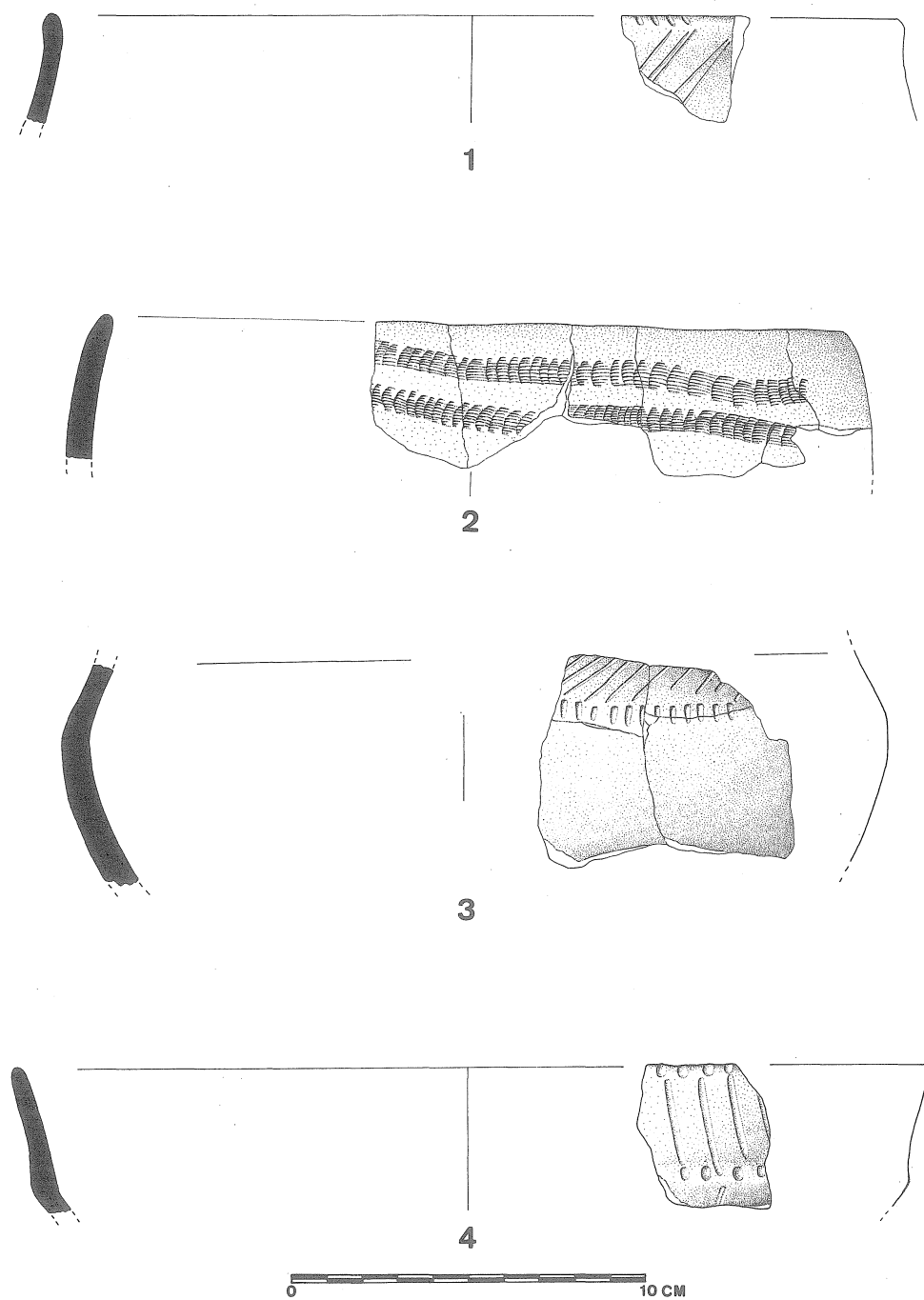


Fig. 3 — Vasos cerâmicos decorados da Fraga d'Aia (desenhos de M. J. Sanches).

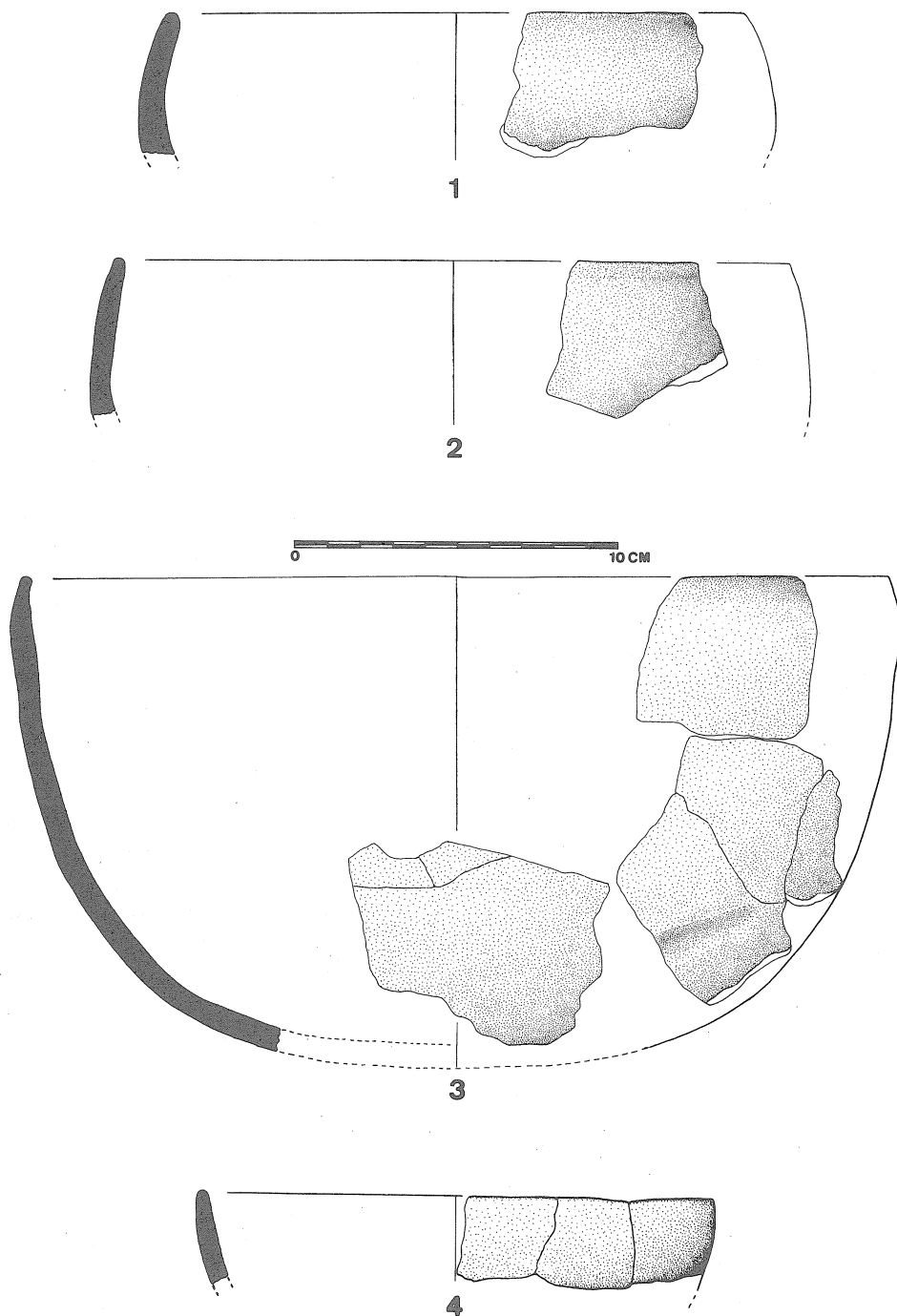


Fig. 4 — Vasos cerâmicos lisos da Fraga d'Aia (desenhos de M. J. Sanches).

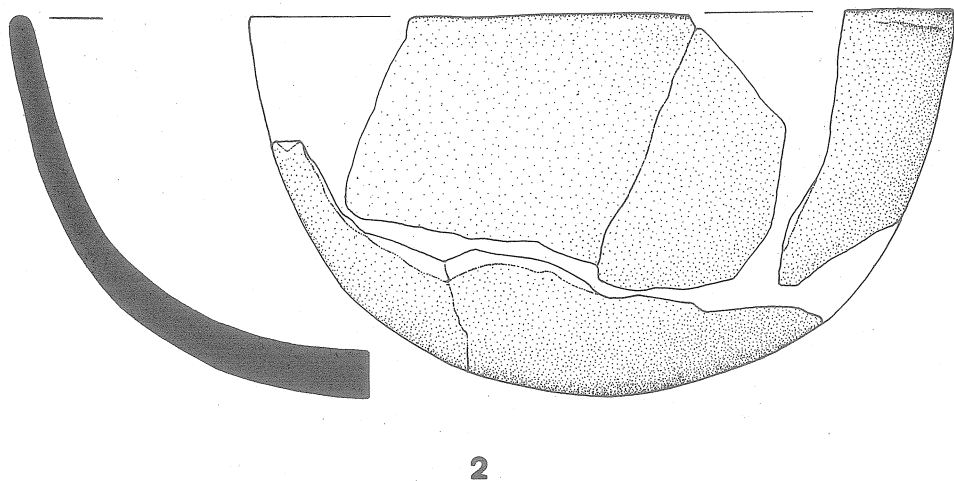
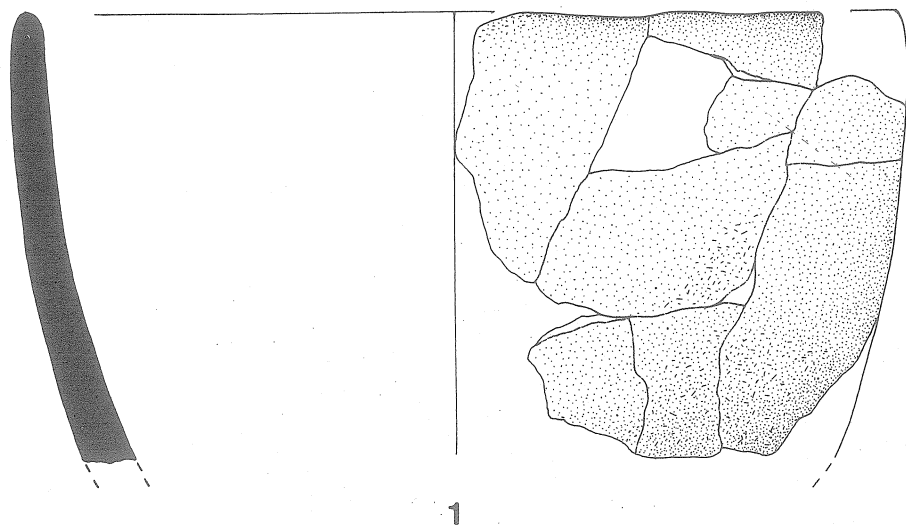


Fig. 5 — Vasos cerâmicos lisos da Fraga d'Aia (desenhos de M. J. Sanches).

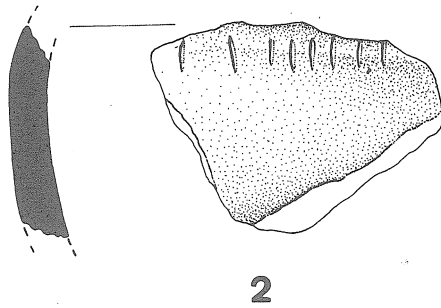
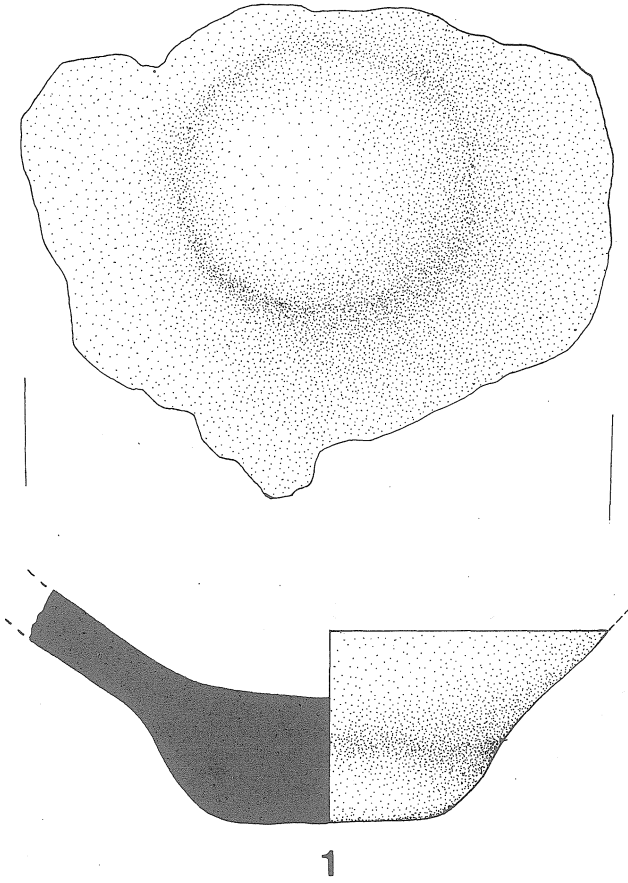


Fig. 6 — Fragmentos de vasos cerâmicos da Fraga d'Aia (desenhos de M. J. Sanches).

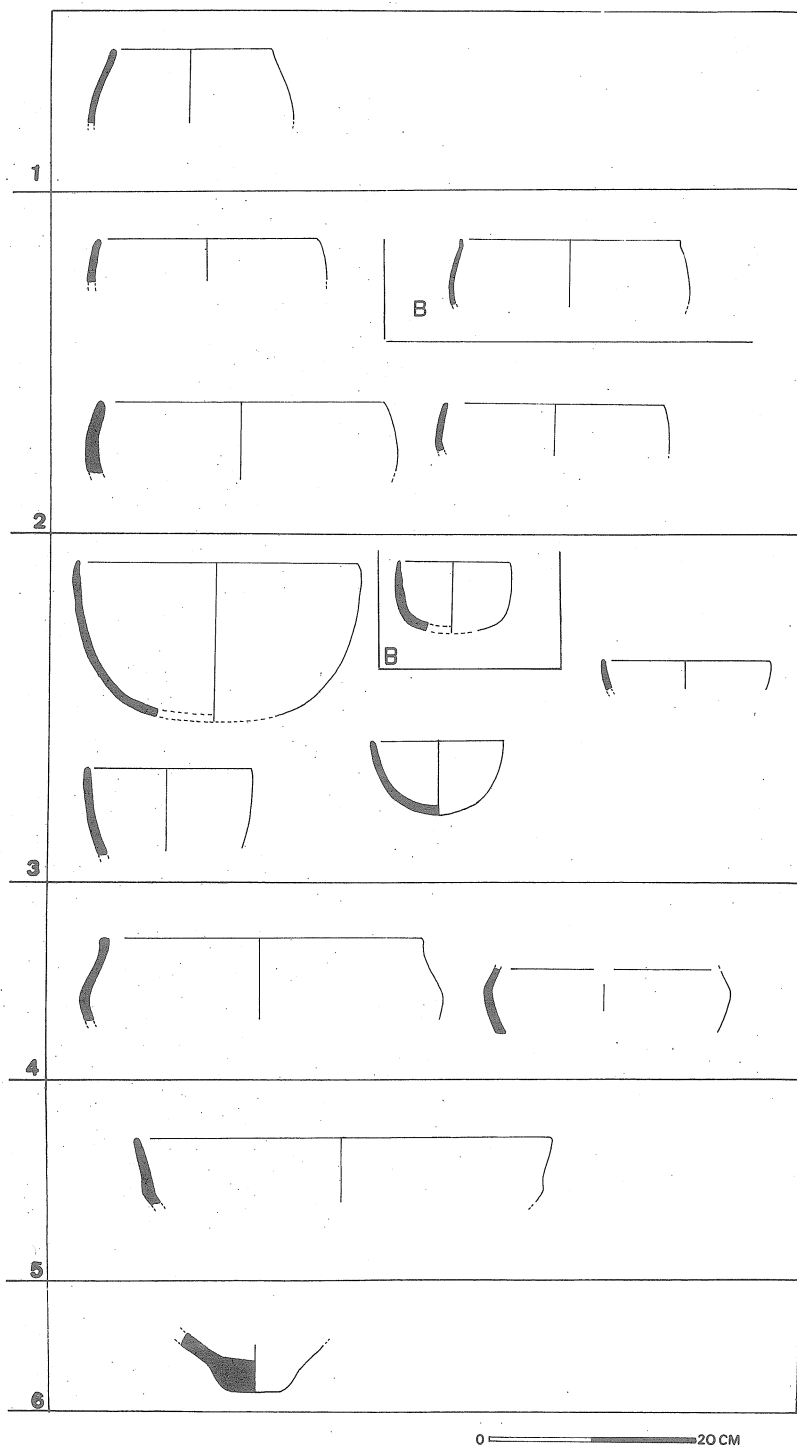


Fig. 7 — Quadro de formas cerâmicas da Fraga d'Aia (M. J. Sanches).

## APÊNDICE 1

### MATERIAL ÓSSEO PROVENIENTE DE FRAGA D'AIA

por

Miguel Telles Antunes \*

#### Embalagem 1

Nº ordem: 130. Localização: C1. C.2a.

Pequeno fragmento ósseo (dimensão máxima 11mm.), relativamente espesso (2 a 3 mm.), mostrando uma porção da superfície interna; a face externa ostenta uma crista acentuada. Osso esbranquiçado, limitado por fracturas sub-paralelas, provavelmente provocadas intencionalmente. A atribuição a certo tipo de osso e, conseqüentemente, a qualquer espécie, é problemática. Trata-se de mamífero de porte médio, aparentemente menor que *Bos* ou *Equus*, porém maior que os Leporídeos. Pelo tipo de fracturas e o aspecto lembrando peça submetida a fogo, pode tratar-se de resto de alimentação humana.

#### Embalagem 2

Nº ordem: 296. Localização: F4. C.3.

Pequeno fragmento ósseo, de aspecto esbranquiçado como o precedente. Superfície interna e externa curvas. Dimensões máx. 11 x 12mm., espessura 2,5 a 3mm. aproximadamente. Não parece determinável.

#### Embalagem 3

Nº ordem: 354. Localização: D 4. Contacto C. 1 e C. 2b.

Três pequenos fragmentos ósseos, dois com vestígios de terra castanha, delimitados por fracturas. Um, tem sulcos na superfície externa (semelhantes ao nº 296), podendo, talvez, representar marcas de corte ou descarnação. Nada sugere dentadas de carnívoros. Parecem restos modificados pelo homem. Não parecem determináveis. Dimensões máx. 18; 18; 13,5mm.

#### Embalagem 4

Nº ordem: 549. Localização: D 3. C. 2b. (base da camada).

Fragmento ósseo com dimensões máximas 12,5 x 13mm., aparentemente compatível

---

\* Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estratigrafia e Paleobiologia.

pelo tamanho, aspecto e espessura com os precedentes. Não foi possível a determinação.

#### **Embalagem 5**

Nº ordem: 550. Localização: D 3. C. 3.

Fragmento de osso (aproximadamente 14 x 14 mm., por 2 de espessura); observa-se uma sutura, mas os outros limites são de fractura. Ainda que com reserva, parece tratar-se da porção proximal de um osso nasal direito, de aspecto semelhante, esbranquiçado, e tamanho e espessura compatíveis com os outros fragmentos. As características observáveis parecem apontar para *Capra* ou *Ovis*.

#### **Embalagem 6**

Nº de ordem: 554. Localização: D 3. C. 2b.

Três fragmentos ainda menores, indetermináveis.

#### ***Em conclusão:***

1. O material é escasso e fragmentário, não se prestando a determinação rigorosa.
2. A extrema fragmentação juntamente com a falta de indícios de modificação por carnívoros e com o aspecto das fracturas (e a sua regularidade) indicam trabalho humano.
3. A fragilidade parece sugerir, tal como o aspecto esbranquiçado, ossos submetidos a fogo (o que comprovaria serem restos de alimentação humana). Porém, não se observa formação de turquesa, o que exclui aquecimento prolongado a temperatura relativamente elevada.
4. Em dois casos, a superfície externa ostenta sulcos sugerindo marcas de corte / descarnação, o que condiz com 2. e 3.
5. Apenas 1 espécime sugere cabra ou carneiro, mas é problemático tentar ir mais longe.

*Monte da Caparica, 19 de Dezembro de 1988.*

## APÊNDICE 2

### MATERIAL BOTÂNICO PROVENIENTE DA FRAGA D'AIA

por

A. R. Pinto da Silva \*

#### Amostra 1

Localização: D 1. Superficial. C. 1/2a (zona revolvida).

Corpúsculo com c. 10-11 mm. de diâmetro, arredondado, que por fractura revelou uma casca grossa (1 mm. ou pouco mais), parecendo por vezes um agregado de corpos ovóides, erectos, em paliçada, «casca» que envolve um núcleo fibroso, compacto, orientado, em certa área com covinhas ovalo-circulares que lembram cicatrizes de inserção de raminhos ou gomos, orientadas pelas fibras. O núcleo não constitui uma massa concêntrica, mas sim (tanto quanto se pode ver pela superfície de fractura) vai de lés-a-lés do corpúsculo até ser interrompido pela casca. Não me parece ser um fruto mas antes um nódulo lenhoso (de *Quercus suber* = sobreiro, com toda a reserva) proveniente de um rebento frustrado, ou cortado e subsequentemente cicatrizado, que sendo mais rijo, prevaleceu carbonizado. Deverá ser estudado por um xilólogo. A fractura foi feita com uma agulha cromada.

#### Amostra 2

Localização: B 2. Lareira 2.

Trata-se, sem dúvida, de uma casca de semente de Pinheiro bravo (*Pinus pinaster* Ait.), ou seja, de um «penisco»; e digo casca porque estava vazia. Media c. de 7 mm., como as actuais. Partiu-se em muitos fragmentos que, montados em carvão, arqueei na colecção da E.A.N. Também a forma confere perfeitamente com as sementes actuais.

#### Amostra 3

Localização: a mesma da Amostra 2.

Trata-se de fragmentos de escamas<sup>1</sup> de pinha que, confrontadas com as de *Pinus*

---

\* Estação Agronómica Nacional. Oeiras.

<sup>1</sup> Aquilo a que acima chamei «escamas» são mais correctamente «apófises carpelares» terminadas por um «escudo». Em nenhuma se viram as cavidades, ou «camas» se lhes poderia chamar, onde estão os pinhões pousados. Alguns fragmentos da amostra 2 poderiam ser, pelas faces paralelas, de casca ou carasca de pinheiro. A nossa identificação da Amostra 2 confere com as descrições dadas por A. Franco na sua *Flora*.

Não só a ocorrência de *P. pinaster* em tempos pré ou proto-históricos é interessante para a história desta espécie em Portugal (conjuntamente com outros elementos de que já se dispõe), como também seria de muito interesse se viessem a achar-se testemunhos de *P. sylvestris*, hoje relicto na Serra do Gerês.



*sylvestris* L. e as de *P. pinaster* Ait. parecem-nos (a mim e à minha colega Isabel Saraiva) ser também desta última espécie, pela espessura que atingem, pelos «vincos» ou costas transversais pouco salientes e não reversos para o lado do eixo, pelo escudo não prolongado em «bico» para o lado do eixo, por a parte exterior da escama ter mais de duas faces, tornando-a piramidal (em *P. sylvestris* não é facetada ou é apenas levemente bi-facetada).

A ocorrência da semente na Amostra 1 vem reforçar esta identificação, já que seria muito improvável ou até impossível a presença das duas espécies na mesma área. Contudo, julgo que seria muito interessante o estudo antracológico dos carvões que se encontraram com as amostras 1 e 2 e também o estudo polínico de solos de carvalho ou outras folhosas autóctones (para não serem de eucaliptal ou mimosa...), e de matos sob pinhal, ou não, a fim de ver no perfil a cronologia, ou história, de *Pinus* na localidade, e também, evidentemente, a identificação da espécie que porventura aí ocorra<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> O conteúdo deste Apêndice foi extraído de duas cartas enviadas pelo seu autor, respectivamente em 3 de Setembro e em 5 de Novembro de 1988. Mais uma vez exprimo aqui ao Eng<sup>o</sup> Pinto da Silva os nossos agradecimentos pela colaboração que nos vem prestando no domínio da Paleobotânica (V.O.J.).

## APÊNDICE 3

### UMA DATA DE C14 PARA A FRAGA D'AIA

por

V. O. Jorge e  
G. Delibrias \*

Natureza do material datado: Carvões de madeira.

Proveniência: Quadrado B2. Enchimento da lareira (em fossa) nº 2.

Recolha: 6 de Maio de 1988.

Amostra submetida ao laboratório em 26 de Setembro de 1988.

N/ nº de referência: Fraga d'Aia 1.

Nº de referência do laboratório: Gif-7891.

|                           |
|---------------------------|
| Resultado: 5750 ± 70 anos |
|---------------------------|

$\delta^{13}\text{C}$ : -25,95‰

Data calibrada: Cal BC (-4471, -4773)

Observações do laboratório: Intervalo de confiança 95% (2 sigmas).

Calibração seg. PAZDUR e MICHCZYNSKA 1989 (*Radiocarbon*, no prelo).

Resultado enviado em 30 de Janeiro de 1989.

Comentário do laboratório: «(...) A hipótese de uma contaminação residual parece muito improvável dado que procedemos a um tratamento químico muito eficaz com o objectivo de eliminar a fracção húmica».

Comentário da equipa arqueológica: Será necessário aguardar novas datas (para esta lareira e para outros testemunhos da ocupação do abrigo) até se poder ter uma ideia mais perfeita da diacronia desta estação. Se a lareira 2 correspondesse à mesma fase geral de ocupação do resto do abrigo (hipótese que levantámos na notícia preliminar já publicada — *v. op. cit.* na nota 1 *supra*, p. 116), então a data de 3.800 a.C. agora obtida seria demasiado recuada, uma vez que, com base nos materiais encontrados, continuamos a pensar que estamos perante uma fase situável entre a 2ª metade do IIIº e a 1ª metade do IIº milénios a.C. Como, porém, a leitura estratigráfica da camada exacta em que se abria esta lareira 2 levantou algumas dificuldades (a fossa estava de facto subjacente à camada 2a, como escrevemos, mas existia no local uma certa acumulação de pedras, e as condições de trabalho que rodearam a descoberta e decapagem da fossa-lareira não foram as melhores), não podemos categoricamente eliminar a hipótese de

---

\* Centre des Faibles Radioactivités. Gif Sur Yvette (França).

neste recanto do abrigo existirem restos, muito ténues, de uma ocupação mais antiga do que a que predomina na restante estação, e que poderia ter sido responsável pela abertura desta estrutura de combustão. A conclusão das escavações na área contígua à da mesma estrutura, que se prevê para breve, poderá dar-nos, juntamente com as outras datações a que nos referimos, novas pistas sobre este problema fundamental de interpretação da estação.

## APÊNDICE 4

# ANÁLISE ANTRACOLÓGICA

por

**Isabel Figueiral \***

Proveniência dos carvões: B2. Lareira 2.

Amostras obtidas por flutuação.

Determinação *Pinus pinaster* Ait.

Observação: foram encontrados, nas amostras, restos de pinha (utilizados para acender a fogueira?)

---

\* Bolseira do Gov. francês no Lab. de Paleobotanique, Univ. des Sciences et Techniques du Languedoc, Montpellier.

# NUEVOS PLANTEAMIENTOS METODOLOGICOS PARA EL ESTUDIO DE LOS PETROGLIFOS GALAICOS

por

**Maria Elena Jiménez López \***

Desde 1979, fecha en la que se publicó el libro «Los petroglifos gallegos» de Peña Santos y Vazquez Varela, la investigación sobre el arte rupestre en Galicia se ha limitado prácticamente a un proceso acumulativo de nuevos hallazgos, como se desprende de las sucesivas publicaciones sobre el tema, pero en ningún caso se cuestionaron los preceptos metodológicos enunciados entonces, por lo que no se ha intentado abrir nuevas líneas de investigación que intenten abordar el tema desde nuevos planteamientos.

Consideramos por ello que para salir del estancamiento en que se encuentra la investigación es necesaria una revisión metodológica tanto en el trabajo de campo como en el sistema de análisis que ayude a disminuir el subjetivismo en la descripción y estudio de los complejos rupestres, y que permita desarrollar nuevos interrogantes desde otras perspectivas.

Problemas de espacio no nos permitirán tratar nada más que algunas de las cuestiones que quisiéramos desarrollar, por lo que nos limitaremos a lo largo de esta exposición a las bases de las que partimos para recoger la información necesaria durante el trabajo de campo, para poder realizar un posterior estudio holístico de los grabados rupestres.

Todo trabajo de campo se desarrolla y por tanto se supedita a un área geográfica determinada, pero tradicionalmente en el estudio sobre los petroglifos, lejos de realizarse prospecciones exhaustivas de una zona más o menos amplia se limitaban, salvo contadas excepciones, a recoger la información de aquellas rocas sobre las que existían referencias, por ello no es extraño que al prospectar zonas teóricamente ya estudiadas aparezcan nuevas estaciones. Es por ello imprescindible que todo análisis deba partir previamente de una prospección sistemática que ofrezca el mejor corpus posible de los petroglifos existentes, o por lo menos de los que se conservan, y no solamente de aquellos sectores más conocidos y/o que tengan las muestras más

---

\* Dpto. de Historia 1 de la Universidad de Santiago. (Galicia, España). Grupo de Estudios Prehistoricos «Padre Carballo».

llamativas, ya que en el arte rupestre lo excepcional son las «grandes rocas», ya sea en tamaño o superficie insculturada, y lo normal son aquellas de mediana o pequeñas dimensiones o con escasez de grabados. Es por ello necesario tener en cuenta el conjunto, no solo para realizar un estudio sobre bases más fidélgimas sino también porque es muy posible que nos puedan proporcionar más información aquellas rocas que en teoría son menos interesantes. En los «grandes petroglifos» aparecen muchos y diversos motivos que en muchos casos tienen cronologías diferentes por lo que su estudio se encuentra con la dificultad que entraña la posible sincronía o diacronía de los grabados que forman parte de la estación. En cambio en los de pequeñas dimensiones o con escasez de grabados, al reducirse el número de insculturas y de tipos también se reducen las dificultades que entraña la diacronía de los motivos y por tanto aumenta la posibilidad de que las asociaciones que se reflejan tengan más posibilidades de ser sincrónicas.

Un paso previo al establecimiento de cualquier metodología es tener claro cuáles son los objetivos que se persiguen ya que en función de éstos se arbitrará el sistema metodológico idóneo que nos permita obtener los datos suficientes para lograr los objetivos previstos. Lo que no se puede hacer es aplicar sistemas empleados en otras zonas o por otros investigadores sin más dilación a nuestra área de estudio sin, al menos, acondicionarlos a las peculiaridades de lo que nosotros estudiamos y a lo que queremos saber o conocer. Extensísimas fichas de trabajo en donde teóricamente se recoge la información susceptible de análisis no tienen nada que ver con lo que posteriormente se analiza, porque el investigador que la utiliza lo hace sin conocimiento de las causas que provocan esas preguntas.

Partiendo de estos principios comenzamos a desarrollar un estudio en un área de la provincia de Pontevedra, y en base a ellos y a los diferentes objetivos que nos hemos marcado se han constituido las distintas fases del trabajo de campo. Nuestros objetivos son los grabados rupestres al aire libre de un área determinada, con cada una de las rocas grabadas que allí se encuentren. Necesitamos saber las relaciones de cada una de ellas con el medio físico en el que se inscriben, y de que manera se disponen en él, así como las relaciones de la superficie grabada con la roca y obviamente su disposición con respecto al entorno. También se precisa un análisis más detallado, desde esta perspectiva, en relación con los conjuntos, tipos y variables que diferenciamos. Interesa además la morfología de las rocas sobre las que se disponen las insculturas, las características tecnomorfológicas de los grabados, los diferentes tipos y variables para establecer la tipología, tecnología, y si es posible un análisis de autoría definiendo los posibles grupos que se pudiesen encontrar. Por supuesto también el entorno arqueológico de los grabados es objeto de estudio. Otros objetivos que se persiguen, a través de un análisis individual y de conjunto de cada una de las cuestiones planteadas, es comprobar la validez del sistema establecido en base a la estratigrafía horizontal y vertical, que en principio nos parece poco sólido, ver la concepción espacial por la que se rigen los grabados, prestando especial atención a las cuestiones puramente artísticas, así como las relaciones existentes con otros focos tanto dentro como fuera de la tierra gallega. Los interrogantes que se planteen en torno a la cronología o el significado de

los petroglifos tienen que pasar necesariamente por el análisis, entre otros, de los puntos básicamente marcados anteriormente.

En base a los apartados, sucintamente indicados, que nos interesa estudiar nos hemos planteado un metodología básica de trabajo de campo:

— Prospección intensiva.

— Información recogida a través de: fichas, levantamiento planimétrico, y representación gráfica (calcos, dibujos y fotografías).

La ficha de trabajo contiene los apartados que consideramos indispensables para un análisis posterior. Desglosar cada uno de ellos ocuparía un excesivo espacio por lo que nos limitaremos a puntualizar los que son básicos. Estos se pueden concretar en:

— Perfecta situación de la roca grabada en el mapa topográfico, escala 1:10.000, con todos los datos relativos a su nombre, toponimia del lugar, parroquia, ayuntamiento, coordenadas geográficas, altitud, accesos, número de hoja del mapa en que se encuentra.

— El medio físico en el que se dispone, interesa el tipo de emplazamiento, su orientación, hidrología, geología, vegetación, afloraciones rocosas cercanas, aprovechamiento del entorno.

— Los datos sobre la roca soporte de los grabados, su perfecta situación en el relieve, su orientación, las características de su morfología, superficie, sus dimensiones, el grado de alteración y sus causas, el grado de visibilidad tanto desde ella como desde el entorno.

— Análisis de los grabados en diferentes niveles, incluye desde una descripción general que identifique el petroglifo estudiado, la extensión total de la superficie grabada, su orientación, inclinación, visibilidad, alteración, hasta una más específica que abarca diversos grados de estudio, que van desde la distinción de los conjuntos hasta el análisis de los diversos tipos con todas sus variables, indicando en cada uno tanto el número como la orientación/inclinación, posición, dimensiones, técnica, tipo de surco, dimensiones del surco, visibilidad desde cada conjunto y desde el entorno, alteración, así como las superposiciones, y demás observaciones que fuese necesario añadir.

— El registro de las diferentes operaciones realizadas y su perfecta identificación en los apartados de limpieza, calco, fotografía, dibujo, planimetría, etc.

— Los datos relativos al folklore y al marco arqueológico circundante.

— Por último se consigna un apartado para cualquier observación que se necesitara añadir, así como otro para las referencias bibliográficas.

Se trata de una ficha abierta, en la que a propósito se ha evitado codificar las respuestas posibles a cada interrogante, para impedir limitaciones en la información recogida. Con posterioridad, una vez recogida ésta, es cuando recurriremos a esa codificación para proceder a una serie de análisis estadísticos, y a un estudio completo.

Otro fase del trabajo de campo es el levantamiento planimétrico. Puesto que nos interesa una perfecta disposición de los petroglifos en el relieve y ver las diferentes variables espaciales que se puedan dar respecto a la roca, los tipos y las variables, hemos previsto esta labor, que complementa parte de la información recogida en la ficha de

trabajo, y que permite además las comparaciones y el análisis en el trabajo de gabinete. Este trabajo se plantea desde varias perspectivas. Una que dispone en el relieve al petroglifo (mediante el perfil topográfico). Otra, en el caso de núcleos con rocas grabadas muy cercanas entre sí, en la que se realiza el levantamiento planimétrico general del conjunto. Y por último la topografía detallada del petroglifo, con el que se obtiene el micro-relieve de la roca y la disposición exacta de los grabados.

Los métodos de representación gráfica se realizan por tres mecanismos, todos indispensables, que son: los calcos, los dibujos, y las fotografías.

En el caso de los calcos y después de un estudio detallado de los grabados en diferentes horas del día para ver las variaciones que la luz solar provoca en su visualización, se ha optado por la luz rasante artificial para su elaboración final por considerar los resultados obtenidos así mucho más fidedignos, ya que en la oscuridad y con este tipo de luz es posible observar perfectamente surcos que durante el día, incluso cuando ésta se dispone rasante como puede ser al amanecer o en la puesta de sol, no se pueden detectar. Evidentemente resulta dificultoso tener que trabajar a estas horas y en ocasiones en zonas que se disponen bastante lejos de cualquier camino deseable, pero creemos que los resultados son así óptimos. En los plásticos en los que se calcan los grabados que se disponen en la roca también se marcan todas aquellas características específicas de la roca, como las diaclasas, fracturas, línea de contorno que se dispongan en el área a trabajar, indicándose con rotuladores de fácil secado y de diferentes colores lo que en cada momento se está dibujando, así como la indicación del Norte geográfico, la denominación de la estación, y el eje que sirvió de base para el dibujo de la roca, para poder posteriormente realizar el montaje.

En el apartado de dibujo, además del que va implícito en el trabajo de gabinete sobre los levantamientos planimétricos, calcos, etc. ..., se realiza uno detallado de la roca, indicando perfectamente sus contornos y características varias. Este dibujo nos servirá para realizar con posterioridad un montaje más efectivo con el del calco. Esto al complementarlo con las curvas de nivel obtenidas mediante la realización de la topografía de la roca conseguirá que obtengamos una representación mucho más exacta de ésta y de sus grabados, con todo lo que esto supone para un análisis más minucioso y fidedigno en el estudio individual y general de las estaciones. También se realizan las plantillas de las secciones de los surcos, indicando en la fotografía del calco o directamente sobre éste la sección representada y su identificación.

En las labores relacionadas con la representación fotográfica de las estaciones se usan diferentes técnicas según lo que se quiera conseguir en cada ocasión. Se trabaja con luz natural en el caso de aquellas que se refieran al petroglifo y su entorno, al paisaje hacia el que se orienta, y con luz artificial aquellas que se refieren a una visión general y parcial de los motivos, por medio de un sistema de antorchas o con un flash de gran potencia, prefiriéndose este último por su facilidad de manejo y porque sus resultados son más satisfactorios. Las fotografías resultantes de este proceso muestran, sin tener que resaltarlos por ningún otro medio, los surcos de los grabados con una nitidez bastante superior a cualquier otra obtenida durante el día, incluso en aquellos en los que se aprecia un gran desgaste.



Por último señalar que con los principios de los que se parte y a través del sistema de trabajo de campo que empleamos, esperamos que se puede obtener la suficiente información para efectuar un replanteamiento de las teorías sobre las que se sustentan, en la actualidad, los estudios sobre los grabados rupestres al aire libre en Galicia.

#### BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA, P. (1983), *Técnicas, estilo, temática y tipología en la pintura rupestre esquemática hispana*, «Zephyrus», XXXVI. Salamanca, pp. 13-25.
- ANATI, E. (1976), *Metodi di rilevamento e di analisi dell'arte rupestre*. Studi Camuni, Vol. 7, Ed. del Centro, Capo di Ponte.
- APELLANIZ, J.M. (1982), *El arte prehistórico del País Vasco y sus vecinos*, Bilbao.
- BECARES PEREZ, J. (1983), *Hacia nuevas técnicas de trabajo en el estudio de la pintura rupestre esquemática*, «Zephyrus», XXXVI. Salamanca, pp. 135-148.
- CLARK, D.L. (1984), *Arqueología analítica*. Barcelona, Segunda Edición.
- CHANG, K.C. (1976), *Nuevas perspectivas en arqueología*, Madrid.
- HEIZER, R.F.; BAUMHOFF, M.A. (1984), *Prehistoric rock art of Nevada and Eastern California*. California.
- LEROI-GOURHAN, A. (1983), *Los primeros artistas de Europa. Introducción al arte parietal paleolítico*. Madrid.
- OLSEN, N.H. (1987), *Hoverweep rock art: an anasazi visual communication system*. «Occasional Paper», 14. Los Angeles.
- PEÑA SANTOS, A.; VAZQUEZ VARELA, J.M. (1979), *Los petroglifos gallegos*. La Coruña.
- RUIZ ZAPATERO, G. (1983), *Notas metodológicas sobre prospección en arqueología*, «Revista de investigación de Geografía e Historia», Nº 3, Tomo VII. Soria.
- SANCHIDRIANITORTI, J.L. (1987), *Reproducción del arte rupestre*. Monográfico de Arte rupestre en España, en rev. de «Arqueología», Madrid, pp. 123-125.
- SCHAAFSMA, P. (1985), *Form, Content, and Function: Theory and Method in North American Rock Art Studies*. «Advances in archaeological method and theory», vol. 8.
- SCHIFFER, M.B. y otros (1978), *The design of archaeological surveys*. «World Archaeology», vol. 10, número I.
- TASSE, G. (1982), *Pétroglyphes du Bassin Parisien*. XVI supplement a «Gallia Préhistoire», C.N.R.S. Paris.
- WATSON, P.; LE BLANC, S.; REDMAN, CH. (1981), *El método científico en arqueología*. Madrid.

# PROYECTO BOCELO-FURELOS: ARQUEOLOGIA DEL PAISAJE Y PROSPECCION INTENSIVA EN GALICIA

por

Felipe Criado Boado, Andrés Bonilla Rodríguez,  
Dolores Cerqueiro Landin, Mati González Méndez,  
Fidel Méndez Fernández y Rafael Penedo Romero\*

## O. PRESENTACIÓN

Esta comunicación pretende ofrecer un breve resumen de un Proyecto de Investigación arqueológica iniciado en 1987, y del cual ya se han realizado hasta la fecha dos campañas de trabajo de campo, comprendiendo un total de casi siete meses dedicados a la prospección y excavación arqueológica. Este trabajo ha sido financiado por la *Dirección Xeral do Patrimonio Histórico e Documental* de la Consellería de Cultura de la Xunta de Galicia. La investigación, dirigida por uno de los que suscriben (FCB), está siendo desarrollada por un equipo integrado por los firmantes de este artículo; cada uno de ellos se ocupa de cada uno de los momentos culturales considerados: epipaleolítico-mesolítico (DCL), megalitismo (FCB), calcolítico (MGM), bronce (FMF), hierro (RPR) y mundo medieval (ABR)<sup>1</sup>.

Este Proyecto pretende realizar una reconstrucción histórica de la dinámica y configuración del paisaje rural gallego. Deeste modo se plantea un estudio que abarca todo el Holoceno, comprendiendo el abanico cronológico situado entre el Paleolítico Superior y Epipaleolítico, y la Edad Moderna. Con ello se pretende «*pre-historiar*» el *paisaje rural gallego tradicional*, siendo conscientes de que éste, tal y como describe A. Bouhier 1979, es el resultado maduro de un proceso cuya genealogía comprende varios milenios de acontecimientos y avatares.

La *zona elegida* para desarrollar este trabajo es una comarca que se sitúa aproximadamente en el centro geográfico de Galicia, y que se distribuye entre los *concellos* de Melide, Toques y Sobrado de la provincia de A Coruña. Se encuentra a unos 60 km de Santiago y tiene alrededor de 40 km<sup>2</sup>, (véase mapa 1). Esta zona

---

\* Departamento de Historia 1, Fac. de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago.

<sup>1</sup> Recientemente se han integrado en este Equipo Eugenio Rodríguez Puentes, para el mundo castreño, y Xacobe Baquero Lastres, para época megalítica, además de Fausto Infante Roura y Manolo Díaz.

comprende por un lado una sierra (la sierra de O Bocelo) representativa del tipo de sierras de la Galicia medio-interior, y por otra un valle fluvial de cierto desarrollo anejo a dicha sierra, (valle del Furelos, río subsidiario). Esta dualidad topográfica permite localizar dentro de la zona de estudio una gran variedad de paisajes y circunstancias ecológicas, lo que siempre resulta de gran interés cuando se pretende estudiar la relación entre el hombre y el medio<sup>2</sup>, (véase el mapa 2).

Ahora bien, para obtener los datos precisos para una investigación de este tipo, es necesario contar con una catalogación de los restos arqueológicos lo más completa posible. Esto fue lo que, en el momento de inicio de este trabajo, llevó a uno de los autores de este artículo (FCB) a plantear ante los responsables de la labor arqueológica en Galicia la necesidad de proceder a un tipo de *prospección intensiva* semejante a la que se realiza en zonas áridas. Ya que este proyecto en cierta medida era arriesgado, y dado que los resultados han sido muy positivos, incluso sorprendentes, los autores de esta comunicación se plantean como objetivo fundamental de la misma defender la rentabilidad de una estrategia investigadora de este tipo en el NW peninsular.

A continuación trataremos de un modo sintético y escueto la *teoría, métodos y resultados* del programa de trabajo que se acaba de presentar.

## 1. LA TEORÍA

Desde 1980, y de una forma más o menos ininterrumpida, se ha venido practicando en Galicia una línea de investigación que pretendía estudiar la *relación entre el medio natural y las comunidades arqueológicas* de diferentes momentos. Este trabajo previo no sólo ha permitido alcanzar un adecuado grado de conocimiento sobre algunas de estas cuestiones (sistematizado principalmente en las siguientes obras: Bello Diéguez et all. 1985 y 1987, Carballo Arceo 1986, Criado Boado A, Criado Boado et all. 1986), sino que además aporta la experiencia necesaria para, llegados a este punto, replantear los objetivos y datos que alimentan a esta línea de trabajo y reformular incluso su misma base teórica y metodológica.

Dentro de este marco, el trabajo que ahora se informa pretende recuperar los datos arqueológicos e históricos necesarios para trazar la evolución del efecto humano sobre el entorno y reconstruir la interacción entre poblaciones humanas y medio natural a lo largo del periodo Holoceno.

Ahora bien, para satisfacer este propósito es necesario trabajar en una doble dirección. Por una parte es preciso recuperar una serie abundante de datos arqueológicos que nos permitan descubrir la secuencia cronológica, la distribución del poblamiento, la funcionalidad del habitat etc., de la zona que se considere. Pero por otra,

---

<sup>2</sup> Otra de las razones que llevaron a seleccionar este área fue el hecho de que se dispusiese de estudios previos sobre ella. Además del trabajo clásico de *Terra de Melide*, (VV.AA 1933), en 1984 se realizó en ella una campaña de prospección (Criado Boado B) cuyos resultados fueron integrados en un trabajo de ámbito general (Criado Boado A). Estos datos permitían tener la certeza de que en esta zona existía un poco de todo en lo que a los diferentes periodos prehistóricos se refería.

y al mismo tiempo, es imprescindible reconstruir con el mayor detalle posible las condiciones paleoecológicas de esa zona, lo que significa realizar una investigación interdisciplinar que a menudo es muy costosa. En esta línea nuestro trabajo se complementa y coordina con el Proyecto de Investigación que, financiado por la CAICYT y llevando por título *Paleoecología y Prehistoria de un Paisaje Rural*, está llevando a cabo un equipo interdisciplinar de investigación paleoambiental dirigido por el Prof. Días-Fierros Viqueira<sup>3</sup>.

La combinación de ambas investigaciones permitirá a medio plazo delimitar una arqueología del paisaje gallego dentro de la cual el objeto de estudio ya no es ninguno de los temas tradicionales dentro de la investigación histórica y arqueológica: un periodo cronológico concreto, un determinado repertorio de elementos materiales de una sociedad anterior o un yacimiento o conjunto de yacimientos específicos. Más allá de estas esferas de actuación iniciales, lo que se pretende en este trabajo es *pensar histórica y culturalmente el paisaje*. Con ello entendemos que éste no se limita únicamente a su dimensión de «medio físico» o marco ecológico, sino que sobre todo se proyecta como una realidad cultural adjetivada por profundos significados sociales y simbólicos, además de económicos<sup>4</sup>.

En este sentido nuestro trabajo pretende desarrollar una aproximación sustancialmente distinta a la que es habitual encontrar dentro de la *Arqueología Espacial o del Territorio*. Para ello partimos de unos principios teóricos determinados que poseen consecuencias inmediatas para el trabajo práctico, y que se concretan incluso en las mismas fichas que se utilizan para registrar los datos de campo. Sin embargo sería muy largo y estaría fuera de lugar el extenderse ahora en la descripción pormenorizada de estos puntos.

En este sentido, y tal y como queda dicho, únicamente nos detendremos en la *prospección intensiva*, de la cual podemos decir que es el principal recurso metodológico con el que contamos para realizar un estudio de este estilo, ya que sólo ella nos permite reconstruir los mapas de poblamiento exhaustivos y pormenorizados que constituyen la materia «prima básica» de nuestro proyecto.

## 2. EL MÉTODO: LA PROSPECCIÓN INTENSIVA

Para satisfacer los objetivos expresados en el punto anterior era imprescindible realizar un tipo de prospección superficial diferente a las que normalmente se han realizado y realizan en nuestro país. En éstas únicamente se plantea la búsqueda y catalogación de las estructuras que resultan visibles sobre el paisaje, *castros* y *mámoas* fundamentalmente. Esto lleva a una situación en la que, sin riesgo de exagerar, podemos decir que lo que se conoce de la prehistoria gallega es fundamentalmente lo

---

<sup>3</sup> Del Departamento de Edafología y Química Agrícola de la Universidad de Santiago. Este equipo integra a especialistas de diversas áreas (palinología, edafología, botánica, prehistoria) de la Universidad de Santiago, del Centro de Estudios Históricos del CSIC y del Instituto «Rocasolano» del CSIC.

<sup>4</sup> Véanse las consideraciones en este sentido en Criado Boado 1988a y 1988b.

que podríamos denominar *prehistoria evidente o visible*, en tanto que apenas conocemos nada sobre periodos arqueológicos que no dejan restos visibles. De estos últimos momentos únicamente se poseen ciertos datos procedentes de lo que llamaremos *arqueología accidental*, esto es, los descubrimientos arqueológicos fortuitos que salen a la luz al abrir una pista, trabajar un campo o hacer una obra.

Evidentemente con un volumen de datos de este tipo, y sin una masa documental recuperada de forma sistemática y a una escala intensiva, no tiene sentido proponer un trabajo como el que aquí se presenta. Ya que para el mismo es necesario buscar todo tipo de restos, intentando de este modo recomponer el mapa del poblamiento de cada una de las épocas consideradas.

Para solventar estas dificultades y satisfacer nuestros objetivos, se planteó una prospección que en su metodología de trabajo de campo y en la intensidad con la que es desenvuelta no se diferencia demasiado del tipo de prospección intensiva que generalmente se utiliza en las *regiones áridas*. En este sentido se puede decir, y sin incurrir con ello en posiciones presuntuosas, que el presente trabajo posee asimismo una clara dimensión de *experiencia piloto* por cuanto permite valorar los resultados y rentabilidad que posee la aplicación en Galicia de este tipo de trabajo de campo. En el apartado 3, arrisgamos unas pequeñas consideraciones en este sentido.

Los dos ejes vertebran la labor de prospección son la realización de encuestas muy minuciosas a los vecinos de la zona, acompañadas de una inspección del terreno que se detiene en la observación detallada de todas las particularidades del paisaje. Se le concede una atención especial a los puntos en los que existen remociones de tierras que permiten inspeccionar el subsuelo.

A título indicativo podemos señalar que la jornada de campo de un grupo de seis miembros, subdivido en tres equipos de trabajo, permite prospectar una superficie de 1 km<sup>2</sup>, aunque evidentemente esta cifra varía de acuerdo con la topografía, la vegetación y la climatología. A este respecto destacaremos que es mucho más cómodo y rentable el trabajo de prospección realizado durante el invierno que en las restantes estaciones, ya que si bien el invierno plantea la dificultad adicional de una climatología rigurosa, es en cambio la época en la que la cubierta vegetal es menos densa y tupida, lo que hace más sencilla y fructífera la inspección superficial.

En cualquier caso se puede observar que el trabajo resulta muy lento, pero conviene adelantar que en cada una de estas jornadas están apareciendo por término medio indicios de dos o tres yacimientos arqueológicos.

Un punto que, tal y como se comentó en el apartado anterior, no se puede separar de la descripción de la labor de prospección, es la descripción de las *fichas de trabajo de campo* específicas que se utilizan dentro de ella, y que permiten de un modo ágil y fiable registrar toda la información que se recoge, ya sea de tipo ambiental, o de tipo arqueológico, comprendiendo dentro de este segundo grupo fichas para la descripción de los puntos en los que aparecen materiales arqueológicos y fichas para la descripción e inventario de dichos materiales. De todos modos, tratar esta temática nos llevaría fuera de los límites de esta comunicación.

En cambio urge examinar ahora sucintamente algunos de los resultados

obtenidos, con el objetivo, no tanto de derivar datos para profundizar en el conocimiento de periodos concretos, sino sobre todo de extraer algunas consecuencias metodológicas que puedan servir, al menos como meras propuestas, para orientar la labor de catalogación y prospección en Galicia.

### 3. LOS RESULTADOS: CONSECUENCIAS Y PROPUESTAS

A continuación, y de un modo necesariamente esquemático, se señalan los resultados más significativos del trabajo de campo realizado hasta la fecha. Quedan al margen de esta relación toda una serie de datos y referencias cuya adscripción cultural y valoración preliminar está pendiente de ulteriores observaciones. Obviamente no es preciso insistir en el carácter provisional de las definiciones y clasificaciones que se detallan a continuación.

La superficie prospectada hasta el momento se puede observar en el *mapa 3*. En ella se han descubierto un centenar de puntos con material arqueológico, de los cuales solamente 33 se corresponden con estructuras visibles (castros y *mámoas*), y que comprenden un repertorio de yacimientos que se extienden desde abrigos o yacimientos al aire libre del Paleolítico Superior final, hasta yacimientos medievales o incluso casas de campo de hace uno y dos siglos abandonadas y desaparecidas.

Estos resultados permiten derivar una serie de observaciones que, a pesar de depender del desarrollo de trabajos y análisis ulteriores, resulta conveniente explicitar desde este momento. Creemos poder decir, con plena modestia por nuestra parte, que de dichas observaciones se derivan consecuencias significativas para la práctica de la actividad arqueológica en Galicia, así como para posibles debates y discusiones sobre la naturaleza, desarrollo y desenvolvimiento de la misma.

Las observaciones que siguen se reunirán en **dos grupos**. En el primero se enumerarán las consecuencias de carácter general y que poseen un valor fundamentalmente metodológico y de dimensión patrimonial. En el segundo se agrupan observaciones más parciales y que, si bien complementan las del grupo anterior, se centran más en la investigación, interpretación y una dimensión claramente arqueológica.

#### Consecuencias metodológicas y propuestas patrimoniales

En *primer lugar* los resultados recogidos hasta el momento parecen verificar la validez y rentabilidad de aplicar en Galicia sistemas de prospección intensiva propios de zonas áridas. La consabida observación tópica de que el espeso manto vegetal gallego hace imposible e inviable este tipo de trabajo de campo pierde así en gran medida su sentido. Este factor introduce una dificultad adicional de necesaria consideración, pero a pesar de ello no parece que se deba sobredimensionar. A título de ejemplo podemos citar el descubrimiento durante la presente prospección de un posible yacimiento a través de la aparición de un fragmento de cerámica entre la tierra

removida por un topo.

En *segundo lugar* se deriva de lo anterior que las prospecciones tradicionales aplicadas en Galicia, y que únicamente se fijan en la catalogación de túmulos megalíticos y de grandes estructuras defensivas tipo *castro*, poseen una validez limitada. Parecería conveniente empezar a realizar prospecciones que buscasen estos otros yacimientos arqueológicos.

En *tercer lugar*, y dado que sin duda se puede alegar que una prospección intensiva resulta costosa y laboriosa, conviene al menos establecer la urgencia de prospectar todo tipo de remoción de tierras dentro de los objetivos mínimos de cualquier labor de catalogación.

En *cuarto lugar* parece asimismo que, para sobreponer la dificultad anterior, y dado que para buscar algo ante todo es necesario saber, siquiera sea de un modo aproximado, lo que se busca, es urgente continuar con intensidad las labores de investigación que permitan tipificar y definir los tipos y emplazamientos de yacimientos arqueológicos que en la actualidad a veces ni se sabe que existen o que son tales yacimientos. El día en que, por ejemplo, el trabajo que ahora se resume, u otros de similar orientación, nos permitan reconstruir el repertorio fundamental de emplazamientos topográficos de los habitats de la Edad del Bronce, o establecer las regularidades situacionales de los yacimientos neolíticos, creemos que será mucho más sencillo descubrir y catalogar unos y otros.

*Finalmente*, y en el mismo sentido que el punto anterior, la prospección que hemos realizado hasta la fecha ha permitido descubrir nuevos tipos de yacimientos arqueológicos, que a partir de ahora creemos que deberían ser considerados dentro de lo que entendemos por Patrimonio Arqueológico, lo que supone catalogarlos, estudiarlos y protegerlos. Los dos últimos puntos se precisarán al describir el siguiente conjunto de resultados.

### Consecuencias concretas y propuestas arqueológicas

La *primera* que podemos citar es el hecho de que la aparición al aire libre, y no sólo en abrigos, de materiales líticos pertenecientes a momentos finales del Paleolítico Superior o del Epipaleolítico es mucho más frecuente de lo que en principio pudiese parecer.

En *segundo lugar* se comprueba que la realización de una labor de prospección aplicada a esos mismos momentos, (trabajo que no suele ser frecuente porque los paleolitistas prefieren excavar en vez de prospectar por entender que lo primero aporta datos más rigurosos que lo segundo), permite recuperar una documentación a través de la cual surge la imagen de que es posible reconstruir un paisaje ordenado por el hombre

y dotado de una profunda lógica. Así lo indica, la disposición de los abrigos en puntos con condiciones de visibilidad y/o climatológicas muy específicas, y la situación de algunos yacimientos en zonas de paso, o utilizados por el ganado alzado para abrevar, recogerse o tomar el fresco.

En *tercer lugar* se debe destacar que la mayor parte de los yacimientos de época calcolítica (con decoraciones campaniformes y epicampaniformes) y de la edad del bronce localizados hasta el momento, se encuentran siempre en las inmediaciones de *brañas*, si bien los segundos tienden a situarse mucho más próximos que los primeros, cuya relación con las *brañas* es más indirecta. Este punto, que deberá ser considerado con detenimiento, posiblemente se pueda poner en relación con la intención por parte de aquellas comunidades de situarse cerca de zonas de agua o de áreas húmedas para pasto. En cualquier caso es una observación que puede ayudar en gran medida para orientar la búsqueda y localización de yacimientos de este tipo.

En *cuarto lugar* también se debe enfatizar que, de acuerdo con datos descubiertos el pasado mes de agosto, es posible reconocer estructuras que se traducen superficialmente de la edad del bronce. Esta estructura, descubierta concretamente en el yacimiento de *A Lagoa*, es un foso o zanja excavado en el *xabre*, de trazado curvo y que se percibe en superficie sin necesidad de excavación. Estos datos abren la posibilidad de empezar a descubrir en superficie restos arqueológicos diferentes a los castros y *mámoas*, lo que amplía el conjunto de la arqueología visible de nuestro país.

En *quinto lugar* apuntaremos que la prospección superficial intensiva permite descubrir yacimientos de época medieval diferentes a las torres, *castelos*, iglesias o núcleos monacales. Este tipo de restos nos permiten observar, en cambio, los asentamientos rurales de ese momento.

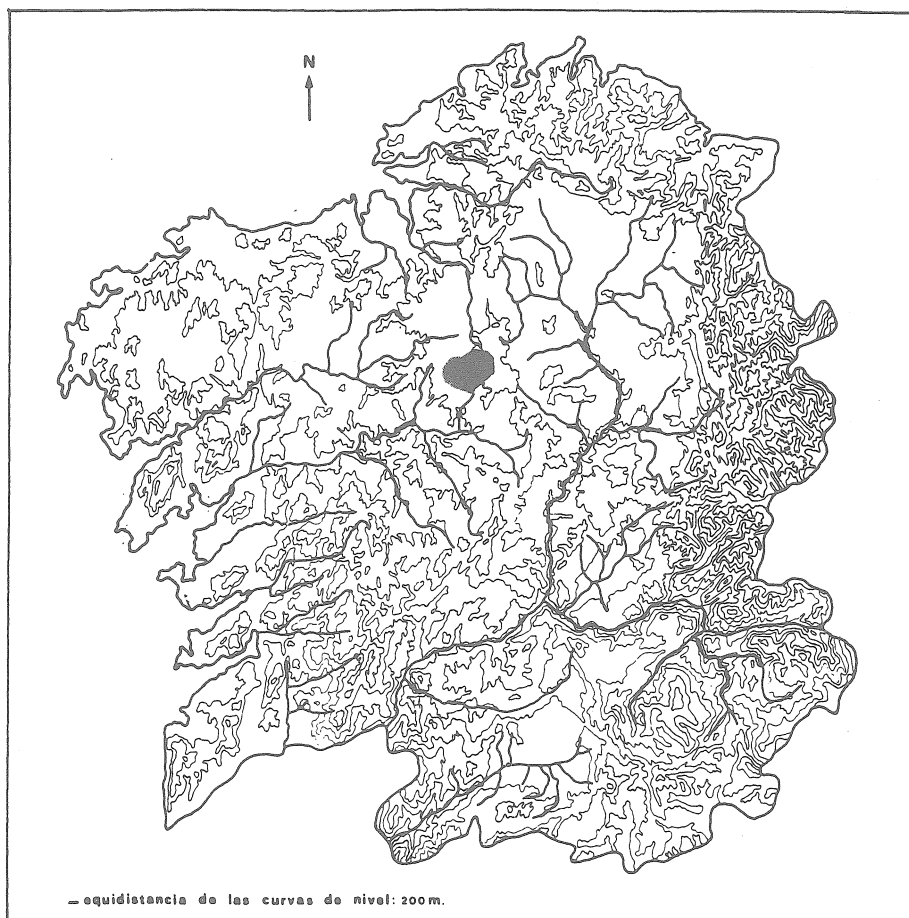
*Finalmente*, la aparición de casas de labor de hace unos pocos siglos en la actualidad totalmente desaparecidas, plantea la posibilidad de reconstruir el mapa de poblamiento tradicional de Galicia a través de datos arqueológicos y sin necesidad de limitarse para ello al mapa actual.

#### BIBLIOGRAFIA

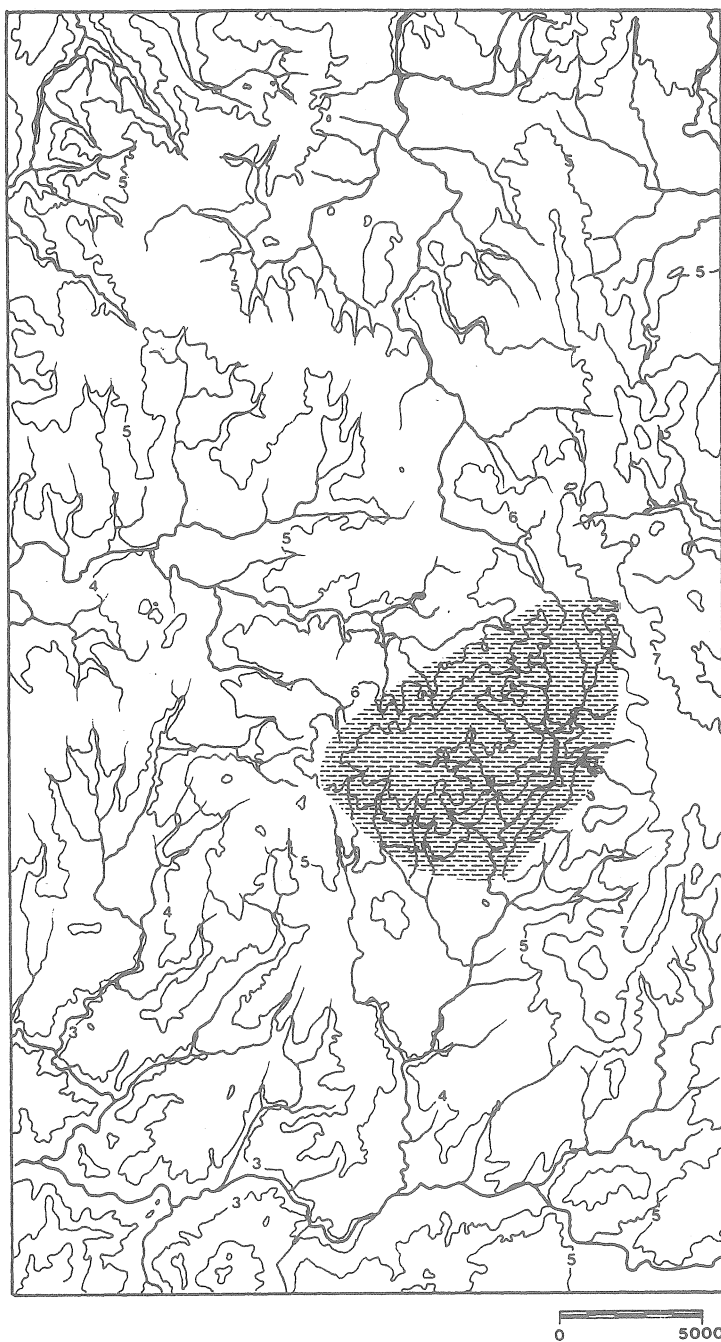
- BOUHIER, A. (1979), *La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'un vieux complexe agraire*. Poitiers: A. Bouhier; 2 tomos, tomo I pp. 756, tomo II pp. 757-1515.
- BELLO DIEGUEZ, J.M.; CRIADO BOADO, F. y VAZQUEZ VARELA, J.M. (1983), Megalitismo y medio edafológico en el NW peninsular. *VI Reunión do Grupo Español de Traballo de Quaternario*, (Santiago, 1983). Edición do Castro, (Coruña); pp. 47-54.
- BELLO DIEGUEZ, J.M.; CRIADO BOADO, F. & VAZQUEZ VARELA, J.M. (1985), Cultura megalítica y medio natural en el NW peninsular. *Arqueología Espacial. Coloquio sobre*



- distribución y relaciones entre los asentamientos*, tomo VI, (Teruel); pp. 229-35.
- BELLO DIEGUEZ, J.M.; CRIADO BOADO, F. & VAZQUEZ VARELA, J.M. (1987), *La cultura megalítica de la provincia de la Coruña y sus relaciones con el marco natural: implicaciones socio-económicas*. Coruña: Diputación Provincial; 163 pp.
- CARBALLO ARCEO, X. (1986), *Povoamento castrexo e romano da Terra de Trazdeza*. Santiago: Dirección Xeral do Patrimonio Artístico e Monumental, Xunta de Galicia; 174 pp.
- CRIADO BOADO, F. (a), *Contribución al estudio de las relaciones entre las comunidades megalíticas del noroeste peninsular y su medio natural: implicaciones socio-económicas*. Universidad de Santiago: tesis doctoral presentada en la Fac. de Xeografía e Historia.
- CRIADO BOADO, F. (b) *Memoria de la Campaña de Prospección en Túmulos Megalíticos de la Serra de O Bocelo, (Coruña)*. Santiago: Dirección Xeral do Patrimonio Histórico e Documental, (Xunta de Galicia); memoria inédita.
- CRIADO BOADO, F. (1988a), *Arqueología del Paisaje en Galicia. Arqueología Espacial*, 13, Teruel.
- CRIADO BOADO, F. (1988b), *La genealogía del Paisaje: hacia una aproximación no funcionalista al estudio de las relaciones cultura-entorno. II<sup>nd</sup> Deya Conference*.
- CRIADO BOADO, F.; AIRA RODRIGUEZ, M.J. & DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, F. (1986) *La construcción del paisaje. Megalitismo y Ecología en la Sierra de Barbanza*. Santiago: Xunta de Galicia, Dirección Xeral do Patrimonio Artístico e Monumental; 185 pp.
- VV.AA. (1983), *Terra de Melide*. Santiago; Seminario de Estudos Galegos; 737 pp.
- VV.AA. (1988a), *Proyecto de Prospección Intensiva en la Sierra de O Bocelo y en el valle del río Furelos, (A Coruña)*. Informe Preliminar de la Campaña de 1987. Santiago: Dirección Xeral do Patrimonio Histórico e Documental, (Consellería de Cultura, Xunta de Galicia). Memoria inédita.
- VV.AA. (1988b), *Hacia una Arqueología del Paisaje. Campaña de excavaciones en la Sierra de O Bocelo y en el valle del río Furelos, (Coruña)*. Informe Preliminar de la Campaña de 1988. Santiago: Dirección Xeral do Patrimonio Histórico e Documental, (Consellería de Cultura, Xunta de Galicia). Memoria inédita.



Mapa 1 — Situación del área de estudio dentro del conjunto de Galicia.



Mapa 2 — Situacion del area de estudio sobre el mapa topografico 1:200.000.

# A ESCAVAÇÃO DA MAMOIA DE OUTEIRO NO CONTEXTO DO CAMPO ARQUEOLÓGICO DA SERRA DA ABOBOREIRA

por

Suzana Faro  
Joel Cleto  
António Lourenço Carneiro

## I — INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos onze anos o Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (Amarante, Baião, Marco de Canaveses) tem consubstanciado um projecto pioneiro no estudo do megalitismo português, nomeadamente no Norte do país<sup>1</sup>. Abarcando uma vasta necrópole megalítica, composta por 54 monumentos (e nem toda a sua área foi ainda correctamente prospectada), o Campo promoveu intervenções arqueológicas em cerca de 65% das mamoas. Só tal percentagem, associada a um crescente número de datações radiocarbónicas obtidas, permite que, agora, se comecem a traçar algumas hipóteses de linhas evolutivas. Não tanto ao nível arquitectónico (onde um acentuado polimorfismo predomina), mas mais ao nível das estratégias de implantação dos monumentos e a sua relação com a evolução económico-social das comunidades humanas que, entre o Neolítico Médio e o Bronze Inicial, aqui se fixaram. De resto, os mais de mil e quinhentos anos de duração deste fenómeno deveriam, talvez, levar-nos a falar, não tanto em megalitismo, mas antes em megalitismos.

Importa ir comparando os dados obtidos e as hipóteses levantadas sobre as mamoas do planalto da Aboboreira, com outras áreas incluídas no mesmo projecto. Com efeito, abarcando não só a serra granítica que lhe dá o nome, mas, de uma forma geral, toda a bacia do rio Ovil (afluente do Douro), o Campo Arqueológico inclui na sua área os planaltos de Chã de Arcas-Castelo-Águas Férreas, na margem oposta. Ora, esta

---

<sup>1</sup> Cfr, por exemplo, Vítor Oliveira JORGE (1987) — Megalitismo de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes (Norte de Portugal): conhecimentos actuais e linhas de pesquisa a desenvolver, *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. IV, Porto, pp. 269-286; V. O. JORGE (1988) — Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira. Arqueologia do concelho de Baião. Resultados de dez anos de trabalho, *Arqueologia*, nº 17, Porto, G.E.A.P., pp. 5-27.

área, rica igualmente em vestígios megalíticos<sup>2</sup>, e apesar de contígua, encontra-se de facto razoavelmente afastada dos principais agrupamentos megalíticos da Aboboreira, como o modelo de áreas preferenciais de exploração de Davidson e Bailey (1984) facilmente comprovará<sup>3</sup>.

Parece-nos, pois, que o projecto, ao voltar-se para estes planaltos, se não se volta certamente para um outro «mundo megalítico», estará muito provavelmente a deparar com monumentos de comunidades que, mais distanciadas das da Aboboreira do que estas entre si, poderão apresentar dados novos e diferentes respostas de adaptação e implantação no meio. De resto, tal correlação iniciou-se já em 1984 com o estudo de um conjunto megalítico em Castelo de Matos. E, se os resultados, recentemente publicados<sup>4</sup>, não são muito elucidativos, em virtude da pobreza do espólio e das profundas violações a que foram sujeitas estas estruturas, não deixam de revelar, no entanto, que arquitectonicamente os monumentos não diferem dos da Aboboreira, adaptando-se e aproveitando-se, todavia, mais do que é habitual, do desnível natural do terreno — observação válida não apenas para a couraça, mas para o próprio *tumulus*.

É, pois, neste contexto que se integra a escavação que seguidamente apresentamos, bem assim como as planeadas intervenções no conjunto de Chã de Arcas, que parece apresentar um interessante polimorfismo, incluindo duas mamoaas centrais de câmara aparentemente poligonal, e dois outros monumentos periféricos, um de grandes dimensões e provavelmente de corredor, o outro, pelo contrário, muito baixo, como que disfarçado na paisagem. Um quinto monumento encontra-se bastante destruído.

No caso presente, a mamoa de Outeiro apresentava a particularidade acrescida de ser um monumento de cota mais baixa do que os atrás referidos. Por outro lado, a inexistência de vestígios de uma câmara dolménica colocava aprioristicamente a hipótese de estarmos perante um monumento tardio, adentro do fenómeno megalítico.

## II — LOCALIZAÇÃO E METODOLOGIA

A mamoa de Outeiro localiza-se na área do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, mais precisamente nas formações planálticas adjacentes ao rio Ovil, mas na margem oposta ao conjunto montanhoso que dá o nome ao Campo. Situa-se na freguesia de Valadares, concelho de Baião, distrito do Porto e, segundo a Carta Militar

<sup>2</sup> A. Lourenço CARNEIRO, Joel CLETO, Margarida MOREIRA, Suzana FARO (1987) — Novas mamoaas no concelho de Baião, *Arqueologia*, nº 15, Porto, G.E.A.P., pp. 158-160.

<sup>3</sup> Iain DAVIDSON e G. N. BAILEY (1984) — Los Yacimientos, sus Territorios de Explotacion y la Topografia, *Boletín del Museo Arqueológico Nacional (Madrid)*, II, pp. 25-46. Tal modelo foi já aplicado num caso de um monumento do Campo da Aboboreira: Suzana Faro e Joel Cleto — Mamoa de Igrejinhãs no contexto do megalitismo no concelho de Marco de Canaveses, *Actas das 1.ª Jornadas de Estudo de Marco de Canaveses* (no prelo).

<sup>4</sup> Isabel FIGUEIRAL e Margarida MOREIRA (1988) — O núcleo megalítico de Castelo de Matos, *Arqueologia*, nº 17, Porto, G.E.A.P., pp. 27-39.

de Portugal (1 / 25000, nº 125 - Baião), as suas coordenadas geodésicas são:

Lat. — 41° 09' 04" N

Long. — 01° 09' 41" E Lx.

A altitude é cerca de 700 metros, encontrando-se numa vasta chã, no sopé da elevação do Outeiro, que está, portanto, na origem do topónimo do monumento. É esta elevação, com os seus 724 metros de altitude, que domina a paisagem a sudeste. As elevações de Águas Férreas, Castelo e Chã de Arcas, dominam a paisagem a oeste e norte. A sul, a chã estende-se até à elevação do Alto da Bandeira onde se localizam, possivelmente, dois outros monumentos. De salientar, de resto, que cerca de 150 metros a norte da mamoa de Outeiro, no lugar de Algária, se encontra igualmente um monumento, porém bastante arruinado<sup>5</sup>. O tipo de vegetação que cobre esta chã é essencialmente rasteiro: urze, fetos e tojo predominam.

O monumento é de fácil acesso a partir do estradão que, tendo início na estrada Baião-Santa Marinha do Zêzere, liga a Bruzende. Junto ao referido monumento de Algária, toma-se um caminho de pé-posto em direcção ao Outeiro, encontrando-se a mamoa do lado direito, imediatamente antes da subida para aquela elevação.

A escavação deste monumento realizou-se em Julho de 1988, tendo colaborado nos trabalhos diversos estudantes e licenciados em História (variante de Arqueologia) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Coimbra<sup>6</sup>. Os trabalhos contaram com o apoio financeiro e logístico da Câmara Municipal de Baião e do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis.

A metodologia aplicada foi a habitualmente utilizada: quadriculagem do local (16 x 12 metros), seguida de levantamento de todas as cotas assim definidas e distanciadas entre si um metro, tendo por objectivo a obtenção de uma planta inicial com curvas de nível (planta 1, figura 3). O nível zero convencional correspondeu ao topo de uma estaca colocada no ponto mais alto do monumento, a 16 centímetros acima da superfície deste. Seguidamente procedeu-se à abertura de quatro sanjas orientadas de acordo com os pontos cardeais, com dois metros de lado. A continuação dos trabalhos viria a revelar, igualmente, a necessidade de intervir no quadrado C4, deixando-se, todavia, dois testemunhos de 25 centímetros de largura cada, a sul e a oeste do quadrado, de forma a permitir a leitura de dois perfis longitudinais ao monumento. Todas as estruturas foram desenhadas, após decapagem com colherim, e todas as terras foram peneiradas.

### III — MONUMENTO

Antes do início dos trabalhos, o monumento parecia possuir um volume

<sup>5</sup> A. Lourenço CARNEIRO, Joel CLETO, Margarida MOREIRA, Suzana FARO (1987), *op. cit.*

<sup>6</sup> Porque este trabalho não teria sido possível sem a sua colaboração, queremos agradecer a : Alice Semedo, António Manuel Valagão, António Santos, Carla Stockler, Fátima Cacilda Rocha, Lúcia Paula Felgueiras, Maria Helena Cruz, Mario Macedo, Paula Morais e Rui Pires Cabral. Agradecemos, igualmente, ao sr. Miguel Correia Dinis, proprietário do terreno, as facilidades concedidas e o interesse demonstrado.

superior ao que viria, efectivamente, a revelar, uma vez que assentava sobre um afloramento granítico, que lhe conferia essa aparente monumentalidade. De facto, a intervenção arqueológica mostrou que a potência estratigráfica não ultrapassava nunca (e só atingia em casos excepcionais) os 80 centímetros, havendo mesmo zonas em que essa espessura era de apenas dez centímetros. No centro a espessura era de aproximadamente 50 centímetros. Assim, as violações que o monumento foi sofrendo ao longo dos tempos facilmente atingiram os estratos inferiores — a escavação revelou mesmo cerâmicas relativamente recentes em contactos com a base.

Um outro factor que contribuiu para aquela aparente monumentalidade resulta da visão que hoje se tem do monumento a partir do carreiro de pé-posto, que o toca a leste. Com efeito este caminho, acabou por provocar uma erosão do terreno naquele lado, acentuando um desnível, entre o solo actual e o monumento, que não terá existido originalmente.

Arquitectonicamente, a mamoa de Outeiro parece-nos ser, em larga medida, resultante da adaptação aos condicionalismos ditados pelo local. Assim, e no que respeita à couraça lítica de revestimento e seu anel de contenção, verifica-se que a sua utilização, possível espessamento e grau de imbricação, variam nos diversos sectores escavados, dependendo, presumivelmente da topografia do terreno e da forma do próprio afloramento. É assim que, por exemplo, na sanja oeste, são praticamente inexistentes os vestígios da couraça e anel de contenção, associados a um terreno pouco desnivelado, onde, não se tornando necessária uma couraça voltada essencialmente para a contenção de terras, se terá optado por uma solução que se veio a revelar de mais difícil preservação. Já na sanja norte se verifica a situação oposta, uma vez que foi necessário recorrer a um maior espessamento da couraça, particularmente visível no anel de contenção, para vencer o desnível aí existente. Quanto às sanjas sul e leste, apresentam uma situação intermédia, revelando alguns vestígios efectivos de couraça, embora menos estruturada. Também nestas duas sanjas é o afloramento que empresta ao monumento a sua forma mamilar, limitando-se a couraça e o *tumulus* a seguir a inclinação dada por aquele — o que difere do constatado na sanja norte.

O monumento não apresentava qualquer vestígio de estrutura dolménica, o que não é de estranhar face às características atrás referidas, nomeadamente a pequenez do seu *tumulus*; nem nenhuma outra estrutura central, o que foi reforçado por também nada ter sido detectado no quadrado C4, igualmente intervencionado.

Tendo em conta os vestígios do fecho da couraça, para dimensionar mais correctamente o monumento inicial, ele teria uma forma primitiva semi-circular, alongada para oeste, com cerca de 9 metros (eixo norte-sul) por 8,4 metros (eixo este-oeste) (ver planta 3 e perfis).

#### IV — ESTRATIGRAFIA E ESPÓLIO

Apesar das violações que o monumento sofreu, e que facilmente alteraram o *tumulus* devido à sua pouca espessura, foi possível destrinçar as seguintes camadas,

mais ou menos homogêneas (ver cortes):

1 — camada vegetal, subdividida em

a) terra com muitas raízes, de cor acastanhada;

b) terras com bolsas de colorações e texturas diversas (cinzentas, amareladas, etc). É de salientar, nesta camada, uma bolsa de terras escuras no quadrado C5, visível no corte norte-sul. Nos locais onde ainda se detectam vestígios da couraça, as pedras constituintes desta encontram-se, em grande parte, nesta camada. Além de material relativamente recente, incluindo as cerâmicas acinzentadas habitualmente atribuídas à Idade Média (mas que poderão estar relacionadas com um centro local de produção artesanal, bem mais recente), e ainda fragmentos contemporâneos alaranjados e vidrados, este estrato revelou algum espólio pré-histórico, aí depositado provavelmente em resultado das violações. Entre este espólio é de destacar uma ponta de seta em sílex, dois fragmentos de lâminas também em sílex, e ainda diferentes tipos de cerâmica pré-histórica (ver quadros do espólio).

É de notar que, na sanja oeste, esta camada se reveste de características próprias, já que se encontra, possivelmente, muito misturada com as terras originárias do *tumulus*. Fortes violações, em resultado das quais se detectou mesmo uma grande fossa aberta no saibro (ver planta 3), estarão na sua origem. Apesar destes factores, foi nesta sanja e neste estrato que se encontrou uma maior concentração de fragmentos cerâmicos pré-históricos, 39 no total, incluindo alguns bordos, bem assim como uma lasca residual em sílex (ver quadros referentes ao espólio).

2 — possíveis terras do tumulus, que se caracterizam por um tom acinzentado, englobando as restantes pedras da couraça, quando esta aparece, e ainda o anel de contenção. Entre o espólio detectado neste estrato volta a constatar-se, na sanja oeste, tal como em 1b, a existência de diversos fragmentos cerâmicos pré-históricos. Pensamos que, devido às diferentes características que apresentam (textura, cozedura, coloração, espessura...), tais fragmentos terão sido transportados casualmente, com as terras que viriam a constituir o tumulus (ver quadros referentes ao espólio). No quadrado C4 foi encontrada, igualmente, uma lasca residual de sílex, bem assim como um micrólito (trapézio), também em sílex.

3 — terras amareladas saibrentas, compactas, que, se em alguns locais resultam da decomposição da rocha de base, noutros, porém parece terem sido uma fina camada que cobria o afloramento, ainda antes da erecção do monumento, constituindo, assim, restos de um possível paleo-solo. De resto, tal parece poder comprovar-se por neste estrato se terem detectado alguns vestígios arqueológicos: alguns fragmentos cerâmicos e um micrólito (ver quadros).

É de salientar que outro espólio foi recolhido, sem no entanto podermos localizar com grande precisão a sua origem, uma vez que resultou da peneiração das terras ou da limpeza dos cortes. Optamos, contudo, por referi-lo nos quadros de espólio com o



maior número de indicações de localização possíveis.

Do fecho da couraça, nas sanjas norte e oeste, foram retirados dois fragmentos de moinhos manuais, reutilizados como material de construção da mamoa. Tal era particularmente nítido na sanja norte, em que o fragmento de moinho se encontrava com a face de moagem virada para o interior.

É de registar o aparecimento de 32 seixos rolados de quartzito na periferia da couraça, na sanja leste. Estes seixos que, sem dúvida, foram aí colocados intencionalmente, encontravam-se depositados sobre as pedras periféricas da couraça ou já no afloramento (ver planta 4).

## V — CONCLUSÃO

Em conclusão, estamos, na mamoa de Outeiro, perante um monumento que arquitectonicamente se caracteriza por uma grande adaptação ao terreno em que assenta, e por ser desprovido de qualquer estrutura megalítica, o que de resto não é novidade no contexto do polimorfismo que caracteriza este fenómeno funerário.

Havendo no Norte de Portugal casos extremos de monumentos que praticamente não apresentam grandes estruturas pétreas, como a mamoa de Gestosa (V. N. Gaia)<sup>7</sup>, estaríamos aqui, contudo, face a uma estrutura com paralelos relativamente mais próximos à mamoa 5 de Outeiro de Gregos, na Serra da Aboboreira<sup>8</sup>, monumento que também não apresentava qualquer vestígio megalítico ou indício de que o tivesse tido (nomeadamente contrafortagens ou negativos de esteios no saibro). Monumentos assemelháveis a Outeiro de Gregos 5 incluíam, apenas, pequena cista ou cistas (caso de Outeiro de Gregos 1) ou vestígios delas (Meninas do Crasto 4).

No entanto, esta comparação entre o monumento aqui estudado e Outeiro de Gregos 5 é válida apenas para a ausência de qualquer estrutura megalítica (ou mesmo outra) no seu interior. Com efeito, a mamoa de Outeiro não é um "cairn", como naqueles casos, uma vez que o seu "tumulus" não é constituído essencialmente por pedras (apesar de também não apresentar grande volume de terras e do evidente papel "pétrico" que o afloramento em que assenta desempenha). Assim, neste outro aspecto arquitectónico, já este monumento se afasta daqueles, que, possuindo um conjunto relativamente homogéneo de datações (primeira metade do 2º milénio a.C.), se têm vindo a revelar como a manutenção da tradição tumular numa época mais recente, atribuída ao Bronze Inicial.

Infelizmente, quer devido à sua raridade, quer devido à pouca espessura do monumento, não nos foi possível recolher amostras de carvões que permitam futuras

---

<sup>7</sup> V. O. JORGE (1984) — Escavação da Mamoa da Gestosa (Sandim, V. N. Gaia), *Gaya*, vol. II, Gabinete de História e Arqueologia de V. N. de Gaia, pp. 19-38.

<sup>8</sup> V. O. JORGE (1982) — A Mamoa 5 de Outeiro de Gregos, um "tumulus" não megalítico da Serra da Aboboreira, *Arqueologia*, nº 6, Porto, G.E.A.P., pp. 32-39.

datações radiocarbónicas. Todavia, numa interpretação que reconhecemos ser um pouco audaz, mas que deverá ser tomada como uma hipótese muito provisória de trabalho, apontamos para uma cronologia algo recente deste monumento. São vários os indícios: como foi amplamente demonstrado pelo que atrás dissemos em relação ao seu reduzido volume, a mamoa de Outeiro é um pouco mais baixa e impõe-se menos no terreno do que é habitual, podendo pertencer a um período em que se começa a desvalorizar o aspecto megalítico dos monumentos, bem assim como o seu possível papel de referência comunitária. Caminhar-se-ia para uma crescente individualização do espaço funerário e do enterramento.

Ténues indícios surgem também entre o espólio. Assim, quer, de certa forma, a tipologia da lâmina de sílex quer, muito particularmente, a ocorrência da ponta de seta de base triangular, poderão ser sintomáticos. Com efeito, este tipo de artefacto, muito raro na necrópole da Aboboreira, onde até agora só tinha surgido no monumento "evolucionado" de Chã de Parada 1 (um dolmen de corredor)<sup>9</sup>, tem vindo a ser atribuído a um momento adiantado no "processo megalítico", substituindo parcial ou totalmente os micrólitos. Esta interpretação não deve, contudo, ser vista de uma forma linear, como pretendia Vera Leisner<sup>10</sup>, mas tomando em conta um certo conservadorismo ou regionalismo cultural que estas necrópoles poderão evidenciar. De resto, os micrólitos, abundantes no conjunto da Aboboreira, não deixam de estar presentes em Outeiro.

Outro indício que poderá ser significativo é a cota a que se encontra o monumento. Na realidade, a mamoa estudada localiza-se a 700 metros acima do nível médio das águas do mar, altitude em que os monumentos começam já a rarear: num total de 54 registados no Campo Arqueológico, só 11 monumentos se encontram abaixo desta cota. Esta implantação da mamoa de Outeiro é tanto mais importante, quanto o facto de revelar alguns indícios de que o habitat dos construtores não estaria longe. Com efeito, e à semelhança do que vem sendo detectado em outros monumentos escavados, foram recolhidos, entre as escassas terras que terão sido transportadas para formarem o *tumulus*, diferentes fragmentos cerâmicos que nelas já se encontrariam *a priori*. Mais significativo será, no entanto, a ocorrência de fragmentos de moinhos manuais reaproveitados como material de construção, que não seria lógico transportar de longe, face à disponibilidade de matéria-prima no local.

Estaremos, assim, face a uma descida significativa das populações dos planaltos? É ainda cedo para uma resposta a esta questão, que se liga, de resto, à importante problemática da evolução do povoamento durante a crucial fase de mudanças que ocorreu entre o Calcolítico e o Bronze Inicial. Se, neste caso em estudo, se constata uma descida quer do local de implantação dos monumentos funerários, quer, muito provavelmente, dos povoados que lhes serão contemporâneos, não é, no entanto, claro que tal descida represente uma diferente opção de exploração económica ou de

---

<sup>9</sup> V. O. JORGE e Ana M. S. BETTENCOURT (1988) — Sondagens Arqueológicas na Mamoa 1 de Chã de Parada (Baião, 1987), *Arqueologia*, nº 17, Porto, G.E.A.P., pp. 73-118.

<sup>10</sup> Vera LEISNER (1983) — As diferentes fases do Neolítico em Portugal, *Arqueologia*, nº 7, Porto, G.E.A.P., pág. 11 (artigo original de 1966).

estratégia de implantação. Com efeito, o local reveste-se, pelo menos actualmente, de características muito semelhantes às de cotas superiores. Na realidade, esta área é, também, uma chã de dimensões consideráveis e não um vale. Não nos podemos esquecer, igualmente, que estaríamos face a populações possuidoras de um tipo de habitat precário relacionado, provavelmente, com um carácter sazonal — ainda hoje, na região do Gerês e do Barroso, se pratica uma mudança sazonal dos povoados (as "brandas") localizados a cotas diferentes, visando a obtenção de melhor pasto para o gado, conforme a época do ano.

De resto, a possível descida das populações em direcção dos vales, não terá implicado a descida do local de implantação dos seus monumentos funerários. Tal constata-se na Serra da Aboboreira onde, durante o Bronze Antigo, se manteve a tradição de construir mamoa nas proximidades das já existentes. Também deste lado do rio Ovil tal facto parece ser provável, tendo em conta o aparecimento de fragmentos aparentemente campaniformes (tipo cerâmico do Calcolítico Final, Bronze Inicial) na mamoa 1 de Vale de Juros, localizada no planalto superior entre Castelo de Matos e Águas Férreas, a cerca de 850 metros de altitude (CARNEIRO, CLETO, MOREIRA e FARO, 1987).

Para finalizar não podemos deixar de salientar a ocorrência da grande concentração de seixos rolados de rio na periferia do monumento, alguns dos quais assentes directamente sobre as últimas pedras da couraça, e os restantes já na rocha de base. Tal concentração é, obviamente, intencional, ligando-se provavelmente a um rito ou outra função simbólica, de que haviam sido já detectados alguns indícios que, contudo, não eram em número suficiente para o afirmar. Com efeito, tal ocorrência periférica de seixos havia sido já detectada na mamoa 2 de Outeiro de Gregos, onde se encontraram "(...) três concentrações de grandes seixos de quartzo leitoso rolados (...), assentes sobre o granito de base (...)"<sup>11</sup>; no monumento da Mina do Simão; e no dólmen de Chã de Parada 1 onde, a acreditar que estarão relacionados com o *tumulus*, se deverá "(...) valorizar o facto de parecerem encontrar-se na periferia do montículo (...)"<sup>12</sup>.

Apesar do evidente estado de degradação em que se encontrava este monumento, podemos, no entanto, concluir que revelou alguns dados novos para o estudo do megalitismo na região, mas, provavelmente, terá contribuído para levantar um número de questões ainda maior no que respeita à correlação desta zona com a do outro lado do rio Ovil. Importa pois continuar a investigação nesta área, aparecendo como núcleo muito interessante a estudar o de Chã de Arcas, tal como referimos na nossa introdução.

---

<sup>11</sup> V. O. JORGE (1980) — A Mamoa 2 de Outeiro de Gregos — Serra da Aboboreira, Baião, *Revista de Guimarães*, vol. XC, pág. 194.

<sup>12</sup> V. O. JORGE e Ana BETTENCOURT (1988) — *op. cit.*, pp. 110 e 116.

ESPÓLIO — QUADROS DESCRITIVOS

a) MICRÓLITOS (fig. 8)

| Nº de ordem | Localização <sup>13</sup>  | Tipologia <sup>14</sup>                                  | Matéria-prima | Dimensões |       |      |
|-------------|--|--|---------------|-----------|-------|------|
|             |  |  |               | comp.     | larg. | esp. |
| 1           | C 4.<br>x: 130 cm;<br>y: 75 cm;<br>z: 50 cm                            | Triângulo escaleno                                       | Sílex         | 21 mm     | 10 mm | 2 mm |
| 2           | D3.<br>x: 180 cm;<br>y: 0 cm. Camada 3. Encontrado na limpeza do corte | Segmento de círculo. De notar as suas pequenas dimensões | Sílex         | 16 mm     | 5 mm  | 2 mm |

b) PONTA DE SETA (fig. 9)

| Nº de ordem | Localização <sup>13</sup>                   | Tipologia <sup>15</sup>  | Matéria-prima | Dimensões |         |      |
|-------------|---|--|---------------|-----------|---------|------|
|             |   |  |               | comp.     | larg.   | esp. |
| 1           | C 5.<br>x: 82 cm;<br>y: 52 cm;<br>z: 45 cm. | Ponta de seta de base triangular, fragmentada na base, com ligeiro esboço de aletas. Retoque bifacial marginal, excepto na extremidade superior onde é cobridor. | Sílex         | 25 mm     | 17,5 mm | 4 mm |

<sup>13</sup> x = distância em relação ao lado norte do quadrado de dois metros de lado; y = distância em relação ao lado leste do mesmo; z = profundidade em relação ao nível zero de referência local e mencionado no texto.

<sup>14</sup> Seguimos a tipologia proposta em G.E.E.M. — Épipaléolithique-Mésolithique. Les Microlithes Géométriques, *Bull. de la Société Préhistorique Française*, t. 66, 1969, Études et Travaux, pp. 355-366.

<sup>15</sup> Seguimos o critério proposto por Susana Oliveira JORGE (1986) — *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves — Vila Pouca de Aguiar*, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, pág. 55.

## c) LÂMINAS (fig. 10)

| Nº de ordem | Localização  | Tipologia   | Matéria-prima | Dimensões |       |      |
|-------------|--|---|---------------|-----------|-------|------|
|             |  |   |               | comp.     | larg. | esp. |
| 1           | C 5. x: 108 cm; y: 110 cm; z: 80 cm (entre pedras da couraça)          | Lâmina arqueada, fragmentada numa extremidade e de secção trapezoidal. Apresenta talão, e bolbo na base do reverso. Retoques marginais, formando duas <i>encoches</i> simétricas, junto à base, uma no anverso, outra no reverso. | Sílex         | 60 mm     | 18 mm | 3 mm |
| 2           | C4. x: c. 100 cm; y: 0 cm; camada 1b. (encontrada na limpeza do corte) | Framento de lâmina de secção trapezoidal (e triangular na base). Talão visível, bem como o bolbo no reverso. Alguns negativos (fortuitos?) no bordo esquerdo do reverso.  | Sílex         | 35 mm     | 16 mm | 5 mm |
| 3           | D4. y: 0 cm. Camada vegetal (?) (encontrada na limpeza do corte)       | Pequeno fragmento de lamela de secção triangular (e trapezoidal na parte inferior). Talão visível, bem como o bolbo no reverso.   | Sílex         | 17 mm     | 11 mm | 3 mm |

## d) SEIXOS ROLADOS DE QUARTZITO (Localização: ver planta 4) (fig. 11)

| Nº de ordem | Largura | Comprimento | Espessura | Observações                 |   |
|-------------|---------|-------------|-----------|-----------------------------|---|
| 1           | 1, 5 cm | 4, 3 cm     | 0, 9 cm   | Forma triangular            |   |
| 2           | 3, 1 cm | 6, 1 cm     | 1, 2 cm   |                             |   |
| 3           | 3, 3 cm | 3, 5 cm     | 1, 2 cm   |                             |   |
| 4           | 2, 4 cm | 6, 7 cm     | 1 cm      |                             |   |
| 5           | 3, 3 cm | 5, 6 cm     | 2, 1 cm   |                             |   |
| 6           | 1, 9 cm | 4,35 cm     | 0, 7 cm   |                             |   |
| 7           | 2, 5 cm | 3, 4 cm     | 1, 6 cm   |                             |   |
| 8           | 3, 7 cm | 6, 2 cm     | 1,75 cm   |                             |   |
| 9           | 2, 3 cm | 6, 7 cm     | 1 cm      |                             |   |
| 10          | 2,45 cm | 4, 5 cm     | 0, 6 cm   |                             | Fragmentado numa das pontas e nas superfícies |
| 11          | 2, 2 cm | 5 cm        | 0, 7 cm   | Fragmentado numa das pontas |   |
| 12          | 3, 1 cm | 4 cm        | 1,65 cm   |                             |   |
| 13          | 1, 8 cm | 4, 4 cm     | 0, 9 cm   |                             |   |
| 14          | 3, 7 cm | 8,35 cm     | 1 cm      |                             |   |
| 15          | 2 cm    | 5, 6 cm     | 0, 7 cm   |                             |   |
| 16          | 1, 7 cm | 3, 4 cm     | 1 cm      |                             |   |
| 17          | 2, 5 cm | 9, 5 cm     | 0, 7 cm   |                             | Fragmentado em comprimento                    |
| 18          | 3, 9 cm | 6, 9 cm     | 1, 3 cm   |                             | Forma rectangular; fragmentado em comprimento |
| 19          | 4 cm    | 6, 5 cm     | 2, 1 cm   |                             |   |

| Nº de ordem | Largura | Comprimento | Espessura | Observações   |
|-------------|---------|-------------|-----------|---|
| 20          | 4, 2 cm | 5, 8 cm     | 1, 6 cm   | Fragmentado em comprimento e em largura   |
| 21          | 2,55 cm | 4,75 cm     | 0,75 cm   |   |
| 22          | 2, 3 cm | 7, 8 cm     | 1 cm      |   |
| 23          | 2 cm    | 3, 3 cm     | 0, 9 cm   |   |
| 24          | 1, 6 cm | 4, 6 cm     | 0,75 cm   |   |
| 25          | 3 cm    | 7, 5 cm     | 1, 6 cm   | Apresenta nas duas superfícies repetidas incisões (traços em largura). Resultarão de afiamento? |
| 26          | 2 cm    | 4, 7 cm     | 1, 5 cm   | Fragmentado em comprimento<br>Fragmentado numa das pontas                                       |
| 27          | 2 cm    | 4, 7 cm     | 0, 6 cm   |   |
| 28          | 3, 4 cm | 6, 5 cm     | 1,75 cm   |   |
| 29          | 2, 2 cm | 4, 1 cm     | 0, 9 cm   |   |
| 30          | 1, 7 cm | 2, 7 cm     | 0,45 cm   |   |
| 31          | 2 cm    | 4,35 cm     | 0, 5 cm   |   |
| 32          | 1, 7 cm | 3, 8 cm     | 0, 8 cm   |   |

e) MOINHOS MANUAIS (elementos dormentes) (fig. 12)

| Nº de ordem | Localização   | Descrição  | Matéria-Prima        | Dimensões |       |          |
|-------------|---|--|----------------------|-----------|-------|----------|
|             |   |  |                      | comp.     | larg. | esp.     |
| 1           | D3.<br>x: 160 cm;<br>y: 80 cm;<br>z: 61 cm.<br>(fazia parte da estrutura de fecho da cou-raça, na sanja norte)                  | Ligeiramente fragmentado, de contorno sub-rec-tangular. Reverso acentuadamente convexo                               | Granito (grão médio) | 48 cm     | 28 cm | 15, 6 cm |
| 2           | F4.<br>x: 42 cm;<br>y: 30 cm;<br>z: 62 cm.<br>(era um dos elemen-tos dos ténues vestígios da estrutura de fecho na sanja oeste) | Fragmentado, de contorno sub-trape-zoidal. Utilizado nas duas faces, porém mais polido no anverso do que no reverso. | Granito (grão fino)  | 20, 1 cm  | 15 cm | 5, 8 cm  |

f) MATERIAL CERÂMICO. Tendo ocorrido várias dezenas de fragmentos de vasos cerâmicos, apresentamos aqui os mais significativos uma vez que, exceptuando os de aspecto "histórico", a grande maioria dos fragmentos é de pequenas dimensões, sendo praticamente nulos de informação. (fig.13)

| Nº de ordem | Localização   | Descrição  | Dimensões |       |      |
|-------------|---|--|-----------|-------|------|
|             |   |  | alt.      | larg. | esp. |
| 1           | D4.<br>z: c. 95cm.<br>Terras do "tumulus"                                     | Fragmento de bordo de vaso de fabrico manual. Lábio arredondado. Pasta compacta. Cor castanha nas superfícies e alaranjada nas fracturas   | 16,5 mm   | 16 mm | 7 mm |
| 2           | Idem  | Pequeno fragmento de bordo de vaso. Lábio fino arredondado. Superfície externa muito desgastada. Cor castanha nas superfícies e alaranjada nas fracturas   | 11 mm     | 17 mm | 3 mm |
| 3           | Sanja oeste.<br>Quadrados E4 e F4.<br>Camada Ib.<br>(terras muito mescladas). | Fragmento de bordo de vaso. Lábio arredondado, com ligeiro espessamento para o exterior. Pasta com muito desengordurante (sobretudo feldspato e mica). Cor castanha nas superfícies e castanho-alaranjado nas fracturas. | 25,5 mm   | 32 mm | 8 mm |
| 4           | Idem  | Fragmento de bordo de vaso de fabrico manual. Lábio ligeiramente inclinado para o exterior. Pasta com muita mica. Cor castanho-claro nas superfícies e fracturas.  | 26 mm     | 28 mm | 7 mm |
| 5           | Idem  | Fragmento de pança de vaso com indícios de curvatura. Pasta com bastante desengordurante. Cor castanho-acinzentada nas superfícies e castanha escura nas fracturas.  | 3,2 mm    | 21 mm | 6 mm |

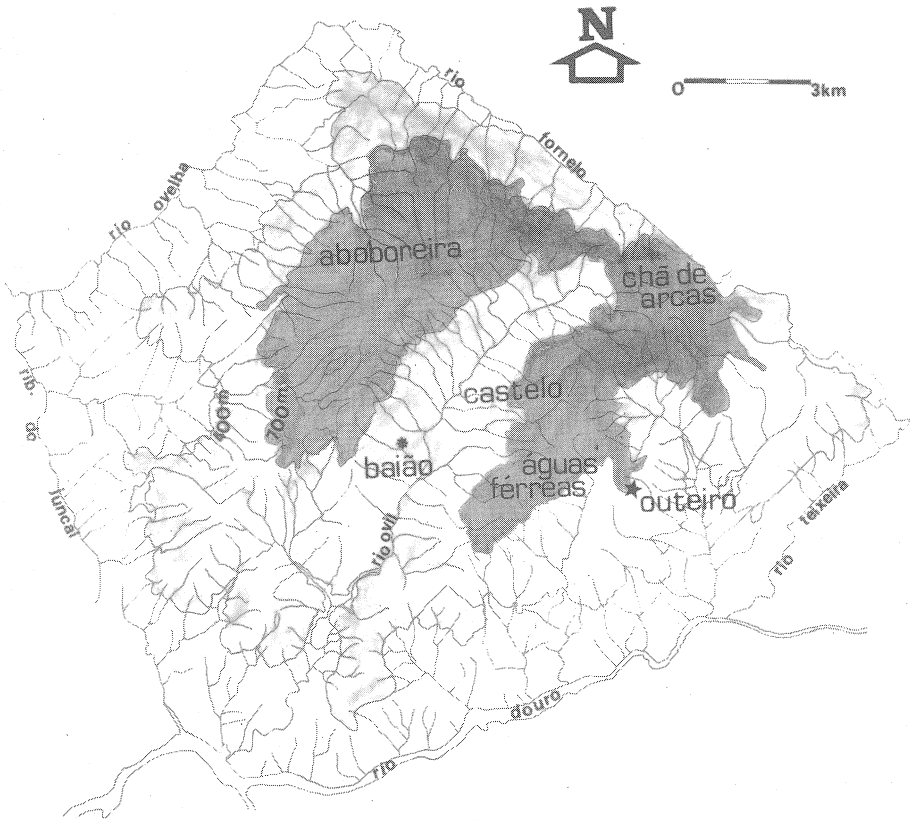


Fig. 1 — Localização do monumento de Outeiro no conjunto do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira.



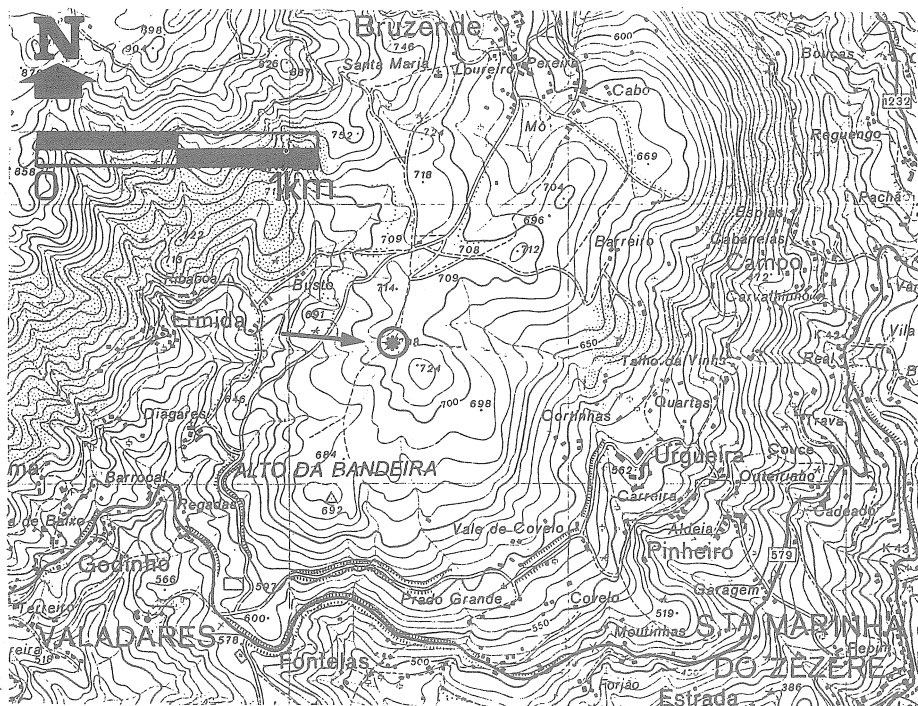


Fig. 2 — Localização do monumento estudado neste trabalho, na Carta Militar de Portugal, folha 125 (Baião), escala 1:25.000.

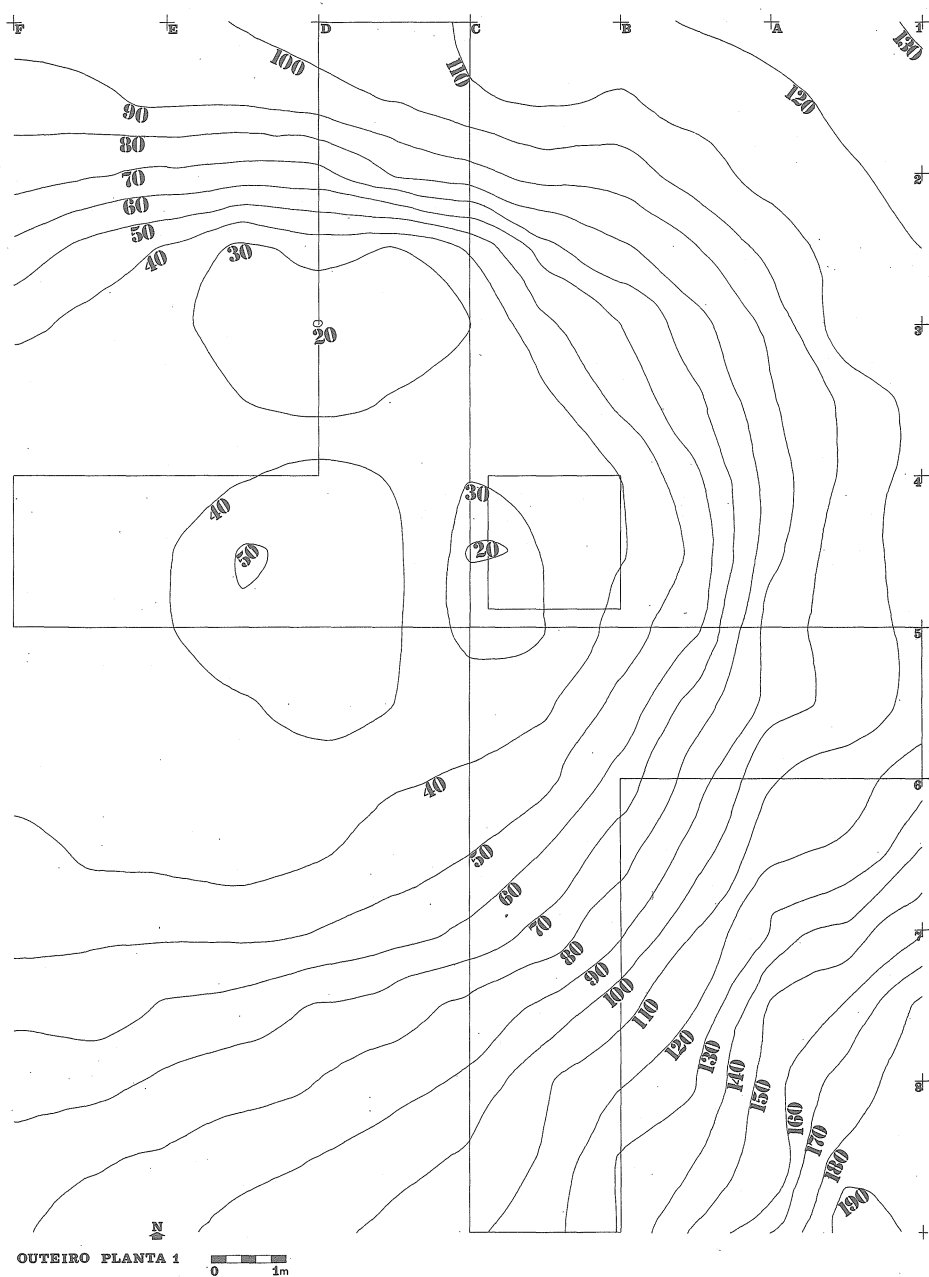


Fig. 3 — Planta 1. Levantamento topográfico do monumento antes dos trabalhos, com indicação dos sectores escavados. A equidistância das curvas de nível é de 10 cm e o nível zero convencional utilizado encontra-se 16 cm acima do ponto mais alto do monumento.

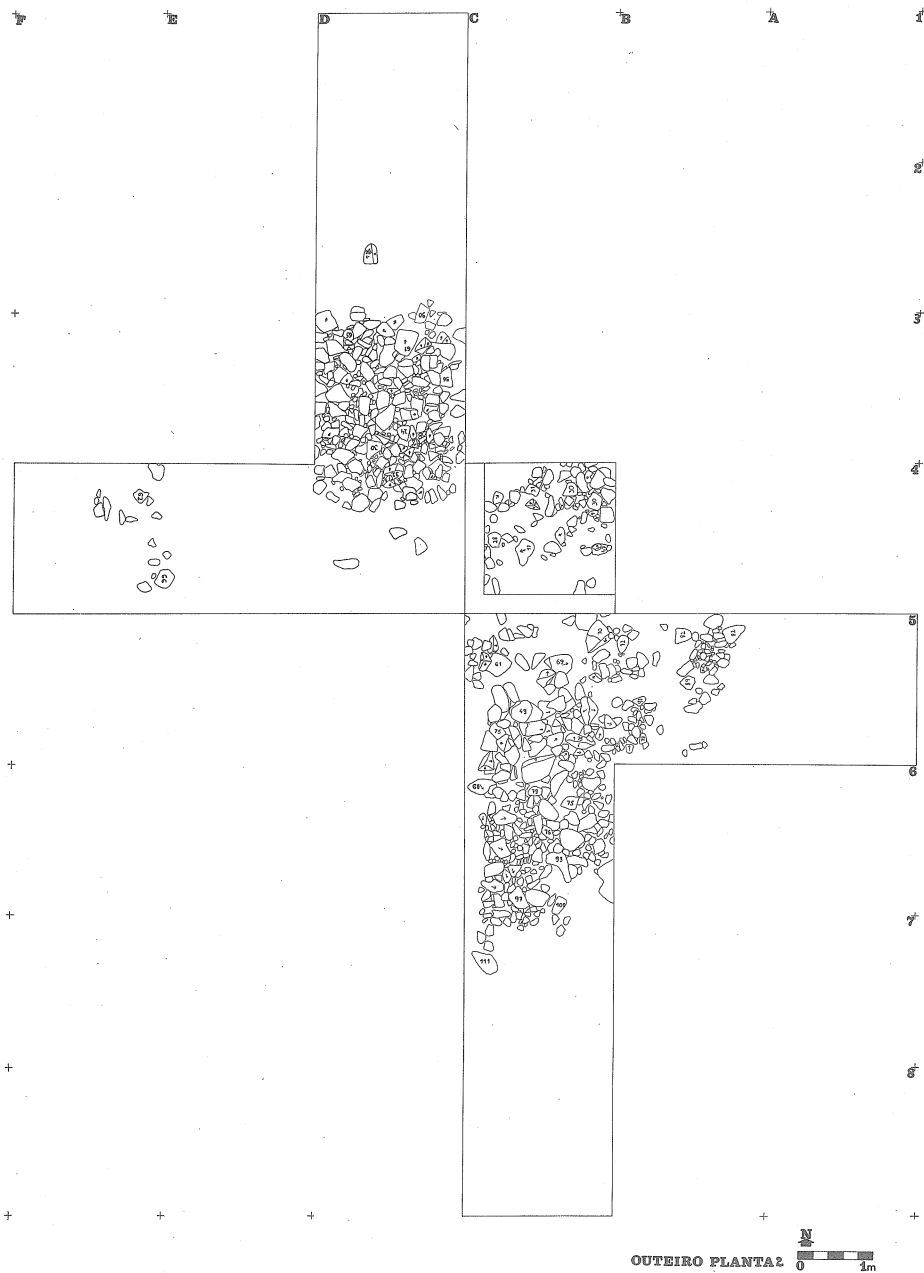


Fig. 4 — Planta 2. Após decapagem superficial, sendo nítida a couraça de revestimento, ou, noutros sítios, a sua ausência.

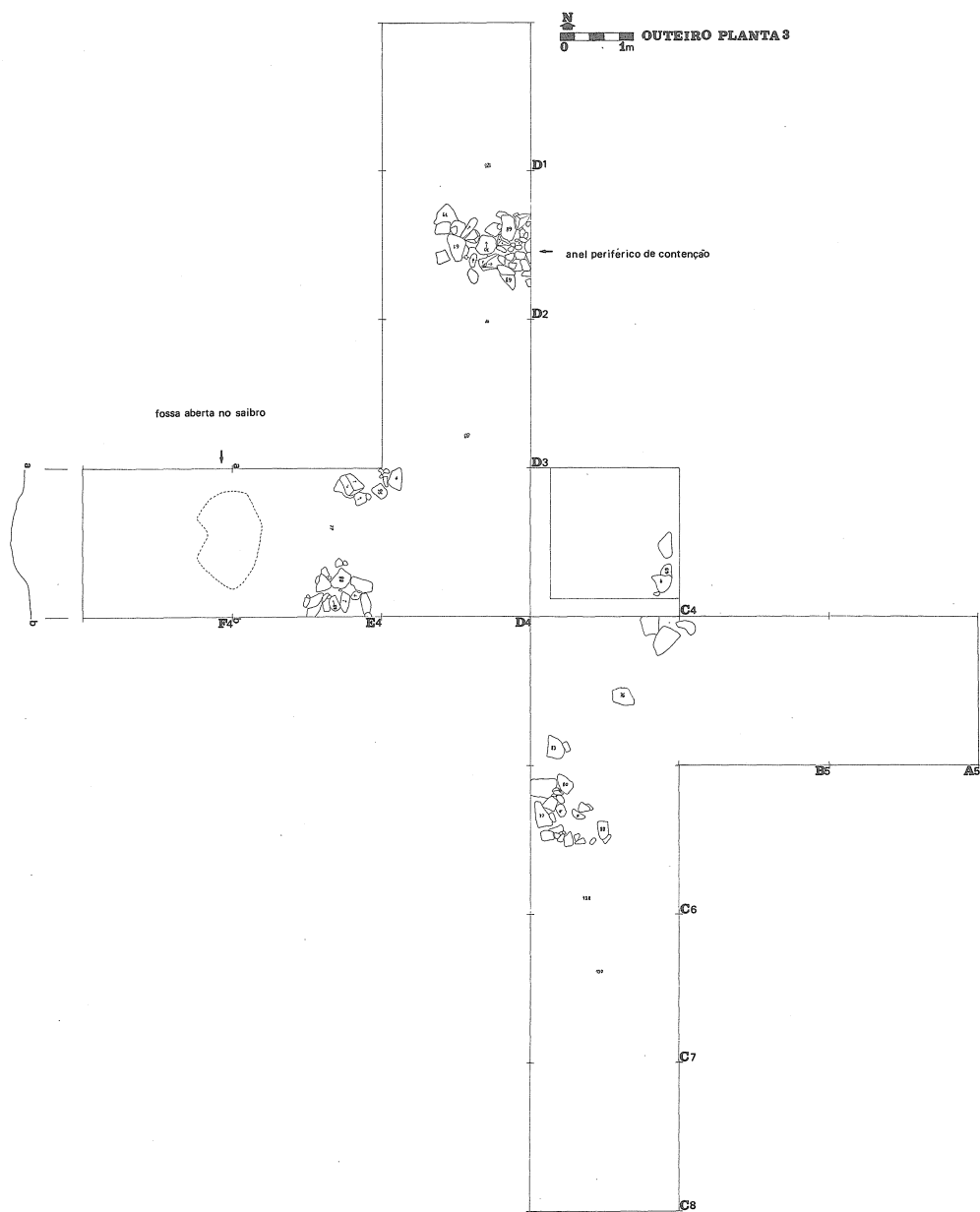


Fig. 5 — Planta 3. Monumento numa fase adiantada dos trabalhos, salientando-se vestígios de um anel de contenção periférico e uma fossa aberta no saibro, resultante, provavelmente, de violações.

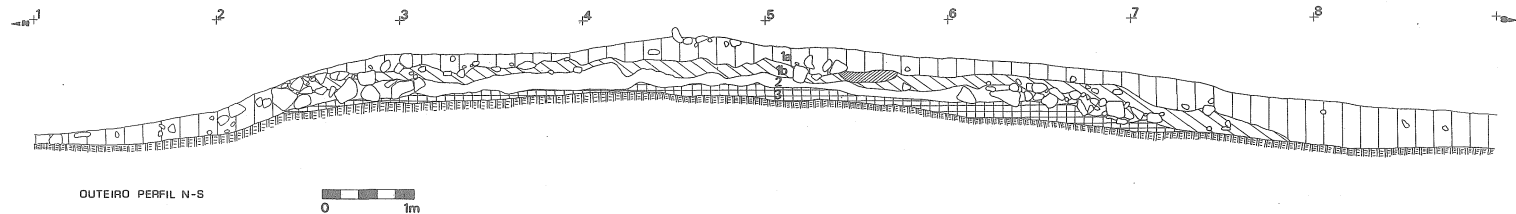


Fig. 6 — Perfil N-S da mamoá. Estratigrafia descrita no texto.

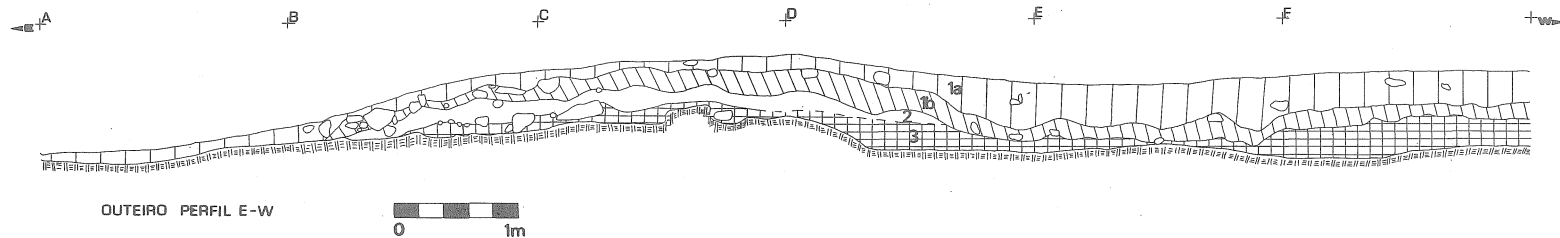


Fig. 7 — Perfil E-W da mamoá. Estratigrafia descrita no texto.

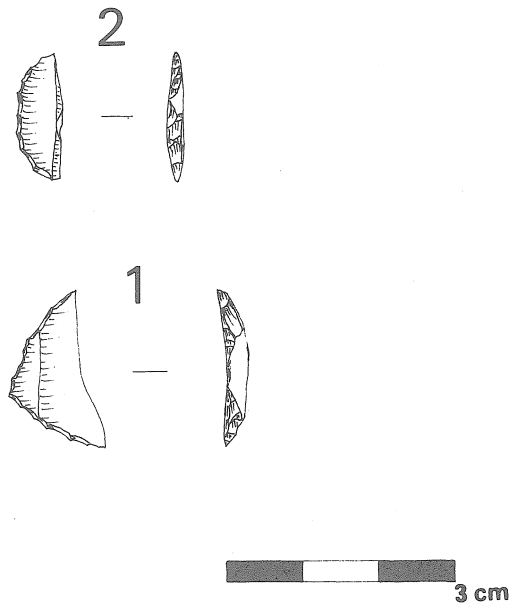


Fig. 8 — Micrólitos geométricos provenientes da mamoa de Outeiro.  
Descrição no quadro a).

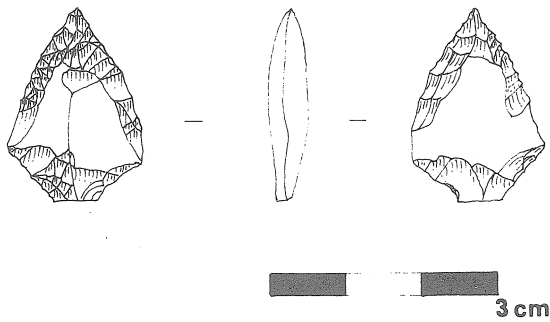


Fig. 9 — Ponta de seta detectada no monumento. Ver quadro b) (desenho Suzana Faro).

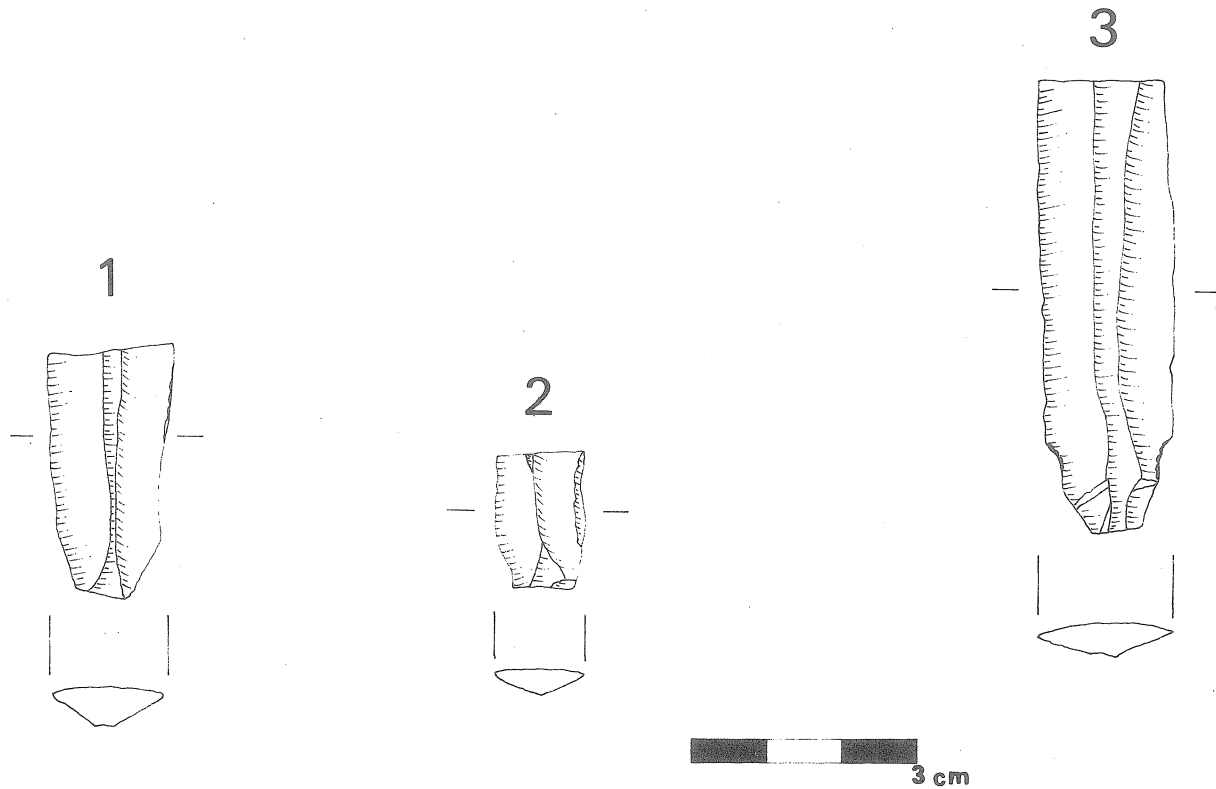
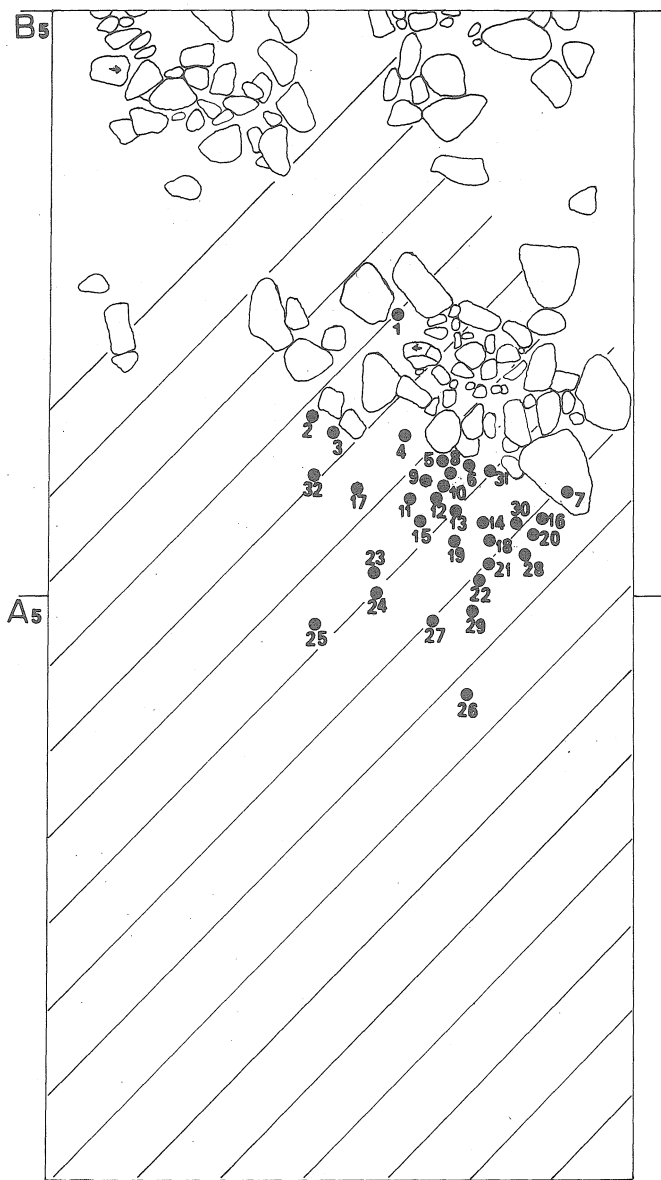


Fig. 10 — Lâminas encontradas neste monumento. Descrição no quadro c) (desenho Suzana Faro).



OUTEIRO PLANTA 4 



Fig. 11 — Planta 4. Localização dos seixos rolados (ver quadro d).



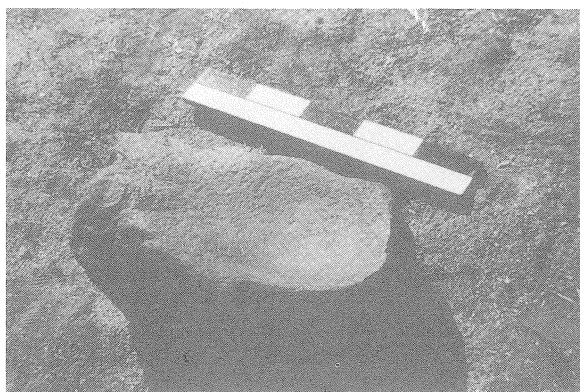


Fig. 12 — Um dos moinhos detectados na couraça.

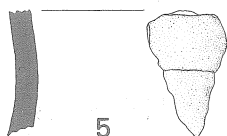
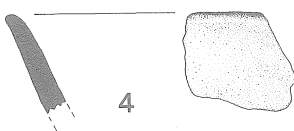
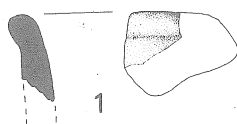


Fig. 13 — Três dos fragmentos cerâmicos descritos no quadro f). (Desenho de Suzana Faro).

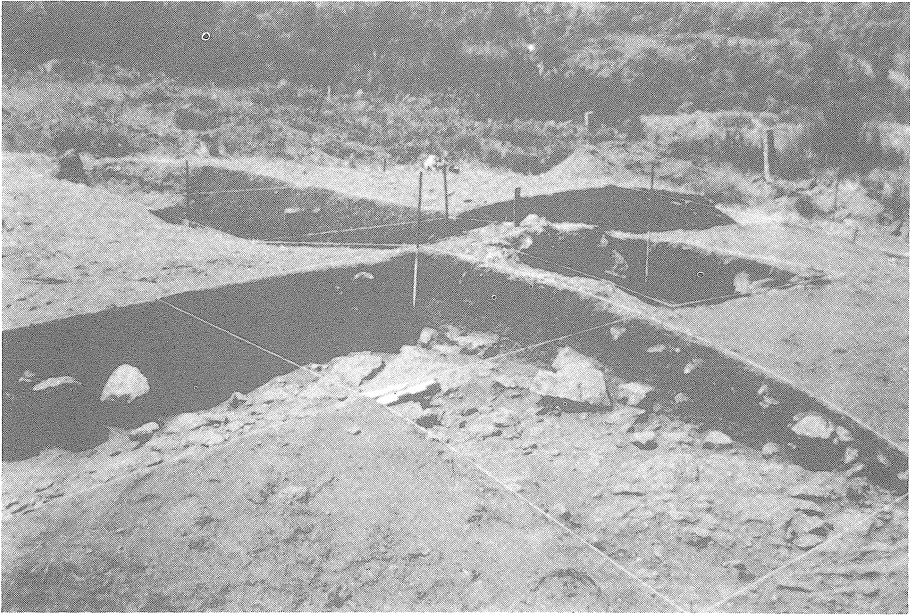


Fig. 14 — O monumento no final da intervenção. Observe-se a pequena potência estratigráfica.

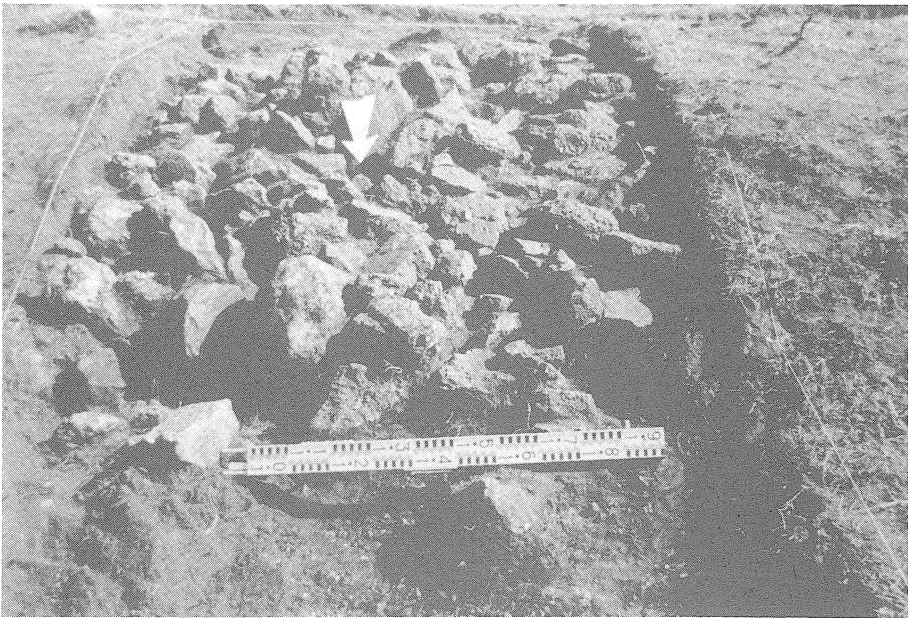


Fig. 15 — Um aspecto da couraça lítica na sanja Norte.

## DEBATE

Vítor Oliveira Jorge — Agradeço muito à professora Susanne Daveau ter-nos dado a honra de participar neste Colóquio. As minhas perguntas seriam muitas, porque eu não percebo quase nada destas matérias. É um tema que me interessa desde sempre, tenho feito algumas leituras, mas quando se tem falta de formação de base é muito difícil...

Susanne Daveau — Pois, é o problema que têm todas estas questões do Quaternário, é que é preciso dispor de técnicas tão variadas que não as podemos dominar todas... agora, o que me parece importante é ver os problemas que os outros estão a estudar e aprender a dialogar, mesmo com vocabulários diferentes; mas precisamos todos uns dos outros para entender os nossos problemas próprios.

V.O.J. — Hoje em dia os arqueólogos falam por toda a parte de Paleoecologia, já se têm feito alguns Colóquios sobre esse tema, mas não há ainda muitas vezes o contacto institucionalizado entre os arqueólogos e os geógrafos, ou vice-versa, que às vezes trabalham na mesma casa...

S.D. — Ou os geólogos...

V.O.J. — É difícil. Nós temos mantido, na nossa Faculdade, bastantes contactos, nomeadamente com a N. Vareta, porque nos interessa muito a evolução da vegetação que ela está a estudar. Cá no Porto não há propriamente estudos de Pedologia, mas colabora connosco o Centro de Pedologia do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. Temos também bastantes contributos da parte da Antracologia (estudo de carvões) — temos o Prof. Vernet, com o qual uma colega nossa está a fazer uma tese de doutoramento sobre esta região da Aboboreira e, de uma maneira geral, sobre o Noroeste. Temos portanto feito algum esforço para tentar estabelecer pontes; simplesmente, é claro, há sempre uma deficiência muito grande, é a nossa falta de formação de base, mesmo para integrar alguns dados pontuais que nos são fornecidos. Por ex., nós fazemos uma escavação, recolhemos determinado número de carvões, eles são analisados, é-nos dada uma lista de espécies, mas não sabemos dar o devido valor botânico e ecológico a essa simples, seca, lista de espécies.

S.D. — Sim, sim. Uma lista de espécies não serve para nada, ou quase. Eu acho indispensável que as pessoas façam as análises em relação com o trabalho de campo, e que todos dialoguem entre si.

V.O.J. — Ainda recentemente tivemos cá o Eng<sup>o</sup> Pinto da Silva, que esteve a fazer

uma recolha de espécies botânicas na Aboboreira, e que vai agora publicar um trabalho daí resultante. Tudo isso na tentativa de aprendermos alguma coisa de botânica com ele. Não temos os mais rudimentares conhecimentos de botânica. Como pode um arqueólogo trabalhar sem saber um mínimo dessa ciência? Não pode. Talvez que a presença da Professora Susanne Daveau aqui tenha sido importante — se bem que meteórica, porque nós precisávamos era de ouvir um curso dela — para alertar os arqueólogos para isto. Nós temos de ter estes conhecimentos, se não, de outra maneira, não conseguimos trabalhar como deve ser. Não passamos de uns recolectores de "antiguidades" mais sistemáticos do que os antigos...

S. D. — Mas eu vejo os arqueólogos darem cada vez mais importância ao ambiente... eu vejo que estão a ter cada vez mais a necessidade de colocarem a escavação que estão a fazer no seu enquadramento. Isso para nós é muito interessante, é a maneira de colaborar. E nós precisamos muito de vocês, porque o que estão a descobrir relativamente ao passado, esclarece o presente. Tudo está ligado...

Fernando Real — Sobre a segunda comunicação, apresentada pelo Vítor, tinha aqui três apontamentos. É o seguinte. Referiste, se eu percebi bem, a determinada altura, que havia um nível arqueológico, e que haveria umas camadas ou sedimentos sem vestígios de ocupação, portanto, arqueologicamente estéreis, e ficou no ar a dúvida se seriam sedimentos naturais, ou se seria uma sedimentação antrópica, mas sem artefactos que pudessem identificá-la. Na amostragem que fizeram dos sedimentos, previram a recolha para um tratamento sedimentológico? É que eu penso que a sedimentologia tem meios que nos permitem distinguir a sedimentação natural da sedimentação antrópica. Mesmo em elementos vestigiais, é possível detectar alguma coisa. Se isso não foi pensado, eu deixava no ar a ideia. Como referiste, ainda há mais uma campanha, pelo menos, a realizar, e os cortes estão lá nas fotografias. Penso que era uma linha a desenvolver, e enfim, naquilo que eu puder ajudar, podem contar também com a minha colaboração. Penso que é uma questão muito pontual, que poderia talvez esclarecer dúvidas. Depois, uma coisa que eu nunca tinha visto: aqueles cilindros muito pequeninos, de cerâmica. Eu pergunto se são mesmo de cerâmica, se não é um arenito muito fino. É que eu conheço coisas parecidas assim, mas são formações fossilizadas extremamente duras. Aquilo é mesmo cerâmica? Nunca vi nada assim... E depois referiste também a certa altura que iria ser feita uma protecção àquele abrigo. Eu penso que é uma medida cautelar extremamente importante, e sendo um património arqueológico daquele gabarito, enfim, há que estudá-lo e protegê-lo. Pergunto se neste momento já está feita a protecção. Eu já passei por uma situação semelhante. Estando perto de uma aldeia (embora o acesso seja difícil como se viu no mapa), e tendo lá ido arqueólogos, isso suscita sempre a curiosidade, pelo que penso que a protecção era uma tarefa com muita prioridade.

V. O. J. — Sobre a primeira questão, eu diria o seguinte. Nós recolhemos, pelo menos de uma das camadas, amostras para análise sedimentológica. Não teremos sido tão exhaustivos quanto necessário, mas a conjugação de várias circunstâncias gerou uma

certa dificuldade. Nomeadamente, estudar ao mesmo tempo pinturas que são extremamente complexas, e fazer escavações num pequeno espaço, espaço esse quase completamente ocupado por grandes blocos (que, depois de desenhados e cotados, foi preciso mandar cortar por pedreiros, com todo o ruído daí resultante). Tratou-se, de facto, de uma operação de salvamento, e só a conjugação dos esforços de uma equipa exclusivamente constituída por arqueólogos (o que não é assim muito frequente, e me apraz aqui registar), permitiu fazer este trabalho em tão pouco tempo. Além de um primeiro reconhecimento, fizemos duas campanhas, de apenas uma semana cada. Agora, quanto à questão de saber se aquelas camadas são de origem antrópica ou de origem natural: o abrigo encontra-se fissurado na própria parede interior; como é próprio dos granitos, apresenta diaclases, etc., e certamente ainda hoje estará a dar-se um processo de enchimento de areias, que vêm da parte superior da encosta. Nós recolhemos, junto à parede do fundo do abrigo, areias estéreis actuais, do mesmo tipo daquelas que enchiam parte do abrigo, e que também eram estéreis; areias amareladas, de tipo nitidamente saibroso, de origem granítica. Penso que aquela sucessão de camadas é uma sucessão de origem essencialmente natural. Portanto, há uma camada estéril de areias de base, há umas camadas que tendem a ser escuras na parte exterior do abrigo, quer dizer, naquela parte que já não está coberta pelo "tecto" (c.3 e c. 2b), e essas camadas prolongam-se para o interior sob a forma de uma camada mais clara (c.2a), porque tem menos elementos húmidos, está mais protegida da infiltração desses elementos (isto é evidentemente a interpretação de um arqueólogo, não de um geólogo...). É nessas camadas (2 e 3) que aparecem os objectos arqueológicos, elementos móveis de moinhos manuais, elementos fixos, e uma cerâmica bastante abundante; só que muita dela, como é lisa, não admite colagem. Num ou noutro caso, temos vasos que apontam para um fundo arredondado, portanto um tipo de taças, digamos, em calote de esfera, que poderiam pertencer a épocas diversificadas, e por isso não são cronologicamente significativas. A percentagem de cerâmica decorada é relativamente pequena, no entanto ela é característica, o que nos permitiu definir a proposta de cronologia que aponte. Um outro aspecto curioso, é que toda a ocupação fundamental do abrigo se processa numa zona média, portanto equidistante em relação à parede do fundo e ao limite externo. É nessa faixa média que se desenrola a ocupação. E as camadas que citei não são propriamente camadas arqueológicas de origem humana (isto é, correspondendo cada uma a um momento próprio de ocupação); a sua coloração é diferente, a sua textura, etc., também, mas devem-se, quanto a nós, a factores essencialmente naturais; e com certeza que toda aquela realidade está "em movimento", as camadas não correspondem de maneira alguma ao que lá se terá passado antigamente. Todo o enchimento do abrigo foi muito alterado, e a prova de que o foi, é que nós não encontramos muitos dos fragmentos de vasos decorados, e que portanto seriam fáceis de colar. Se tudo estivesse *in situ*, com a área que foi escavada, que é a quase totalidade do abrigo, neste momento já poderíamos ter formas mais completas; portanto, o que lá estava é apenas uma parte residual de uma ocupação cujos vestígios foram arrastados pela encosta, quando todo aquele espaço da plataforma estava menos entulhado e permitia um escoamento dos detritos ali acumulados. Assim, parece que

aquelas camadas serão essencialmente de origem natural, mas não há dúvida de que, em determinado momento (ou momentos) a queda de grandes blocos selou vestígios de ocupação que ali se encontravam. Quanto à protecção, foi a nossa preocupação logo desde o início. Levámos ao abrigo um ferreiro de Paredes da Beira, e com ele definimos o que se pretendia fazer, ou seja, uma estrutura em ferro, provida de porta e fechando o abrigo por todos os lados e também por cima, tipo "jaula", passe o termo. Com os detritos resultantes da escavação e grandes blocos de pedra que dali foram saindo, fomos criando uma plataforma artificial, que dará acesso à entrada. Apenas a inexistência de um gerador operacional dificultou, até agora, a montagem dessa vedação, que, como disse, foi a nossa preocupação nº 1. Porque é claro que o facto deste abrigo se ter mantido inédito até agora, só se deve a uma coisa — à inacessibilidade do local. Eu inclusivamente convidei o Sr. Presidente da Câmara de S. João da Pesqueira para estar aqui presente esta noite, porque se ia apresentar este assunto. As nossas relações, quer com o proprietário, quer com o Presidente da Junta, quer com a Câmara, quer dizer, com todas as entidades locais, são óptimas, e estão todas mobilizadas para isto, para a importância que tem o abrigo, para a necessidade de o proteger. Suponho, portanto, que neste momento o ferreiro estará a fazer a vedação, se é que já não a colocou. Quanto às aquelas peçazinhas cilíndricas, de facto, são de cerâmica. Eu até, quando encontrei a primeira — *mea culpa* — parti-a. Porque julguei que era uma raiz ou um troncozinho carbonizado, parti para ver o que era e verifiquei que eram realmente dois pedaços de um cilindro de cerâmica, com c. de meio centímetro de espessura, perfeitamente esquisito; e os dois objectos não têm a mesma dimensão... francamente, não sei o que são. Agora, eu acho que este abrigo merece uma publicação condigna e uma protecção, e era daqueles casos que merecia um tratamento *sui generis*. Nesse sentido, já fomos beneficiados pelo I.P.P.C., que nos concedeu um subsídio significativo, o que nos tem permitido (juntamente com o apoio da Câmara de S. João da Pequeira), fazer tudo isto. No noticiário deste último nº da revista *Arqueologia* vem já uma pequena notícia sobre esta estação; vai sair um primeiro artigo no próximo volume (nº 18), e um outro nas *Actas* deste Colóquio. E ainda temos de fazer uma última campanha de trabalho de campo. Este abrigo é de facto muito importante. Até agora, como sabem, os abrigos pintados no Norte de Portugal eram muito poucos, uns 4 ou 5. Este caso veio enriquecer extraordinariamente esse panorama, tal como aqueles que foram descobertos pela Maria de Jesus Sanches em Mirandela, o que é verdadeiramente espectacular. Há uns anos atrás falava-se só da Pala Pinta, de Cachão da Rapa... não se sabia de mais nada. Depois o Prof. Carlos Alberto publicou Penas Róias no vol. 3 de *Arqueologia*; mais recentemente revelou-se a Fraga do Gato, que foi estudada pelo Dr. Nelson Rebanda no concelho de Freixo de Espada-à-Cinta. E, agora, temos este abrigo e os de Mirandela... não há dúvida de que estamos num momento histórico para a arte rupestre portuguesa. Enquanto que a Espanha é riquíssima, como sabem, em abrigos pintados, Portugal é apenas uma periferia desse mundo. Daí a importância desta estação. Queria apenas acrescentar que esperamos muito das datações pelo radiocarbono, e também da análise dos carvões e sementes (fizemos flutuação completa do enchimento da lareira em fossa). Agora há ainda que fazer uma outra

campanha de trabalhos, para levantamento de uma planta mais completa, e para escavarmos uma zona que pode, entre outras coisas, permitir-nos retirar mais amostras para análise sedimentológica. E, nessa altura, vamos aproveitar a tua oferta, que desde já agradeço.

**José Maria Bello Dieguez** — Relativamente à comunicação sobre o projecto Bocelo-Furelos, gostaria de fazer um comentário, porque me senti um pouco em causa quando se fez uma comparação entre as prospecções que se vinham fazendo na Galiza e esta prospecção intensiva e completa de todos os períodos históricos e pré-históricos na Serra de Bocelo. Creio que convém esclarecer algumas coisas. Prospecções intensivas na Galiza, deste estilo, não se tinha feito nenhuma: as que se tinham realizado até agora dirigiam-se apenas a períodos determinados, e em algumas participámos juntos, como naquelas em que se procuravam monumentos megalíticos. As outras prospecções às quais vocês fizeram referência, julgo que serão as que estão a ser levadas a cabo neste momento pela Direcção-Geral do Património, dirigidas pelo Serviço de Arqueologia, sob a direcção de Bieito Perez Outeiriño. Mas essas — e eu estou um pouco implicado nelas, porque participei no começo dessas campanhas — não são prospecções arqueológicas propriamente ditas, mas inventários de emergência, a fim de evitar destruições. Há zonas amplíssimas da Galiza por prospectar, e o que se está a fazer é pesquisar através da bibliografia, da fotografia aérea, etc., vestígios visíveis para, pelo menos, salvar o que se puder, dada a grande vaga de destruições. E se não pudermos salvar uma estação campaniforme, por ex., há pelo menos a obrigação de salvar um castro, uma mamoa. É a isso que se dirigem essas prospecções, que se reportam a áreas de uma magnitude incomparável com aquelas a que vocês aludiram. Em relação ao valor patrimonial que sem dúvida as vossas prospecções têm, como qualquer actuação arqueológica, queria simplesmente indicar que, como meio sistemático para realizar essa tarefa na Galiza, com o ritmo de trabalho que tu propuseste, as minhas contas dizem-me que se necessitaria de uma equipa de 6 pessoas trabalhando 100 anos, para cobrir todo o território. Tenho a impressão de que isto é irrealizável, nomeadamente tendo em conta de que na Galiza há um arqueólogo contratado. Isto independentemente do valor científico evidente que esse tipo de prospecções tem, e que seria desejável fazer em toda a parte, mas considero-o inviável como proposta de actuação patrimonial.

**Rafael Penedo Romero** — Gostaria de assinalar duas coisas. O tipo de prospecções que fizemos serve precisamente para mostrar isso: é que o trabalho que se tem feito na Galiza neste domínio é meramente selectivo. E por isso o património arqueológico que se está a considerar e a inventariar não é o real. Em segundo lugar, feitas as contas, não creio que se possa negar a validade deste tipo de prospecção que apresentámos, uma vez que ele permitiu a descoberta de c. de 70 estações arqueológicas, como assinalai; estações essas de um tipo que tradicionalmente na Galiza não era catalogado nem procurado.

## **PARTICIPANTES NOS DEBATES**

(não conferencistas ou autores de comunicações)

**Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva** — Professor auxiliar da Faculdade de Letras do Porto;

**Dr. Félix de la Fuente Andrés** — Director do Museu de Belas Artes da Corunha, Galiza;

**Doutor Fernán Alonso Matthias** — Director do Laboratório de Carbono 14 do Instituto de Química e Física «Rocasolano» (C.S.I.C.), Madrid;

**Dr. Fernando Real** — Director do Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural;

**Dr. Huet Bacelar Gonçalves** — Técnico Superior do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, e Conservador do seu Museu de Arqueologia;

**Dr. José Maria Bello Dieguez** — Arqueólogo. Corunha, Galiza;

**Dr. Víctor Polo Sánchez** — Salamanca.

*Nota:* Não tendo sido possível submeter aos intervenientes, para revisão, os textos resultantes dos debates, a transcrição destes, que se publica, é da responsabilidade do coordenador do presente volume.

*Vitor Oliveira Jorge*



## «Trabalhos de Antropologia e Etnologia»

### Preçário

|                                    |           |
|------------------------------------|-----------|
| Vol. XI (1-2), 1947 .....          | 1.800\$00 |
| Vol. XI (3-4), 1948 .....          | 1.800\$00 |
| Vol. XII (1-2), 1949 .....         | 2.000\$00 |
| Vol. XII (3-4), 1950 .....         | 2.000\$00 |
| Vol. XIII (1-2), 1951 .....        | 1.800\$00 |
| Vol. XIII (3-4), 1952 .....        | 1.500\$00 |
| Vol. XIV (1-4), 1953-54 .....      | 1.800\$00 |
| Vol. XV (1-2), 1955 .....          | 1.500\$00 |
| Vol. XV (3-4), 1955-57 .....       | 2.000\$00 |
| Vol. XVI (1-4), 1958 .....         | 1.800\$00 |
| Vol. XVII (1-4), 1959 .....        | 2.500\$00 |
| Vol. XVIII (1-2), 1960-61 .....    | 600\$00   |
| Vol. XVIII (3-4), 1961-62 .....    | 600\$00   |
| Vol. XIX (1), 1963 .....           | 500\$00   |
| Vol. XIX (2), 1963 .....           | 500\$00   |
| Vol. XIX (3-4), 1964 .....         | 600\$00   |
| Vol. XX (1-2), 1965-66 .....       | 1.000\$00 |
| Vol. XX (3-4), 1967-68 .....       | 800\$00   |
| Vol. XXI (1-4), 1969 .....         | 1.500\$00 |
| Vol. XXII (1), 1971 .....          | 500\$00   |
| Vol. XXII (2), 1973 .....          | Esgotado  |
| Vol. XXII (3), 1973 .....          | »         |
| Vol. XXII (4), 1975 .....          | 1.200\$00 |
| Vol. XXIII (1), 1977 .....         | 800\$00   |
| Vol. XXIII (2-3), 1978 .....       | 600\$00   |
| Vol. XXIII (4), 1980 .....         | 1.200\$00 |
| Vol. XXIV (1), 1981 .....          | 600\$00   |
| Vol. XXIV (2), 1982 .....          | 600\$00   |
| Vol. XXIV (3), 1983 .....          | 600\$00   |
| Vol. XXIV (4), 1984 .....          | 500\$00   |
| Vol. XXV (1), 1985 .....           | 500\$00   |
| Vol. XXV (2-4), 1985 .....         | 600\$00   |
| Vol. XXVI (1-4), 1986 .....        | 1.200\$00 |
| Vol. XXVII (1-4), 1987 .....       | 1.600\$00 |
| Vol. XXVIII (1-2), 1988 .....      | 1.600\$00 |
| Índice geral dos vols. I a X ..... | 300\$00   |

*Depositário:* Livraria Sousa & Almeida, L.<sup>da</sup>  
Rua da Fábrica, 42  
4000 PORTO — Portugal



Preço: 1.600\$00